



Sara Filipa Ferreira Portovedo

Esperança ou resignação? Percursos e percepções das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Hermes Costa, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2011



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sara Filipa Ferreira Portovedo

Esperança ou resignação? Percursos e percepções das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres

Dissertação de Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Hermes Costa, apresentada à
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2011

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador, Doutor Hermes Costa, por ter aceite orientar este trabalho, pelo seu rigor científico, pela sua integridade enquanto professor e pela grande contribuição ao meu “fazer” sociológico.

Ao Dr. Pedro Araújo – em cuja investigação em grande parte me apoiei - agradeço a disponibilidade e os excelentes contactos que me forneceu.

Ao Sr. Jorge Vicente, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, agradeço a disposição com que me recebeu e a confiança.

Ao meu namorado, João, agradeço a paciência com que ouviu as minhas inseguranças e crises, geralmente em momentos cruciais da investigação.

Aos meus pais agradeço o respeito pelos momentos de isolamento, a compreensão, a motivação e os seus ensinamentos, que contribuíram decisivamente para a concretização desta investigação.

Finalmente, um sentido agradecimento às (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres. Obrigada pela partilha das vossas vidas!

Dedicatória

À minha mãe e ao meu pai

Às (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres

Índice

Agradecimentos	v
Dedicatória.....	vii
Resumo	xiii
Abstract	xv
1. Introdução.....	1
1.1. Apresentação do tema e dos objectivos	2
1.2. Motivações da investigação.....	4
1.3. Metodologia a utilizar.....	6
1.4. Estrutura do estudo.....	7
2. O trabalho e os seus desassossegos na era moderna	9
2.1. Modernidade: Reflexão em forma de contextualização	10
2.1.1. Reestruturação da esfera produtiva	13
2.2. Fábrica: quando as portas se fecham	20
2.2.1. As deslocalizações	21
2.2.2. As insolvências.....	23
2.3 O fenómeno do desemprego.....	28
3. Experiências do desemprego	33
3.1. Factores de vulnerabilidade	34
3.1.1. Factores de vulnerabilidade extrínseca.....	34
3.1.2. Factores de vulnerabilidade intrínseca	36
3.2. Mediadores de compensação: Estado, Família e Mercado.....	37
3.2.1. Estado	38
3.2.2. Família.....	41
3.2.3. Mercado	43
3.3. Deixar falar o desemprego: A possibilidade de entrar na vida dos outros	47
4. Estudo de caso: A Ceres.....	51
4.1. Ceres: Visões do fim e desilusões do futuro	55
A. Percepção do processo de insolvência	57
B. Identificação com a empresa e a profissão.....	62
C. Privação financeira	64

4.2.	Noção das vulnerabilidades do indivíduo desempregado	65
A.	Oferta de emprego em Coimbra	66
B.	Obstáculos à inserção no mercado de trabalho	67
4.3.	Possibilidade de fugir à precariedade: acções e mediadores de compensação	69
4.3.1.	Estado	70
A.	O papel do Centro de Emprego	73
B.	As prestações sociais	75
4.3.2.	Família.....	76
A.	Reduzido apoio do tipo societal.....	77
B.	Desestruturção familiar após o desemprego.....	79
4.3.3.	Actividades de substituição	80
A.	Pequena agricultura	81
B.	Prestação de cuidados	83
C.	Trabalho informal.....	84
D.	Procura de emprego	86
4.3.3.1.	Perspectivas para o futuro.....	88
5.	Considerações finais	91
	Bibliografia	95
	Anexos	101
	Transcrição de entrevistas	101

“Do what you can, with what you have, where you are”.

Theodore Roosevelt

Resumo

O afastamento do trabalho é cada vez mais uma constante, e significa, além das perdas materiais, uma desorganização do tempo e do espaço vividos, a perda do estatuto de trabalhador e da sociabilidade existente no seio do trabalho.

A presente dissertação procura apurar e ilustrar as estratégias de fuga à precariedade associadas ou decorrentes de uma situação de desemprego. Partindo de um caso concreto, o encerramento de uma fábrica em Coimbra, a Ceres, pretende-se dar voz àqueles que involuntariamente perderam o emprego de uma vida.

A análise qualitativa das experiências do desemprego permite não só compreender as vulnerabilidades das pessoas vítimas de desemprego, como os recursos por elas mobilizados para evitar a negatividade dessa experiência. Essencialmente pretende-se através da análise de doze narrativas compreender como é vivido e sentido o desemprego.

A análise das doze entrevistas permite-nos concluir que dos três elementos que compõem os *mediadores de compensação* – Estado, Sociedade-providência e actividades de substituição – é o Estado quem se assume como elemento primordial nas estratégias das desempregadas e desempregados da Ceres. A Sociedade-providência e as actividades de substituição surgem apenas como estratégias complementares.

Abstract

The absence from work is increasingly a constant, and means, in addition to material loss, a disorganization of lived time and space, the loss of worker status and sociability within the existing work.

The present dissertation seeks to investigate and illustrate the precarious escape strategies associated with or arising from a situation of unemployment. Starting from a case, the closure of a factory in Coimbra, Ceres, is intended to give voice to those who involuntarily lost their jobs of a living.

The qualitative analysis of experiences of unemployment does not only understand the vulnerabilities of people suffering from unemployment, as the resources mobilized by them to avoid the negativity of this experience. Essentially it is intended by the analysis of twelve narratives to understand how unemployment it's lived and felt.

The analysis of the twelve interviews allows us to conclude that the three elements that make up the *compensation mediators* - State, Welfare Society and replacement activities - is the State that sees itself as a key element in the strategies of the unemployed. The Welfare Society and replacement activities arise only as complementary strategies.

I. Introdução

“É evidente que as ciências sociais não se afastaram da reflexividade crítica que necessariamente as caracteriza. No contexto criado pela transformação do capitalismo globalizado, vão cada vez mais destacando o modo como a integridade da pessoa, para além do trabalho mas onde ele se exerce, pode ser afectada” Michel Wieviorka in *Nove lições de Sociologia. Como abordar um mundo em mudança?*.

O fenómeno do encerramento/insolvência de empresas está na ordem do dia. Cada vez mais fecham empresas em Portugal, e exemplo disso são, apenas no distrito de Coimbra, a Estaco, a Sociedade de Porcelanas, a Mármoreos Batanete, a Poceram e a Ceres (que é aqui objecto de estudo). Estas empresas pertencem ao sector da cerâmica e passaram ou estão a passar processos de insolvência. Aliás, se observarmos o sector da cerâmica por este país fora constatamos que as suas unidades produtivas ou estão a laborar com dificuldade ou estão a falir, facto comprovado pelos telejornais através das coberturas a grupos de trabalhadores reunidos à porta de fábricas em manifestação ou demonstrando pura aflição face ao risco de perderem os seus empregos.

Mais do que perceber por que razões fecham as empresas pretende dar-se voz aos que perdem os seus trabalhos, percebendo como vivem o desemprego e como entendem e se posicionam face às tentativas de recuperação e aos processos de insolvência da sua empresa¹.

De acordo com alguns especialistas, como refere Bruno Amorim (2009) no *Jornal de Notícias*, as probabilidades de um processo de insolvência resultar num plano de recuperação são quase nulas. Por isso, podemos contar pelos dedos os casos de empresas recuperadas pela via judicial.

Perante isto, o desfecho é quase sempre o mesmo, desemprego. Os trabalhadores/as ficam desamparados/as, perdem os seus postos de trabalho e esperam anos por indemnizações. Na minha perspectiva, este é o verdadeiro drama das insolvências,

¹ Entenda-se que algumas empresas continuam a laborar após a insolvência e outras encerram actividade por impossibilidade de recuperação. No caso da Ceres, existiu antes da insolvência uma tentativa de recuperação através da elaboração de um Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) e só depois foi declarada a insolvência e a inviabilização económica da empresa.

porque algumas empresas fecham hoje e abrem amanhã noutro lado, deixando para trás dívidas e os seus empregados/as sem um ordenado.

Ao nível académico, e não só, tais acontecimentos suscitaram, e continuam a suscitar, grande interesse e preocupação, nomeadamente por se tratarem de casos concretos que deixaram no desemprego dezenas de trabalhadores/as, sendo que nalguns casos aponta-se a fraude de administradores e o mau desempenho económico das empresas como as principais causas de falência.

No presente estudo não se pretende atribuir culpas ou identificar culpados, apenas se propõe analisar as experiências do desemprego das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores de modo a perceber qual foi o seu entendimento/envolvimento das/nas tentativas de recuperação e posteriormente no processo de insolvência². Atrás citei algumas empresas do distrito de Coimbra, distrito que escolhi dado o elevado número de empresas a fechar nos últimos anos, mas apenas escolhi uma para estudar, a Ceres – Cerâmicas Reunidas SA, por ser dos casos mais recentes.

Nas secções seguintes apresenta-se o tema e os objectivos (1.1), discute-se a metodologia (1.2), partilha-se as motivações da investigação (1.3) e expõe-se a estrutura do estudo (1.4).

1.1. Apresentação do tema e dos objectivos

A questão do desemprego é sensível a qualquer pessoa, sendo alvo de inúmeras interpretações. O desemprego acarreta uma diversidade de experiências e a tendência para a diversificação, heterogeneidade e invisibilidade do trabalho e do emprego (Kovács, 2002; 2005) é crescente, na medida em que as muitas transformações no mercado do trabalho têm conduzido a uma diversidade de relações laborais e, por sua vez, de relações de desemprego (Kovács, 2005; Araújo, 2006; Demazière, 2008).

Para os sociólogos/as, o desemprego não é apenas uma condição económica ou uma privação de emprego, ele pressupõe reconhecimento social. Essencialmente, pressupõe a definição de uma rede de direitos e obrigações recíprocas, e nesse sentido, o

² A declaração de insolvência também prevê a recuperação da empresa, o administrador judicial pode elaborar um plano de recuperação, mas a insolvência que vou considerar é a que não viabiliza a continuidade da empresa (Fernandes e Labareda, 2009). As tentativas de recuperação que menciono são aquelas a que se recorre antes da insolvência sob a forma de PEC.

desemprego é visto também como uma construção social. Mas não só, porque estudar o fenómeno do desemprego deve dar expressividade a formas identitárias, social e individualmente construídas (Demazière, 2008).

Este trabalho abordará a questão do desemprego, mas debruçará a sua análise sobre os/as desempregados/as, sem cair na homogeneização inerente a qualquer categorização (Demazière, 2008).

Tal como Pedro Araújo³ (2006; 2008) no seu estudo sobre as experiências do desemprego das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Estaco, pretendo enfatizar que o desemprego se manifesta de variadas formas e, por isso, deve ser tratado socialmente e vivido individualmente. Contudo, não podemos esquecer as questões de cariz socioeconómico que marcam as sociedades modernas, os diferentes contextos existentes e os factores de regulação do desemprego, que na concepção de Gallie e Paugam (2000) são o Estado-Providência, a família e o mercado⁴.

Ora, também Pedro Araújo (2006), partindo do modelo teórico de Gallie e Paugam, constrói o seu modelo de análise a partir de dois pontos: *factores de vulnerabilidade* (que podem influenciar negativamente as experiências do desemprego) e *mediadores de compensação* (que podem influenciar positivamente as experiências do desemprego). Porém, destaca-se de Gallie e Paugam (2000) por preferir a concepção de actividades de substituição à de mercado. De igual modo, também eu tentarei fazer o mesmo de forma a caracterizar os obstáculos no caminho dos/as desempregados/as e os meios disponibilizados para os ultrapassarem. O grande objectivo é valorizar as experiências do desemprego individualmente.

O principal objectivo desta investigação é, assim, a resposta à pergunta: Quais as possíveis respostas encontradas pelas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores para fugirem a situações de precariedade aquando do fecho da sua fábrica? Quanto aos objectivos específicos, eles passam por: identificar e caracterizar possíveis respostas encontradas pelas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores para fugirem a situações de precariedade⁵; ilustrar as suas reacções face às tentativas de recuperação da empresa e

³ Pedro Araújo (2006) escolheu como terreno empírico a Estaco, empresa falida em 2001, com o objectivo de analisar as experiências do desemprego dos (ex.) trabalhadores da fábrica. Eu farei um trabalho semelhante tendo como terreno empírico a empresa Ceres, curiosamente do mesmo distrito, Coimbra. Adiante procurarei demarcar o meu trabalho face ao dele, nomeadamente dando mais ênfase à questão da insolvência.

⁴ Este é o principal ponto de convergência com o trabalho de Pedro Araújo (2006) e de Ana Teixeira (2009). Mais à frente focar-me-ei no estudo de Gallie e Paugam (2000).

⁵ Aqui entram os mediadores de compensação de Gallie e Paugam (2000). Entenda-se, ainda, que não falo da precariedade da relação laboral, mas da precariedade a que estão sujeitos os indivíduos que perdem o trabalho de uma vida inteira.

posteriormente ao encerramento definitivo da mesma⁶; apreender de que modo as (ex.) trabalhadoras e trabalhadores e respectivas famílias constroem respostas e reconfiguram as suas trajectórias pessoais durante o período de desemprego; identificar como o desemprego os/as atinge e é por eles/as vivido; perceber em que medida os/as liberta ou os/as condiciona⁷.

Para terminar este ponto, gostaria de acrescentar que na minha perspectiva o estudo de Araújo (2006) não maturou propriamente o conceito de falência e insolvência, tanto mais que o seu ponto de partida da investigação foram os processos que levaram ao encerramento da Estaco⁸. Saber qual o entendimento/envolvimento das trabalhadoras e trabalhadores nestes processos é de grande conveniência à análise das suas experiências do desemprego, pois ajudam a compreender como era a sua ligação à fábrica e, conseqüentemente, a compreender se as suas trajectórias são/foram de esperança ou de resignação, como sugere o título desta investigação.

1.2. Motivações da investigação

Gostaria que esta dissertação fosse entendida como espaço de reflexão e de síntese do que apreendi ao longo da licenciatura e posteriormente no primeiro ano de mestrado, com os livros que leio, com as experiências profissionais que tenho tido, com as professoras e professores que tive e com os meus amigos e amigas.

Confesso que no início do mestrado não sabia onde poderia incidir a investigação, tinha fascínio por tantos temas que estava difícil escolher apenas um, queria algo que me permitisse focar vários assuntos e que tivesse actualidade, esta era a única certeza. No entanto, fui estagiar para uma empresa de trabalho temporário em Aveiro e fez-se luz...

⁶ Pretendo focar as tentativas de recuperação (Procedimento Extrajudicial de Conciliação - PEC) e o processo de insolvência da Ceres e captar os entendimentos/envolvimentos das trabalhadoras e trabalhadores deles - (o processo em si).

⁷ Pretendo analisar as experiências do desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras, ou seja, o impacto do desemprego nas suas vidas, as suas vantagens (se é que existiram – é possível tirar algo de positivo de uma situação de desemprego?) e desvantagens, acentuando as suas vulnerabilidades.

⁸ Entenda-se que Pedro Araújo mesmo depois da aprovação do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) em 2004 continua a utilizar o conceito de falência, não que esteja errado, mas a Estaco ainda se encontra em processo de insolvência. O pesadelo na vida de todos os envolvidos só termina quando terminar o processo dito de insolvência. Convém, por isso, que o processo seja melhor explicado. Antes era apenas decretada a falência, agora é decretada insolvência quer a empresa tenha ou não viabilização económica (Fernandes e Labareda, 2009). Mais adiante dedicarei um subcapítulo à questão da insolvência.

O meu dia-a-dia na empresa passava por entrevistar desempregados/as e apresentá-lhes propostas de emprego. Chegava a ser doloroso, pois entrevistava para cada processo de recrutamento uma média de 20 pessoas para seleccionar apenas uma... Enquanto lá estive vi de tudo um pouco, pessoas que nos procuravam para obter um carimbo de forma a provar a sua procura de trabalho e pessoas que por inúmeros factores – subsídio de desemprego a acabar, inexistência de qualquer apoio social, desespero por estar sem fazer nada, insatisfação com o trabalho etc. - estavam desejosas de encontrar um trabalho, fosse ele precário ou não. Contactei com pessoas mais escolarizadas do que outras (embora tenha contactado mais com pessoas com experiência de trabalho em fábrica, ou seja, com operários/as⁹), com pessoas com mais vontade de trabalhar do que outras, mas o meu sentimento era sempre o mesmo, impotência. Trabalhar numa empresa de trabalho temporário não é fácil, pois sabemos que sendo uma das formas flexíveis de trabalho pode para alguns ser sinónimo de precariedade. Apesar de curto, o período de estágio que passei na empresa foi, porém, suficiente para suscitar em mim as seguintes interrogações: O centro de emprego trabalha para a integração no mercado de trabalho dos seus inscritos/as? A flexibilidade apresenta-se como solução ou como sinónimo de precariedade? Como podemos acabar com o desemprego? Como é o dia-a-dia destas pessoas? O que é que sentem? Como é que vivem o desemprego?

É difícil dar resposta a estas questões, mas torna-se mais fácil reflectir sobre aquilo que suscitam, se deixarmos falar os/as desempregados/as. Foi neste momento que percebi o que queria, queria analisar as experiências de indivíduos desempregados.

Comecei por ler alguns livros que tratam o fenómeno do desemprego, para depois me deter mais de perto no estudo de Pedro Araújo (2006). Neste sentido, também quis focar-me na falência de uma empresa e nos indivíduos que por consequência perderam os seus empregos, na maioria, empregos de uma vida. Curiosamente, uma empresa do distrito de Coimbra, a Ceres, foi declarada insolvente em Março de 2010. Vi aqui uma boa oportunidade, um caso recente, 200 desempregados/as, com certeza histórias de vida únicas, era um óptimo terreno empírico.

Decidi meter mãos à obra e procurar informação sobre o caso Ceres, o que restou do primeiro ano de mestrado serviu para amadurecer ideias e consolidar objectivos.

⁹ Na sua maioria a causa de desemprego era o encerramento das fábricas onde trabalharam anos a fio.

Hoje, sei que fiz uma excelente escolha, sei exactamente o que me atrai neste estudo sobre as vivências do desemprego. Atrai-me o facto de poder articular várias áreas de conhecimento, atrai-me poder contribuir para uma produção de conhecimento que permita ter uma posição teórica e empiricamente estabelecida sobre a forma como o desemprego é vivido por aqueles/as que perdem o trabalho de anos, nalguns casos, o único que sabem fazer, ficando assim reféns de si mesmos/as. Essencialmente, atrai-me poder dar voz àqueles/as que nunca tiveram a oportunidade de falar ou até mesmo de ser os/as protagonistas da sua própria história.

Deste modo, a opção pela análise das experiências do desemprego das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres para objecto de estudo reflecte algumas das minhas preocupações sociais e retracta um processo que, se assim se pode dizer, está ainda a acontecer.

1.3. Metodologia a utilizar

As escolhas metodológicas são inseparáveis do processo de construção do objecto teórico, por isso, o meu caso não é diferente. Considerando como objecto empírico os (ex.) trabalhadores/as da Ceres, optei por analisar as suas experiências do desemprego através de uma abordagem qualitativa que consiste na realização de entrevistas.

Porém, até que se consolidasse a pergunta de partida, alguns objectivos e hipóteses, recorri a leituras exploratórias, entrevistas exploratórias¹⁰ e observação não participante¹¹ de curta duração. Estes métodos permitiram-me tomar consciência de aspectos para os quais não estava sensibilizada, ajudaram-me a encontrar respostas

¹⁰ As entrevistas exploratórias realizam-se com indivíduos directamente envolvidos em práticas que tenham a ver com o problema estudado, análise de casos exemplares que fomentem a compreensão. Assentam bem em pesquisas bibliográficas e em estudos de caso - ver Quivy e Campenhoudt (1998). Entrevistei, por isso, dois especialistas em falências/insolvências o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro e o administrador de insolvência que está a tratar do caso Ceres.

¹¹ A técnica da observação pode ser usada tal como as entrevistas exploratórias numa fase embrionária da investigação. Neste caso específico foi útil porque me permitiu estar em contacto com o meu objecto empírico e testemunhar a angústia da sua situação de desemprego - assisti a um plenário a convite do Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, praticamente estavam presentes todos os (ex) trabalhadores e trabalhadoras.

para a pergunta de partida, ou seja, apercebi-me que era uma pergunta pertinente e susceptível de resposta.

No que concerne ao meu objecto empírico propriamente dito, importa dizer que tendo a Ceres 200 (ex.) trabalhadores, homens e mulheres (empresa equilibrada quanto ao sexo), e sendo obviamente impossível considerar todos defini, então, os limites etários da amostra, considerando apenas homens e mulheres com idades superiores a 35 anos e inferiores a 65 anos, com a certeza de que estes (ex.) trabalhadores/as teriam mais anos de casa.

Não utilizei qualquer método probabilístico na selecção do meu objecto empírico, por isso, a minha pesquisa fundamenta-se numa amostra não probabilística por conveniência. Este tipo de amostras são as que se constroem com maior facilidade (muitas vezes através de amigos e amigos dos amigos), sendo as mais rápidas e baratas. Todavia, os resultados e as conclusões efectuados só se podem aplicar à amostra, não podendo ser extrapolados com confiança para o universo (Hill e Hill, 2005).

Esta investigação alicerça-se empiricamente num estudo de caso. Os estudos de caso são pertinentes quando aplicados a conjuntos relativamente pequenos e restritos, sendo particularmente úteis quando se procura captar a realidade estudada na sua globalidade. Este método de investigação é particularmente usado para a análise de empresas.

1.4. Estrutura do estudo

O presente estudo estrutura-se em cinco capítulos. O capítulo 1 é uma pequena introdução à investigação. O capítulo 2 contém uma revisão da literatura na qual se clarificam alguns conceitos importantes para a investigação. Parte-se de um conceito mais vago como sendo o de modernidade e termina-se com conceitos muito concretos como sendo o de desafiliação de Castel (1995) e o de desqualificação social de Paugam (2003).

No capítulo 3 aplica-se o modelo teórico de Gallie e Paugam (2000), na tentativa de apurar os factores de vulnerabilidade dos/as desempregados/as e os meios utilizados para enfrentar a situação de desemprego. No último ponto deste capítulo descreve-se,

ainda, a metodologia de investigação adoptada, enfatizando a importância das entrevistas neste estudo de caso.

No capítulo 4 apresenta-se e discute-se a amostra e o trabalho empírico recolhido.

Finalmente, no capítulo 5 apresentam-se as conclusões desta investigação, acentuando as suas limitações e contributos.

2. O trabalho e os seus desassossegos na era moderna

“O que está acontecer hoje é, por assim dizer, uma redistribuição e realocação dos ‘poderes de derretimento’ da modernidade” Zygmunt Bauman *in Modernidade Líquida*.

Se há tema que apoquentá os cientistas sociais, é a Modernidade. Diversos autores se têm debruçado sobre o tema da Modernidade e talvez a abordagem de Zygmunt Bauman (1998; 1999; 2001; 2003; 2007; 2008;) seja das mais críticas e completas. Este autor, partindo de estudos e reflexões de grandes cientistas da Escola de Frankfurt, retrata e caracteriza como ninguém o tempo em que vivemos. Bauman não se limita a falar da distância entre o presente e nosso passado mais recente, ele preocupa-se com a actualidade dos discursos. Bauman constata com precisão:

“ (...) a modernidade é a impossibilidade de permanecer fixo. Ser moderno significa estar em movimento. Não se resolve necessariamente estar em movimento – como não se resolve ser moderno. É-se colocado em movimento ao se ser lançado na espécie de mundo dilacerado entre a beleza da visão e a feiura da realidade – realidade que se enfeiou pela beleza da visão. Nesse mundo, todos os habitantes são nómadas, mas nómadas que perambulam a fim de se fixar. Além da curva, existe, deve existir, tem de existir uma terra hospitaleira em que se fixar, mas depois de cada curva surgem novas curvas, com novas frustrações e novas esperanças ainda não destroçadas” (1998: 92).

As sociedades modernas não são sociedades estáveis, são sociedades de desestruturação/reestruturação e de desequilíbrios constantes, e é o campo laboral que tem sofrido as mais abruptas transformações. A modernização tecnológica tem poupado trabalho, criando bases para reestruturar a produção de bens e serviços, os processos e a organização do trabalho.

Nesta investigação reconheço a centralidade do trabalho, porque não a reconhecer é ausentar-me teoricamente frente a questões significativas das novas extensões do capitalismo. É ocultar as questões políticas que envolvem as actuais relações de trabalho. Aqui, farei notar o quanto a realidade capitalista se faz sentir, embora com meios sofisticados que ajudam a camuflar o conflito entre capital e trabalho. Como U. Beck (2000) e Bauman (2001) acredito no rompimento do binómio capital/trabalho, hoje, o trabalho é local e o capital global. Nunca o capital foi tão global. Enquanto no passado as relações entre capital e trabalho pressupõem uma dependência recíproca, hoje somente o trabalho depende do capital. O capital é hoje menos ligado ao

território e livre para investir onde se apresentem as melhores condições. Se a relação entre capital e trabalho ainda existe é por pura conveniência do capital...

2.1. Modernidade: Reflexão em forma de contextualização

As sociedades modernas são alvo de profundas transformações que originam novas configurações a que damos o nome de modernidade. Vivemos um tempo de transformações sociais aceleradas das quais as dissoluções dos laços afectivos são o cerne da questão.

Segundo Bauman, a certeza e a transparência são apresentadas como o projecto da modernidade, mas num olhar mais atento este autor considera que “parecem mais produtos não antecipados de uma gestão da crise do que critérios pré-estabelecidos” (2007:112). Na verdade, a modernidade não passava de uma resposta involuntária que de acordo com Bauman (2007) se descreve como um tipo de ordem que não se assume como tal, muito menos como um projecto.

Quando falamos em modernidade podemos falar na acepção de Bauman de modernidade clássica (primeira metade do século XX) e de modernidade contemporânea (segunda metade do século XX). A primeira, mais “sólida”, condensada e sistémica e a segunda mais fluida, leve, líquida (Bauman, 2001). A modernidade clássica embora reflectisse normativamente sobre a sociedade e confiasse na ligação entre a acção intencional dos sujeitos e a transformação colectiva da sociedade, tinha uma tendência totalitária que fez ressaltar medos diversos, entre eles a incerteza do futuro. Assim, estamos perante uma modernidade contemporânea, “líquida” em que cada um por si procura ser flexível a lidar com as incertezas do futuro, mas em que ninguém se vê capaz de transformar a sociedade como um todo (Bauman, 2001).

Nesse sentido, Beck (2000), à semelhança de Bauman (modernidade líquida) fala de uma segunda modernidade (a actual), realçando que, quanto mais as relações e condições de trabalho são desregulamentadas e flexibilizadas, mais rapidamente a sociedade do trabalho se transforma em sociedade de risco. O trabalhador/a passa a ser polivalente e desnutrido de interrogações, o que, segundo o autor, pode levar à homogeneização das características e das formas de trabalho. Bauman e U. Beck têm

pensamentos semelhantes, ambos falam da desestruturação do mercado de trabalho e a emergência de novas formas de sociabilidade.¹²

Independentemente da distinção entre uma e outra modernidade, importa realçar nesta fase do meu trabalho que a modernidade não é apenas o período de secularização, é o período do Estado-Nação que se preocupa com o seu território (Bauman, 2001).

Todavia, o Estado apenas controlava a transparência do cenário onde os seus agentes eram obrigados a actuar, a batalha pela modernização não passava disso mesmo. Segundo Bauman, não passava de uma guerra onde o que contava “era o direito de controlar o ofício cartográfico” (1999: 37), ou seja, apenas estava imposto um único mapa social.

O Estado moderno é disciplinador e normativo, na medida em que o desenvolvimento de cada um e da sociedade são condicionados pelo dispositivo panóptico¹³. Para Foucault (1987), uma sociedade moderna significa indivíduos inseridos numa rede de poder que os torna úteis e dóceis aos interesses do sistema de produção capitalista.

Então, podemos dizer que a modernidade sólida tinha como objectivo a rigidez e o controlo. Algumas das referências da modernidade sólida eram a fábrica fordista, a burocracia, o panóptico e outras instâncias de poder. Segundo Bauman:

“Os principais ícones daquela modernidade eram a fábrica fordista, que reduzia as actividades humanas a movimentos simples, rotineiros, e de modo geral planeados, feitos para serem seguidos de forma mecânica e inquestionável, sem empenhar as faculdades mentais e mantendo afastadas toda espontaneidade e iniciativa individual; a burocracia, semelhante, ao menos em sua tendência inata, ao modelo ideal de Max Weber, em que as identidades e laços sociais dos funcionários eram depositados no guarda-volume ao entrarem, com chapéus, guarda-chuvas e sobretudos, de modo que apenas o comando e o livro de estatutos poderia guiar as acções dos internos enquanto estivessem lá dentro; o panóptico com suas torres de controlo e residentes que não podiam esperar nunca que seus supervisores tivessem um lapso de vigilância; o Grande Irmão, que nunca cochila, sempre rápido e diligente em recompensar os fiéis e punir os infiéis; e, por fim, o campo de concentração (ao qual mais tarde se uniria, no antipanteão dos demónios modernos, o *gulag*), o lugar onde os limites da maleabilidade humana eram testados em condições de laboratório, enquanto todos aqueles que se presume que não sejam maleáveis o bastante

¹² Note-se que estes autores não acham a desestruturação do mercado de trabalho má, até lhe encontram algumas vantagens. Porém, salientam que poderia ser melhor se o capital não assombrasse o trabalho, tornado mais evidente a maximização de lucro e a afirmação do neoliberalismo (ver Bauman, 2001; Beck, 2000).

¹³ O panóptico, para Foucault é uma máquina de vigilância que possibilita que alguns indivíduos consigam vigiar eficiente e permanentemente o comportamento de muitos, funcionando como uma espécie de laboratório de poder, isto é, uma maquinaria óptica graças à qual é possível fazer experiências e obter o controlo e a manipulação do comportamento dos indivíduos. O panóptico é, em último caso, o princípio de uma nova “anatomia política” que tem como finalidade não a instauração ou a manutenção de relações de soberania, mas as relações de disciplina. E a disciplina para Foucault, é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia. Ver *Vigiar e Punir* de Foucault (1987).

suposta ou realmente não eram maleáveis o suficiente são seleccionados para as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz” (2008:132-133).

Por isso, a modernidade sólida assume como destino a construção de um mundo controlado, no qual a liberdade de cada um é ultrapassada pela previsibilidade. As transformações que vêm ocorrendo no mundo actual, sobretudo no que diz respeito ao exercício do poder do Estado e do mercado, foram capazes de dissolver grande parte da rigidez e do peso da modernidade sólida. Agora, podemos falar de uma modernidade líquida caracterizada pela instabilidade, flexibilidade e fluidez em que não existem referentes para nos ancorarmos. Como diz Bauman:

“Depois da era do “grande engajamento” eram chegados os tempos do “grande desengajamento”. Os tempos de grande velocidade e aceleração, do encolhimento dos termos do compromisso, da “flexibilização”, da “redução”, da procura de “fontes alternativas”. Os termos da união “até segunda ordem”, enquanto (e só enquanto) “durar a satisfação” (2003:42).

O panorama é outro, o mundo controlado e previsível em que os líderes controlam e ditam o destino, deixa de existir passando o novo mundo a caracterizar-se pelo medo. Hoje quase que não existem líderes e até há quem não acredite no destino, vivemos uma era de medos, incertezas¹⁴, precariedade e fragilidade dos laços humanos (Bauman, 1998; 2001).

Estamos perante um “capitalismo leve” em que os indivíduos descobrem que não têm quem os guie e oriente, grande parte não sabe quais as regras e de que forma as suas acções podem mudar o curso dos acontecimentos (Bauman, 2001; Sennett, 2007). Actualmente, não há a necessidade do arranjo panóptico para que os superiores exerçam controlo sobre os demais, tornando-se difícil fazer planos e segui-los.

Nas palavras de Bauman:

“Os detentores do poder não têm o que temer e assim não sentem a necessidade das custosas e complicadas “fábricas de obediência” ao estilo panóptico. Em meio à incerteza e à insegurança, a disciplina (ou antes a submissão à condição de que “não há alternativa”) anda e se reproduz por conta própria e não precisa de capatazes para supervisionar seu abastecimento constantemente actualizado” (2003:43).

Deste modo, é possível afirmar que a acção colectiva não é o efeito colateral dos tempos líquidos, mas é o exemplo de que as novas formas de exercer poder vêm os

¹⁴ É importante dizer que Bauman (2001) ao contrário de U. Beck não olha a questão da incerteza como nova, ele acha que o trabalho sempre foi carregado de incerteza, embora actualmente a individualização acentue isso.

laços sociais como entrave, o desprendimento e a fuga são ferramentas actuais (Bauman, 2001). Mas “sólida” ou “líquida”, falamos de modernidade e uma sociedade não é mais ou menos moderna que outra, porém, é fulcral salientar as suas diferenças. Primeiro, devemos reforçar o facto de já não se viver na ilusão de que o caminho tem um fim, há sim incerteza e uma pluralidade de fins para serem escolhidos. Segundo, há uma privatização e desregulamentação, (Bauman, 1998; 2008) na medida em que o que era feito colectivamente foi delegado para a administração própria de indivíduos. As consequências disto são muito profundas, por isso, nas secções que se seguem farei a caracterização deste novo cenário.

2.1.1. Reestruturação da esfera produtiva

Na secção anterior falámos da modernidade, mas não podemos esquecer que quando falamos em modernidade salta à vista o conceito de globalização. Vários autores se debruçaram sobre esta questão, por exemplo, Giddens (1990) defende que a globalização é construída através da expansão da modernidade, para ele a globalização é iminentemente modernizadora. Robertson (1992) considera a modernidade um processo distinto da globalização e Bauman (1999) constata que a idade global é o período que segue à modernidade. Se para uns a globalização é um objectivo que deve ser alcançado, é um desejo, para outros é o sinónimo de risco e precariedade, é a responsável por muitos dos males da sociedade moderna.

Não existe uma definição unívoca e consensual do conceito e dos seus significados e consequências (Santos, 2001). Na concepção de Boaventura de Sousa Santos (2001), aquilo que designamos por globalização são conjuntos diferenciados de relações sociais, sendo que diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Por isso, não existe apenas uma globalização, existem sim globalizações.

No entanto, quando falamos em globalização surge automaticamente outra noção, a de mudança, e a mudança associada aos processos de globalização assume formas económicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas que se relacionam entre si de forma complexa. Na perspectiva de Bauman (1999), a globalização é o processo de desordem da economia e das relações sociais.

A globalização diz respeito a todos/as e leva a percursos imprevistos, ou seja, não há como planear os caminhos a serem ambicionados, simplesmente acontecem. Para este trabalho, a questão da globalização parece-me pertinente na medida em que está ligada à origem e expansão da lógica de produção capitalista, os sinais da globalização fazem-se sentir em vários campos sociais, mas é no campo produtivo que mais se fazem sentir.

Pensar a globalização é importante para reflectir sobre as formas de organização do trabalho decorrentes das mudanças culturais, económicas e políticas do mundo contemporâneo ligadas à reestruturação social e económica.

Partindo da relação entre a divisão do trabalho e a estrutura social ou, por outras palavras, da ligação entre a inserção produtiva e a reprodução social, interessa dar ênfase às transformações nos processos de organização e controlo do trabalho no âmbito da produção capitalista e às suas determinações na esfera das relações sociais entre capital e trabalho. Mais ainda, interessa explicar as novas tendências de organização do trabalho e as suas implicações para a estrutura social. Se olharmos a divisão do trabalho como princípio de organização da vida material, devemos discutir em que medida as formas de organização do trabalho são determinantes para a integração social entre as diversas camadas da estrutura social.

Uma das contribuições mais importantes desta perspectiva está na análise sobre as mudanças nos processos de controlo do trabalho- que se observam na passagem do chamado regime fordista de produção para o regime de acumulação flexível- e nas suas implicações para a dinâmica da formação da estrutura social.

O modelo fordista foi para Lipietz (1992) um modelo de industrialização, de acumulação e de regulação, uma combinação de formas de ajuste das expectativas e do comportamento contraditório dos agentes individuais aos princípios colectivos do regime de acumulação. O paradigma industrial incluía o princípio taylorista¹⁵ da racionalização, juntamente com a constante mecanização, mas começou a apresentar sinais de exaustão a partir da instauração de um processo de mudança do sistema capitalista de produção, produtividade e emprego na maioria dos países. Nesse sentido, o modelo fordista conheceu grandes transformações, como a reestruturação da produção em massa, através de combinações de automação e novas relações no

¹⁵ Não se pode esquecer que o modelo taylorista/fordista é autoritário, com disciplina rígida, formação técnica e específica do indivíduo, tomando este como mero apêndice da máquina e separando o trabalho intelectual do trabalho manual.

mercado de trabalho que possibilitaram uma maior flexibilidade da produção. Falamos então do pós-fordismo cujos aspectos são o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando uma descentralização da produção (Antunes, 2000; Kovács, 2002; Costa, 2008).

Harvey (1994) considera a acumulação flexível a nova configuração do modo de produção capitalista, embora a lógica da acumulação capitalista e das suas tendências de crise permaneçam. Este autor afirma que a acumulação flexível entra em confronto com a rigidez do fordismo. Na sua perspectiva ela apoia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo e caracteriza-se por novos sectores de produção, novos mercados e mais inovação.

A revolução tecnológica em curso faz-se acompanhar de mudanças na organização da produção: reorganização do processo produtivo e do processo de trabalho. O mercado de trabalho tem igualmente passado por uma radical reestruturação assente, por exemplo, em regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, tendência instalada para a redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado¹⁶. Nesse sentido, a flexibilidade do mercado de trabalho e do processo de trabalho significa, para a maioria dos autores, subemprego, desemprego, trabalho precário, temporário, maiores riscos.

Para Beck (2000), a sociedade do trabalho está a tornar-se uma sociedade de riscos, tendo como referência o Brasil, diz-nos que as relações de trabalho na Europa caminham para o trabalho precário, alertando para o trabalho informal¹⁷, que como sabemos é um escape para a falta de empregos.

Partindo de uma abordagem não determinista em relação à problemática da flexibilidade, é possível sustentar a tese segundo a qual a flexibilidade de trabalho tanto pode conter riscos (precariedade de emprego, segregação no mercado de trabalho, remunerações baixas e irregulares, ocupações pouco qualificadas, ausência ou escassez de oportunidades de formação, conflito com a vida familiar e agravamento das desigualdades sociais e de género), como abrir portas de oportunidade (possibilidade de uma participação laboral mais adequada às necessidades e aspirações individuais,

¹⁶ De acordo com José Reis (1992) a subcontratação é um fenómeno em expansão que é, frequentemente, o resultado de um processo denso de especialização, assente em formas de intensa divisão do trabalho industrial organizadas localmente.

¹⁷ Brazilianização do Ocidente – ver U. Beck (2000).

melhoria das qualificações, acesso a empregos bem remunerados, melhor articulação com a vida a familiar/pessoal, maior controlo sobre o tempo, melhoria da qualidade de vida e modernização das relações de género) (Casaca, 2005; Kovács, 2005).

De acordo com Ana Duarte, a flexibilidade aparece nas últimas décadas como um instrumento importante de modernização das empresas. As análises dominantes acerca da evolução do trabalho apresentam a flexibilidade como a expressão de uma necessidade histórica capaz de libertar o trabalho da rigidez que esteve na base da crise do modelo de produção e de consumo Taylorista\Fordista (Duarte, 2010). Estas transformações do capitalismo mundial, que atingem a sua complexidade nos anos 80, redefiniram os parâmetros produtivos, tecnológicos, de concentração de capitais, de globalização e instabilidade financeira.

Portanto, a reestruturação do capitalismo ocorre no processo de globalização, induzindo novas tecnologias e novos padrões de gestão e de organização do trabalho. Os elementos desta passagem para um novo capitalismo devem ser enfatizados: maior flexibilização; descentralização das empresas e organização em rede; fortalecimento do papel do capital face ao trabalho; mulheres integradas no trabalho remunerado; intervenção estatal para desregulação dos mercados; desfazer do Estado de bem-estar social e aumento da concorrência económica global. Estas mudanças nas formas de gerir e organizar o trabalho instituem estratégias pelas quais o capitalismo tenta superar a crise do fordismo (Toni, 2003).

Podemos dizer que na sociedade industrial e moderna o trabalho passou a suportar-se de critérios economicistas e produtivistas, abrangendo apenas actividades passíveis de produzirem riqueza e de serem objecto de troca no mercado. Hoje, mesmo com as transformações no modelo de regulação fordista, as elevadas taxas de desemprego, a insegurança do emprego e a crise do Estado-providência, prevalece uma concepção tradicional de trabalho (Méda, 1999; 2001; Casaca, 2005).

Temos vindo a assistir a um processo acelerado de transformação que, como tenho salientado, provocou profundas alterações no mercado de trabalho. O trabalho hoje é exterior ao individuo (Méda, 1999; 2001). Por isso, é possível afirmar que o novo ambiente é marcado pela globalização económica, mudanças tecnológicas, flexibilização dos contratos e crescente individualismo, entre outros aspectos que se traduzem numa profunda complexidade. Os empregadores têm aproveitado este ambiente marcado por novas formas de organização do trabalho para reduzir custos, em

particular os custos de trabalho, deslocando os riscos para os/as trabalhadores/as e para as empresas subcontratadas (Duarte, 2010).

Mas, na perspectiva de Costa (2008), as características do pós-fordismo não romperam na totalidade com a rotina fordista. Este autor partilha a ideia de Sennett de que nos encontramos num beco sem saída, por um lado a ideia de flexibilidade implica acabar com a rotina nos sectores dinâmicos da economia, por outro lado, a maior parte do trabalho ainda está inscrito no espírito fordista, isto porque muitos trabalhos continuam a envolver actividades bem rotineiras (Sennett, 2000; 2007).

Apesar das ambiguidades do pós-fordismo Hermes Costa alerta para os impactos das formas pós-fordistas de organização do trabalho, pois acredita, tal como Muckenberger, Stroh e Zoll, que os/as trabalhadores/as são economicamente especializados/as e culturalmente diferenciados/as e que os velhos ramos de actividade e carreiras industriais estão a desaparecer, sendo que os novos empregos crescem no sector dos serviços (Muckenberger, Stroh e Zoll *in* Costa, 2008).

Nesse contexto, podemos dizer que alguns sectores, como o da indústria, passam da produção em massa para a produção flexível. O fordismo dá lugar a um modelo em que os/as trabalhadores/as passam a desempenhar múltiplas funções e a pensar sobre o processo de produção. Contudo, parte do sector de serviços segue o caminho contrário, passa a incorporar as características do fordismo, os seus trabalhadores/as passam a ter rotinas de trabalho, rígido controlo do tempo e actividades que se tornam quase mecânicas. Deste modo, as características do fordismo, típicas da modernidade *sólida*, não desapareceram na modernidade *líquida*. (Beck, 2000; Bauman 2001; Sennett, 2000; 2007).

Segundo Sennett (2000), o trabalho flexível degradou o trabalho de ofício e veio romper com a rotina e a burocracia, mas ainda não conseguiu superar o trabalho fordista. Nas palavras do autor precarizou o trabalho e os/as trabalhadores/as. A precariedade assume-se, assim, nas palavras de muitos como a maior e pior consequência da reestruturação da esfera produtiva e não podemos esquecer que é um fenómeno que se correlaciona com a flexibilidade (Rebelo, 2004).

O conceito de precariedade¹⁸ é um conceito polissémico (*idem, ibidem*) que deve ser definido com rigor. De acordo com Sara Casaca (2005), a precariedade,

¹⁸Convém aqui reforçar que a precariedade de que falo no presente estudo é a precariedade dos indivíduos e não a precariedade do trabalho ou do emprego. No estudo de caso não me deparei com a precariedade da relação laboral, mas com a precariedade de que foram vítimas os trabalhadores e trabalhadoras após o encerramento da sua

nomeadamente a laboral pode estar relacionada com aspectos formais e jurídicos e ser analisada a partir do grau de (in) satisfação com as condições de trabalho, motivações e recompensas intrínsecas decorrentes da situação de trabalho.

Deste modo, parece-me importante seguir a conceptualização de Sara Casaca (2005) que demonstra que a precariedade da relação de trabalho pode ser analisada à luz das duas dimensões, uma objectiva e outra subjectiva. No primeiro caso, a dimensão objectiva trata-se de precariedade de direito, relacionando-se com os aspectos formais e jurídicos que contornam a relação de trabalho. Ou seja, é possível atribuir à precariedade as relações contratuais não permanentes, associadas a um nível reduzido de protecção social – como contratos a termo certo e incerto, prestações de trabalho temporário, trabalho autónomo, falsos recibos verdes, etc. Ainda, no que refere à dimensão objectiva da precariedade, Sara Casaca entende que não se deve perspectivar o contrato por tempo indeterminado como o reverso da precariedade. Pois, o estatuto de emprego pode não ser precário, mas a relação de trabalho sim. A precariedade da relação laboral não se esgota na fragilidade jurídica, pelo que importa atender a outras variáveis que enformam as condições de trabalho (Casaca, 2005; Kovács, 2005).

A precariedade laboral cuja dimensão é objectiva, na linha Paugam (2000), permite incorporar: a ocupação de postos de trabalho pouco ou nada qualificados; as funções de pobre conteúdo e pouco valorizadas no contexto empresarial/organizacional; as condições penosas de trabalho que colocam em risco a saúde física e psicológica dos/as trabalhadores/as; as fracas ou nulas oportunidades de qualificação, progressão e desenvolvimento profissional; o baixo nível de remuneração e a inadequação da função exercida em relação às qualificações obtidas.

Já a dimensão subjectiva traduz-se no grau de (in) satisfação com as condições de trabalho em geral e as próprias motivações e recompensas intrínsecas decorrentes da situação de trabalho. Assim, um/a trabalhador/a com contrato de duração indeterminada, insatisfeito com a sua função, que sente que não retira quaisquer recompensas intrínsecas do exercício da actividade, é à luz desta dimensão, um/a trabalhador/a precário/a (Casaca, 2005). Se, por um lado, à precariedade do emprego está subjacente o vínculo contratual, por outro lado, à precariedade do trabalho estão subjacentes as trajectórias individuais dos/as trabalhadores/as. E para Casaca (2005) é o

actividade profissional. Podemos dizer neste caso que a precariedade está patente na fragilização em que se encontram os (ex.) trabalhadores e as trabalhadoras da Ceres.

culminar destes dois tipos de precariedade que leva a um terceiro tipo de precariedade, à precariedade social. A precariedade social traduz, assim, o processo de fragilização e isolamento social que resulta da progressiva erosão dos recursos de qualificação e económicos, da perda de motivação para procurar alternativas e de auto-estima, da privação de protecção social, da degradação dos laços sociais e dos apoios afectivos (Casaca, 2005; Kovács, 2002; Paugam, 2003; 2000; Hespanha, *et al.*, 2001; Rebelo, 2004; Bauman, 1999).

De modo a clarificar a questão da precariedade social introduzo o conceito de *desqualificação social* de Paugam (2003) que ajuda a entender este lado subjectivo da precariedade e que vai para além da tão falada precariedade laboral. A desqualificação social é um conceito utilizado por Serge Paugam e refere-se àqueles/as “que não participam plenamente na vida económica e social”. Nesse sentido, ao analisarmos a desqualificação social dos indivíduos estamos a “estudar a diversidade dos estatutos que os caracterizam, as identidades pessoais, quer dizer, os sentimentos subjectivos da própria situação que vivem no decurso de várias experiências sociais e, enfim, as relações sociais que mantêm ente si e com os outros” (2003: 24-25).

Também Castel (1995) dá o seu parecer e descreve o culminar na precariedade social como um processo de desafiliação. *Desafiliação* remete para a perda de vínculo com algumas esferas, ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido. Ou seja, não é o mesmo que exclusão, porque o indivíduo não é excluído, não vive em ausência completa de vínculos, mas é vítima de alguma desprotecção social e dissolução dos laços sociais. Mas não podemos esquecer que a precariedade social pode originar exclusão. Com as profundas alterações no domínio do trabalho e no estatuto do trabalho assalariado, o risco de exclusão, sobretudo, do mercado de trabalho faz parte daquilo a que Castel (1995) chama de *supranumerários*¹⁹. Este é o segmento social de cidadãos que demonstra estar condenado à exclusão do processo produtivo e fora da relação capital-trabalho, isto é, estamos diante de pobres de quem o capital já não precisa mais (1999, Bauman). Para Bauman: “Alguns podem mover-se para fora da localidade – qualquer localidade quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade em que habitam movendo-se sob os seus pés” (1999:25).

¹⁹ Grupo constituído por aqueles que não conseguem uma relação laboral estável, que estão desempregados e que vão deixando de ser reconhecidos pela comunidade, que não possuem um lugar demarcado na sociedade e cujas instituições sociais deixam de considerar como cidadãos, negando-lhes qualquer solidariedade (Castel, 1995).

2.2. Fábrica: quando as portas se fecham

Quando falamos em fábrica temos obrigatoriamente que falar em movimento operário. O movimento operário nasce no apogeu do sindicalismo, logo o sindicato assume-se como o intermediário que pode assumir formas mais revolucionárias ou mais reformistas.

A história do movimento operário só faz sentido em relação com o capitalismo. Este movimento desponta nos finais do séc. XVIII e é no séc. XIX que o capitalismo selvagem faz emergir o operariado como classe (Thompson, 1987). Portanto, podemos dizer que o/a operário/a tem uma consciência de classe, na medida em que ele/a próprio/a pode dar sentido à sua acção. O que não podemos esquecer é que esse sentido não se reduz à sua consciência. A sua subjectividade é definida a partir das relações de produção, da dominação presente nessas relações e do sentimento que ele/a tem de ser afastado daquilo que produz (Wieviorka, 2008).

No entanto, hoje o movimento operário está em declínio. Já não falamos da dominação ou da opressão que originavam a consciência operária da era industrial, mas dos operários enquanto sujeitos individuais. Nas palavras de Michel Wieviorka (2008), podemos dizer que actualmente os sindicatos têm dificuldade em tratar os problemas dos sujeitos, pois os sujeitos são definidos como seres morais e já não como trabalhadores.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, o movimento operário viveu os últimos tempos como movimento social e o cenário social era contemplado pela mudança de sociedade, ou seja, a passagem da era industrial para a era pós-industrial. O movimento operário perdeu, então, protagonismo e afirmaram-se novos movimentos sociais. Para alguns cientistas sociais esta visão não é consensual. Por exemplo, para Daniel Bell (1974) falar da sociedade pós-industrial no fim dos anos 70 significou a ampliação da sociedade industrial e não um novo tipo de sociedade caracterizada pela força de trabalho centrada em serviços de que falava Touraine (1969).

Podemos acrescentar que a passagem do taylorismo/fordismo para o pós-fordismo reduziu o proletariado industrial, fabril, especializado e deu lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho. Hoje falamos de um novo proletariado fabril marcado pelo trabalho precário ou pela constante ameaça de encerramento das fábricas. Na era do taylorismo e posteriormente do fordismo os/as operários/as da fábrica participavam

menos, mas tinham uma “relação” com o que produziam e com o patrão. Hoje, os/as operários/as modernos/as participam mais nos projectos da fábrica, mas tem uma estranha “relação” com o que produzem e com o patrão (Antunes, 2000).

Ora, no presente trabalho pretendo abordar os processos inerentes ao fecho de uma fábrica e esclarecer o modo como tais processos implicam consequências para os indivíduos neles envolvidos. Procurarei explicar de forma sumária o fenómeno das deslocalizações, das insolvências ou encerramentos das empresas e respectivas consequências na vida dos/as trabalhadores/as.

2.2.1. As deslocalizações

As discussões em redor das transformações do mundo do trabalho acompanham “fenómenos como o do declínio do sector industrial e o aumento da importância dos serviços, da procura por parte das empresas de mão-de-obra flexível, do aumento da segmentação e dualidade dos mercados de trabalho, do aumento das situações de trabalho precário ou atípico, do aumento do desemprego estrutural e em massa. (...) Deste ponto de vista, o paradigma pós-fordista é associado à crescente insegurança e desestruturação do mundo do trabalho instituído no pós-guerra, expandindo-se esta em cinco planos: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança no rendimento, insegurança na contratação e negociação, e insegurança nas formas de representação e de participação do trabalho” (Ferreira, 2003: 66).

Assim, não obstante o que foi dito na secção anterior, gostaria de acrescentar que o cenário de precariedade também se pode justificar com a existência de processos de produção e serviços organizados à escala global afectados pela competitividade. Segundo Kovács (2002), esta competitividade provocou processos de deslocalização, de encerramentos de fábricas/empresas e despedimentos, não esquecendo, porém, que as deslocalizações são motivadas pela procura de produção a custos mais reduzidos. Para Kovács é possível deduzir que estas ocorrências também têm desenvolvido a reestruturação das empresas, tendo como finalidade a racionalidade da organização de trabalho e ao mesmo tempo a precarização do emprego e consequentemente dos indivíduos (*idem*).

Então, importa esclarecer o fenómeno de deslocalização de empresas que segundo E. Lahille (1995) tem origem na transferência da totalidade ou parte das actividades ou funções de uma empresa de uma determinada zona de origem para outro local do território, situado noutra bacia de emprego. Por vezes esta transferência origina novas unidades ou estabelecimentos e implica o encerramento da totalidade ou parte das unidades existentes com a consequente supressão de emprego.

Para Villemus (2007), as deslocalizações podem assumir diferentes formas: deslocalização captiva (a empresa decide guardar o domínio da sua produção); deslocalização externalizada (a empresa confia a produção na zona de acolhimento a um fabricante local ou serve-se de uma empresa subcontratada); deslocalização total ou pura (os bens e serviços produzidos no estrangeiro regressam na totalidade ao mercado de origem); deslocalização parcial (os bens produzidos regressam em parte ao mercado de origem e são consumidos em parte pelo país estrangeiro) e deslocalização de conquista (a empresa investe num país estrangeiro sem se deslocalizar, apenas procura um novo mercado).

O mais importante da perspectiva de Villemus (2007) e que aqui interessa salientar é que as deslocalizações puras destroem directamente empregos, na medida em que implicam fechar ou reduzir uma actividade. Por sua vez, a deslocalização de conquista não é sinónimo de destruição de empregos, não os cria no país de origem mas também não os destrói, podemos dizer que implica investimentos que podem ser benéficos para o país de origem. Podemos dizer segundo Villemus que “as deslocalizações são um investimento no estrangeiro, mas que nem todo o investimento no estrangeiro é uma deslocalização” (2007:53).

Quando não falamos em deslocalizações podemos falar da ameaça constante por parte das administrações de que a empresa poderá encerrar a qualquer momento se não cumprirem os objectivos estipulados. Por exemplo, se não concordarem com a flexibilidade horária, se não adoptarem novos ritmos de trabalho, etc. Isto faz, sobretudo, com que aumente a pressão sobre os/as trabalhadores/as (Duarte, 2010).

Antes o capital estava ansioso para absorver quantidades de trabalho cada vez maiores, hoje reage com nervosismo às notícias de que o desemprego está a diminuir e através dos plenipotenciários do mercado de acções, premeia as empresas que demitem e reduzem os postos de trabalho (Bauman, 1999).

2.2.2. As insolvências

Portugal tem sido bombardeado por notícias de fecho de empresas, e o conceito de insolvência tem entrado porta a dentro dos/as portugueses/as. Este foi o primeiro clique para estudar uma empresa em processo de insolvência. Citando Nuno Aguiar (2010) do *Jornal Ionline* “ a crise continua a deixar um rasto de destruição no tecido empresarial português. Entre Janeiro e Agosto deste ano (2010), o número de insolvências aumentou 51,2%, em comparação como o período homólogo de 2009”. O autor acrescenta ainda que “ os sectores mais afectados continuam a ser a indústria transformadora e a construção. Apesar de já serem líderes, estes foram também os sectores onde se registaram maiores subidas nas insolvências: 12,6% e 10%, respectivamente”.

Desta forma, a questão da insolvência de uma empresa e respectivos constrangimentos na vida dos/as trabalhadores/as é algo que gostaria de enfatizar neste trabalho. Pretendo referir-me à insolvência de empresas, mas não posso deixar de frisar que as insolvências de particulares²⁰ também se têm vindo afirmar. De acordo com Ana Faria (2011) “só este ano já entraram em insolvência 1116 pessoas”.

De forma muito genérica podemos dizer que a *insolvência* é um processo jurídico que ocorre quando existe a impossibilidade de uma empresa ou de um individuo cumprir as obrigações vencidas, podendo esta situação ser revertível. Recorrendo a uma linguagem mais técnica, é um processo de execução universal que tem como finalidade a liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores, ou a satisfação destes pela forma prevista num plano de insolvência – art.º 1º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE). Estão sujeitos ao processo de insolvência as pessoas singulares, as pessoas jurídicas e os patrimónios autónomos – art.º 2º do CIRE (Serra, 2004).

Contextualizando, importa referir que até Setembro de 2004 vigorou outro código, o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e Falência (CPEREF) – aprovado pelo DL nº 132/1993, de 23 de Abril – que atribuía dois tipos de classificação

²⁰ Nos termos dos artigos 235º e seguintes do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa (CIRE), ao insolvente pessoa singular pode ser concedida a exoneração das dívidas da insolvência, quando os correspondentes créditos não sejam integralmente pagos no processo de insolvência ou nos 5 anos posteriores ao seu encerramento. O CIRE (Código que sucedeu o CPEREF – Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência) insere-se numa evolução que alargou o campo de aplicação do instituto, desde os tempos em que a falência era privada dos comerciantes. Segundo o nº 1 do art.º 2º, o processo de insolvência aplica-se agora a todas as pessoas singulares ou colectivas e às sociedades civis, mas também a entidades não personificadas, por exemplo, as heranças jacentes (ver Fernandes e Labareda, 2009:68-69).

dependendo da profundidade das dificuldades financeiras da empresa. Classificava uma empresa como insolvente quando esta se encontrasse impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações, em virtude do seu activo disponível ser insuficiente para satisfazer o seu passivo exigível. Ou, ainda, em situação económica difícil quando, não sendo considerada em situação de insolvência, indiciasse dificuldades económicas e financeiras, designadamente por incumprimento das suas obrigações (DGA], 2004). Este regime era assim composto por dois processos aplicáveis aos sujeitos insolventes, o processo de falência e o processo de recuperação de empresas, sendo que o último foi consagrado como prioritário (Serra, 2004).

Contudo, com a entrada em vigor do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), a 14 de Setembro de 2004 passou a existir uma definição mais ampla, deixando de haver referência às empresas em situação económica difícil que passam a ser consideradas insolventes. Os n.º 1 e 2 do art.º 3º do CIRE referem que uma empresa é insolvente quando se encontra impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações vencidas ou quando o seu passivo seja manifestamente superior ao seu activo (*idem, ibidem*). Com este novo regime o processo de insolvência é agora o único processo admissível e a recuperação uma das suas finalidades, em alternativa à liquidação (Serra, 2004).

O CIRE insere-se, assim, segundo Fernandes e Labareda (2009) num movimento de reformas, iniciado no último quartel do séc. XX, de que após várias décadas de imobilidade, foi alvo o regime de falência no nosso sistema jurídico.

Muitas vezes a insolvência é confundida com a falência²¹ e vice-versa, por isso, importa esclarecer o conceito de insolvência e o de falência. A insolvência, como já se referiu, implica uma impossibilidade da empresa cumprir as obrigações vencidas, podendo esta situação ser revertível. Por outro lado, a falência pressupõe a inviabilidade económica

²¹ Apesar da sua distinção clássica ter sido eliminada do CPREF, o que permitiu a unificação dos trâmites do processo de falência, com o CIRE esta distinção torna-se importante. Embora a designação de insolvência sirva quer para a recuperação da empresa quer para a sua liquidação quando já não tem hipóteses de recuperar – está falida –, pois o CIRE consagra um único processo – dito de insolvência. Mas contraditório ou não, o CIRE ressalva no seu art.º 16º: a legislação especial sobre o consumidor, quanto a procedimentos de reestruturação do passivo; o procedimento de conciliação do Decreto-Lei n.º 315/98, de 20 de Outubro, que se mantém em vigor e a legislação especial relativa a contratos de garantia financeira (ver Fernandes e Labareda, 2009:86).

Frisei o Decreto-lei n.º 315/98, de 20 de Outubro, mas também não posso deixar de referir o também promulgado Decreto-Lei n.º 316/98 que aparece como uma medida de natureza administrativa – o processo de conciliação – também dirigida para a recuperação de empresas e com mediação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI). Este meio de recuperação tem subjacente um acordo entre a empresa e todos ou alguns credores (ainda em vigor e exterior ao processo de insolvência) (ver Fernandes e Labareda, 2009: 58).

da empresa e a sua não recuperação financeira, constituindo, desta forma, uma situação irreversível (Oliveira, 2008).

Nesta investigação acolhi o conceito de insolvência com a consciência de que tem um carácter económico e judicial, que o torna mais difícil de operacionalizar. Nesse sentido, é importante começar por dizer que a declaração de insolvência pode ser requerida por um conjunto de actores (Devedor, Credor e o Ministério Público) e pode ser de dois tipos, insolvência real e insolvência presumida. Segundo o CIRE, o devedor, o credor e o Ministério Público são os únicos que podem pedir a declaração de insolvência. No caso de uma empresa os credores podem ser, por exemplo, os próprios trabalhadores (por causa dos salários em atraso sentem-se credores da empresa) os fornecedores e a segurança social. No que respeita aos tipos de insolvência, o CIRE também nos diz que a insolvência real dá-se sempre que as dívidas excederem a importância dos bens do devedor. Já a insolvência presumida necessita de dois requisitos: primeiro, o devedor não deve possuir outros bens livres para nomear à penhora, segundo, só se dá quando forem apreendidos judicialmente os bens do devedor (Insolvência, 2009).

Mais precisamente, o processo de insolvência inicia-se com a declaração de insolvência do devedor, sendo o momento da reunião da assembleia de credores²² para apreciação do relatório do administrador de insolvência²³, nomeado pelo tribunal (reunião que se

²² É um órgão deliberativo do processo de insolvência e manifesta a vontade do conjunto dos credores, ocupando uma posição prevalente. Cabe à assembleia de credores: dar acordo à prestação de alimentos ao insolvente e trabalhadores com créditos sobre a empresa (art.º 84º); apreciar o relatório do administrador de insolvência (art.º 156º); deliberar sobre o encerramento ou manutenção da actividade da empresa (art.º 156º); encarregar o administrador de insolvência de elaborar um plano, deliberando, correlativamente, sobre a suspensão da liquidação e da partilha (art.º 156); dar consentimento à prática da liquidação (art.º 161); dar acordo ao requerimento do administrador da insolvência para prosseguimento da liquidação e da partilha, se não houver comissão de credores (art.º 206º); aprovar o plano de insolvência (art.º 209º); deliberar sobre a proibição, pelo juiz, da prática de actos pelo insolvente a quem caiba a administração da massa insolvente (art.º 226º); deliberar sobre o encerramento do processo por insuficiência da massa insolvente (art.º 232º); deliberar sobre a atribuição, ao fiduciário, no caso da exoneração do passivo restante, de poder de fiscalizar o cumprimento das obrigações do devedor (art.º 241º).

²³ A nomeação do administrador de insolvência é de competência do juiz, devendo ser feita no dia da declaração de insolvência. O juiz deve acolher as indicações do devedor ou da comissão de credores (se existir) e a escolha do administrador deve recair na lista oficial de administradores de insolvência. A decisão do juiz não é definitiva (art.º 53º). O administrador deve iniciar funções logo que lhe seja notificada a nomeação. Ao administrador de insolvência cabe levar a cabo a apreensão dos bens para a massa insolvente, devendo os mesmos ser-lhe entregues imediatamente (art.º 149º e 150º), a par disto deve registar prontamente a apreensão dos bens cuja penhora esteja sujeita a registo (art.º 152) e fazer um inventário do bens e direitos que integram a massa (art.º 153º). A administração e disposição dos bens da massa insolvente são, por norma, atribuídos ao administrador (art.º 81º). O administrador intervém na restituição e separação dos bens indevidamente apreendidos para a massa insolvente, no destino de negócios jurídicos em que seja parte o insolvente, na resolução de negócios celebrados pelo insolvente antes da declaração de insolvência, na impugnação pauliana de tais negócios e na verificação dos créditos. No fim do processo cabe-lhe as tarefas relativas à liquidação da massa insolvente (art.º 156º e seguintes) e ao pagamento aos credores (art.º 172º e seguintes). O administrador tem outras funções durante o desenvolvimento do processo de insolvência, mas não me parece apropriado esmiuçá-las todas aqui, termino apenas focando que as funções do administrador de insolvência são fiscalizadas pelo juiz (art.º 58º) e pela comissão de credores (art.º 68º), mas por outro lado, a sua actividade é exercida em colaboração com esta comissão (art.º 68º e ainda art.º 55º), o

realiza 45 a 75 dias depois da declaração de insolvência). É nesta reunião que se escolhe entre a continuidade da empresa ou o seu encerramento definitivo, que se nomeia uma comissão de credores²⁴ (caso não tenha sido nomeada pelo juiz) e que se atribui ao administrador judicial o encargo de elaborar um plano de insolvência. E é a partir de lida a sentença que os credores têm 30 dias para reclamar créditos²⁵ (Serra, 2004).

Resumindo, por uma situação de insolvência entende-se a situação em que o devedor “se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas” [art.º 3º], assentando esta em dois elementos: a “impossibilidade de cumprir;” e o “vencimento das obrigações” que por sua vez implicam uma análise do conjunto do passivo da empresa e das circunstâncias que determinaram o incumprimento.

De forma a garantir maior e mais eficaz responsabilização dos titulares da empresa e dos administradores de pessoas colectivas foi criado o incidente de qualificação da insolvência, que é desencadeado oficiosamente em todos os processos de insolvência, independentemente do seu sujeito ou do processo ser encerrado por insuficiência da massa insolvente, e que tem como finalidade apurar se a insolvência é fortuita ou culposa²⁶.

Entende-se que é culposa quando a situação de insolvência tenha sido criada ou agravada em consequência de actuação dolosa ou com culpa grave do devedor ou dos seus administradores de direito ou de facto.

A qualificação da insolvência como culposa tem sérias consequências para os visados, que vão desde a sua inabilitação e inibição para o exercício do comércio ou de certos cargos, até à condenação a restituir bens ou direitos já recebidos para pagamento dos créditos sobre a insolvência.

Margarida Oliveira socorre-se do conceito de insolvência do CIRE para definir o conceito central do seu estudo, ou seja, empresas em dificuldades financeiras. Deste estudo faço uma utilização dos indicadores de debilidade financeira de uma empresa a

administrador vai sempre prestando contas a estes órgãos da insolvência. No que concerne à sua remuneração, se o administrador for nomeado pelo juiz é prevista no seu estatuto, se for eleito pela assembleia de credores, compete a esta deliberar sobre a remuneração (art.º 60º).

²⁴ A comissão de credores é o órgão representativo da generalidade dos credores e a sua caracterização está no art.º 66º, nº 1 a 3, onde se refere a representação, pela comissão de credores, das várias classes de credores. Este órgão não é de existência necessária e o juiz pode nem o nomear.

²⁵ O tratamento dos créditos deve ser igualitário, segundo a qualidade dos mesmos, o património do insolvente deve ser repartido pelos seus credores (art.º 128º).

²⁶ Conforme os art.º 186º e 189º do CIRE relativos ao incidente de qualificação da insolvência.

que a autora se reporta: o rácio da dívida elevado²⁷, o fundo de maneiio negativo²⁸ e a diminuição do volume de vendas não associada aos ciclos de negócio²⁹ (Oliveira, 2008). Para explicar cada um dos indicadores recorro à conceptualização de Margarida Oliveira. A autora diz-nos que o rácio da dívida quando elevado cria dificuldades financeiras à empresa, podendo esta perder a capacidade financeira. No que concerne ao fundo de maneiio negativo, devemos ter presente que o mesmo origina atrasos de cumprimento de obrigações. Por último, a diminuição do volume de vendas não associada aos ciclos de negócio origina uma quebra nos resultados e pode deixar a empresa vulnerável (Oliveira, 2008). Estes indicadores explicitam as causas de insolvência, tornando-se importante percebê-las para estabelecer uma relação entre este processo e a vida dos/as trabalhadores/as.

Porque todos os anos milhares de pessoas perdem o seu emprego na sequência do desaparecimento da empresa onde trabalham, coloca-se o problema de saber como pode o trabalhador receber as indemnizações a que tem direito. Assim, de forma a regulamentar um mercado de trabalho que regista cada vez mais casos de encerramentos de empresas aparece o processo de insolvência, primeiro mencionado no CPEREP e depois no CIRE.

Os últimos anos testemunharam uma significativa evolução do mercado de trabalho marcado, entre outros aspectos, pela transformação da conjuntura internacional da indústria e dos serviços, o crescimento da mobilidade da mão-de-obra e inúmeras reestruturações de empresas. Por estes motivos, neste trabalho, o conceito de insolvência assume um importante papel, não sendo insensível às falências e à consequente supressão de postos de trabalho que estão frequentemente em destaque na actualidade económica e social.

²⁷ Este rácio é usado como medida do endividamento da empresa e obtido pelo quociente entre o total do passivo e o total do activo - ver Oliveira (2008).

²⁸ O fundo de maneiio é a diferença entre os activos circulantes e o capital exigível a curto prazo, ou seja, a parte do activo circulante que, estando fora da exigência dos credores, aparece associada à exploração (ver Oliveira,2008).

²⁹ Esta diminuição pode estar associada ao crescimento da concorrência, à não renovação de um contrato importante, ao aparecimento de produtos substitutos ou à falência de um importante cliente (ver Oliveira,2008).

2.3 O fenómeno do desemprego

Na perspectiva de Schnapper (1998), não foi o trabalho que morreu, mas os empregos industriais que não resistiram à revolução tecnológica. Para a autora, o cidadão moderno adquire a sua dignidade trabalhando, e como tal o trabalho ainda é um vector essencial da organização social. O campo do trabalho tem sofrido muitas mudanças, sobretudo no que respeita ao estatuto do trabalho assalariado. Para além da precarização da relação de trabalho existe o aumento do desemprego. Por isso, nesta investigação escolhi dar ênfase à precarização dos indivíduos desempregados, acreditando que através da compreensão do fenómeno de desemprego é possível chegar à compreensão da vulnerabilidade social de que são alvo os indivíduos. Tal como alguns autores reconheço na precarização do trabalho a nova questão social, na medida em que uma parte significativa da população se encontra involuntariamente sem trabalho e com poucas possibilidades de ser integrada no mercado de trabalho, chegando a colocar-se em causa um modelo de sociedade assente no paradigma do trabalho assalariado (Hespanha, *et al.*, 2001; Castel, 1995; Schnapper, 1998).

Schnapper (1998) acredita que as experiências vividas do desemprego ou da exclusão mostram o quanto a dignidade, ou o estatuto social, estão ligados à relação com o emprego e o quanto esta relação é colocada em causa pela ausência de emprego. Partilho da mesma opinião, pois os sujeitos privados de trabalho são mais propensos a uma conotação com estatuto social inferior. Na opinião da autora, o que mais incomoda o/a desempregado/a é a perda de estatuto, não está em causa o plano financeiro mas dispor de um estatuto superior. Schnapper compara os indivíduos reformados aos desempregados, dizendo que o/a desempregado/a que se torna reformado/a sente alívio, mesmo mantendo a mesma situação financeira, porque uma coisa é dispor de um estatuto superior que justifica o não-emprego, outra coisa é estar desempregado/a porque não se consegue arranjar emprego. Está incutida a ideia de que o/a reformado/a trabalhou e por isso tem direito à reforma, o/a desempregado/a não. E isso acentua-lhe a sensação de humilhação e a sua crescente solidão.

Para Schnapper (1981; 1998) a humilhação, o aborrecimento quotidiano e o enfraquecimento das relações sociais é experimentado por indivíduos que passam por

uma situação de desemprego total³⁰, sendo esta na opinião da autora a realidade nua e crua do desemprego. Para a autora o desemprego total está cada vez mais espalhado. Numa linha de pensamento semelhante está Paugam (2000), para quem o desemprego também provoca uma crise de estatuto e conseqüente humilhação, fruto de uma identificação da honra e da dignidade com o trabalho, sendo que grande parte das pessoas quer um emprego assalariado permanente, isto é, um emprego menos precário, na medida em que esse é visto como mais seguro. No fundo, ter um emprego definitivo é ter mais facilidade em atingir o sucesso de uma vida familiar e social e a satisfação de necessidades materiais.

Existe a ideia de que o trabalho dignifica e que é através dele que os indivíduos podem ser promovidos, acumular riqueza, criar um estatuto social, ampliar os seus direitos, garantias e protecção. Para Serge Paugam (2000), a integração assenta, em grande parte, na actividade profissional que assegura a segurança material e financeira, as relações sociais, a organização do tempo dos espaços e da identidade. Se existir uma degradação no mercado de trabalho, este torna-se uma causa estruturante de desqualificação social.

O desemprego é, então, para este autor, uma das muitas evoluções estruturais que levam à desqualificação social. Em certos casos, pode mesmo levar ao afastamento da vida social, juntamente com problemas de identidade e saúde (Paugam, 2003).

O processo de desqualificação social é operacionalizado pelo autor em três fases: a fase da fragilidade que “corresponde à provaçãõ provocada pela desclassificação social ou pelas dificuldades de inserçãõ profissional” (Paugam, 2003: 14); a fase da dependência que é a “tomada a cargo regular das dificuldades pelos serviços de acçãõ social” (*Idem*: 15); a última fase é “caracterizada pela ruptura do laço social, em particular quando as ajudas cessam e as pessoas que passam por essa experiência são confrontadas com uma acumulaçãõ de debilidades” (*Ibidem*).

³⁰ No seu estudo publicado a 1981 Schnapper entrevistou 100 desempregados e elaborou três tipos de experiências vividas que se traduzem em 3 formas de desemprego: o desemprego total; o desemprego invertido e o desemprego diferido. O desemprego total que se refere acima é massivamente vivido pelos trabalhadores manuais mas pode estender-se a empregados e quadros de origem modesta. O desemprego invertido é característico dos grupos sociais que têm possibilidade de adoptar estatutos de substituição e inverter a experiência de desemprego e/ou a capacidade de estabelecer relações sociais fora do mercado de trabalho. A condição de desemprego destes grupos transfigura-se para a evocação de outras qualidades ou capacidades. Esta forma de desemprego refere-se sobretudo aos jovens sem problemas financeiros que preferem o título de estudantes ou artista ao título de desempregados. Por fim, o desemprego diferido refere-se a grupos sociais jovens que interiorizam a condição de desempregados mantendo-se activos e lutando contra a desprofissionalização (não está apenas reservado aos trabalhadores de quadro superior) (ver Schnapper, 1981).

No entender de Paugam, situações como o desemprego, perda de alojamento e dificuldades de inserção social poderão conduzir os sujeitos a uma sensação de desqualificação social, ou seja, a “estar numa situação socialmente inferior àquela que conheceram anteriormente” (Paugam, 2003: 15).

Podemos dizer que “com a perda do emprego, o trabalhador não perde somente o seu salário, perde o seu estatuto de trabalhador, a sua organização do tempo e do espaço, a sua sociabilidade no café, as suas relações com os companheiros no final do dia de trabalho” (Paugam, 2003: 16). É após esta constatação que Paugam conclui que “o desempregado perde rapidamente os seus principais pontos de referência e experimenta uma crise profunda de identidade” (*Ibidem*).

A continuidade da fragilidade dos indivíduos desempregados leva à dependência, muitas vezes dependência dos serviços de acção social. Na concepção de Paugam “aqueles que fazem a experiência da dependência procuram compensações para os seus fracassos fazendo valer a sua identidade parental, a sua capacidade para gerir o lar, para exercer diversas actividades junto da sua vizinhança” (*Idem*: 18). Mas, os montantes das prestações sociais são insuficientes para fazer face às despesas, e os indivíduos passam por situações de privação e até de endividamento.

A última fase do processo de desqualificação social é a ruptura, “produto de uma acumulação de fracassos que conduziu a uma forte marginalização” (Paugam, 2003: 18). Podemos completar esta ideia de Paugam com a de Jorge Caleiras (2004), que nos diz que as consequências do desemprego atingem o indivíduo e a família em primeiro lugar. E são devastadoras. A este respeito, cito o autor:

“ (...) a ausência de emprego, sobretudo se for prolongada, desencadeia um conjunto de efeitos que não podem ser reduzidos à simples dimensão material do rendimento e do consumo. A ausência de emprego remete também para efeitos no domínio do simbólico, para dimensões não mercantis, como sejam, a quebra na produção de elos sociais, alterações no estilo de vida, no estatuto social, na forma como se é visto e reconhecido pelos outros, ou nas relações de dependência estabelecidas.” (2004:13).

Podemos dizer que o significado do desemprego na vida dos sujeitos, ou seja, o facto de não se identificarem com o trabalho torna-os incompletos, privados do vínculo contratual, fazendo com que se percebam a si mesmos como fracassados. No sentido da produção de subjectividade, que seria a função essencial do trabalho, na economia liberal em que cada sujeito é responsável pela gestão de si próprio, com o objectivo de tornar-se “mercadoria vendável” (Bauman, 2007, 2008), o desemprego emerge com a

força da desagregação da instituição familiar, como principal factor de afastamento social e gerador de estranhamento dos sujeitos para com os outros e para consigo mesmos.

Neste sentido, o fenómeno da desqualificação social é, segundo Paugam, “o produto de uma construção social”, onde o “mau nome” da comunidade “repousa, pelo menos em parte, nas representações colectivas que se formaram no exterior” desses espaços residenciais e que “corresponde a uma forma de conhecimento social espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade”. Esta imagem, em regra, mergulha “na consciência social dos habitantes, os quais têm tendência para, daqui por diante, se conformarem com ela” (2003: 141).

Deste modo, o entendimento do fenómeno do desemprego e das experiências que lhe são inerentes assume um papel importante nesta investigação. Na medida em que a contínua ascensão do desemprego tem desestruturado o mundo do trabalho global, cada vez mais trabalhadores/as são atingidos e submetidos a trabalhos transitórios, inseguros e precários. Bauman (2001) sustenta que, no mundo do desemprego, não há esperança para o trabalho seguro, ninguém pode sequer supor que está protegido contra a insegurança no trabalho.

3. Experiências do desemprego

“Num mundo de desemprego estrutural, ninguém pode se sentir seguro. Não existem mais empregos garantidos em companhias poderosas; nem existem muitas habilidades e experiências que, uma vez adquiridas, garantam que um emprego será oferecido e, uma vez oferecido, duradouro”
Zygmunt Bauman *in Sociedade Individualizada*.

O desemprego é um fenómeno social que pode ser analisado de formas variadas, quer pela diversidade de reacções, quer pela diversidade de vivências por parte dos indivíduos. Sem grande aprofundamento, posso adiantar que não existe uma única representação social do desemprego e muito menos uma identidade única dos/as desempregados/as. As representações do desemprego variam pela experiência de desemprego de cada um/a e pela percepção de cada um/a do fenómeno.

Para a compreensão das experiências do desemprego seguirei de perto o modelo analítico de Pedro Araújo (2006;2008), ou seja, a abordagem aos factores de vulnerabilidade e a abordagem aos mediadores de compensação. Neste sentido, este estudo contempla as formas de actuação do mercado, do Estado e da família.

Pretendo que este trabalho revele que dentro de situações tão heterogéneas, como é a situação de desemprego, existe um desalento comum vivido pelas pessoas desempregadas. Estar desempregado/a acarreta sentimentos como a sensação de inutilidade, revolta, ansiedade, vergonha, tristeza e medo, e estes são sentimentos comuns a todos/as os/as que experimentam esta situação. Ora, é também este aspecto que pretendo enfatizar, ou seja, que pode existir uma diversidade de experiências, mas existe sempre uma panóplia de sentimentos comuns.

Mas de acordo com Schnapper (1998) os indivíduos desempregados não constituem um grupo organizado. Aqueles/as que têm mais possibilidade de reencontrar um emprego fazem-no para deixarem de ser desempregados/as. Todos os desempregados e desempregadas podem experimentar os mesmos sentimentos, nomeadamente aquando o fecho da sua empresa, podem sentir a mesma revolta, mas esta nada tem de revolta colectiva ou organizada.

3.1. Factores de vulnerabilidade

A questão da vulnerabilidade face ao desemprego é fulcral nesta investigação. Perante um mercado de trabalho mais exigente e selectivo é importante perceber o que torna os indivíduos mais vulneráveis, ou seja, alvos fáceis do desemprego. Como nos diz Castells, “nunca foi o trabalho mais central no processo de criação de valor. Mas nunca os trabalhadores foram mais vulneráveis, já que se converteram em indivíduos isolados subcontratados numa rede flexível, cujo horizonte é desconhecido inclusive para a mesma rede” (1997:309).

Tal como Pedro Araújo (2006), distinguem-se neste capítulo os factores de vulnerabilidade extrínseca que reportam aos contextos e territórios ou espaços e os factores de vulnerabilidade intrínseca que reportam às características sociais dos indivíduos e aos seus percursos de vida.

3.1.1. Factores de vulnerabilidade extrínseca

No capítulo anterior falou-se no fenómeno das deslocalizações e das insolvências, fenómenos que de certa forma melhor espelham a fragilização de alguns espaços e como nos diz Araújo (2006;2008) a fragilização de alguns segmentos da população.

Quando falamos em deslocalizações é preciso ter presente que as suas consequências sociais têm implicações na economia. Assim, é fundamental explicitar a sua relação com o emprego. Porque se deslocalizam as empresas? Talvez porque procuram condições diferentes relativamente aos custos, quantidade de mão-de-obra e qualificação. As empresas preferem instalar-se em locais onde os custos de produção são mais baixos. Porém, esta prática afecta não só o local de onde saem as empresas como um grande número de famílias abaladas pelo desemprego e cuja inserção no mercado de trabalho é mais difícil, sobretudo, pela faixa etária.

Mas centremo-nos no território. O território é caracterizado pelos seus sistemas naturais e pelas suas práticas sociais. Logo quando é colocada em causa a produtividade e competitividade num lugar a empresa tende a procurar outro mais atractivo, ou seja, com custos de produção mais reduzidos.

A questão das deslocalizações é por isso exterior aos indivíduos que perdem os seus empregos, mas as suas implicações sociais afectam-nos directamente, podendo levar a condições dramáticas decorrentes do aumento do desemprego. As pessoas perdem os seus postos de trabalho, mas os territórios podem perder as pessoas e consequentemente a sua economia local, tornando-se mais fragilizados.

E as insolvências? Será que podemos dizer que são uma maneira das empresas se deslocalizarem ou são simplesmente consequência da crise financeira mundial? Será que este fenómeno também é revelador da vulnerabilidade dos territórios? É importante recordar, como se disse anteriormente, que a insolvência de uma empresa é ponderada quando o devedor se encontra impossibilitado de cumprir as obrigações vencidas. Quando é declarada a insolvência é possível recuperar a empresa ou liquidá-la, (diga-se de passagem que são mais os casos de liquidação do que de recuperação) ficando a empresa sem qualquer viabilidade e os seus trabalhadores/as no desemprego. Vejamos algumas causas da insolvência/falência segundo J. Lawrence Gitman (1987): a falta de capacidade administrativa que pode levar a empresa à ruptura total; a actividade económica, pois quando a economia caminha para uma recessão as vendas da empresa podem decrescer, o que não podemos esquecer é que cada empresa tem a sua especificidade, o seu sector, desta forma não interessa apenas o macro (economia nacional) como o micro (economia do sector de actividade) e a maturidade da empresa, na medida em que as empresas não têm duração infinita, elas nascem, crescem, amadurecem e podem entrar em declínio. Segundo Salvado Alves (2008), podemos acrescentar a competitividade territorial às causas da insolvência/falência. Para este autor, a globalização veio dar um novo impulso à competitividade dos territórios, pois passou a ser preocupação dos governos mundiais. Hoje os territórios também são centros de decisão política, económica, social e ambiental, logo são competitivos entre si e a qualidade dos territórios é um factor determinante da competitividade das empresas. Se por um acaso o território não corresponde às expectativas da empresa, esta muda-se ou morre ali.

Neste sentido, podemos dizer que os territórios têm influência na vida das empresas, porque muitas vezes não conseguem ser atractivos e fixá-las, ou talvez as próprias pessoas também não os saibam dinamizar, não é só de economia que se faz um território, também é de recursos humanos.

Tudo isto para dizer que as deslocalizações e as insolvências têm o desemprego como consequência e a vulnerabilidade dos territórios como causa. Todavia, a vulnerabilidade de alguns indivíduos (Araújo, 2006;2008) também é uma realidade, nomeadamente, dos mais velhos e não qualificados que perdem os seus trabalhos. Por isso, daqui ocorre uma hipótese de trabalho: quando não há expectativas para a recuperação de uma empresa sendo o desemprego a única certeza, os seus colaboradores/as tendem a ver a insolvência como um mal menor. Ou seja, na impossibilidade de terem o seu emprego de volta os indivíduos tendem a garantir as indemnizações do trabalho de uma vida.

Como Pedro Araújo (2006), acredito que só é possível analisar as experiências do desemprego quando estamos atentos aos factores de vulnerabilidade extrínseca e intrínseca. Acrescento mais, só é possível analisar as experiências do desemprego quando nos esforçarmos por entender a noção que os/as desempregados/as têm das vulnerabilidades que lhes são exteriores - no caso das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres a insolvência da empresa - e das que lhes são próprias.

3.1.2. Factores de vulnerabilidade intrínseca

Como foi dito anteriormente, os factores de vulnerabilidade intrínseca dizem respeito aos indivíduos, ou seja, às suas características pessoais, como sendo o sexo, a idade, nível de qualificação, percurso profissional, etc. e aos seus percursos de vida.

Falámos de deslocalizações e insolvências de uma empresa ou fábrica, e se pensarmos nas suas repercussões é possível concluir que “os factores de vulnerabilidade extrínseca e os factores de vulnerabilidade intrínseca podem entrar em sinergia negativa e funcionar como factores de vulnerabilidade” (Araújo,2006:63). Por outras palavras, isto pode ser uma hipótese de investigação: os indivíduos desempregados são vítimas do que lhes é exterior e também das suas próprias características sociodemográficas e ao contrário do que se possa pensar têm noção dessas mesmas vulnerabilidades.

Sendo o encerramento ou a deslocalização de uma empresa ou fábrica motivos exteriores (ao individuo), o que é facto é que estão associados aos contextos de vida em que cada um está inserido, portanto, às suas próprias características. Os indivíduos

inseridos num contexto de fábrica – aqui refiro-me ao sector industrial - são por norma pouco escolarizados, o que acaba por dificultar a sua inserção no mercado de trabalho. Neste estudo de caso (doze entrevistas) os/as desempregados/as vivem uma situação mais ou menos prolongada, alguns/algumas não têm trabalho desde 2006, o que demonstra as vulnerabilidades a que estão expostos/as (sejam elas extrínsecas ou intrínsecas).

Adiante veremos de que modo a análise das experiências do desemprego de indivíduos vítimas do encerramento da sua fábrica permitem perceber como os factores de vulnerabilidade são vividos, percebidos e revelados por homens e mulheres (Araújo, 2006) e, ao mesmo tempo perceber as estratégias que ambos encontram para resolver ou atenuar a situação. Os mediadores de compensação são assim imprescindíveis para diferenciar as experiências e lógicas de acção de cada indivíduo.

3.2. Mediadores de compensação: Estado, Família e Mercado.

Vários investigadores/as têm vindo a acentuar o seu interesse pelos mediadores de compensação e respectivo papel no desemprego. Exemplo disso são Araújo (2006) e Teixeira (2009), ambos preocupados com o problema do desemprego, tendo por base o estudo de 8 países elaborado por Gallie e Paugam (2000), procuraram discriminar as diferenças e semelhanças entre as experiências do desemprego. Gallie e Paugam chegam à conclusão de que existem acentuadas disparidades entre os países europeus seleccionados e na mesma linha Araújo (2006) e Teixeira (2009) encontram nos seus estudos de caso experiências únicas de desemprego, valorizando assim a história de cada desempregado/a como única.

Ora, também aqui se pretende analisar o desemprego como fenómeno heterógeno que varia consoante o contexto económico, social e político e, por isso, apresenta diversas formas. Os autores (Gallie e Paugam, 2000; Araújo, 2006; Teixeira, 2009) consideraram nas suas investigações três níveis de análise: o mercado³¹; as formas de

³¹ Quando se referem ao mercado pretendem perceber qual o tipo de desenvolvimento económico experimentado pelos desempregados/as e a conseqüente marginalização do mercado de trabalho. Ou seja, analisar o afastamento do mercado de trabalho e as suas conseqüências é objecto de análise dos autores supracitados. Pedro Araújo (2006;2008) também se refere às questões acima referidas, mas em vez de partir da denominação de mercado parte da de *actividade de substituição*, acreditando que os desempregados ocupam o tempo de desemprego.

intervenção do Estado e o papel das redes sociais informais³², nomeadamente, da família que pode ser fonte de estabilidade e integração do desempregado/a.

As experiências do desemprego do objecto empírico desta investigação serão analisadas tendo a consciência de que a acção dos factores de vulnerabilidade é negativa e as acções dos mediadores de compensação positiva, uma vez que ajudam a atenuar as dificuldades inerentes ao desemprego. Avanço assim a hipótese principal da investigação: O encerramento de uma fábrica e o consequente desemprego das suas colaboradoras e colaboradores constitui simultaneamente um teste às pessoas vítimas desta situação e à eficácia dos mediadores de compensação. Tal como Araújo (2006) creio que os mediadores de compensação podem, por um lado, amenizar os efeitos negativos dos factores de vulnerabilidade e, por outro lado, agir no sentido contrário, reforçando a dependência e deixando resignados os/as desempregados/as.

3.2.1. Estado

Diferentes modelos de Estado-Providência dizem respeito a sistemas de protecção social nacionais implementadas em vários países, nomeadamente, países europeus (Santos e Ferreira, 2001). Gallie e Paugam (2000) comprovaram isso mesmo no seu estudo. Dizem-nos que o sector público deve trabalhar em prol da protecção social dos indivíduos e da manutenção da coesão social através de medidas e recursos que visem colaborar na esfera económica, doméstica e comunitária. Posto isto, os autores acreditam que o tipo de apoio oferecido pelo Estado ao/à desempregado/a poderá condicionar as suas experiências do desemprego. Distinguem, assim, quatro tipos de regimes de bem-estar³³: o regime sub-protector, o regime liberal-mínimo, o regime centrado no emprego e o regime universal. O mais próximo à realidade de Portugal e outros países do Sul é o sub-protector que se caracteriza pelo facto das prestações

³² Fala-se de redes sociais informais como sendo a família, os amigos e os vizinhos. Laurence Loison (2000) apresentou no IV Congresso Português de Sociologia a sua investigação sobre os mecanismos de compensação do desemprego, a família e as redes sociais. Laurence visa aprofundar nesta investigação o sentido dado pelos desempregados à sua condição como tal e a forma como se sentem excluídos (caso se sintam), fazendo a comparação entre Portugal e outros países Europeus, como a França. O autor concluiu que a sociabilidade informal durante o desemprego tende a aumentar em Portugal, apontando o facto de se ter aqui uma consciência campesina. Considera, portanto, a sociedade portuguesa coesiva e densa de laços sociais, mesmo em situação de precariedade. Também Sílvia Portugal (2006), na sua investigação de doutoramento, se debruça sobre o papel das redes sociais na produção de bem-estar.

sociais aos/às desempregados/as dependerem da sua integração no mercado de trabalho, de abranger um número reduzido de desempregados/as, de oferecer um nível mínimo de protecção, de atribuir prestações de baixos valores e é claramente o regime onde a probabilidade de existirem dificuldades económicas ou mesmo pobreza é maior, sobretudo, porque a probabilidade do desemprego ser de longa duração também é elevada.

Gallie e Paugam (2000) partiram então da hipótese de que o regime de protecção ao desemprego teria reflexão na privação económica, estaria de um lado o regime de protecção universal, maiores níveis de protecção, e no outro os regimes de protecção liberal-mínimo e sub-protector com níveis mais baixos de protecção. Isto permitiu-lhes constatar que existe uma relação mais complexa entre os regimes de protecção e a privação financeira, relação esta que implica ainda um terceiro elemento, a especificidade das políticas sociais de cada Estado-Nação.

O crescimento do Estado-Nação foi bastante significativo após o fim da II Guerra Mundial, essencialmente, pela forte intervenção na economia e pela criação do Estado-Providência. Pode dizer-se que o Estado-providência foi o acontecimento da modernidade que veio permitir a concretização de políticas sociais com repercussões na organização e funcionamento do mercado, pode dizer-se que o Estado-Providência tinha por base um compromisso entre capital, trabalho e Estado. Mas em Portugal isso não aconteceu, para Santos e Ferreira (2001), a construção do pacto social entre capital e trabalho esteve bloqueada pelo próprio Estado no período de ditadura. No entanto, também não foi possível depois do 25 de Abril devido às nacionalizações de 1975 e devido à inexperiência autónoma de negociação, quer por parte do capital, quer por parte do trabalho.

Juan Mozzicafreddo (2000) considera assim que o Estado-Providência em Portugal se estruturou em torno de um modelo “universalista” - em termos institucionais - e em torno de um modelo instrumental e selectivo – em termos de medidas implementadas. Por outras palavras, as medidas do Estado assentaram na produção de políticas sociais, de mecanismos de regulação da esfera económica e de políticas de concertação social. Porém, foi acima de tudo um modelo implementado de forma descontínua e fragmentada devido às díspares capacidades de influência entre grupos sociais e recursos do sector público.

No que concerne à questão do desemprego – aquela que mais interessa à investigação -, os Estados-Providência pressupõem mais do que indemnizar os/as desempregados/as, querem promover a criação de emprego, acentuar a empregabilidade e atribuir às desempregadas e desempregados uma ocupação útil³⁴ (Hespanha, 2002). Em Portugal não é bem assim, pois temos um quase-Estado-Providência (Santos e Ferreira, 2001), ou seja, as medidas referidas por Hespanha ainda estão a despontar em Portugal, tendo pouca relevância.

Para Hespanha (2002) os países do sul da Europa, como Portugal, são menos desenvolvidos economicamente, tendo regimes democráticos recentemente restaurados e *welfare states* ainda em construção ou pouco solidificados, o que torna a pressão para a adopção de políticas de activação menor. As políticas compensatórias continuam a ser a maior prioridade.

Sílvia Portugal acredita que “ o debate levantado pela crise do Estado-Providência levou essencialmente à (re) descoberta da Sociedade-Providência, ou seja, à ideia de que as redes informais e, sobretudo a família, são um elemento importante no apoio social e, portanto, a ter em conta quando se trata de discutir a produção total de bem-estar numa sociedade” (2006:16).

Deste modo, podemos dizer que os Estados-Providência surgiram para fazer face a uma crise. Todavia, a verdade é que pelo menos em Portugal, nunca saímos da crise, sobretudo, da crise social que nos caracteriza até hoje como país semiperiférico. É por isso que assistimos a uma grande dependência familiar no país, nomeadamente em situação de desemprego. E também a um risco de dependência do Estado, sobretudo, quando nos referimos a estratos mais baixos da sociedade cuja família e amigos também são pobres (Hespanha, *et al.*, 2001).

³⁴ Segundo informação fornecida no site do Instituto de Emprego e Formação profissional, a ocupação socialmente útil é opção enquanto não surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, prevê-se manter indivíduos desempregados em contacto com outros trabalhadores e outras actividades, evitando o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização.

Note-se que antes a ocupação socialmente útil era chamada de Programa Ocupacional de Emprego (POC), passando recentemente a chamar-se Contrato Emprego-Inserção - Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro.

Ver: <http://www.iefp.pt/apoios/candidatos/Paginas/ContratoEmprego-Inserção.aspx>. Página consultada no dia 28 de Junho de 2011.

3.2.2. Família

A família é a instituição com maior estabilidade, por isso, sempre que a acção estatal não se faz sentir garante as necessidades que não são satisfeitas pelo Estado-Providência. É a partir daqui que Gallie e Paugam (2000) identificam três modelos de residência familiar: um modelo de dependência extensiva, um modelo de relativa autonomia e outro de avançada autonomia intergeracional, com o objectivo de referenciar as especificidades da família na Europa do Sul. Importa lembrar ainda que os autores identificam como sub-protector o regime de protecção da Europa do Sul, pelo que apresenta níveis de protecção reduzidos e uma tendência quase natural para dificuldades financeiras dos protegidos e não protegidos. Há para os autores, uma relação entre as protecções emitidas pela via estatal e pela via informal. Nesse sentido, concluem que a Europa do Sul não só se caracteriza pela fraca dimensão do agregado familiar – mas com os valores mais elevados da europa, dado o número de jovens a viver em casa dos pais -, como pelas elevadas taxas de nupcialidade e fertilidade e pelas baixas taxas de divórcio e filhos fora do casamento, o que acentua para os autores a existência de uma forte rede de vínculos internos nas famílias do sul.

Todavia, são as prestações sociais que garantem a sobrevivência de muitos indivíduos desempregados, embora nem sempre sejam suficientes para garantir o sustento de algumas necessidades elementares, sobretudo, em Portugal que os salários são baixos e por isso os subsídios têm igualmente valores baixos³⁵. Podemos dizer que há uma tendência para viver destes subsídios e sendo estes sentidos como direito passam a substituir o salário. Mas não podemos esquecer que o peso das redes sociais continua a ser importante para a garantia de algum bem-estar aos indivíduos. Com efeito, podem perder-se as sociabilidades no trabalho, mas nem sempre se perde a sociabilidade no seio da família e da comunidade local.

Loison (2000) vê o desemprego em Portugal sem motivo para a ruptura com a sociabilidade informal, na medida em que ajuda na integração social e evita o isolamento social. Este autor concluiu no seu estudo que os/as desempregados/as

³⁵ O valor do subsídio não pode ser superior a 75% do valor líquido da remuneração de referência que serviu de base ao cálculo do subsídio e também não pode exceder o triplo do valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS). Valor do IAS 2009 e 2010: €419,22. Sendo o valor do subsídio social ainda menor. – Ver o site do Instituto de Emprego e Formação Profissional: <http://www.iefp.pt>.

aproveitam o tempo de desemprego para aumentar os seus contactos na comunidade local. E Gallie e Paugam (2000) comprovam isso mesmo no seu estudo. Para eles o isolamento social em nada se relaciona com o desemprego, mas com as estruturas familiares e as sociabilidades específicas de cada Estado-Nação. Neste estudo concluem que na maioria dos países Europeus as redes sociais se encontram activas atenuando o isolamento social e aquilo a que Castel (1995) chama de *desafiliação* e Paugam (2003) de *desqualificação social*. Embora na opinião de Paugam a nova pobreza aponte para “a degradação do mercado de trabalho com a multiplicação de empregos instáveis e o forte crescimento do desemprego de longa duração, mas também para o enfraquecimento dos laços sociais, cujos principais sintomas são o aumento das rupturas conjugais e o declínio das solidariedades de classe e de proximidade” (2003: 13).

Deste modo, devemos realçar a redução da sociedade-providência³⁶ em Portugal, se o Estado intervém pouco, não ajudando toda a gente, as pessoas ficam com menor capacidade de ajudar os mais próximos, e por sua vez, quem precisa de ajuda tem vergonha de pedir aos seus, porque tem consciência de que não pode dar nada em troca (Hespanha, *et al.*, 2001). Daqui decorre mais uma hipótese, que se pretende comprovar adiante: com os moderados apoios do Estado (não especificamente no caso do desemprego), consequência de um fraco Estado-Providência, as redes de apoio informal perdem a sua capacidade de resposta. Isto quer dizer que mesmo existindo fortes sociabilidades durante o desemprego é mais difícil, dada a situação económica de grande parte das famílias poder contar com a ajuda de terceiros, mesmo daqueles com quem se tem algum grau de parentesco. Isto não só revela as limitações da sociedade-providência e o contexto de crise actual, como acentua a responsabilidade do Estado enquanto reparador de situações de desemprego.

³⁶ A sociedade-providência pode ser definida como o conjunto de "redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseados em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade " (Santos, 1993:46).

Ver também: (Hespanha, *et al.*, 2001).

3.2.3. Mercado

Diversas mudanças ocorreram nos processos produtivos, a reestruturação das empresas, a flexibilidade das relações de trabalho e o desemprego, a economia mundial não passou ao lado destas transformações. Gallie e Paugam (2000) dizem-nos que as experiências e o sentido do desemprego estão intimamente relacionadas com o tipo de desenvolvimento económico e a sua aproximação ou distância das sociedades industrializadas e assalariadas. Aqui não se pretende apenas valorizar as possíveis pressões económicas sentidas pelos desempregados/as, mas também a forma como lidam com o afastamento do mercado de trabalho e como vivem a sua nova condição. Os autores acima referenciados alertam para a necessidade de se analisar a questão do desemprego tendo em conta o contexto económico, político e social específico, dependendo do comportamento dos agentes frente ao mercado de trabalho, as políticas de compensação de cada país propiciam diferentes dinâmicas de comportamento dos agentes dentro da cultura nacional. O desemprego e a conduta da sociedade frente a este problema vão ser sempre assimilados de forma diferente entre os países.

Então, o apoio ao emprego não é consensual, tendo subjacentes realidades sociais e económicas diferentes. Por exemplo, Esping-Andersen (1990) refere-se a três tipos de regimes de protecção social: o social-democrático (visível nos países nórdicos), o conservador (países continentais) e o liberal (anglo-saxónico)³⁷.

Na mesma linha Paugam (2000), diz-nos que o modelo liberal é um modelo de assistência intercalar com um sistema de segurança social limitado. Por sua vez, o modelo social-democrata é caracterizado pela universalidade dos direitos sociais, o que revela o seu elevado nível de protecção social. Por fim, o modelo corporativista/continental é tido pelo autor como um sistema de apoio obrigatório, assente num sistema corporativista de defesa de interesses e direitos adquiridos, sendo que possui grandes ambiguidades, na medida em que protege os indivíduos, mas os seus direitos estão dependentes da sua participação na esfera produtiva.

³⁷ Países liberais (como os EUA, Canadá e Inglaterra, onde se verificam políticas de mercado passivas, um suporte moderado aos não privilegiados, emprego público limitado, uma redução do poder dos sindicatos, legislação restrita e flexibilidade geral do trabalho, mais acentuado no caso dos jovens); Social-Democratas (como a Noruega e a Suécia, onde se verificam políticas de trabalho activas e salariais, o objectivo é o emprego total; Conservadores (como a Alemanha, Holanda e França, caracterizados pela protecção dos trabalhadores que deixam o emprego).

Mas Gallie e Paugam (2000) ainda se referem a outros modelos: ao modelo sub-protector (Itália, Espanha e Portugal), ao liberal (Irlanda e Grã-Bretanha), ao centrado no emprego (França, Alemanha e Holanda) e ao universalista (Dinamarca e Suécia). Os autores garantem que o modelo conservador está relacionado com os regimes de protecção centrados no emprego e os regimes de protecção sub-protectores - países mediterrâneos, onde a família e o emprego informal têm particular importância -, enquanto o regime social democrático tem um carácter universalista em que os direitos sociais são definidos pelo próprio estatuto de cidadão. Paugam (2000) refere-se ainda ao modelo familiarista dizendo que a família é o centro da sociedade e o suporte legítimo para assegurar as necessidades sociais de cada membro, sendo que muitas vezes as mulheres são sacrificadas face ao mercado de trabalho. E ao desfamiliarista dizendo que se caracteriza pela menor desigualdade entre homens e mulheres (países nórdicos).

Quanto à realidade portuguesa, Barbier (1997) considera que apresenta características particulares face aos restantes países do sul da Europa, pois a alta taxa de actividade feminina e baixa taxa de desemprego em Portugal, contrastam com o que se verifica na Itália, Espanha ou Grécia, de qualquer modo, alguns traços são comuns: os sistemas formais de protecção social que desempenham um papel frágil; os serviços públicos de emprego que possuem poucos meios; as medidas tomadas que não têm tido muito sucesso; o trabalho informal e doméstico que desempenham um papel importante; a existência de uma protecção social pouco igualitária entre os protegidos e os não protegidos e a existência de pouca flexibilidade dos mercados de trabalho.

Podemos adiantar segundo Barreto (1996) que em Portugal, até 1970, apesar do atraso considerável em diversos aspectos políticos, económicos e sociais, o desemprego é pouco representativo, sendo constituído essencialmente, por população em subemprego (actividades pouco produtivas). Na nossa economia a esfera da reprodução social não só representa as práticas de consumo como as estratégias informais ligadas à produção de meios de subsistência ou processos de sociabilidade que ajudam na organização das condições de vida (Reis, 1992).

Actualmente, em Portugal, umas empresas deslocalizam-se, outras reestruturaram-se e outras entram em insolvência/falência. Na maioria dos casos devido às debilidades estruturais existentes no país. Na sua investigação de doutoramento, José Reis fala da economia portuguesa afirmando que “a economia e a sociedade portuguesas tendem,

por isso, a assumir uma natureza intermédia, irregular e, portanto, muito mais complexa do que as situações típicas das economias centrais ou das do terceiro mundo” (1992:130). José Reis diz-nos que Portugal tem características particulares e a sua economia distingue-se de outras, sobretudo, pelo impacto da industrialização no país que tem reflexos na estrutura interna da economia e no conteúdo do comércio externo, a taxa de assalariamento é inferior à de outros países europeus, daí perdurarem formas de organização familiar do trabalho que não se limitam só à agricultura mas a pequenas indústrias de caráter familiar. O autor ainda acrescenta que Portugal é fortemente marcado pela ruralidade, por isso, as pessoas tendem a trabalhar na terra depois do horário de trabalho formal. Quando perdem os seus trabalhos tentam sobreviver com a pequena agricultura chegando também a fazer outro tipo de trabalhos, contribuindo assim para a economia informal.

É um facto que o desemprego, em todo o mundo, se traduz na perda do rendimento salarial³⁸ e nos baixos rendimentos sociais decorrentes das prestações de desemprego ou quando não se tem direito na ausência total de rendimentos (Caleiras, 2008). Mas será que é produtor de pobreza e exclusão social? Não podemos afirmá-lo, apenas podemos dizer que o seu resultado é a degradação das condições de vida, de forma geral os/as desempregados/as têm dificuldades económicas. Como nos diz Caleiras “ a condição de desemprego produz elevados graus de incerteza económica” (2008:9).

E para que a era da incerteza não se agudize os/as desempregados/as accionam estratégias que vão desde a poupança à pequena produção e trabalho informal. Muitas vezes estas são as únicas formas de garantir bem-estar económico e financeiro, mas também a única forma de alguns ocuparem o seu tempo, podemos dizer que é uma questão de realização pessoal.

O tempo de desemprego e a forma como é aproveitado também deve ser objecto de estudo, sobretudo, quando o desemprego é de longa duração. Ana Duarte (1997) faz uma pergunta muito pertinente, que pode ser resumida deste modo: como é ocupado o tempo à medida que o tempo de desemprego também passa? De certo modo Araújo (2006) também faz a mesma pergunta, e daí o autor preferir a concepção de actividades de substituição à de mercado de Gallie e Paugam (2000). Na verdade, abordar as actividades de substituição pode ser mais revelador do impacto do

³⁸ A perda do salário é muitas vezes devastadora, pois é a estabilidade de um salário que permite planear o futuro e cumprir os compromissos (créditos). Como nos diz Duarte (1997) no seu estudo sobre as vivências de desemprego de operários mineiros, a ausência de um salário certo, mesmo que o rendimento não tenha sido reduzido deixa os desempregados com um sentimento de desvalorização.

desemprego na vida das pessoas e dos recursos e mecanismos de protecção accionados por elas para lhe fazer frente, permitindo assim valorizar o tempo de desemprego.

A organização do tempo do desemprego deve por isso ser um tópico presente nas análises das experiências do desemprego. Partindo do pressuposto de Ana Duarte (1997) de que a sociedade em que vivemos se organiza em torno do horário de trabalho, podemos dizer que quando as pessoas perdem os seus empregos há uma quebra na rotina, no dia-a-dia. Mas será que o seu tempo é desprovido de actividade? Uma das ocupações do desemprego deveria ser obrigatoriamente a procura de trabalho. Mas será que essa é uma actividade prioritária na vida de um desempregado/a?

Segundo Duarte (1997), a ausência de procura de emprego durante o desemprego é frequente e tem vindo a acentuar-se, para esta autora a procura ou não de emprego e os seus graus de intensidade variam de acordo com as características pessoais de cada um/a, incluindo as sociodemográficas, a situação económica, a situação do mercado de trabalho, o estado psicológico e a própria conjuntura nacional. Daqui decorre outra hipótese de investigação: os indivíduos, sobretudo, os de meia-idade³⁹ tendem a conformar-se com os subsídios de desemprego passando, por vezes, ao lado da procura de trabalho. Por outras palavras, acredita-se que os indivíduos (homens e mulheres) com mais idade⁴⁰ tendem a ocupar o tempo de desemprego com outras actividades que não a procura incessante de emprego.

Os indivíduos de meia-idade resignam-se com maior facilidade, consciencializam-se que estão velhos para o mercado de trabalho e se têm baixas qualificações tanto pior, pois temem a rejeição. Alguns podem chegar a sentir-se excluídos e sem qualquer esperança de voltar a encontrar um trabalho, pelo menos pela via formal.

Entende-se aqui o trabalho informal, os ditos biscates, como actividade de substituição, porém, com a certeza de que só lhe recorrem em último caso, muitas vezes depois das prestações sociais, alguns temem perder os subsídios sociais, outros arriscam ganhar algum dinheiro extra. Caleiras (2008) diz que mais do que ilegal, o trabalho informal é entendido pelos/as desempregados/as como uma necessidade incontornável para fazer

³⁹ A barreira dos 45 anos. Para Araújo (2006) os indivíduos de meia-idade constituem o grupo com maiores dificuldades de ultrapassar a transição nos seus percursos profissionais, sobretudo, quando perdem o trabalho de uma vida inteira

⁴⁰ Factor de vulnerabilidade intrínseca que muitas vezes condiciona a acção das desempregadas e desempregados.

face à escassez de rendimentos e é enquadrado numa atitude racional, ou seja, o risco é ponderado.

O mais importante a reter neste ponto é que as actividades de substituição se evidenciam mais que o mercado defendido por Gallie e Paugam (2000) na medida em que contemplam um maior número de actividades que se podem não só articular com o mercado como com o Estado e a família. Tal como Araújo (2006) defendo que as actividades de substituição nos permitem olhar para o tempo de desemprego, mostrando o lado activo dos/as desempregados/as.

3.3. Deixar falar o desemprego: A possibilidade de entrar na vida dos outros

Quando um/a cientista social parte para uma investigação tem subjacente uma vontade de compreender, como nos diz Quivy e Campenhoudt. A investigação em ciências sociais ajuda “a compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, e reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender como mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações” (Quivy e Campenhoudt, 1998:19). Uma investigação pressupõe sempre uma ruptura com as explicações do senso comum e o recurso a quadros teóricos e metodológicos, só assim é possível construir um saber teoricamente fundado.

Partindo da análise dos percursos dos/as (ex.) trabalhadores/as da Ceres, pretende-se perceber em que medida o desemprego afectou e/ou afecta as suas vidas, e simultaneamente analisar as estratégias desenvolvidas para fugir a situações de precariedade ou mesmo para encontrar a saída do desemprego.

A problemática descrita justifica a escolha de uma metodologia qualitativa. Optou-se, assim, pela utilização de entrevistas aprofundadas do tipo semi-directivo. No entanto, devo dizer que antes de proceder às entrevistas aos/as desempregados/as da Ceres, procedi à realização de duas entrevistas exploratórias, uma ao coordenador do sindicato e outra ao administrador de insolvência da Ceres, ambos os entrevistados

conhecedores do caso Ceres e testemunhos da situação vivida pelas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores. Convém ainda salientar que optei (numa fase inicial da investigação) pela observação directa não participante no plenário da Ceres realizado no dia 22 de Outubro de 2010 com o consentimento dos seus intervenientes. Deste modo, as técnicas qualitativas são as mais indicadas para a compreensão das sensações vividas pelos/as desempregados/as ou excluídos/as, portanto, nesta investigação recorre-se, numa fase embrionária, à técnica de observação, privilegiando-se posteriormente a técnica de entrevista.

Como já foi referido, procedeu-se a entrevistas semi-directivas⁴¹, cuja elaboração do guião continha questões relativas ao tema abordado. Todavia, a ordem e forma como foram introduzidas dependeram sempre do decorrer da entrevista, o que significa que o guião foi seguido totalmente à risca. Na definição da amostra apenas impus o limite etário dos 35 aos 65 anos de idade, assim sendo, de entre 200⁴² (ex.) trabalhadoras e trabalhadores, entrevistei 12⁴³, 6 mulheres e 6 homens. A convocatória para as entrevistas foi feita pessoalmente – no plenário - e telefonicamente, após levantamento da amostra no dia 22 de Outubro de 2010. Os homens e mulheres abordados aceitaram de imediato dar o seu contributo. No entanto, chegada à data das entrevistas, não raras as vezes, diziam que não podiam, chegando mesmo a dar-me o contacto de outros/as colegas que estariam disponíveis, o que atrasou o processo uma vez que teve que se voltar a contactar pessoas para entrevista e agendar novas datas.

Mas mais do que explicar a metodologia em si, é preciso mostrar a sua adequabilidade a esta investigação. As entrevistas são uma das muitas formas de saciar a vontade de compreender inerente a uma investigação, o que não podemos esquecer é que nem entrevistadores/as, nem entrevistados/as saem ilesos de uma entrevista (Mendes, 2003). E é nesta riqueza de diálogos que a entrevista encontra o seu valor.

Sempre que possível o entrevistador/a deve descer do pedestal cultural e deixar de lado, por instantes, o seu capital cultural para que ambos, entrevistador/a e entrevistado/a se possam entender. Na perspectiva de Pierre Bourdieu (1993) o entrevistador/a deve fazer tudo para diminuir a violência simbólica que é muitas vezes

⁴¹ Este tipo de entrevista é o mais utilizado, o investigador dispõe de uma série de perguntas sob a forma de guião, relativamente, abertas. Por norma estas entrevistas têm como objectivo analisar o impacto de um acontecimento ou de uma experiência precisa (Quivy e Campenhoudt, 1998).

⁴² Cerca de 171 trabalhadores/as eram sindicalizados/as, porém, importa dizer que de acordo com o sindicato alguns/algumas tornaram-se sindicalizados/as apenas em 2006 aquando o fecho da fábrica, pagando as quotas (algumas entrevistas também o confirmam).

⁴³ A maioria era sindicalizada e por isso incluí nos guiões algumas perguntas sobre a ligação dos indivíduos ao sindicato e o envolvimento do sindicato no processo de insolvência da Ceres.

exercida durante uma entrevista, da mesma forma que deve ter um conhecimento considerável da realidade a ser abordada.

No tempo da entrevista, o entrevistador/a deve estar sempre pronto a enviar sinais de entendimento - por exemplo, acenos de cabeça, olhares e também sinais verbais de incentivo -, pois só assim é possível proporcionar bem-estar ao entrevistado/a. Segundo Bourdieu (1993), os que são mais carentes aproveitam a oportunidade da entrevista para se fazer ouvir, para se explicar ou até para levar a outros a sua experiência. Muitas vezes os discursos provenientes das entrevistas são intensos e dolorosos, mas dão um certo alívio ao entrevistado/a. A entrevista é uma das formas mais requisitadas para com consentimento entrar na vida das pessoas, porém, não nos podemos esquecer que o anonimato é um direito da pessoa entrevistada.

O investigador/a deve ter em conta que no momento da entrevista está a conviver com sentimentos, afectos particulares, fragilidades, (Bourdieu, 1993; Mendes, 2003) por isso, deve todo o respeito à pessoa entrevistada. Não se pode esquecer que cada pessoa entrevistada tem a sua singularidade, a sua história. Portanto, é preciso estar atento durante a entrevista. Ou seja, a observação também aqui é um bom “escudo” o investigador/a deve saber interpretar não só o que ouve como também o que vê (Mendes, 2003). É preciso ler nas entrelinhas, a pessoa entrevistada às vezes pode querer passar uma imagem que não é a sua.

Contudo, a relação entre o investigador/a e o entrevistado/a deve ser tocada pela empatia, só assim surge a confiança, e à medida que a confiança se vai instalando a conserva enche-se de pormenores. No final de uma entrevista ambos, investigador/a e entrevistado/a devem agradecer, um por ter tido a oportunidade de ouvir a partilha de uma vida, outro porque se sente aliviado por contar a sua história a alguém. Como diz Bourdieu (1993), um tem que ter vontade de ouvir e o outro vontade de falar. Contactar as pessoas para as entrevistas, recolher as suas narrativas é difícil mas muito importante para a investigação, é uma forma de o/a cientista social conseguir olhar o real por dentro, com a possibilidade de um melhor entendimento da realidade estudada.

4. Estudo de caso: A Ceres

“Possuir é perder. Sentir sem possuir é guardar, porque é extrair de uma coisa a sua essência.”
Fernando Pessoa.

A Ceres – Cerâmicas Reunidas, SA era uma empresa certificada pela Associação Portuguesa de Certificação pela norma ENNPIS09001:2000. Constituída a 22 de Dezembro de 1956 e situada na Rua da Cerâmica Ceres, nº 15 em Vilela, freguesia do concelho de Coimbra, inseria a sua actividade principal no âmbito do CAE - Classificação Portuguesa de Actividades Económicas - (26301) fabricação de azulejo e do CAE (26220) fabricação de produtos sanitários.

A Ceres era conhecida pelos seus azulejos, sendo que este segmento ocupava 71% do volume de negócios da empresa. Em termos de mercado interno os azulejos detinham uma percentagem de 66% e a louça sanitária de 92%, ao passo que, no que respeita ao mercado externo, 34% e 8%, respectivamente⁴⁴.

A Ceres era constituída pela administração, área administrativa e financeira, pela área de produção e comercial, contendo também um centro de informática, um departamento de gestão de qualidade, um laboratório e uma secção de escolha.

Fábrica de capital 100% português e estatuto jurídico de Sociedade Anónima, era de cariz familiar. O seu fundador de nome Carlos Paixão apostou durante anos no cuidado – criação de um infantário para combater necessidades do pessoal - e formação das suas colaboradoras e colaboradores, que chegaram a ser mais de 400, sobressaindo assim o rigor e qualidade dos seus produtos e serviços.

Com a saída do Sr. Carlos Paixão a Ceres foi alvo de algumas transformações, de uma reestruturação da administração e de uma modesta modernização com a entrada de alguma maquinaria. Porém, nem tudo correu bem, pois sensivelmente a partir de 2003/2004 a fábrica começou a dar sinais de enfraquecimento, pagamentos de salários em atraso, venda de algum património para fazer face a despesas, etc.. Por essa altura, os/as trabalhadores/as já temiam a perda dos seus empregos, apontando o dedo à má gestão da administração. A 14 de Junho a Ceres suspende os contractos com cerca de 180 colaboradoras e colaboradores.

⁴⁴ Dados fornecidos pelo sindicato.

Mas a Ceres planeava voltar a abrir, aliás tentou um Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) antes de fechar portas. Porém, sem qualquer sucesso. Em 2007 82% (sendo 81% dos herdeiros da Ceres) do capital social da Ceres foi adquirido por dois antigos elementos da administração, deixando de pertencer na sua maioria à família de Carlos Paixão. O objectivo dos novos administradores era reabrir a empresa, portanto, recuperá-la.

Muitas foram as notícias sobre a Ceres nesta altura e a expectativa de recuperação foi acompanhada de perto pelos meios de comunicação. Algumas notícias eram mais reveladoras da vontade dos trabalhadores/as reingressarem na Ceres “Trabalhadores exigem reabertura da Ceres”⁴⁵, ao passo que outras noticiavam a reabertura com a nova administração “Cerâmica Ceres reabre três anos depois”⁴⁶. Outras mais denunciadoras constatavam o fracasso da recuperação e a forte mobilização das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores “PME: Trabalhadores da Ceres reúnem-se em plenário após decretada insolvência”⁴⁷. E outras ainda hoje dão conta das dificuldades do processo de insolvência “Leilão da cerâmica Ceres com propostas desoladoras”⁴⁸.

No dia 22 de Outubro de 2010 visitei as instalações da Ceres – fase inicial da investigação – com o propósito de assistir ao plenário das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores. O plenário estava marcado para as 9h00, mas cheguei mais cedo para observar as redondezas. A dimensão da Ceres era, de facto, enorme ainda que o abandono estivesse bem patente. Quando lá cheguei a rua em frente à Ceres estava deserta e a fábrica fechada a cadeado, do lado de dentro estavam dois seguranças, um individuo e um pastor Alemão – percebi mais tarde que estavam a guardar o recheio já vendido pelo administrador de insolvência – que só estavam autorizados a deixar entrar o pessoal para o plenário.

Foram chegando pessoas, deduzi que eram (ex.) trabalhadoras e trabalhadores pelo ar preocupado estampado nos seus rostos. Fui ouvindo algumas conversas – sempre sob olhares desconfiados – uns diziam “será que hoje há novidades”; outros “dizem sempre a mesma coisa e nós é que temos a vida empatada”, e outros tantos estavam num vai e vem de suspiros, agarrados a um silêncio quase constrangedor para os demais.

⁴⁵ SIC – 03-01-2008 – Ver vídeo: <http://sic.sapo.pt/video/2008/01/03/trabalhadores-exijem-reabertura-da-ceres2>.

⁴⁶ RTP – 04-05-2009 – Ver vídeo: <http://videos.sapo.pt/OaePQo0wzotqI2RYJDO7>.

⁴⁷ Expresso – 31-03-2010 – Ver notícia integral: <http://aeiou.expresso.pt/pme-trabalhadores-da-ceres-reunem-se-em-plenario-apos-decretada-insolvencia=f573982>.

⁴⁸ *Jornal de Notícias* – 29-07-2010 – Ver notícia integral: http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Coimbra&Concelho=Coimbra&Option=Interior&content_id=1629133.

Chegado o coordenador do sindicato de Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro, entrámos todas e todos a caminho do refeitório da fábrica – sítio onde decorrem habitualmente os plenários – uns de pé, outros sentados, um barulho imenso, aguardámos que o espaço ficasse mais composto. E lá se deu início ao plenário.

O plenário durou pouco mais de 50 minutos, o objectivo, como sucede frequentemente, era colocar (ex.) trabalhadoras e trabalhadores a par do processo de insolvência a decorrer desde 23 de Março de 2010 e tirar dúvidas, nomeadamente, no que respeita ao fim das prestações sociais e às novas regras de condição de recursos. No fim, uns saíram a correr, outros juntaram-se em grupo para falar com as/os colegas. Aproveitei então a oportunidade para contactar com algumas trabalhadoras e trabalhadores e marcar algumas entrevistas.

Sendo o objectivo maior desta investigação caracterizar e identificar as estratégias de acção desenvolvidas por (ex.) trabalhadoras e trabalhadores para fazer face à situação de precariedade inerente à sua condição de desemprego, nada melhor do que tornar estas mulheres e homens o foco da investigação.

A análise centra-se em pessoas que na sua maioria⁴⁹ se encontram no desemprego desde Junho de 2006, pessoas que integram o grupo dos trabalhadores não qualificados sem emprego, o estrato da incerteza (Araújo, 2006).

Pretende-se assim, perceber em que medida o encerramento de uma fábrica testa a capacidade de resposta dos indivíduos sem trabalho e a eficácia dos mediadores de compensação, sem esquecer, porém, qual a percepção desses mesmos indivíduos face às suas vulnerabilidades, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas.

Como referi anteriormente, as entrevistas realizadas (doze entrevistas, seis a mulheres e seis a homens) permitiram-me caracterizar melhor a amostra, sendo que todos os indivíduos entrevistados tinham de 45 anos para cima.

Vários foram os contactos que se efectuaram, mas ao fim ao cabo revelou-se escasso o número de indivíduos com disponibilidade para a entrevista. Pretendia-se entrevistar pessoas desempregadas, mas dada a diversidade de situações e indisponibilidade demonstrada, entrevistaram-se quatro indivíduos, homens: dois deles haviam-se reformado após usufruir o direito às prestações sociais e os outros dois ainda estão à espera que lhe seja concedido esse direito; um indivíduo desempregado sem qualquer

⁴⁹ Alguns continuaram a trabalhar na Ceres depois de 2006 e outros voltaram a ser inseridos em 2009. Mais à frente explica-se os contornos do caso Ceres.

apoio do Estado e outro havia arranjado trabalho após usufruir do direito ao rendimento de inserção social. Quanto às mulheres, as seis estavam no momento da entrevista desempregadas, sem trabalho e sem direito à reforma, algumas diziam mesmo “sou velha para trabalhar e nova para me reformar”. Três das entrevistadas estavam ainda sem receber qualquer prestação social.

O rosto da Ceres são as suas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores, pessoas humildes, na sua maioria com baixa escolaridade (4º classe), nunca com menos de 11 anos de antiguidade na empresa e idades compreendidas entre os 35 e 65 anos, sendo as idades entre os 45 e 55 as predominantes.

As (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres passam, assim, na sua maioria a barreira dos 45 anos. Como se pretende demonstrar adiante este facto torna difícil a sua reinserção no mercado de trabalho e é um factor de prolongamento do período de desemprego. A idade é por isso um factor de vulnerabilidade intrínseca facilmente influenciável por factores de vulnerabilidade extrínseca, na medida em que a envolvente do mercado de trabalho tende a limitar o seu acesso aos indivíduos de meia-idade (Araújo, 2006).

O encerramento da Ceres veio acabar com a vida activa de grande parte dos entrevistados/as. A maioria trabalhou, como diz, “uma vida” e tem consciência que a idade é um entrave, ou pelo menos, existe a consciência de que dificilmente surgirão outras oportunidades quer no sector quer noutras áreas de trabalho. A amostra de entrevistados/as está, pois, ciente das suas limitações e tem uma posição face ao encerramento da empresa, chegando a apontar causas fraudulentas, garantindo sempre que fez tudo o que podia para que a Ceres não fechasse. Todavia, é consensual que a insolvência foi o melhor para todos/as, para entrevistados/as foi o acabar de todo o sofrimento, foi o fechar definitivo das portas e a possibilidade de prosseguir e construir uma vida exterior à Ceres.

4.1. Ceres: Visões do fim e desilusões do futuro

A Ceres, empresa sólida de Coimbra, foi declarada insolvente a 23 de Março de 2010. As insolvências são processos muito morosos, como se disse anteriormente. A designação de insolvente serve para as empresas que se encontram impossibilitadas de cumprir pontualmente as obrigações vencidas ou para aquelas em que o passivo é claramente superior ao seu activo. Hoje, não interessa se a empresa é recuperável ou não, nas situações acima expostas, é sempre designada de insolvente. No caso da Ceres, como nos confirma o administrador judicial – no excerto da entrevista abaixo –, a empresa foi considerada insolvente sem viabilidade económica para se reestruturar, portanto, foi judicialmente declarada de falida.

Entrevistadora- Pode dizer-me em que consiste um processo de insolvência...

Administrador – O processo de insolvência é um processo judicial que corre em tribunal e para que seja requerido é preciso que exista uma empresa ou um indivíduo insolvente e existem requisitos que o determinam, não poder pagar dívidas, o passivo ser maior que o activo... Mas atenção, uma empresa pode estar insolvente sem assim ser declarada, só quando se vai a tribunal é que o processo se dá... A insolvência pode ser requerida por qualquer credor e até pelo devedor, o devedor pela lei até se deve apresentar à insolvência quando está numa situação de incumprimento, não é muito usual mas é legalmente está estabelecido que tem obrigação de se apresentar à insolvência... Depois de declarar a empresa ou o sujeito insolvente o administrador pode seguir pela recuperação da empresa ou partir para a sua liquidação e aí apura-se os activos da empresa ou do indivíduo, as suas dívidas, procede-se à venda dos activos e faz-se a distribuição segundo as normas legais pelos credores... Em linhas muito gerais é nisto que consiste o processo de insolvência... É claro que depois isto tem muitos incidentes, uns mais simples e outros bem difíceis de contornar... No caso da Ceres optou-se pela liquidação porque já não existia recuperação possível, sempre que o passivo é superior ao activo procede-se logo à liquidação...

Administrador Judicial

Mas as coisas não foram assim tão lineares. O caso Ceres tem muito que se lhe diga, a insolvência foi declarada a 23 de Março de 2010 depois de tentativas de recuperação falhadas. Em Junho de 2006 a maioria dos trabalhadores/as por falta de pagamento viu-se obrigada a suspender contrato com a Ceres, ficando apenas um pequeno grupo de pessoas, aproximadamente 18, nos serviços administrativos, comerciais, manutenção e segurança para garantir a continuidade futura da empresa. O pessoal da Ceres saiu em 2006 com a esperança de lá voltar⁵⁰, portanto, de voltar a ver a fábrica laborar.

Em situação económica muito difícil, a Ceres mudou de administrador em 2007, e foi este quem, em conjunto com os restantes credores e o sindicato, a tentaram recuperar, recorrendo assim ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) – a

⁵⁰ Salvo aquelas e aqueles que tendo condições para a pré-reforma ou reforma sem sofrer penalizações não tinham qualquer pretensão de lá voltar.

antiga administração já lhe tinha recorrido em 2006, mas tal ficou sem efeito por falta de investimento -, cuja mediação foi feita pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).

A Ceres chegou mesmo a reabrir em Setembro de 2008. Porém, não chegou a laborar por atrasos no financiamento. Depois com um plano de recuperação mais consolidado e projectado num horizonte temporal de cinco anos considerado viável pelos credores e mediador, a Ceres voltou a reabrir as portas em 2009. Tive acesso ao plano de recuperação e pude confirmar que os objectivos maiores eram retomar a produção em três fases. Numa primeira fase, pretendia-se arrancar com uma linha de produção e um forno, activando somente as secções de prensagem, vidragem de azulejo, cozedura de azulejo, escolha e armazém, apoiadas pelo laboratório, secção da manutenção mecânica e eléctrica, serviços administrativos, comerciais e segurança. Ao todo esta fase deveria abranger cerca de 50 pessoas entre Fevereiro e Março de 2009. Numa segunda fase, entre Maio e Abril de 2009, funcionariam as mesmas secções, mas com uma segunda linha de produção e um segundo forno. Esta fase iria abranger mais 20 pessoas. Numa terceira e última fase, em Junho de 2009, pretendia-se retomar a produção da linha sanitária e todas as suas secções, abrangendo assim mais 40/50 pessoas.

O plano de recuperação previa pagar as dívidas a todos os credores, incluindo trabalhadoras e trabalhadores com salários em atraso. Continha as necessidades de investimento, um plano de reestruturação económica que visava situar o volume de negócios acima do ponto crítico e corrigir a estrutura de custos da empresa e um plano de financiamento que tinha por objectivo a modernização da unidade produtora de azulejos e louça sanitária e o reforço das estruturas comercial e de gestão da empresa, tudo isto pensado para os cinco anos exigidos pelo IAPMEI.

Contudo, de acordo com as informações fornecidas pelo sindicato – como se pode confirmar no excerto da entrevista abaixo -, a Ceres só reabre em Maio de 2009, aparentemente com fortes probabilidades de recuperar. Mas mais uma vez a administração não conseguiu concretizar o plano por falta de financiamento, e como consequência também não chegou a cumprir os pagamentos faseados aos credores. A Ceres voltou a fechar portas.

Entrevistadora- Em relação à Ceres, conte-me como se desenrolou todo o processo até à insolvência?

Coordenador – Em 2006 tentaram apresentar um plano de recuperação com a colaboração do IAPMEI, mas foi um fracasso porque não previa investimento nem tinham financiamento, só depois com o novo administrador é que se tenta verdadeiramente a recuperação, mas já estavam os trabalhadores com os contratos suspensos... A Ceres tentou reabrir em 2008 com o objectivo de ir readmitindo trabalhadores, mas houve novo falhanço e teve que voltar a tentar em 2009, acabando de vez em 2010 com a insolvência... A Ceres reabriu em Maio de 2009 e todos nós acreditámos que era possível, mas entretanto as coisas não correram bem e nós fomos obrigados a dar um prazo até 30 de Novembro de 2009, para a administração cumprir o que estava acordado. Porque o nosso acordo era que a empresa pagasse mensalmente uma parte da dívida aos trabalhadores que não foram readmitidos e que pagasse sempre o salário aos que estavam na fábrica (os 20 que sempre lá ficaram e cerca de 30 que foram readmitidos), o objecto era ir readmitindo aos poucos todos os trabalhadores... Mas houve incumprimento e a insolvência foi pedida em Fevereiro de 2010 pela Segurança Social. E os trabalhadores apoiaram... A insolvência foi declarada a 23 de Março de 2010. A empresa ainda contestou, mas não havia condições para continuar... Nesse momento achámos que a melhor forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores era a insolvência. Para nós, o grande falhanço foi da administração...

Coordenador Sindicato

A. Percepção do processo de insolvência

Em 2008, a Ceres tentou reabrir, chamando cerca de 40/50 trabalhadoras e trabalhadores, tentativa falhada como já se disse. Esses indivíduos reactivaram o seu contrato em Setembro de 2008, mas tiveram passado pouco tempo (aproximadamente três meses) que abandonar a Ceres, começando apenas a laborar em 2009, conforme o plano de recuperação a que já me reportei. Algumas entrevistadas e entrevistados – como podemos confirmar nos excertos de entrevistas abaixo - garantem que a administração não conseguiu sequer reintegrar as 50 pessoas referentes à primeira fase do plano de recuperação, mas sim 30 – a contar com os 20 que nunca saíram da Ceres é que perfazia os 50. E mesmo esses, dizem que tiveram salários em atraso, chegando a trabalhar de graça, valendo-lhes os meses a mais de descontos.

Entrevistadora – Disse que o não cumprimento do plano de recuperação a fez perder a esperança?

A.A. – Sim. Ao início acreditei, esperei para ver porque pensava que ia voltar, mas com o passar do tempo perdi a esperança, ele (administrador) nem crédito conseguiu junto dos bancos para investir em matéria-prima. Não sei se lhe disse, mas algumas colegas minhas foram chamadas para cumprir o tal plano de recuperação, ficou no papel que iam colocando pessoal em diferentes fases do plano, algumas ainda conseguiram avançar o fundo de desemprego, mas ficaram com mais salários em atraso.

(Mulher, 54 anos)

Entrevistadora – A Ceres tentou reabrir duas vezes, uma em 2008 e outra em 2009. Como viu essas tentativas, teve esperança de voltar à Ceres?

E.M. - Eu achei bem, foi uma porta que se abriu, mas que fechou logo a seguir... Pelo que sei o plano estava muito bem elaborado e teve o apoio de grandes instituições, mas o patrão não conseguiu cumprir alguns pontos, o financiamento, um grande ponto para concretizar outro, os pagamentos aos trabalhadores... Em 2008 falharam, em 2009 lá começaram a produzir alguma coisa. Mas nunca

chegaram a entrar os 50 como se fala por aí, entraram no máximo 30 e mesmo assim tenho dúvidas... Eu entrei em 2010, acabou-se o social do desemprego e como era minha obrigação fui apresentar-me em Janeiro de 2010, e entrei, fiquei lá até Março de 2010 e já só lá estavam 9 colegas, o pessoal foi saindo porque não recebia... Eu ao fim do primeiro mês também não recebi, mas aguentei mais dois meses... Fui o último a entrar e o último a sair... Fui para lá trabalhar cheio de vontade, embora não fosse para a minha função... Fui auxiliar o electricista, este manteve-se lá sempre, e depois fui para porteiro...

(Homem, 49 anos)

A Ceres foi sempre considerada uma grande e saudável empresa, mas por inúmeras razões não conseguiu sobreviver. A população em geral pode ficar admirada com este fechar de portas, mas quem lá vivia já adivinhava o fim da Ceres há muito tempo, embora com grande dor... Uma coisa é certa, entrevistadas e entrevistados revelam que este era um dos fins possíveis, confessando, porém, que as tentativas de recuperação lhes deram esperança. Defendem a grandeza da Ceres enquanto empresa, revelando que foi considerada a melhor do sector em Coimbra, relembram que era uma empresa exportadora e de grande visibilidade, mas não têm qualquer pudor em atribuir culpas...

Como vimos as tentativas de recuperação não passaram disso mesmo, tentativas da administração. É verdade que algumas trabalhadoras e trabalhadores conseguiram dar entrada de mais uns descontos na segurança social, mas voltaram a perder os seus postos de trabalho. O desfecho foi, portanto, a insolvência sem qualquer viabilidade económica da empresa, ou seja, a Ceres estava oficialmente falida, esta foi a conclusão do administrador judicial que logo procedeu à liquidação do património da empresa.

Mas como é que encaram este encerramento definitivo, a quem se atribuem culpas? Um primeiro encerramento em 2006 e depois um encerramento definitivo em 2010. Será que aceitam a insolvência? Nos trechos de entrevistas abaixo podemos ver a resposta a essa questão.

Entrevistadora - Já voltamos à recuperação da Ceres, antes diga-me como é possível uma empresa como a Ceres terminar assim?

A.P. – A Ceres era uma empresa sã, com muito prestígio em Portugal e fora de Portugal, custa aceitar este fim... (silêncio, suspiros) A Ceres recebeu um prémio por ser das melhores do país, das mais saudáveis, não me ocorre o ano, mas já foi depois de 2000, ou seja, já com a administração na posse dos herdeiros... Em 2001/2002 nada fazia prever que a Ceres fechasse no espaço de 4/5 anos. Dada a dimensão da Ceres posso afirmar que o seu fecho foi uma grande perda para o concelho de Coimbra e para a freguesia Torre de Vilela, porque muitos trabalhadores tinham lá o seu ganha-pão. Era uma empresa da freguesia que deixou de existir, os jovens da terra que queriam seguir a vida operária, como os seus pais, deixaram de ter aqui uma oportunidade de emprego... Na Ceres já havia filhos de trabalhadores... Outra coisa, não sei se sabe, mas o campo de futebol aqui da terra é propriedade da Ceres, chegamos a ter financiamento para os equipamentos e equipas de futebol constituídas por trabalhadores, eu cheguei a jogar e a ser treinador, mas até isso acabou...

(Homem, 60 anos)

Entrevistadora – Então pode deduzir-se que já lhe passava pela cabeça que a Ceres pudesse fechar?

D.A. – Sim, pelo menos na minha secção já se falava na possibilidade da Ceres fechar, mas há sempre uma esperança não é?! Nós sentíamos que as coisas não estavam bem só que acreditávamos que os fundos da Ceres fossem suficientes para ultrapassar esta crise... mas os sinais estavam lá, bem visíveis... Já não era a nossa Ceres...

Entrevistadora – Em 2006 confirmaram-se as vossas suspeitas, a Ceres fechou... O que sentiu neste momento?

D.A. – Quando a Ceres fechou não estava lá, estava de baixa. Foi uma colega que ligou cá para casa a chorar e deu-me a notícia, ela até que me disse que foram quase obrigadas a sair da fábrica e pediu para eu ir lá buscar as minhas coisas, tinha lá a minha bata, sapatos... Ela chorava do outro lado e eu daqui... Sabíamos que isto podia acontecer, mas não imagina o que se sente quando uma coisa destas se concretiza... Foi muito difícil... E quando fui lá buscar as coisas, custou-me tanto, mal entrei no laboratório fartei-me de chorar. Veja lá que a chefe de secção, a patroa, estava lá muito serena e quase ofendida por eu estar a chorar, virou-se para mim e disse “está a chorar porquê?”, eu nem conseguí responder fui buscar as minhas coisas. Sinceramente, também não queria ficar ali mais tempo... O que nos aconteceu na Ceres não desejo a ninguém, porque perder um emprego de tantos anos, com esta idade, não é bom para ninguém. Eu pensava que ia acabar ali percebe?!

(Mulher, 52 anos)

Entrevistadora – O que é que mudou? (Pergunto o que mudou depois do fundador sair e de se instalar a administração que vigorou até 2006).

I.M. – De dia para dia as coisas só ficaram piores... A nova administração ou não teve mãos para o negócio ou roubava, não sei... Aquilo ficou um pouco abandonado, nós até passámos a ter mais liberdade, mas era preciso um pulso firme... A administração algum tempo depois do Sr. Paixão reformulou o pessoal, uns saíram e entraram outros, e colocaram lá um elemento que segundo consta foi o responsável por muitas asneiras que se fizeram na Ceres, sobretudo, com a as guias para os camiões... O mais engraçado nisto tudo é que foi esse mesmo elemento que mais tarde comprou a Ceres e acreditou na sua recuperação, mais do que qualquer outra pessoa... Há quem diga que ele arranjou forma de mandar para fora os antigos donos para mandar à vontade, mas a verdade é que ele sempre mostrou mais vontade de levar a empresa para a frente... Se enganou os outros não sei, mas lá que tinha mais vontade tinha... Mas ficou-se por isso mesmo, nem com essa vontade toda as coisas correram bem, ou ele não tinha mesmo jeito para aquilo ou não tinha mesmo dinheiro ou então andou a encher os bolsos dele... Não sei...

Entrevistadora – A Ceres conseguiu reabrir depois de uma tentativa falhada... Teve esperança de lá voltar?

I.M. – Sim, quando soube que alguns colegas lá voltaram o meu coração encheu-se de esperança... Como tínhamos o contrato suspenso essa reabertura podia querer dizer que íamos ser chamados... O patrão dizia que conseguia recuperar a empresa, que começavam com a linha de azulejo e que se tudo corresse bem abriam a linha do sanitário, por isso, acreditei que até acabar o meu desemprego podiam pôr tudo a funcionar e que eu poderia voltar... Infelizmente, não fui chamada, eles só chamaram pessoal que trabalhava por turnos, mas se calhar até foi o melhor, porque aquilo não durou muito, grande parte das pessoas só conseguiram mais salários em atraso... Mas houve muita gente que se apresentou depois do desemprego e como aguentou algum tempo voltou a ter direito a mais desemprego...

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Na sua opinião qual foi o problema da Ceres? A produção manteve-se, o material vendia-se, qual foi o problema? (refiro-me a 2006, esta entrevistada não voltou à Ceres uma segunda vez)

J.M.- O problema foi a má gestão, descontrolaram-se a gerir a empresa... Na recta final perguntávamos aos responsáveis, onde estava o dinheiro das vendas mas sobretudo onde estava o dinheiro que o Sr. Paixão deixou... Sempre achei estranho, e até hoje ainda não percebi onde gastaram o dinheiro... Só vejo uma possibilidade, ou alguém se governou com ele, ou não tiveram mesmo pulso para gerir a empresa, ou as duas (risos)

(Mulher, 45 anos)

Entrevistadora – Em 2010 foi declarada a insolvência. O que achou?

C.M. – Com aquela administração não havia outra hipótese. Eles estavam sempre a iludir-nos, mas a verdade é nunca iam conseguir financiamento para levar a Ceres para a frente... A insolvência veio acabar com o sofrimento de todos... Sofremos todos muito com o que aconteceu à Ceres, mas acredite que quem voltou à Ceres uma segunda vez sofreu a dobrar, foram duas desilusões... É a mesma coisa que dar um doce a uma criança com uma mão e tirar com a outra... Mas garanto-lhe que os trabalhadores fizeram tudo o que estava ao seu alcance, até pagaram para trabalhar.

(Homem, 58 anos)

Entrevistadora- Em Março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou neste momento?

E.N. – Achei que veio tarde, devia ter sido logo à primeira tentativa falhada. A insolvência veio tarde. Se tivesse sido logo em 2008 era melhor se calhar tínhamos arranjado colocação em algum lado e não estávamos assim agarrados à empresa com o contrato suspenso. Os que se apresentaram depois de acabar o subsídio de desemprego ainda conseguiram avançar no desemprego e tirar algum benefício com a recuperação, mas a maioria não.

(Homem, 48 anos)

Entrevistadora – Em Março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou neste momento?

H.P. – Depois de tanta coisa acho que foi o melhor... Aquilo já não ia para a frente, a recuperação não deu em nada, acho que ainda prejudicou mais, eles venderam muita coisa e mesmo assim não serviu de nada... Dali não vinha mais nada, o que ficou patrão (novo administrador) depois dos herdeiros do Sr. Paixão, fartou-se de prometer e não cumpriu nada... Não havia nada a fazer... A insolvência foi o melhor, pelo menos que nos ajude a recuperar o que não nos pagaram...

(Mulher, 53 anos)

As (ex.) trabalhadoras e trabalhadores aceitaram bem a insolvência. Todavia, quer os que não mais voltaram à Ceres quer os que lá voltaram na esperança de a ver recuperar, não deixam de apontar algumas causas para o seu fim: má gestão, falta de financiamento, fraca modernização. No geral, acreditam que isto tudo é resultado de actividades fraudulentas da anterior administração de que o novo administrador também fazia parte... O que não esquecem, porém, é de dizer que fizeram tudo o que deles dependia.

Deve-se ainda reforçar a ideia de que a insolvência foi vista como uma solução e não o maior dos problemas, o coordenador do sindicato, fala por si e pelas trabalhadoras e trabalhadores: *“A insolvência foi declarada a 23 de Março de 2010. A empresa ainda contestou, mas não havia condições para continuar... Nesse momento achámos que a melhor forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores era a insolvência.”* (parte do excerto da entrevista já supramencionado acima).

Quanto à aceitação da insolvência salientamos ainda o facto de o sindicato ter alguma influência nessa atitude, pois os entrevistados/as confiam muito no sindicato – como podemos ver nos exemplos abaixo. Algumas pessoas têm noção do que é a insolvência, mas os/as trabalhadores/as nem sempre têm informação sobre como

devem agir face a essa situação, e talvez por isso se deixem levar pelas decisões do sindicato.

E – Tem plena confiança no sindicato?

G.A. – Claro... Eles ajudaram-nos muito e sei que continuam disponíveis até ao fim...

(Mulher, 45 anos).

E – Acha que nestes processos tira mais vantagens por ser sindicalizado?

E.N. – Talvez. Eu sempre optei por ser sindicalizado e acho que têm ajudado. E este sindicato até tem defendido os que são e os que não são... Antes ser sindicalizado, porque mesmo durante os anos de trabalho uma pessoa ia sendo informada da lei e ia vendo cumpridos alguns direitos... No processo passa-se o mesmo, sem o sindicato não tínhamos grandes informações e muitos não tinham tratado dos papéis para o social ou para as reformas...

(Homem, 48 anos).

E quando confrontados com a questão “Alguém ganha com esta insolvência?” os entrevistados/as dizem-nos que são poucos os que ganham e mais os que perdem com estes processos. No geral, como se pode verificar abaixo, dizem que os grandes perdedores foram os trabalhadores/as, pois perderam os seus postos de trabalho. O sentimento de perda é ainda muito visível.

Entrevistadora- Diga-me, acha que alguém beneficia com as insolvências?

Administrador – Bem, não sei... Mas pelo menos temos a certeza de que ou se tratam as empresas doentes ou se termina com elas de vez... Em termos económicos algumas pessoas podem sair beneficiadas, por exemplo, os indivíduos que nos compram os activos das empresas, porque nunca se consegue vender o património pelo seu real valor... Mas no fundo creio que são mais os que perdem, perdem os donos das empresas, perdem os trabalhadores, perde a envolvência da empresa, enfim, bem vistas as coisas perde-se mais do que se ganha...

Administrador Judicial

Entrevistadora – Quem é que ganha com esta insolvência?

Coordenador – Na verdade acho que não ganha ninguém... Tudo perde quando uma empresa encerra portas, o país perde... Mas a nossa maior preocupação são os trabalhadores, estes são as verdadeiras vítimas da insolvência, perdem os seus trabalhos e sentem-se obrigados a recomeçar uma vida, não é fácil... Pelo menos que esta insolvência dê para pagar a todos os trabalhadores, esta é a nossa esperança...

Coordenador Sindicato

E- Na sua opinião alguém ganha com esta insolvência?

G.A. – Acho que não... Perdemos todos... Perderam os trabalhadores, perderam os patrões, perderam os fornecedores e perdeu Coimbra... É menos uma empresa ... Dizem que vamos receber alguma coisa, vamos lá ver... Não sei se o dinheiro que fizerem com a Ceres chega para tantas dívidas... E eles (a administração) já tinham vendido muita coisa antes da insolvência... Talvez nunca se receba nada, existem tantos processos desses por aí e demoram tanto tempo que prefiro não contar muito com isso...

Mulher, 45 anos.

E – Na sua opinião quem é que sai vencedor desta insolvência?

C.M. – Os trabalhadores nunca vão ganhar, nós só temos a receber o que é nosso por direito, os trabalhadores só perderam com toda esta situação... Esta insolvência pode é fazer com o que os trabalhadores percam menos... Uma coisa podemos dizer, um trabalhador em fim de carreira ganhou qualquer coisa, porque caso se reformasse não levava nada da fábrica, assim, leva alguma coisa a mais... Pior estão os trabalhadores mais novos que apostaram tudo naquela empresa e que não sabem fazer mais nada, antes tinham um salário garantido e agora não, e muitos têm filhos a estudar e casa para pagar... É complicado!

Homem, 58 anos.

Comprova-se, deste modo, uma das hipóteses da investigação, nos termos da qual a insolvência é vista como um mal menor por (ex.) trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo, quando não existem expectativas de que a empresa volte a laborar. Na generalidade, após as tentativas de recuperação falhadas, querer-se apenas assegurar o pagamento das indemnizações e recuperar as vidas, agora mais frágeis, sem emprego. Mas não se pense que nos dizem isto de ânimo leve, muito pelo contrário. É impossível revelar aqui por palavras o que aquelas pessoas me revelaram nas entrevistas, as expressões delas são mesmo inexplicáveis... “Foram muitos anos” diziam elas e eles de forma a justificar a emoção sempre que relembavam todo o sofrimento vivido nos últimos anos.

B. Identificação com a empresa e a profissão

Muitos laços se criaram na Ceres, algumas pessoas cresceram juntas lá dentro, a maioria foi para lá com 13 ou 14 anos de idade e lá se fizeram homens e mulheres, por isso, como podemos confirmar abaixo, a Ceres foi trabalho, aprendizagem e companheirismo.

Entrevistadora– Foi atrás de uma meta, mas também tinha uma ligação muito forte com aquele trabalho...

C.M. – É isso, eu gostava muito daquele trabalho, eu gostava muito daquela empresa e das pessoas, eu não estava com a minha mulher e os meus filhos e estava com os colegas de trabalho, criam-se laços para o resto da vida... Não posso dizer que me arrependo de ter voltado, mas que me prejudicou não posso negar, e não foi só na questão da reforma, mas também psicologicamente, vir para casa uma segunda vez não foi fácil... De qualquer forma estou tranquilo, eu sei que fiz o que podia e que cumpri para com a Ceres, se não deu certo a culpa não foi minha, nem dos outros trabalhadores...

(Homem, 58 anos)

Entrevistadora – Sente saudades da Ceres ou de uma rotina?

A.A. – Das duas coisas... Ainda penso muito na Ceres, nos colegas, no convívio... Nós partilhávamos muita coisa, sinto essencialmente falta da amizade. Os laços que criamos na Ceres vão ficar para sempre... Foi uma vida com aquelas pessoas...

O trabalho preenchia o dia dos entrevistados/as, as suas vidas giravam em torno do trabalho e existia todo um processo mecanizado, uma rotina que deixou de existir. Para além disso, está patente nas entrevistas efectuadas a forte ligação à Ceres, ao trabalho que lá desempenhavam e às/aos colegas que lá deixaram, uns mostram mais que outros, mas quando se fala das mudanças no dia-a-dia as respostas vão num mesmo sentido, todas e todos sentem falta da rotina, do levantar cedo e da correria própria de quem têm família e uma actividade profissional. E esta quebra de rotina tem subjacente um grande sentimento de inutilidade. Qualquer pessoa que perde o seu trabalho, sobretudo, o trabalho de uma vida, perde mais do que uma remuneração. Nos relatos que temos, as pessoas referem a dificuldade em se adaptar à nova vida e referem que se sentiram mais sozinhos, nomeadamente, porque as amizades ficaram na Ceres. Mas como nos diz Loison (2000) o desemprego não é motivo para isolamento. A princípio pode ser mais difícil, o primeiro ano de desemprego é o mais custoso para os indivíduos, é o tempo de habituação... Como podemos confirmar nos excertos das entrevistas abaixo, o sentimento de perda é extensível a todos/as. Porém, ninguém rompeu com as suas sociabilidades informais, muito pelo contrário, pois tentaram manter-se juntos dos familiares, dos amigos e dos vizinhos. Salienta-se o caso do Sr. E.N. de 48 anos que inicialmente se sentiu mais isolado. Todavia, mostra-nos que conseguiu ultrapassar a situação com o apoio da família e dos vizinhos.

Entrevistadora – Sentiu-se isolado depois de abandonar a Ceres...

E.N. – Um pouco... Valiam-me as pessoas da terra e a minha mãe, os amigos esses vivem longe, quase foram com a Ceres (silêncio). Na altura em que devia estar a trabalhar estava em casa sem fazer nada... Eu tive um tempo de baixa antes de a Ceres fechar, mas sabia que ia voltar, saber que não ia mais pegar ao trabalho custou-me muito. De qualquer forma, no campo faz-se sempre qualquer coisa, mas nos primeiros tempos cá numa tristeza tão profunda que perdi o ânimo... Uma pessoa fica perdida depois de quase 30 anos com a mesma rotina... Custou muito... Nunca pensei sair assim da Ceres, nestas condições...

(Homem, 48)

Entrevistadora – E qual é o significado do trabalho na sua vida?

A.A. – O trabalho é o que sou hoje, a casa que tenho deve-se a muitos anos de trabalho e alguns sacrifícios. E depois o trabalho é bom para termos determinados conhecimentos, para conviver com outras pessoas e para nos sentirmos úteis, actualmente sem trabalho não me sinto útil... Quanto estava a trabalhar, levantava-me com um objectivo, hoje levanto-me e penso que é mais um dia sozinha... Sozinha, porque o meu marido vai trabalhar e a filha também não está em casa. Tenho os vizinhos, mas não é bem a mesma coisa. Estou como um barco sem rumo, não tenho horários para cumprir, não tenho nada...

Entrevistadora- Pois, o trabalho ocupa um lugar importante na sua vida...

A.A. – Sem dúvida. Sem trabalhar sinto-me abalada e ando sempre mal da minha cabeça, eu ainda me tento distrair indo para a rua falar com este e aquele vizinho, mas existem alturas que me sinto completamente sozinha... Não imagina o que me custa estar em casa durante o dia, trabalhei 33 anos e agora estou para aqui sem fazer nada, é muito difícil.

(Mulher, 54)

Entrevistadora – Numa situação de desemprego há a quebra da rotina... Como são os seus dias?

A.P. – É verdade. Uma pessoa está habituada a acordar àquela hora e sair para o trabalho, nos primeiros tempos até parece que andamos todos trocados, dei por mim a levantar-me cedo e vestir-me para ir para a Ceres... Depois caía em mim e lá me entretinha por casa e pelo campo... Mas não é fácil, há pessoas que caem na depressão, eu tentei sempre dar a volta por cima e não deprimir... Na minha idade um emprego era quase milagre, mas sempre tive a esperança de conseguir a reforma... Não queria que fosse já, mas tem que ser... Não há trabalho para novos, quanto mais para velhos...

(Homem, 60 anos)

C. Privação financeira

O desemprego, como já se disse, é mais do que a privação de um salário, é o cortar dos laços de amizade, é a quebra da rotina, é o medo do futuro. Mas não podemos ignorar que a privação de um salário pode ser para uns pior do que para outros. Por isso, se diz que o desemprego não atinge as pessoas da mesma forma, umas passam mais dificuldades que outras. As entrevistas mostram-nos que o desemprego tem implicações na esfera financeira, mas que, cortando aqui e ali, é possível viver com os apoios do Estado.

Entrevistadora – Na sua opinião o subsídio de desemprego é ou não é suficiente para proporcionar algum conforto?

J.R. – Nós tínhamos algumas despesas, empréstimos e não foi fácil, o banco deu-me mais um crédito e paguei dívidas, ficando só com uma, aí já era uma questão de saber gerir o dinheiro, mas é preciso uma pessoa mexer-se... Agora numa família numerosa, com filhos a cargo e com empréstimos ao banco, é quase impossível sobreviver... No meu caso deu para aguentar, cortámos em pequenas coisas, deixámos de almoçar fora ao domingo, essas coisas... Mas há coisas de que nunca estamos livres, por exemplo, apanhei uma multa quando estava no desemprego por excesso de velocidade perto de 300 euros, já fiquei à rasca...

(Homem, 61 anos)

Entrevistadora – O subsídio de desemprego é suficiente para proporcionar algum conforto, com o social é que as coisas ficam mais difíceis...

E.M. – Se o subsídio de desemprego for bem gerido e outra pessoa na família trabalhar dá para aguentar, ou seja, manter o mesmo nível de vida... Com o social ou se corta em algumas coisas ou se tem que arranjar mais qualquer coisa por fora... Porque quem como eu tem contas certas para pagar é complicado só com o social... Uma diferença mesmo que 200 euros do salário é muita coisa, que era mais, mas já só digo isto de diferença...

(Homem, 49)

Como já se disse aqui, o caso Ceres não foi linear, não se chegou ali e disse “acabou”. Foi um processo longo e doloroso, um processo que ainda não chegou ao fim⁵¹, mas que pelo menos libertou os que ainda podiam ter esperança de voltar a laborar naquela casa. Logo que experimentaram o desemprego, uns em 2006, outros em 2008 e outros pela segunda vez em 2009, os trabalhadores/as ficaram cientes de que teriam que enfrentar a situação. É verdade que alguns tiveram esperança nas recuperações, mas não deixaram de fazer contas à vida e avaliar a sua situação. O desemprego fez com que reorganizassem e reorientassem as suas vidas. Foi com o desemprego que as suas dificuldades despontaram, ou seja, que os factores de vulnerabilidade vieram à tona.

4.2. Noção das vulnerabilidades do indivíduo desempregado

Os números do desemprego não param de crescer, em 2009 a taxa de desemprego era de 9,5% (INE, 2010) e em 2010 de 10,8%, ou seja, um aumento de 1,3% (INE, 2011). São estes os números que assustam a maioria da população, empregada e desempregada.

Mas mais do que ter acesso aos números as pessoas têm a percepção da situação do país, das causas desses números. A desindustrialização, a reestruturação industrial e o encerramento de unidades industriais destacam-se como os temas mais influentes na economia política e geografia económica (Bluestone e Harrison, 1982). As deslocalizações e os processos de insolvência/falência estão assim conotados como ameaça permanente para a manutenção do emprego nas regiões mais afectadas. Coimbra não é diferente, o fenómeno da desindustrialização já se faz sentir, nomeadamente, na cerâmica.

⁵¹ O processo de insolvência pode levar anos a terminar, por isso, se diz que o processo ainda não chegou ao fim. O processo só cessa quando se pagarem as indemnizações às trabalhadoras e trabalhadores.

A. Oferta de emprego em Coimbra

Nos últimos anos e à semelhança do resto do país, Coimbra vê diminuir o emprego da população em todos os sectores de actividade. Mas, foram mais as empresas industriais, sobretudo, indústrias de cerâmica (Estaco, Sociedade de Porcelanas, Ceres e Poceram) que fecharam as suas portas, deixando milhares de pessoas no desemprego, como nos diz o coordenador do sindicato. As entrevistadas e entrevistados referem-se a Coimbra, salientando as dificuldades em arranjar emprego no concelho.

Entrevistadora- Focalizando o concelho de Coimbra. Diga-me como vê o sector industrial nesta cidade...

Coordenador – Coimbra foi dizimada, muitas empresas a fechar e mais de 20 mil desempregados, na maioria desempregados de longa duração... Falando concretamente do sector da cerâmica posso dizer-lhe que quase não existe em Coimbra, as empresas do sector ou já faliram ou estão actualmente numa situação complicada, isto deve-se em grande parte a falta de capacidade das empresas se reestruturarem, as empresas de Coimbra, sobretudo, as que já faliram com a Estaco e a Ceres não tiveram arte nem engenho para se reestruturarem... Diz-se que Coimbra é a Universidade, os hospitais e os serviços, Coimbra é um cemitério de empresas industriais... Vão surgindo alguns polos industriais pelo distrito, por exemplo, em Cantanhede, mas não pense que são empresas com 200 ou até 400 trabalhadores com foi o caso da Ceres, são empresas com menos recursos humanos... Acho que esta cidade se esqueceu da indústria, tínhamos aqui boas empresas, mas infelizmente o apoio ao sector é muito reduzido... O que não podemos esquecer é que em Coimbra também não há grande espaço para empresas de grane dimensão, esse é outro problema... A Pedrulha parece ser o melhor espaço de Coimbra para a indústria, mas não há incentivos à fixação de empresários...

Coordenador Sindicato

Entrevistadora – Pois em Coimbra não há muita coisa...

A.P. – Não há quase nada, as indústrias estão a fechar e com as nossas qualificações não é fácil... Eu tenho o 9º, tirei-o através das novas oportunidades depois de estar desempregado (mais baixinho - já não é mau), mas nunca me vão colocar numa função semelhante com estas habilitações... Há muito pessoal novo, e com curso... Trabalho como o da Ceres já não há, nem para mim nem para os outros... Mas para azar do pessoal aquilo não aguentou...

Homem, 60 anos.

Entrevistadora – Acha que existe pouca oferta por aqui?

E.M. – Sim, não há quase nada... Trabalhar numa fábrica era o que queria, mas já não se mete pessoal como antigamente... E não existem assim tantas fábricas e as que existem também não estão famosas...

(Homem, 49 anos)

B. Obstáculos à inserção no mercado de trabalho

Na linha de Gallie e Paugam (2000) o processo de marginalização do mercado de trabalho resulta da reestruturação da esfera produtiva e da actual exigência de qualificações e competências. Por isso se diz que as fragilidades locais e nacionais fragilizam alguns segmentos da população. Mas as pessoas desempregadas também têm consciência das suas próprias vulnerabilidades. Não é só a crise, a reestruturação da esfera produtiva e as características dos territórios – mais da zona de residência - que as afasta do mercado de trabalho, é também a idade, o sexo e a escolaridade, e é esta articulação que nos permite falar de factores de vulnerabilidade.

A idade e a escolaridade são, para a amostra analisada, os factores intrínsecos mais limitadores. E tem razão de ser, são indivíduos de meia-idade – excluindo os que estão reformados ou quase a obter a reforma – que começaram a trabalhar cedo, não tendo oportunidade de prosseguir estudos fizeram a sua vida em torno de uma mesma actividade, sendo por isso especializados mas pouco qualificados, estes indivíduos são as maiores vítimas do desemprego de longa duração quiçá do desemprego total de Schnapper (1981) que afecta maioritariamente trabalhadores/as manuais que experimentam o aborrecimento do dia-a-dia, a humilhação e o enfraquecimento das suas relações sociais. Hoje, a reestruturação da esfera produtiva pressupõe a procura de indivíduos qualificados para o mercado de trabalho, não especializados, a especialização só se vê como vantajosa para a empresa se for também ela flexível (Sennett, 2000).

Pedro Araújo (2006) caracteriza a população que entrevistou, desempregadas e desempregados da Estaco, como sendo de meia-idade, com níveis de habilitações e qualificações baixos, situações prolongadas de desemprego e dificuldades acrescidas na reinserção do mercado de trabalho. A nossa amostra apresenta-se muito semelhante, salvo o facto de termos um número significativo (4 em 12) de indivíduos em idade de pré-reforma ou reforma. Estes, apesar de terem vivido o seu desemprego, estiveram menos preocupados com a questão da empregabilidade. Ou seja, de maneira geral, as “nossas” desempregadas e desempregados confrontam-se com os mesmos problemas no que refere ao reemprego: a idade, a educação, a qualificação e a empregabilidade.

Podemos dizer que são os factores de vulnerabilidade intrínseca e os de vulnerabilidade extrínseca que nos permitem perceber a diversidade de experiências

do desemprego e as diferentes lógicas de acção accionadas por cada individuo para lhe fazer face. Os factores de vulnerabilidade extrínseca têm maior ou menor impacto - desemprego de longa duração, desemprego total, difícil reinserção no mercado de trabalho – quando em articulação com os factores de vulnerabilidade intrínseca.

Como podemos ver nos exemplos abaixo, a amostra entrevistada tem consciência das suas limitações e aponta a idade como o maior dos seus problemas. Porém, as entrevistadas e entrevistados não deixam de se referir à própria dinâmica do mercado de trabalho.

Entrevistadora - Quando pensa na sua situação como desempregada e na dificuldade de arranjar trabalho, por que é acha que isso acontece? Acha que tem a ver consigo, ou é a dinâmica do mercado de trabalho?

J.M. - Acho que está relacionado com a dinâmica do mercado de trabalho. A idade também pesa... Mas sei que não sou só eu que estou nesta situação, está tudo muito saturado, agora até as pessoas com um curso não conseguem trabalho, quanto mais uma simples operária, para mais com as fábricas a fechar. Não acho que o problema maior seja eu, porque não desisto, continuo a procurar...

(Mulher, 45 anos)

Entrevistadora- Via-se a sair reformado não é?

E.N. - Costuma dizer-se quem comeu a carne que coma os ossos (risos). Sempre pensei ficar ali até à reforma, nunca pensei sair assim... Sai velho, mas sem direito a reforma... Tive medo de não conseguir ter mais trabalho, com tanta empresa a fechar e as despesas a aumentar... Tive medo... Uma pessoa com esta idade já não se sente grande coisa...

(Homem, 48 anos)

Entrevistadora – Apercebendo-se de todas essas situações, o que é que o motivava a trabalhar na Ceres?

A.P. - Não tinha alternativa, sobretudo, pela actual dificuldade em arranjar emprego. E depois de fechar em 2006, como não fui convidado a sair, fui aguentando. O meu irmão, técnico de contas, saiu em 2007 da Ceres, ele pediu a demissão com 40 anos de casa, mas tinha alternativas... Eu tive que aguentar até Fevereiro de 2008, com salários em atraso... E há outros que como eu lá continuaram... Eu tinha plena consciência que com a minha idade não ia arranjar emprego, se arranjasse nunca me davam um cargo semelhante, hoje são exigidas outras habilitações, a experiência já não conta nada... E se aguentasse sabia que perfazendo aqueles x anos de descontos conseguia a reforma sem penalizações.

(Homem, 60 anos)

Entrevistadora – Foram muitos anos, não foram?

H.P. - Sim, e eu com esta idade não me imaginava a sair dali, muito menos a ter que começar uma vida noutra lugar... O pior é que nem me permitem começar uma vida, talvez porque sou velha e não sei falar bem e escrever... Empregos como havia há uns anos também já não há... Não sei... Mas é sempre triste perder o nosso trabalho, é que mesmo que arranje outro, não será a mesma coisa... Isto está difícil...

Entrevistadora – Começar de novo na sua idade é mais difícil...

H.P.- Se é... Eu procuro emprego e nada, ou não há mesmo ou então não querem velhos... Não sei.

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Voltando agora à sua situação de desemprego. Ficou desempregado em 2008?

J.R. – Sim eu tinha direito ao desemprego máximo, mas em relação à reforma o desemprego dava-me prejuízo, então decidi anular o subsídio ainda faltava um ano para acabar e tratei da reforma, com a reforma recebo o 13º mês e tudo... E sempre estou mais descansado...

(Homem, 61 anos)

É, assim, possível constatar que os indivíduos da Ceres atingidos pelo desemprego parecem ter consciência das suas vulnerabilidades, e é neste período que alguns se mobilizam para tentar contorná-las, cada história com as suas estratégias como veremos mais à frente.

Gostaria de salientar o caso do Sr. A.P. de 60 anos que vê uma solução na reforma e como ele existem mais três indivíduos. Seguindo o raciocínio de Schnapper (1998) podemos dizer que a reforma é mais reconfortante que o desemprego. Pois o desemprego é mais estigmatizante. Todavia, os quatro indivíduos da amostra não deixam de recorrer ao direito ao subsídio de desemprego, tanto mais que depois de tantos anos de trabalho sentem que é obrigação do Estado dar-lhes apoio. Mas o Sr. J.R., de 61 anos, decidiu aproveitar algum tempo do subsídio, cancelando depois por achar a reforma mais lucrativa: “recebo o 13º mês e tudo” e reconfortante “e sempre estou mais descansado”.

Em síntese, podemos dizer que estes testemunhos comprovam a nossa hipótese, na linha de Araújo (2006), de que os indivíduos desempregados são vítimas do que lhes é exterior (deslocalizações, insolvências/falências, mercado de trabalho, contexto local e nacional) e do que lhe é próprio (características sociodemográficas) e que têm plena consciência disso.

4.3. Possibilidade de fugir à precariedade: acções e mediadores de compensação

Partindo da hipótese de que o encerramento de uma fábrica e o consequente desemprego das suas colaboradoras e colaboradores constitui simultaneamente um teste às pessoas vítimas desta situação e à eficácia dos mediadores de compensação, pretende-se apurar se as acções desenvolvidas pelos indivíduos desempregados para fazer face à sua nova condição são motivo de esperança ou de resignação total à condição de desempregada/o. Pretende-se, assim, apurar se os mediadores serão uma

Estado era o mediador com maior influência na definição de estratégias de cada indivíduo desempregado -, decidimos abordar as funcionalidades do Serviço Público de Emprego Nacional sob a forma de Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) é o responsável pela criação de políticas de emprego activas, sendo a sua missão a criação e qualidade do emprego e o combate ao desemprego. Mas são os Centros de Emprego – unidades orgânicas locais – que têm o real contacto com os cidadãos. É aqui que técnicos especializados se ocupam das desempregadas e desempregados e consequentemente com a sua (re) inserção profissional. Todavia, quando o número de candidatos é superior à oferta de emprego há uma tentativa de delegar às desempregadas e desempregados a tarefa de aumentar os seus níveis de empregabilidade. Quando não existem ofertas de emprego para cobrir o número de candidatos, deve promover-se a formação profissional ou a execução do programa ocupacional de emprego. Mas será que as coisas se passam assim? A maioria das desempregadas e desempregados poderá contar com este tipo de medidas? Veremos adiante o que nos dizem as nossas entrevistadas e entrevistados...

Defende-se aqui que é fulcral compreender as preocupações das desempregadas e desempregados face à questão da empregabilidade, e nada melhor do que interpretar o que pensam acerca do funcionamento do Serviço Público de Emprego Nacional. Este serviço adopta medidas activas e passivas⁵³, sendo as passivas mais recorrentes (prestações sociais) e as activas escassas e pouco fomentadas (subsídio parcial de desemprego, criação do próprio emprego, formação profissional e programa ocupacional de emprego). Porém, ambas são importantes para erradicar ou prevenir novas situações de exclusão. Segundo Centeno e Novo (2008), a maioria dos países privilegia as políticas passivas. Embora estes autores reconheçam que nalguns casos os recursos afectos às políticas activas assumem também bastante importância.

No quadro abaixo (quadro I) estão referenciadas as ajudas que entrevistadas e entrevistados tiverem do Estado.

⁵³ As políticas activas têm como objectivo dotar os desempregados com as qualificações necessárias para minimizar a duração do desemprego, enquanto as passivas visam garantir uma fonte de rendimento durante o período de desemprego. A generalidade dos países privilegia as políticas passivas, mas nalguns casos os recursos afectos às políticas activas assumem também bastante importância. Portugal está colocado acima da mediana nos gastos com os dois tipos de políticas (Centeno e Novo, 2008).

Entrevistadas /entrevistados	Subsídio de desemprego	Subsídio social de desemprego	Criação do próprio emprego	Formação profissional	Actividade ocupacional	Ofertas de emprego	Protecção actual
Mulher, 45 anos	X	X			I (até a data da entrevista não tinha sido chamada)	0	Subsídio S. desemprego
Mulher, 45 anos	X	X				0	Nenhuma
Mulher, 52 anos	X	X				0	Subsídio S. desemprego
Mulher, 53 anos	X					I	Nenhuma
Mulher, 53 anos	X	X				0	Subsídio S. desemprego
Mulher, 54 anos	X	X				0	Nenhuma
Homem, 48 anos	X	X				0	A trabalhar
Homem, 49 anos	X	X				0	Nenhuma
Homem, 58 anos	X	X				0	Nenhuma
Homem, 60 anos	X				X	0	Subsídio desemprego
Homem, 60 anos	X					0	Reformado
Homem, 61 anos	X					0	Reformado

Quadro I – Medidas de reparação de desemprego Decreto-lei n.º 119/99 de 14 de Abril

Todas as entrevistadas e entrevistados receberam o subsídio de desemprego e apenas quatro indivíduos não receberam o subsídio social de desemprego: dois homens não receberam porque se reformaram antes de lhe ter direito; uma mulher não o chegou a atingir porque lhe cortaram o subsídio de desemprego, alegando que a condição de recursos não foi devidamente declarada e, outro homem sabe à partida que não terá direito porque a sua esposa é funcionária pública e a atribuição desta prestação depende dos rendimentos mensais *per capita* do agregado familiar, o que limita o seu acesso. No momento das entrevistas três mulheres estavam a receber o subsídio social de desemprego, o que quer dizer que nesta altura não devem ter qualquer tipo de protecção como os restantes indivíduos (salvo os reformados).

Como podemos confirmar no quadro I, apenas uma pessoa usufruiu de medidas activas de reparação do desemprego, um homem teve um Programa ocupacional de emprego (POC) de um ano e ainda tirou o 9º ano. Todavia, foram feitas outras propostas para POC's e outras para cursos profissionais que foram recusadas por motivos pessoais.

A. O papel do Centro de Emprego

Outra coisa que está explícita no quadro I e nos excertos das entrevistas abaixo é o facto de o Centro de Emprego para além de POC's e cursos apenas propor uma oferta de emprego, o que quer dizer que há grande dificuldade em reempregar os/as desempregados/as, sobretudo, quando têm as características das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres (mais de 45 anos e baixa escolaridade).

Salientamos o facto de uma mulher de 45 anos ter aproveitado para fazer umas formações através do sindicato (onde é delegada sindical) e tirar o 9º ano recorrendo ao programa das Novas oportunidades. Porém, só o fez depois de terminadas as prestações sociais, numa tentativa de ocupar o tempo e elevar os seus níveis de empregabilidade.

Entrevistadora – Entendo... Mas até a data o centro de emprego não lhe propôs nada? Um curso, por exemplo...

A.P. – Propostas de trabalho não tive, mas tive um POC através do futebol, durou um ano, o tempo do primeiro do desemprego, não durou mais porque o POC passou a ser mais rigoroso, não se podia fazer na mesma entidade e assim... Pronto já era director do clube e treinador de jovens, mas depois houve então a oportunidade de trabalhar no centro cultural na parte administrativa. Eu lá arquivava documentos e colocava a papelada em ordem. Fora isto, nunca me indicaram mais nada, eu tive conhecimento de alguns cursos que até me interessavam na área da informática, mas como nunca me foi proposto acabou por não dar para isso... Também ouvi dizer que o desemprego chamava pessoas para tirar o 12º ano, mas não sei se pela idade ou pelo facto de o desemprego estar a acabar vou ser abrangido, se me fizerem a proposta antes de acabar, eu vou, só tenho o 9º ano, sei que não me vai servir de nada, mas passo o tempo e é mais conhecimento que vou adquirindo...

(Homem, 60 anos)

Entrevistadora - O centro de emprego alguma vez lhe propôs alguma coisa? Por exemplo tirar um curso ou mesmo um trabalho...

D.A. – Fui chamada para fazer um curso de acompanhante de crianças, era para começar o mês passado e foi precisamente por causa da minha sogra que não aceitei, neste momento a situação ainda é instável, a minha sogra vai passar quinze dias aqui e quinze com o meu cunhado... Não dava para conciliar com o curso. Fui lá e expliquei a minha situação, disse que gostava muito de fazer o curso mas que a minha sogra ia estar à minha responsabilidade quinze dias por mês, não fazia sentido depois abandonar o curso a meio... Disseram que ficavam lá com o meu nome registado e quando resolvesse o meu problema podia recomeçar o curso. Ficou uma porta aberta...

(Mulher, 52 anos)

Entrevistadora – Mesmo não sendo uma situação desejável, há quem consiga tirar uma ou outra experiência positiva de uma situação de desemprego. Como é consigo?

J.M. – A única coisa boa é que tive a oportunidade de tirar o 9º ano através do centro de emprego, sempre gostei de estudar, por isso, foi bom. Mas também podiam ter proposto cursos profissionais durante o desemprego... Assim tinha uma compensação qualquer... No sindicato (onde é delegada sindical) também me dão a oportunidade de fazer formações e na próxima segunda-feira vou começar uma de inglês... Investi na minha formação e isso foi bom... Sempre distraía e as despesas de transporte e alimentação eram e são garantidas... Foi bom, mas insuficiente, se calhar conseguia

trabalhar e fazer isto ao mesmo tempo...

(Mulher, 45 anos).

Entrevistadora – O centro de emprego alguma vez lhe propôs alguma coisa?

H.P. – Só me perguntaram se queria trabalhar, eu disse que sim e eles falaram-me numa empresa de limpeza no Bairro Santa Apolónia e deram-me uma carta e o contacto de lá, eu liguei e disseram que não era eu que ia para lá porque vivia longe e eles não tinham forma de me pagar o subsídio de transporte, então, escreveram uma carta a explicar a situação e enviaram para o centro de emprego... E foi a única proposta que me fizeram... Continuo até hoje a procurar emprego, mas sem grandes resultados... Mas aqui na zona também está mau... Está tudo a fechar, o distrito de Coimbra é tão grande e parece haver tão pouca coisa, pelo menos que eu possa fazer, com a escolaridade que tenho também não posso ir para qualquer emprego.

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas acha que se podem colher algumas experiências positivas desta situação?

A.A. – Para algumas pessoas pode trazer alguma coisa de bom. No meu caso nem por isso, dediquei-me mais ao campo, à limpeza da casa, durmo um pouco mais de manhã, (risos) mas depois fico sozinha o dia inteiro, a filha está no centro e o marido está a trabalhar... Até me faz mal à cabeça, passo horas sem falar com ninguém... Às vezes até vou até à rua para ver se encontro os vizinhos... Nestes períodos as pessoas desempregadas podem aproveitar para completar estudos ou tirar um curso, o centro de emprego propôs-me um curso de jardinagem, eu até gostava, mas ficava longe, na Quinta do Carmo e o horário não me permitia cuidar da minha filha de manhã, até era vantajoso, eles pagavam subsídio de almoço e transporte e ainda mais 20% sobre o subsídio, não deu mesmo para aceitar e fiquei triste.

Entrevistadora – Então, o centro de emprego tem ajudado?

A.A. – Mais ou menos... Só me fizeram essa proposta... Nunca mais disseram mais nada. Eu disse quais as condições para poder trabalhar, eles sabem... Se não dizem nada é porque não tem nada para mim...

(Mulher, 54 anos)

Com base nos testemunhos recolhidos podemos dizer que de forma geral o Centro de Emprego pouco ou nada (em alguns casos) interagiu com as entrevistadas e entrevistados, o que nos leva a crer que delegaram nelas e neles o dever de aumentar os seus níveis de empregabilidade, apenas contribuindo com prestações sociais, privilegiando portanto as medidas de recuperação de desemprego passivas. Isto pode ser perigoso na medida em que os indivíduos só conseguem atingir alguma autonomia com as prestações sociais, quando deveria existir uma combinação entre prestações sociais e medidas activas de emprego, os indivíduos ficam assim subordinados. Pedro Hespanha (2008) reforça esta ideia dizendo que o processo de inserção social tem subjacente um acordo entre o protegido e o Estado, em que o protegido tem uma obrigação positiva e o Estado ao mesmo tempo deve ter um reconhecimento à dignidade do indivíduo protegido como cidadão actor.

B. As prestações sociais

As entrevistadas e entrevistados fazem-nos crer que o Estado (sob a intervenção do Centro de Emprego) vai cumprindo o seu dever (apesar de pouco significativas existirem propostas de trabalho, de formação e de POC's) embora tenda a privilegiar as medidas de recuperação de desemprego passivas, todavia, cobrando a apresentação quinzenal⁵⁴ no local definido pelo centro de emprego, muitas vezes em câmaras municipais ou Juntas de Freguesia.

Entrevistadora – Na sua opinião o subsídio de desemprego é ou não suficiente para proporcionar algum conforto à família?

D.A. – Ele tem que ser muito bem gerido. Como lhe disse, se fossem só as despesas do dia-a-dia dava e sobrava para nós, mas não, existem outras importantes e para isso quase não chega, para dar para tudo temos que cortar em algumas coisas do dia-a-dia. Os grandes pensam que 400 euros dão para viver, dão para comer mas para quem não tem outras obrigações, se eu não tivesse mais nada para pagar este dinheiro dava bem, mas não é o meu caso. Exigem que paguemos às finanças e quem recebe o subsídio de desemprego onde é que vai buscar o dinheiro?! Eu tenho a pensão de viuvez que dá para aliviar e cumprir as minhas obrigações, principalmente ao banco.

Entrevistadora – Na sua opinião este apoio do Estado não prevê os gastos que nomeou?!

D.A. – Dá para sobreviver mas não dá para o empréstimo da casa, manutenção de um carro, seguros, finanças... O meu carro até está parado... Isso dá bem para aqueles que herdaram uma casa ou vivem em casa de outros, na minha situação é muito complicado.

(Mulher, 52 anos)

Entrevistadora – Focando a sua situação de desemprego. Diga-me, ficou desempregada em 2006, não foi? Quanto tempo durou essa situação de desemprego?

H.P. – Sim, fiquei desempregada logo depois da Ceres fechar e o desemprego acabava agora em Abril (2011), mas no dia 1 de Dezembro cortaram-me... Fui lá no dia 15 perguntar porquê, porque não me mandaram carta nenhuma a avisar... Depois passados 2 dias recebi uma carta e depois outra para pedir a palavra passe por causa da condição de recursos e tratei disso, mas agora pedem-me uma factura da electricidade, não percebo nada, a casa não é minha é do meu sogro e está tudo em nome dele... E com estas coisas estou sem receber... Na segurança social não me sabem explicar nada e uma pessoa não sabe para que lado se virar... Eu tinha direito ao desemprego até Abril e depois ainda tinha o social, porque calhou-me 4 anos e tal só de desemprego... Mas eu já não entendo nada...

Entrevistadora- Os serviços sociais não a têm ajudado nessas questões? Não recebeu o mês de Dezembro e corre o risco de não receber o de Janeiro...

H.P. – Não eles não ajudam nada, então no dia em que fui lá pedir ajuda mandaram-me embora e disseram para esperar por mais indicações e que se calhar não ia ter direito a mais nada... Uma pessoa não sabe, vai lá perguntar e continua sem saber... Eu fui fazendo o que as cartas diziam, mas agora isto da factura da luz não percebo, voltei a ir lá perguntar e mandaram-me ir à EDP, mas eu vou lá fazer o quê?! Eles não explicam e eu não sei como fazer...

Entrevistadora – Mas nunca lhe explicaram por que razões cortaram o subsídio? Não sabe se está relacionado com as novas regras? Pode estar relacionado com o preenchimento da condição de recursos...

H.P. – Não, só me disseram o que lhe disse e mandaram as cartas... Eu fiz isso da condição de recursos, até foram as minhas filhas que ajudaram, também tive que fazer o mesmo por causa do abono... Não sei se fizemos alguma coisa mal, mas se eles não explicarem também não sabemos, vou ter que ir pedir ajuda a alguém... Mas uma pessoa também não gosta de dar a saber a nossa vida, mas

⁵⁴ Decreto-lei nº220/2006 de 3 de Novembro.

terei que passar no sindicato ou assim, eles sempre nos ajudaram... Tenho que me desenrascar, não posso ficar sem emprego e sem receber do desemprego... Ainda para mais tendo direito a continuar a receber...

Entrevistadora – Para si o subsídio de desemprego é ou não suficiente para garantir algum conforto à família?

H.P. – Dá para remediar, mas é pouco... De qualquer maneira estar sem receber é muito pior... Eu não tenho nada, quem me dera ter esse valor... Pouco ou muito é uma ajuda.

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Esta situação provocou mudanças e restrições na sua vida, de que tipo?

J.M. – Sim, muitas mesmo. Enquanto tinha o subsídio de desemprego eram menos 150 euros a entrar em casa, menos o subsídio de férias e Natal... Com o social era muito menos, mas sempre entrava alguma coisa em casa... Nessa altura tive que cortar em muita coisa, a minha filha teve que deixar de comprar muitas coisas que são banais para qualquer miúda da sua idade, o frigorífico passou a ter só o necessário, por exemplo, fazia compras só para a refeição do dia, comprava consoante o dinheiro... Foi preciso cortar na lista de compras... Agora sem qualquer rendimento dependo de ajudas de amigos e família...

(Mulher, 45 anos)

Os apoios do Estado são para as nossas entrevistadas e entrevistados a principal fonte de autonomia financeira, o que comprova o que diz Gallie e Paugam (2000), ou seja, o Estado social permite atenuar as carências económicas das desempregadas e desempregados. Mas há uma tendência para achar o valor do subsídio baixo, sobretudo, quando se encontram a receber o subsídio social de desemprego. Porém, quando deixam de receber quaisquer prestações assumem que o que tinham do Estado era uma boa ajuda. Assim, os apoios do Estado continuam a ser os apoios mais evidentes na redução do impacto de desemprego.

4.3.2. Família

Gallie e Paugam (2000) ao analisarem o apoio societal pretendem apurar a sua capacidade de resposta às dificuldades económicas características de uma situação de desemprego e simultaneamente o grau de interacção social de desempregadas e desempregados.

Aqui, queremos abordar a mesma questão mas tendo em conta a realidade portuguesa. Pretende-se saber se a sociedade-providência continua a “dar conta” das relações e práticas sociais que permitem atenuar as fragilidades, muitas vezes de carácter económico, dos seus membros e qual a ligação dos seus apoios aos do Estado.

A sociedade-providência tem respondido às carências das famílias de forma a atenuar os fracos apoios do Estado. Todavia, é preciso ter em conta, como diz Boaventura de Sousa Santos (1993), que a sociedade-providência fornece apoios diferentes do Estado-providência, procedendo de forma contrária à igualdade. As suas relações sociais são assentes numa lógica de reciprocidade complexa. Nesse sentido, existem características que questionam a força da sociedade-providência: os recursos à disposição da comunidade são diferentes dos accionados pelo Estado e não permitem formas de intervenção comparáveis; a universalidade e igualdade são princípios não respeitados pela solidariedade da sociedade-providência; o direito dos cidadãos receberem protecção do Estado não influencia a protecção da sociedade-providência, porque este nem sequer é um direito; as situações de dependência e de controlo social que os direitos de cidadania pretendiam eliminar são visíveis onde predomina a sociedade-providência, na medida em que a necessidade de ajuda dos mais fracos pode reforçar formas locais de clientelismo; o modo como esta sociedade distribui as obrigações e encargos com a protecção social assenta num sistema de papéis identificado com os regimes patriarcal e clientelar, tendo como consequência uma desigual repartição das obrigações e encargos, penalizando as mulheres e os mais dependentes (*idem, ibidem*).

Em Portugal, tal como comprovam Gallie e Paugam (2000), sobressai um regime sub-protector em que predomina a coesão familiar, mas devido à insuficiência de protecção pública (não necessariamente protecção em caso de desemprego) a redução das carências, sobretudo, económicas têm de ser asseguradas pelos programas assistenciais do Estado. Actualmente, a capacidade das famílias, vizinhos ou amigos, para assumir as suas responsabilidades e combater as dificuldades económicas não é a mesma, o que revela uma crise na sociedade-providência (Hespanha, *et al.*, 2001).

A. Reduzido apoio do tipo societal

As (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres revelam nas entrevistas que se mantêm próximos da sua família, mas existe a consciência de que as famílias têm dificuldades em ajudar. Dizem algumas e alguns: “eles estão pior do que eu”, “está mau para toda a gente”. As prestações sociais são a grande base da maioria das (ex.)

trabalhadoras e trabalhadores, quando perdem o direito a elas ficam dependentes do elemento do agregado familiar que trabalhar.

Entrevistadora – Vai tentar desenrascar-se der por onde der...

A.A. – Vou ter que arranjar qualquer coisa, porque as despesas não param... E quero continuar a proporcionar algum conforto à minha filha, o ordenado do meu marido não dá para tudo... E nós não somos como algumas pessoas que têm bens para vender ou que podem contar com o apoio financeiro de familiares, temos a nossa casa, um carro mas foi com esforço do nosso trabalho... E a nossa família também é assim, não têm muito...

(Mulher, 54 anos)

Entrevistadora – Mas não pode contar com a ajuda de familiares, vizinhos ou amigos?

C.M. – Oh... As pessoas têm as suas vidas, algumas estão piores que nós... Mas assim coisas menores, sei lá, quando alguém cultiva algo que não temos vem trazer cá a casa e nós fazemos o mesmo. E é só isso...

Entrevistadora – Pequenas ajudas...

C.M. – Sim, a vida não dá para mais...

(Homem, 58 anos)

Entrevistadora – Para além do apoio do Estado que outros apoios teve? Da família, dos amigos, dos vizinhos...

E.M. – Passei um mau bocado... Estava habituado a levantar cedo e ir para Ceres, foi complicado, mas tive a compreensão da família, estive um pouco mal-humorado mas eles perceberam... Sempre fui um homem de trabalho... E as reuniões na Ceres com o pessoal também me ajudavam, porque estava com os meus amigos e isso fazia-me bem... Ajudávamo-nos uns aos outros... E depois alguns vizinhos ou mesmo amigos arranjam-me um ou outro biscate, o que ajuda a passar o tempo e ainda rende algum dinheiro... Tive boas ajudas nesse aspecto... Mas assim dar alguma coisa de material não...

Entrevistadora – Mas sempre lhe davam apoio emocional e bons contactos...

E.M. – Sim, não me posso queixar. Se não fossem estes trabalhos que me arranjam, tínhamos que viver só com o salário da minha mulher... E ia ser difícil, sobretudo, agora que não recebo nada.

(Homem, 49 anos)

As entrevistadas e entrevistados têm consciência de que os familiares também não podem ajudar, pelo menos financeiramente, mas têm sobretudo consciência de que não podem retribuir como é, aliás, característica da sociedade-providência. É notória também uma certa preocupação por não poderem ajudar da mesma maneira (durante o desemprego) os seus entes mais próximos.

Entrevistadora – Qual foi o impacto da sua situação de desemprego no seio da familiar?

J.R. – Nunca é fácil ficar desempregado, com a minha idade ainda é mais difícil, mas tive a sorte de conseguir a reforma. E o facto de ter as minhas filhas criadas também foi um alívio, mas uma pessoa gosta sempre de ajudá-las e numa situação de desemprego fica mais complicado... Dar uma prenda aos netinhos, ajudar a comprar-lhes os livros para a escola que são caríssimos, coisas assim... Por isso, contar com a ajuda das filhas também é difícil, nós é que as devíamos ajudar mais...

Entrevistadora – Uma pessoa gosta de ajudar os seus...

J.R. – Na altura do desemprego foi apertado, se elas pudessem tinham ajudado, mas perceberem que não tínhamos para dar já foi bom... Podemos não as ter ajudado com dinheiro, mas até hoje tomamos conta dos netos, o que já é bom, assim não têm gastos com infantário. Eu e a minha mulher estamos em casa, não nos custa nada... Uma das minhas actividades é ser avô... (risos).

(Homem, 61 anos)

Assistimos então à existência de apoios do tipo societal – embora reduzidos - e estatal, sendo que é o apoio estatal que confere maior independência aos seus beneficiários. Fica provada a hipótese de que as redes de apoio informal têm perdido ao longo dos tempos a sua capacidade de resposta e ao mesmo tempo acentuado as responsabilidades do Estado. As famílias cada vez mais afectadas pela crise económica que atravessamos ficam incapacitadas de ajudar da mesma maneira os mais próximos de si.

Dois elementos da população entrevistada dão ainda conta de outra questão importante: a desestruturação da família como consequência do desemprego. Com a perda do emprego não se perde apenas o salário, mas também a própria identidade.

B. Desestruturação familiar após o desemprego

Os indivíduos desempregados tendem a restringir-se ao espaço familiar mais íntimo, o seu próprio lar, como de resto comprovam as entrevistas. Mas algumas vezes a relação no seio familiar também sai afectada e a família sofre uma desestruturação (Paugam, 2003). Na nossa amostra são dois os casos que confirmam esta ideia de Paugam.

Entrevistadora – Diga-me uma coisa, quando ficou desempregado tinha mais alguma situação de desemprego na família?

E.N. – A minha mãe vive comigo e é reformada, já trabalhou toda a vida. A minha esposa deixou-me quando fiquei desempregado, acho que pensou que me ia sustentar e foi embora. Esse foi mais um desgosto depois da Ceres (respirar fundo). Ela deixou-me pouco tempo depois de a Ceres fechar, as coisas foram mais difíceis por causa desta situação... Não estava à espera de voltar a reviver estas coisas é difícil falar disto, peço desculpa... (silêncio longo aproximadamente 40 segundos).

Entrevistadora – Sentiu-se mais fragilizado com essa situação?

E.N. – Muito, perdi a minha família... E até hoje não percebo porquê... As coisas mudaram tão depressa, bastou perder o emprego... Isto são coisas complicadas... É melhor não falarmos mais nisso... (silêncio) ... Vamos continuar.

(Homem, 48 anos)

Entrevistadora – Durante este período de desemprego teve o apoio de alguém? Família, amigos ou vizinhos.

G.A. – Nunca ninguém me deu nada... Durante o primeiro desemprego logo em 2006 ainda estava casada e sentia-me mais amparada e melhor psicologicamente... Mas depois separei-me e aí foi mais difícil, praticamente só contava com o meu filho... Fiquei muito em baixo e depois quis comprar uma casa mas como estava desempregada não consegui... Tenho que viver numa casa de renda... Não é fácil... No primeiro ano de desemprego ainda me senti apoiada, mas depois fiquei só eu e o meu filho e era tudo mais difícil, só um ordenado (durante os períodos que reingressou na Ceres) e agora só com o social...

Entrevistadora – Não contou com a ajuda de outros familiares, de amigos ou vizinhos?

G.A. – Não sou pessoa para andar por aí triste sem falar com ninguém... Tenho amigos e esses

estiveram do meu lado sempre, mas sabe que dificuldades todas as pessoas têm... Conteí com a amizade de muita gente mas assim apoios materiais não tive... Mesmo para a casa precisava de fiador e não quis pedir a ninguém, porque tinha consciência da minha situação e não queria deixar ninguém mal... Uma pessoa tem amigos, mas às vezes é melhor ficar só com a amizade e não pedir mais nada...

(Mulher, 45 anos)

As rupturas familiares que, por vezes, são resultado de carências económicas, podem resultar da *desafiliação* (Castel, 1995) ou *desqualificação social* (Paugam, 2003).

Quando existe uma ruptura familiar existe um enorme sentimento de perda e um agravar da situação financeira do indivíduo desempregado que fica sozinho/a. Pois muitas vezes é o/a desempregado/a que se sustenta e sustenta a sua casa. A ruptura familiar pode, assim, agravar os efeitos negativos do desemprego. Todavia, nos casos apresentados mantêm-se as sociabilidades com outras pessoas com ou sem grau de parentesco, o que minimiza os impactos do divórcio no desemprego. O entrevistado e a entrevistada apenas revelam não conseguir ter – como de resto os outros constituintes da amostra não conseguem – nos que lhe são mais próximos um suporte que ajude a atenuar os efeitos do desemprego, é o Estado quem ocupa esse lugar.

4.3.3. Actividades de substituição

Neste trabalho defende-se que o tempo de desemprego não é um tempo vazio. Muito pelo contrário, os indivíduos desempregados tendem a ocupar o seu tempo e depressa arranjar novas rotinas, apenas lhes custa o primeiro ano de desemprego, período de adaptação, sobretudo quando falamos de desempregos involuntários (insolvência/falência da empresa).

A capacidade de arranjar actividades de substituição ao trabalho antes ocupado faz com que as desempregadas e desempregados vivam o desemprego com menor carga negativa. Muitas vezes essas actividades passam por frequentar cursos de formação e desenvolver competências, por se ocuparem das crianças, jovens, deficientes e idosos da família (embora tomar conta de idosos possa ter subjacente o recebimento da sua reforma), por encontrar actividades que lhes permitam obter alguns rendimentos, seja, na agricultura -actividade complementar segundo Reis (1992) -, ou em actividades sustentadas pela economia informal.

Nos relatos das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres há uma diversidade de actividades de substituição. Daí defendermos que é uma boa forma de interpretarmos as múltiplas vivências de desemprego e estratégias desenvolvidas para fazer face às vulnerabilidades inerentes ao desemprego. Destaca-se a pequena agricultura que já fazia parte da vida de grande parte da amostra – talvez por viverem em zonas rurais -, e que pode ser considerada fonte de rendimento, e se for passará a fazer também parte da economia formal. De acordo com os casos que temos em mãos, a pequena agricultura continua na vida das entrevistadas e entrevistados, mas mais com o intuito de ocupar o tempo e de garantir a subsistência. Apenas num caso se constatava que se retirara algum rendimento da terra. Todavia, existem outras actividades, eles e elas ocupam-se também com a prestação de cuidados (apenas três casos), com actividades diversificadas que contribuem para a economia informal (quatro casos) e cursos de formação, realizados somente após as prestações sociais, (apenas um caso).

A. Pequena agricultura

No que concerne à pequena agricultura apraz-nos dizer que sempre fez parte da vida das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres, após o horário de trabalho as terras ocupavam o seu tempo livre. Entretanto, com o desemprego ajuda a amortecer os seus custos sendo para alguns uma forma de subsistência, uma forma de obter rendimentos (um caso, curiosamente de um homem que já se reformou) ou simplesmente a moeda de troca entre familiares, amigos e vizinhos (dar batatas e receber couves, por exemplo). Na linha de José Reis (1992) podemos dizer que a pequena agricultura é uma actividade complementar que antes e depois do desemprego serve para alguns completarem o rendimento familiar.

Entrevistadora – Sabemos que estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas conseguiu colher algo de positivo desta experiência?

A.P. – Passei mais tempo em família, como tenho uma vinha passei a dedicar-me mais a ela e a produzir vinho para consumo próprio, coincidência das coincidências essa vinha foi-me dada pelo meu pai em 2009... Ele adivinhou que precisava de me entreter (risos). Também tenho um quintal onde planto umas couves, trato de umas árvores e assim... Veja lá que hoje quando me telefonou andava a meter adubo numas oliveiras que plantei nessa vinha... Na aldeia há essa vantagem, há sempre muito para fazer e quando está a chover vou para o computador, vou para a internet ler umas notícias, neste aspecto estou melhor que alguns que coitados estão meios perdidos e não têm actividades que compensem de certa forma a perda de uma rotina.

(Homem, 60 anos)

Entrevistadora – Como ficou o seu dia-a-dia depois da Ceres?

J.C. – Uma pessoa quando tem um trabalho faz todos os dias a mesma coisa e tem que andar a correr... Agora dedico-me a 100% à agricultura e já não ando sempre de um lado para o outro... Eu sempre tive agricultura e animais, depois de vir da Ceres cuidava das minhas terras e dos meus animais... Confesso que quando andava a trabalhar na Ceres andava mais cansado, agora sempre descanso o corpo... Mas também se trabalha muito no campo se quisermos trabalhar temos sempre que fazer...

(Homem, 60 anos)

Entrevistadora – Compreendo, mas diga-me, acha possível colher-se experiências positivas de uma situação de desemprego?

D.A. – Positivo só se for no sentido de que andei mais pelo campo, o que me ajudou a aliviar a cabeça, também é um trabalho que gosto muito, tenho um quintal grande e comecei a cuidar mais dele... Ter um pedaço de terra nestas situações é ótimo, pois também tiro muito sustento da terra, agora até tenho alguns animais, umas galinhas, coelhos, para comer lá se vai arranjando... Dediquei-me a estas coisas mesmo para consumo próprio, fica muito caro comprar legumes e carne nos hipermercados ... E depois fazer estas coisas ajuda-me a não pensar nos problemas...

(Mulher, 52 anos)

Entrevistadora – Estar desempregado é algo que ninguém deseja... Mas acha que se podem colher experiências positivas desta situação?

J.R. – O mais positivo foi ter tempo para desfrutar de ser avô, essa foi a melhor coisa. Quando estava na Ceres passavam dias que não via os meus netos, agora tenho tempo para estar com eles e ir levá-los e buscá-los à escola. Depois aproveitei para me dedicar ao campo, herdei uns pedaços de terra e passei a cuidar mais deles, também comecei a criar um gado... Gosto muito dessas coisas, porque vivo num ambiente muito rural e cresci com o bichinho da terra... No tempo da Ceres fazia umas coisinhas ao fim-de-semana, mas pouco porque estava sempre cansado...

Entrevistadora – O que tira da terra e da criação de gado é para consumo próprio?

J.R. – Basicamente sim. Mas também vendo umas coisinhas, por exemplo, se produzir um pouco mais de vinho vendo... O dinheiro que faço é para voltar a investir na terra, ou seja, pouco ou nada tiro para mim, percebe?! Dá para comer e pouco mais... No fundo estas coisas são para me ocupar e não pensar na Ceres...

(Homem, 61 anos)

Entrevistadora – Durante este período de desemprego alguma vez fez uma ou outra tarde por fora para ganhar um dinheiro extra?

I.M. – Não, o dinheiro do desemprego era menos que o salário mas não era assim tão grande a diferença dado que já não tinha gastos com transporte... Só trabalhei aqui por casa e só cuidei do meu quintal e semeiei umas verduras e tenho umas árvores de fruto para consumo próprio... No tempo da Ceres não tirava quase nenhuns alimentos da terra, não tinha muito tempo para trabalhar na terra, mas agora tiro grande parte dos alimentos da terra e como da minha própria carne... Só compro um peixe ou outro de vez em quando e uma carne de vaca porque só tenho porcos, cabras, galinhas e patos... Fora isso, nunca fiz mais nada...

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Durante o tempo que esteve desempregado nunca fez um ou outro biscate para passar o tempo e ganhar uns dinheirinhos?

C.M. – Não, nunca... O subsídio era superior ao salário mínimo nacional, muita gente trabalha 8 horas e nem isso recebe, por isso, não ia arriscar perder tudo... O social era menos, mas nunca pensei fazer nada disso... Eu passava o tempo num terreno que o meu filho tem a cultivar umas coisinhas para comermos e pouco mais fazia... Eu sei que há quem o faça e não sou ninguém para condenar, porque

as pessoas têm as suas contas, só elas sabem se o subsídio chega para satisfazer as suas necessidades ou não... Mas eu não... Só me ocupava com a agricultura e para consumo próprio.

(Homem, 58 anos)

Como comprovam os excertos acima, a agricultura mais do que complementar as prestações sociais é uma forma de ocupar o tempo e espairecer. Esta actividade é forma de ocupar o tempo de desemprego de mulheres e homens, mas o mesmo não acontece com a prestação de cuidados. Esta actividade é por norma feminina, porém, quer uma quer outra visam atenuar o impacto dos factores de vulnerabilidade, ou pelo menos manter ocupadas aquelas e aqueles que se sentem rejeitados pelo mercado de trabalho.

B. Prestação de cuidados

Quando as pessoas sentem que chegaram ao fim da sua vida activa ocupam o seu tempo com cuidados aos membros da família próxima ou alargada, sobretudo as mulheres. Pois são elas que aproveitam para obter um rendimento do grupo doméstico – a reforma do idoso a quem presta cuidados - ou um subsídio do Estado que muitas vezes pode ser suficiente para ficar algum tempo em casa e poder ter actividades no sector informal (Loison, 2000).

Mas existem também prestação de cuidados sem se receber qualquer valor. É muito frequente aproveitar-se o tempo de desemprego para tomar conta das netas e netos ou para quem tem filhos com algum tipo de dependência dedicar-lhes mais tempo, o tempo que muitas vezes não tinham quando estavam a trabalhar, o que ajuda a reforçar os laços de parentesco. Salienta-se que os homens também mencionam a prestação de cuidados às netas e netos, porém, pelo meio da conversa confessam que a esposa está por casa, deixando escapar que também têm outras actividades, o que nos faz crer que mesmo alguns homens ocupando o tempo de desemprego com as netas e netos, não fazem desta a sua única actividade.

Entrevistadora – Como é ser avô a tempo inteiro?

J.R. – É muito bom, nós ensinamos e aprendemos muito... Antes não tinha tempo para brincar com eles (os netos), agora fazemos tudo o que não fazíamos, brincamos, passeamos, levo-os para o campo quando vou trabalhar e eles brincam na terra que também é preciso... Não se pode habituar os miúdos a estar fechados em casa... Eu e a minha mulher gostamos muito de nos ocupar dos netos...

(Homem, 61 anos)

Entrevistadora – *Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas durante esse período conseguiu colher alguma coisa de positivo?*

C.M. – Como lhe disse o meu trabalho não era fácil, trabalhar por turnos penalizou durante anos a minha família, e estar desempregado embora não fosse o desejável aproximou-me muito da minha família... E a minha família foi extraordinária comigo, deram-me sempre apoio, sabem que sempre fui um homem de trabalho e que estar desempregado era complicado... As coisas boas foram alguns momentos de lazer e convívio com a família e amigos. E poder tomar conta dos meus netos, que é uma actividade muito recorrente (risos) ... Eles estão muitas vezes cá em casa, eu e a minha mulher estamos sempre por casa, não há necessidade de irem para a creche... Para mim isto foi o melhor do desemprego.

(Homem, 58 anos)

Entrevistadora – *Então pensa procurar outro trabalho?*

D.A. – Sim, mas eu também estou atada de mãos e pés porque a minha sogra está num lar de cuidados continuados e para o próximo mês vem para casa, ela está nesse lar em recuperação e agora tem que vir para casa e eu não a posso deixar neste momento, é a mãe do meu marido e sempre foi muito boa para mim, quero ajudá-la. Eu e o meu cunhado ficamos encarregues de a ajudar e pensei numa solução, cuido eu dela sozinha e fico com a pensão dela para as despesas, penso que estou no meu direito, ou então fica ele o responsável e eu estou livre para trabalhar, mas isto só para Abril que é quando deixo de ter direito ao subsídio social, isto se não me cortarem agora... De qualquer forma para já ela vem para cá quinze dias e vai quinze para casa do meu cunhado. Em Abril ou fico a tomar conta dela a tempo inteiro ou vou fazer tudo por tudo para arranjar um trabalho, não posso estar sem receber, já me inscrevi em lares e nada, mas vou insistir mais, até já pensei tentar uma serração de madeira, não me importo de fazer qualquer coisa... Sei que não vou receber mais que o ordenado mínimo, mas sempre é alguma coisa, sem ordenado não posso ficar...

E - Para terminar, gostaria que me dissesse as principais mudanças no seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Fomos falando um pouco disso, mas queria que me reforçasse este ponto.

D.A. – Tratar da casa, do campo, estar mais tempo com as minhas filhas e com o meu neto, sim porque já tenho um netinho da minha mais velha, ele ocupa muitos dos meus dias, fico muitas vezes a tomar conta dele e tomo conta da minha sogra de quinze em quinze dias como já lhe disse. Eu nunca estou parada, tenho que estar sempre a fazer qualquer coisa... E é assim que passo o tempo, e se a minha sogra vier para cá definitivamente ainda terei mais uma tarefa a acrescentar aos meus dias, se ela não vier espero arranjar rapidamente um trabalhinho...

(Mulher, 52 anos)

Nos três casos de prestação de cuidados apresentados, apenas um (mulher de 52 anos) pode vir a render algum dinheiro (a pensão da sogra), os restantes cuidados prestados reflectem somente um aproveitamento do tempo em família, que acaba por fortificar os laços de sangue.

C. Trabalho informal

O tempo de desemprego é também ocupado por actividades no sector informal. O tempo presente é pautado pelo estatuto débil do emprego e pelo omnipresente trabalho informal (Loison, 2000).

É muito difícil verificar a veracidade dos relatos sobre o trabalho informal. Ainda assim, tentámos no contacto pessoal com a amostra abordar o tema. A maioria das entrevistadas e entrevistados diz-se incapaz de trabalhar durante o subsídio de desemprego e uma minoria (três casos) assume-o, embora não deixem de demonstrar algum desconforto com a situação e medo de sanções.

Curiosamente, os que dizem não trabalhar durante o desemprego não se inibem. Dizem mesmo que, em último caso, se não arranjam emprego pela via formal, depois dos subsídios vão fazer uns trabalhos sem descontar. Mais uma vez fica provada a dependência do estado e simultaneamente o falhanço das suas medidas activas de recuperação em caso de desemprego.

Entrevistadora – Tentou completar o rendimento proveniente do subsídio de desemprego? Por exemplo, trabalhando umas horas por fora?

A.A. - Não, nem se pode. Fazia troca de favores, umas vezes trabalhava no campo para vizinhos ou família outras vezes faziam eles o mesmo para mim mas coisa pouca. Tenho um pedaço de terra cultivo batatas, couves, alfaces e é tudo para consumo próprio. Neste momento farei tudo para arranjar um trabalho mesmo que seja a ganhar pouco, não posso deixar de ter um ordenado... Se não conseguir num horário que me permita cuidar da minha filha, tentarei umas horas num restaurante, limpeza em casa deste e daquele, não é muito certo mas sempre vai entrando algum dinheiro.

(Mulher, 54 anos)

Entrevistadora – E o que faz para atenuar essas dificuldades?

D.A. – O ideal era arranjar um emprego em que ganhasse pelo menos uns 600 euros, 700 euros, mas está difícil... Sobretudo aqui na zona que não há muita coisa. Eu tenho tentado gerir o dinheiro o melhor que posso, andar fora a receber do desemprego não se pode se não é o cabo dos trabalhos, há muita gente má, nem que só fosse ganhar uns 20 euros ao dia eram capazes de me denunciar... Assim, vou tentando governar-me com o subsídio e a pensão, tenho é que andar sempre a contar os tostões é tudo muito regrado... Não faço mais do que uma boa gerência do dinheiro que tenho, faço assim, primeiro pago a quem devo, depois o que é preciso para a casa e para mim...

(Mulher, 52 anos)

Entrevistadora – E nunca fez uns biscates durante o desemprego?

J.C. – Não, nem durante nem depois... Apenas vendia umas coisitas para ter mais algum dinheiro... E mais nada... Eu fui ajudar muita gente para fora, mas depois essas pessoas ajudavam-me a mim... Nunca recebi dinheiro por esses trabalhos... Sempre tive muito respeitinho pelo centro de emprego... Mesmo que quisesse, não tenho idade para biscates, isso é para os novos... Mas já se sabe que é um risco...

Entrevistadora – Pode perder-se o subsídio?

J.C. – Pois e se calhar ainda se tem que pagar o que se recebeu... Mais vale fazer uns sacrifícios...

(Homem, 60 anos)

E – Tentou completar o rendimento proveniente do subsídio de desemprego? Por exemplo, trabalhando umas horas por fora?

G.A. – É assim durante o subsídio de desemprego dava bem para aguentar mesmo depois de separada, mas depois com o social era muito difícil pagar a renda e conseguir ter uma vida minimamente organizada... Tenho um rendimento de 419 euros do social, uma renda de 250 euros mais água, luz e gás... O subsídio não estica e governar-me só com 100 euros é muito difícil... E faço umas horas num restaurante, vou lá ajudar na cozinha e depois ainda ajudo a servir à mesa... Eu até gostava de lá ficar

legal, mas a patroa diz que não dá, que é difícil meter alguém a tempo inteiro ou mesmo a part-time com descontos... Tenho que andar assim as fugidas e sempre dá para ter uma vida mais digna... Mas ando sempre com medo...

E – Anda sempre com medo que se saiba...

G.A. – Sim... Se cá vierem digo que não ganho nada que só ajudo à troca de alimentação... Também não quero prejudicar a patroa... E tenho medo de perder o social, é que está mesmo difícil para arranjar um trabalho... Procuo todos os meses como deve ser e não aparece nada... Quero ficar com o POC porque sempre ganho mais qualquer coisa e depois posso lá ficar... Para já não consigo viver com o que tenho do desemprego e tenho que ganhar mais algum, tiro uns 50 euros por semana, não fico rica com isto mas ajuda-me bastante...

(Mulher, 45 anos)

Verifica-se no contacto com a amostra que a maioria dos indivíduos se manifesta contra o trabalho informal durante o subsídio de desemprego, apenas por medo de denúncias e da consequente perda das prestações sociais de desemprego. Os que assumem fazer biscates durante o tempo de desemprego subsidiado, justificam-no dizendo que é a única forma de pagarem as contas, sobretudo, quando chega a altura de receber do subsídio social de desemprego. Estes indivíduos são os de meia-idade (45-54), decepcionados com o mercado de trabalho por não conseguirem arranjar trabalho, pelo menos um trabalho de valor superior ao subsídio de desemprego, vêm nos biscates a única forma de cumprir as suas obrigações. Pagar a quem devem, no fundo, é o que os motiva a ingressar no trabalho informal.

Posto isto, podemos dizer que na falta de um emprego formal e minimamente bem pago (superior ao salário mínimo Nacional) estes indivíduos mesmo trabalhando continuam dependentes do Estado.

Salientamos ainda que o tempo de desemprego é muitas vezes preenchido com as actividades aqui mencionadas, mas existem muitas outras actividades de substituição, as estratégias desenvolvidas para fazer frente ao desemprego dependem das características dos indivíduos e do contexto em que estão inseridos, por isso, de certeza que outros/as desempregados/as adoptam outras actividades.

D. Procura de emprego

Para terminar este ponto, importa suscitar mais duas questões: enquanto o tempo é ocupado por actividades de substituição do trabalho, como fica o compromisso de procura de trabalho? As desempregadas e desempregados acomodam-se a estas actividades ou conciliam-nas com a procura de emprego?

Tendo por base a nossa amostra podemos dizer que há uma tendência para se procurar emprego apenas depois de usufruído o direito ao subsídio de desemprego. Talvez o peso da idade seja o motivo maior, mas existem outros. As (ex) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres justificam-se dizendo que tiveram o contrato suspenso até ao fim e não fazia qualquer sentido procurarem um trabalho sem que a Ceres fosse declarada falida. Porém, aqueles que mesmo depois da declaração de falência continuaram a receber do desemprego revelam somente preocupar-se com a procura de trabalho quando deixarem de ter qualquer apoio do Estado.

Entrevistadora – Mas diga-me o que é que tentou fazer para sair desta situação de desemprego?

H.P. – Eu tenho andado a procurar emprego, ao início como estava à espera de voltar a Ceres confesso que não me preocupei tanto, mas quando me apercebi que não havia nada a fazer passei a procurar trabalho, e não era só por causa dos carimbos, mas porque era a única solução para a minha vida melhorar qualquer coisa, o meu subsídio desemprego era baixo... Mas tenho recebido muitos não, até aqui na zona, pedi a algumas pessoas para andar fora e assim, mas até para isso está mau...

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora– Mas teve sempre uma procura activa de emprego?

J.M. – Mais ou menos, ao início não, recebia do desemprego e ainda tinha aquela esperança de voltar à Ceres... Mas apresentava-me de quinze em quinze dias, fazia a minha obrigação... Só que nunca me chamaram...

(Mulher, 45 anos)

Entrevistadora – Durante o período de desemprego procurou trabalho?

E.N. – Não procurei porque tinha o contrato suspenso e apesar de não acreditar muito, podia ser chamado para a Ceres. Assim que resolvi a minha situação, a rescisão do contrato e cheguei ao último subsídio fiz-me à vida a procurar... Enquanto durou o último subsídio, fui aguentando, já procurava qualquer coisa... Depois fui à Somepal, inscrevi-me em Agosto (2010) e chamaram-me em Outubro (2010).

(Homem, 48 anos)

Entrevistadora – O que é que tentou fazer para sair desta situação de desemprego?

I.M. – Fiz o que toda a gente faz, procurei trabalho, sobretudo, depois de perceber que a Ceres não tinha salvação... Procurar trabalho até é imposição do Estado... E acho bem... Mas nunca fui chamada e como isto anda se me chamassem era para aqueles trabalhos em que o salário é tanto como o subsídio de desemprego e nessa situação não vale assim tanto a pena... E ainda gastamos em deslocalizações... Enquanto tiver direito a receber alguma coisa do Estado vou aproveitar... Acho que já não mereço, por exemplo, o subsídio de reinserção social... Mas o que estou a receber mereço, porque não tive culpa de ficar desempregada... Quando acabar o social tenho que ir ganhar pelo menos o que ganho agora, senão não consigo suportar todas as despesas... O meu marido ganha pouco e é difícil orientarmo-nos só com um ordenado...

(Mulher, 53 anos)

A procura de trabalho só acontece, pelo menos com regularidade e manifesta preocupação, no fim do desemprego subsidiado. Isto não só dá origem ao desemprego de longa duração como aumenta a distância destas (ex.) trabalhadoras e trabalhadores

face ao mercado de trabalho. Conseguimos, assim, comprovar a hipótese de que os indivíduos de meia-idade tendem a conformar-se com os subsídios de desemprego passando, por vezes, ao lado da procura de trabalho.

A hipótese principal da investigação de que o encerramento de uma fábrica e o consequente desemprego das suas colaboradoras e colaboradores constitui simultaneamente um teste às pessoas vítimas desta situação e à eficácia dos mediadores de compensação também é comprovada. A perda de emprego, sobretudo, de um emprego de toda a vida, testa obrigatoriamente os indivíduos, pois é a partir daí que avaliam a sua vida e se consciencializam das vulnerabilidades de que são alvo. E em simultâneo testa também a importância dos mediadores na definição de estratégias de fuga à precariedade, por vezes, resultado da situação de desemprego. Tal como Araújo (2006) constatamos que o Estado aparece como o mediador mor, ou seja, é através dos seus apoios que assentam as estratégias da população por nós entrevistada, a sociedade-providência e as actividades de substituição apenas parecem funcionar quando articuladas com o apoio estatal.

De uma coisa não temos dúvidas, o Estado pode assumir o papel preponderante no colmatar de dificuldades económicas e ser a estratégia de fuga à precariedade mais recorrente. Porém, não é suficiente para trazer de volta uma vida preenchida pela segurança de um emprego e mais do que privação económica, existem pessoas privadas de si e de dar de si. Em alguns casos só um emprego pode garantir uma vida familiar e social bem sucedida. Por isso, uns sem qualquer hipótese no mercado de trabalho procuram a reforma – na nossa amostra apenas dois indivíduos o fizeram e só mais dois lhe podem recorrer num curto prazo -; outros, por sua vez, vão minimizando os impactos do desemprego com o prolongamento das prestações sociais ou com o recurso a trabalhos precários no sector informal.

4.3.3.1. Perspectivas para o futuro

O Estado é quem garante por um lado maior autonomia às desempregadas e desempregados e, por outro lado, maior dependência, o que leva a situações de desemprego prolongadas e de completa resignação.

O futuro das (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres está assim recheado de incertezas: a impossibilidade de fazer planos é muito evidente, mas elas e eles sabem o que o futuro lhes reserva, estão conscientes das suas vulnerabilidades. Se acabarem os subsídios do Estado e não se puderem reformar sabem que terão que trabalhar. Se arranjam trabalho sabem que será sempre precário, se não arranjam pela via formal esperam fazê-lo pela via informal... O “se”, é uma constante na vida daqueles que do Estado dependem, mas depois de esgotados os apoios estatais embarcam na verdadeira precariedade.

Arrumados estão aqueles/as que conseguem a reforma e cujos projectos de vida passam ao lado do mercado de trabalho, pois agora é tempo do “merecido descanso”. Os outros/as, sem prestações sociais - ou em risco de as perder -, sem emprego e sem reforma agarram-se ao pouco que têm, alguns esperam até pelo milagre do emprego que lhes permita descontar mais uns anos, todavia, desmotivados pelas vulnerabilidades que lhes conhecem e lhes reconhecem vivem agora o desemprego de forma mais negativa.

Entrevistadora – E como é que vê o seu futuro? Sobretudo agora que pode deixar de receber o subsídio social de desemprego...

A.A. – Nem sei... Difícil vai ser de certeza. Em 31 anos de casada vai ser a primeira vez que o meu marido me vai sustentar, vai ser a primeira vez que vamos viver com um ordenado... Mas espero arranjar qualquer coisa, nem que seja pouco, se der para a luz, água e gás dou-me por muito feliz...

(Mulher, 54 anos)

Entrevistadora – Como é que vê o seu futuro... Certamente estará reformado, mas ainda tem sonhos, coisas para realizar...

C.M. – Vou fazer as coisas que deixei por fazer... Viver mais com a família, se calhar ir de férias um verão ou outro com a família... Quero ver os meus netos crescer... No fundo é isto, vou tentar viver o tempo que me resta da melhor forma e sempre em família... Vou recuperar todos os almoços e jantares que perdi... (risos). No fundo é aproveitar mais o tempo, já não há a pressão do trabalho... Este é o merecido descanso... Veio um pouco cedo ... Mas é assim a vida...

(Homem, 58 anos)

Entrevistadora – Como é que vê o seu futuro?

H.P.- Se as coisas correrem melhor já é bom... Eu não sou pessoa de pedir muito, só queria que resolvessem a situação do meu desemprego, que recebesse o que tenho direito, porque trabalhei muitos anos ou que arranjasse um emprego a ganhar pelo menos 500 euros... Já nem queria saber do subsídio, o que me preocupa é neste momento só receber 20 euros por semana e o meu marido poder perder o emprego... E pode ser que num futuro longe a Ceres me pague o que deve (diz isto em tom de brincadeira). A esperança é a última a morrer menina... Vamos lá ver...

(Mulher, 53 anos)

Entrevistadora – Como vê o seu futuro?

J.M. – Quero que a minha filha termine o curso, a bolsa está sempre atrasada e só dá para as propinas... Custa-me senti-la sempre preocupada por causa das despesas com fotocópias, alimentação

fora de casa e transportes... Mas ela vai fazendo uns trabalhos, porque eu não tenho nada para lhe dar... Eu quero trabalhar e tenho respondido a várias ofertas de trabalho, só que não me chamam... Dói muito que algumas pessoas pensem que os desempregados não querem trabalhar, não se pode generalizar... Durante o subsídio é legítimo não haver tanta procura de trabalho ou mesmo não querer aceitar trabalho em que se recebe menos, então eu não tive culpa de perder o emprego sempre descontei, receber aquele apoio é um direito, mais é quando o centro de emprego não se preocupa com a colocação de desempregados no mercado de trabalho... Eu neste momento preciso mesmo de trabalhar, porque o Estado se esqueceu de mim, porque não me conseguiu dar um trabalho... Tenho uma batalha pela frente... O meu futuro é incerto...

(Mulher, 45 anos)

O desemprego para as “nossas” entrevistadas e entrevistados gera entre elas e eles e as suas famílias instabilidade na gestão do quotidiano e condições de insegurança quanto ao futuro.

5. Considerações finais

“A exaustão do Estado moderno talvez seja sentida de forma mais aguda, já que significa que o poder de fazer as coisas é retirado da política - que foi feita para decidir quais coisas devem ser feitas.”

Zygmunt Bauman *in Sociedade Individualizada*.

Este estudo adoptou o modelo teórico de Paugam e Gallie (2000) – *factores de vulnerabilidade e mediadores de compensação* – o que nos permitiu, por um lado, perceber quais as vulnerabilidades dos indivíduos – intrínsecas e extrínsecas - e, por outro lado, apurar as suas estratégias e/ou compensações quando experimentada uma situação de desemprego. A hipótese principal desta investigação – *o encerramento de uma fábrica e o conseqüente desemprego dos/as suas/seus colaboradores/as constituem simultaneamente um teste às pessoas vítimas de desemprego e à eficácia dos mediadores de compensação* – permitiu-nos concluir que os (ex.) trabalhadores/as da Ceres se mobilizaram para fazer face à sua situação de desemprego, representando este facto um teste à sua capacidade de desenvolver estratégias de fuga à precariedade associada à perda de emprego. Porém, concluímos que os *mediadores de compensação* para além de atenuarem os efeitos negativos do desemprego, também se apresentam como limitadores das acções dos/as entrevistados/as, nomeadamente, por concentrarem a sua função amenizadora no Estado.

Nesse sentido, a grande conclusão desta investigação vai de encontro à afirmação de Bauman, de que os cidadãos, espectadores “não esperam dos políticos e dos outros na ribalta, mais que um bom espectáculo” (2001:126). Os indivíduos esperam é que o Estado os proteja da sua situação de desemprego, esperando deste o melhor desempenho possível.

Outra hipótese comprovada nesta investigação diz respeito às vulnerabilidades dos indivíduos desempregados. Nesta investigação defendemos que *os/as desempregados/as não são apenas vítimas do que lhes é exterior, também são vítimas das suas próprias características sociodemográficas, e têm plena consciência dessas vulnerabilidades que muitas vezes os/as afasta do mercado de trabalho*. A insolvência foi uma dessas vulnerabilidades – vulnerabilidade extrínseca – que não só lhes roubou o emprego de uma vida, como lhes retirou a possibilidade de voltar a conseguir outro.

Foi a insolvência que em conjunto com as vulnerabilidades intrínsecas – idade, baixa escolaridade, etc. – dos/as desempregados/as da Ceres, os impossibilita de voltar a trabalhar, encontrando-se a maioria em situação de desemprego de longa duração.

Nesse sentido, defendeu-se, aqui, a hipótese de que *na impossibilidade de continuar com o emprego de uma vida, a insolvência é um mal menor para os/as (ex.) trabalhadores/as da Ceres*. Os entrevistados/as demonstram-nos que a insolvência foi, perante o cenário de instabilidade da Ceres, a melhor solução para os seus problemas. Acreditam mesmo que é preferível agarrar as suas indemnizações do que continuar a alimentar a “falsa” esperança de voltar a trabalhar na empresa que os acolheu, na maioria, ainda menores. Mas não podemos deixar de dizer que o sindicato tem muita influência nesta postura. As/os (ex.) trabalhadoras/os da Ceres demonstram muita confiança no sindicato, o que pode de certa forma levar a uma resignação geral e a uma melhor aceitação da insolvência/encerramento.

Assim, conscientes das suas vulnerabilidades as desempregadas e desempregados da Ceres tendem a adoptar estratégias no sentido de atenuar as consequências mais negativas do desemprego. Face à ausência de emprego estável - muitas vezes resultado do falhanço das medidas activas de redução de desemprego – estes indivíduos vivem o desemprego dependentes das prestações sociais – medidas passivas de redução de desemprego – e de actividades informais sejam elas exercidas durante ou após o recebimento das prestações sociais. As expectativas de reinserção no mercado de trabalho formal, sobretudo dos indivíduos de meia-idade, são muito reduzidas. Comprovámos a hipótese de que *os indivíduos, sobretudo, com mais de 45 anos tendem a conformar-se com os subsídios de desemprego, passando por vezes ao lado da procura de trabalho*.

No que concerne à procura de trabalho, todos/as os/os entrevistados/as se afirmam comprometidos/as com este objectivo. Todavia, nem todos se dedicam a cumprir esse objectivo. Por norma a procura dos/as entrevistados/as varia entre uma procura inexistente, abrangente e selectiva. Isto, porque cada entrevistado/a tem os seus próprios obstáculos na procura de trabalho. Obstáculos esses que passam pela idade, pela falta de formação, pela reduzida oferta de trabalho e pelos horários e os baixos salários em prática – como se vê um misto de vulnerabilidades intrínsecas e extrínsecas.

Na verdade, os percursos de desemprego das nossas desempregadas e desempregados baseiam-se na escassa procura de trabalho após a saída da Ceres, na dependência dos subsídios de desemprego, na ausência de formação profissional e no exercício de actividades de substituição que muitas vezes culminam na informalidade. Todavia, algumas desempregadas e desempregados (aquelas e aqueles que não conseguem a reforma) alimentam a esperança de entrar no mercado de trabalho seja ele formal ou informal, como também se agarram à esperança de receber o dinheiro das indemnizações referentes aos anos de trabalho na Ceres.

Constatámos também que o isolamento social e estigmatização não são uma constante. A nossa amostra está ciente de que o desemprego atinge directa e indirectamente muitas famílias da região, o que os faz sentir menos inúteis, acabando por nem sequer afectar as suas sociabilidades. Porém, verifica-se uma fraca mobilização da *sociedade-providência* no que respeita à disponibilidade para ajudar materialmente os seus desempregados e as suas desempregadas. Como já se disse, é o Estado quem assegura alguma autonomia aos indivíduos. Apesar dos apoios do Estado, em Portugal, serem moderados, verificámos que os entrevistados/as dependem mais deles do que das suas redes de apoio informal. Há o (re) conhecimento de que a situação financeira das suas famílias, vizinhos ou amigos também não é a melhor e, por isso, não podem depender deles para fazer frente ao desemprego. Tentam que os subsídios de desemprego durem o mais possível. É isto que nos permite comprovar a hipótese de que *as redes de apoio informal estão a perder a sua capacidade de resposta*.

Em síntese, as (ex.) trabalhadoras e trabalhadores da Ceres possuem margens de manobra que evitam situações de pobreza, exclusão e quebra das relações sociais, recorrem a tudo o que está ao seu alcance para se integrarem e serem reconhecidos na sociedade.

Mas, sendo as experiências do desemprego tão diversificadas, não podemos generalizar o que aqui ficou comprovado. Com certeza existem outras histórias, histórias de pobreza, de maiores incertezas em relação ao futuro, histórias que ao contrário do que verificamos na nossa amostra podem resultar numa fuga à vida social. Ou seja, a situações *desqualificação social* ou *desafiliação*.

Bibliografia

Aguiar, Nuno (2010), “Número de insolvências aumentou 51% até Agosto”. *Ionline*. Página consultada a 15 de Maio de 2011. Disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/76442-numero-insolvencias-aumentou-51-ate-agosto>.

Amorim, Bruno (2009), “Processos de insolvência raramente salvam firmas”. *Jornal de Notícias*. Página consultada a 15 de Maio de 2011. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=1440063.

Antunes, Ricardo (2000), *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade' do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez editora.

Araújo, Pedro (2006), “E agora? Experiências do desemprego, factores de vulnerabilidade e mediadores de compensação”. *Dissertação de Mestrado em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Araújo, Pedro (2008), *A Tirania do Presente. Do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto.

Barbier, J. C., (1997), *Les Politiques de l'emploi en Europe*, Paris, Flammarion.

Barreto, A., (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, ICS.

Bauman, Zygmunt (1998), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Zygmunt (1999) *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Zygmunt (2007), *A Vida Fragmentada. Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna*. Lisboa: Relógio d'Água.

Bauman, Zygmunt (2008), *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Beck, Ulrich (2000), *The Brave New World of Work*, Oxford: Polity Press.

Bell, Daniel (1974), *The Coming of Post-Industrial Society*, Nova Iorque, Basic Books.

Bluestone, B.; Harrison, B. (1982), *The Desindustrialisation of America: Plant Closing, Community Abandonment and the Dismantling of Basic Industry*. Basic Books, Nova Iorque.

Bourdieu, Pierre (org.) (1993), *La Misère du Monde*, Editions du Seuil, Paris.

Caleiras, Jorge (2004), “Globalização, trabalho e desemprego: trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento”. *A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra.

Caleiras, Jorge (2008), “Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos”. *Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas*. E-cadernos CES N° 2. <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/documentos/ecadernos2/Jorge%20Caleiras.pdf>.

Casaca, Sara (2005), “Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização”. Página consultada em 19 de Abril de 2011. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2025/1/wp200510.pdf>.

Castel, Robert (1995), *La Métamorphose de la Question Sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Éditions Fayard.

Castells, Manuel (1997), *La Era de la Información. Economía, Sociedad y Cultura, La Sociedad Red*, Vol. I, Madrid, Aliança Editorial.

Centeno, Mario e Novo, Álvaro (2008), “As políticas activas e passivas do mercado de trabalho”. *Janus 2008*. Página consultada em 20 de Maio de 2011. Disponível em: http://janusonline.pt/2008/2008_4_2_14.html.

Costa, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.

DGAJ (2004), “Sobre o código da insolvência e da recuperação de empresas”. Página consultada em 20 de Maio de 2010. Disponível em: <http://www.dgaj.mj.pt/DGAJ/sections/files/func-justica/cfoj/DGAJ/sections/files/func-justica/cfoj/manual-de-apoio-ao/downloadFile/file/Manual%20de%20Apoio%20ao%20C%C3%B3digo%20da%20Insolv%C3%Aancia%20e%20da%20Recupera%C3%A7%C3%A3o%20de%20Empresas.pdf?nocache=1177095035.67>.

Demazière, Didier (2008), “Ser desempregado para os sociólogos”. *Política e sociedade*, nº 13. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/9314/0>.

Duarte, Ana (1997), “Vivências de desemprego, estratégias de reinserção profissional e reconstrução de identidades: O caso dos mineiros do Pejão”. *Dissertação de Mestrado em Sociologia, Poder local, Desenvolvimento e Mudança Social*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Duarte, Ana (2010), “As faces precárias da precariedade”. *Le Monde Diplomatique*. Página consultada em 25 de Maio de 2010. Disponível em: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article740>.

Esping-Andersen, G., (1990), *The three worlds of welfare capitalism*, Princeton, Princeton University Press.

Faria, Ana (2011), “Só este ano já entraram em insolvência 1116 pessoas”. *Jornal Público*. Página consultada a 15 de Maio de 2011. Disponível em: http://economia.publico.pt/Noticia/so-este-ano-ja-entraram-em-insolvencia-1116-pessoas_1486884.

Fernandes, Luís A. Carvalho e Labareda, João (2009), *Colectânea de estudos sobre a insolvência*. Quid Juris: Lisboa.

Ferreira, António Manuel Carvalho de Casimiro (2003), “Trabalho Procura Justiça. A resolução dos conflitos laborais na sociedade portuguesa”. *Dissertação de Doutoramento em Sociologia*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Foucault, Michel (1987), *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes.

Gallie, Duncan; Paugam, Serge (eds.) (2000), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

Giddens, A. (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge: Polity.

Gitman, Lawrence J. (1987), *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra.

Harvey, David (1994), *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Hespanha, Pedro (2002), “Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais”. *VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa.

Hespanha, Pedro (2008), "Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios", *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Brasil, 39, 1, 5-15.

Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (orgs.) (2001), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*. Porto: Edições Afrontamento.

Hespanha, Pedro, *et. al.* (2001), "Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local", *in* Pedro Hespanha; Graça, Carapinheiro (orgs.) (2001), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado social recuar mais?*. Porto: Afrontamento, 25-54.

Hill, Manuela Magalhães e Hill, Andrew (2005), *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2010), "A taxa de desemprego foi de 10,1% no 4º trimestre de 2009". Instituto Nacional de Estatística. Página consultada a 26 de Maio de 2011. Disponível em: www.ine.pt.

INE (Instituto Nacional de Estatística) (2011), "A taxa de desemprego foi de 11,1% no 4º trimestre de 2010". Instituto Nacional de Estatística. Página consultada a 26 de Maio de 2011. Disponível em: www.ine.pt.

Insolvência (2009), "Código da insolvência e da recuperação de empresas". Página consultada em 20 de Maio de 2010. Disponível em: www.insolvencia.pt/.../7-codigo-da-insolvencia-e-da-recuperacao-de-empresas.html.

Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego*. Oeiras: Celta Editora.

Kovács, Ilona (2005), "Formas flexíveis de emprego em Portugal: riscos e oportunidades.", *Sociedade e Trabalho*, 23/24, 47-66.

Lahille, E. (Ed.) (1995), *Au-Delà des D'localisations. Globalisation et Internationalisation des Firmes*, Economica, Paris.

Lipietz, Alain (1992), *Towards a new economic order. Posfordism, ecology and democracy*. Cambridge: Polity Press.

Loison, Laurence (2000), "Mecanismos compensatórios do desemprego em Portugal: família e redes sociais.". *IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra.

Méda, Dominique (1999), *O Trabalho – Um valor em Vias de Extinção*, Lisboa: Editora Fim de Século.

Méda, Dominique (2001), "New perspectives on work as value", in Loutfi, Martha F. (ed.), *Women, Gender and Work – What is Equality and How Do We Get There?*, Gêneve, ILO, pp: 21-32.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003), "Perguntar e observar não basta, e preciso analisar: algumas reflexões metodológicas.", *Oficina do CES*, 194.

Mozzicafredo, Juan (2000), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Editora Celta.

Neves, João Carvalho das (1997), "Diagnóstico e plano de acção para a recuperação: uma visão de mercado e de crítica ao CPEREF". *Seminário sobre Gestão e Liquidação Judicial: O Estado da Arte em Portugal*. Página consultada em 10 de Maio de 2011. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~jcneves/paper_recuperacao_perspectiva_mercado.PDF.

Oliveira, Margarida (2008), "Manipulação dos resultados por empresas em dificuldades financeiras: estudo de caso português". *Dissertação de Mestrado em Ciências empresariais*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Paugam, S., (2000), *Le Salarié de la Précarité*, PUF, Paris.

Paugam, Serge (2003) *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho social 6, Porto: Porto Editora

Portugal, Sílvia (2006), "Novas Famílias, Modos Antigos. As redes sociais na produção de bem-estar". *Tese de Doutoramento em Sociologia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Quivy, Raymond; Luc Van Campenhout (1998), *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rebelo, Glória (2004), *Flexibilidade e precariedade no trabalho. Análise e diagnóstico*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa.

Reis, José (1992), *Os Espaços da Indústria. A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

Robertson, R. (1992), *Globalization: Social Theory and Global Culture*, London: Sage.

Salvado Alves, António (2008), "A competitividade dos territórios num contexto de globalização: uma utopia ou uma realidade?". *VI Congresso Português de Sociologia*. Lisboa.

Santos, Boaventura de Sousa (2001, “Os processos de globalização” in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 31-106.

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), " O Estado, as relações salariais e o Bem- Estar Social na semiperiferia: o caso Português" in *Portugal: um retrato singular, Centro de Estudos Sociais*. Edições Afrontamento, Porto, pp. 17-55.

Santos, Boaventura de Sousa e Ferreira, Sílvia (2001) – “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes” in Hespanha, Pedro e Carapinheiro, Graça (orgs.), *Risco Social e Incerteza: Pode o Estado Social Recuar Mais?*. Porto: Edições Afrontamento. P. 177-225.

Schnapper, Dominique (1981), *L' Epreuve du Chomage*. Paris: Gallimard.

Schnapper, Dominique (1998), *Contra o Fim do Trabalho*. Lisboa: Terramar.

Sennett, Richard (2000), *A Corrosão do Carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Sennett, Richard (2007), *A Cultura do Novo Capitalismo*. Lisboa: Relógio d'Água.

Serra, Catarina (2004), *O novo regime português da insolvência: Uma introdução*. Livraria Almedina: Coimbra.

Teixeira, Ana (2009), “Quando Desemprego se Escreve no Feminino: Estudo de Caso em Vila Nova de Gaia”. *Dissertação de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Thompson, E. P. (1987), *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Toni, Míriam de (2003), “Visões sobre o trabalho em transformação”, *Sociologias*, 9, 246-286.

Touraine, Alain (1969), *La Société postindustrielle*, Paris, Le Seuil.

Villemus, Philippe (2007), *As deslocalizações de empresas: ainda teremos emprego amanhã?*, Porto: Edições Asa, pp. 47-53; 55-72; 147-157.

Wieviorka, Michel (2008), *Nove lições de sociologia: Como abordar um mundo em mudança?*. Teorema: Lisboa.

Anexos

Transcrição de entrevistas

Entrevista (exploratória) – Administrador judicial da Ceres

E- Pode dizer-me em que consiste um processo de insolvência...

Administrador – O processo de insolvência é um processo judicial que corre em tribunal e para que seja requerido é preciso que exista uma empresa ou um indivíduo insolvente e existem requisitos que o determinam, não poder pagar dívidas, o passivo ser maior que o activo... Mas atenção, uma empresa pode estar insolvente sem assim ser declarada, só quando se vai a tribunal é que o processo se dá... A insolvência pode ser requerida por qualquer credor e até pelo devedor, o devedor pela lei até se deve apresentar à insolvência quando está numa situação de incumprimento, não é muito usual mas é legalmente está estabelecido que tem obrigação de se apresentar à insolvência... Depois de declarar a empresa ou o sujeito insolvente o administrador pode seguir pela recuperação da empresa ou partir para a sua liquidação e aí apura-se os activos da empresa ou do indivíduo, as suas dívidas, procede-se à venda dos activos e faz-se a distribuição segundo as normas legais pelos credores... Em linhas muito gerais é nisto que consiste o processo de insolvência... É claro que depois isto tem muitos incidentes, uns mais simples e outros bem difíceis de contornar... No caso da Ceres optou-se pela liquidação porque já não existia recuperação possível, sempre que o passivo é superior ao activo procede-se logo à liquidação...

E – As insolvências individuais têm sido uma constante... O que pensa disso?

Administrador – É verdade as pessoas estão a falir em parte por causa da crise, mas também porque em Portugal se recorre ao crédito para tudo, para a casa, para o carro, para as férias e os salários são baixos, os empregos cada vez mais precários, há desemprego e tudo isso leva as pessoas, sobretudo de classe média ao endividamento... O procedimento também é judicial como o das empresas, existindo duas hipóteses um plano de pagamentos ou a exoneração do passivo restante... Ainda é um processo complexo e como estamos a lidar com famílias é complicado, as pessoas muitas vezes têm que sair de suas casas, não é um processo fácil para ninguém...

E – Frequentemente, quem é que pede a insolvência?

Administrador – Daquilo que me apercebo normalmente são os credores não institucionais que o fazem com maior frequência, por norma e em maior número são os fornecedores que pedem a insolvência, mas depois aparecem a Segurança Social, as finanças, os trabalhadores e o próprio insolvente (empresa ou indivíduo) ... No caso da Ceres foi a Segurança Social, mas podia ter sido um fornecedor até porque as dívidas a fornecedores é significativa...

E – Qual é o seu papel no processo de insolvência?

Administrador – Muito sucintamente é pronunciar-se sobre a empresa ou pessoa insolvente... Portanto, os administradores de insolvência têm que fazer um relatório para dar a saber o que levou à insolvência e propor, porque teoricamente e referindo-me às empresas, quando uma empresa está insolvente é possível fazer duas coisas avançar-se para a liquidação ou apresentar um plano de insolvência que vise a recuperação da empresa, isto é raro acontecer mas acontece... Normalmente o mais usual é apurar-se o passivo partindo da reclamação de créditos, proceder-se à liquidação do activo, faz-se o rateio dos créditos, não esquecendo que existe uma graduação de créditos, uma ordem estabelecida, os credores não têm todos os mesmos privilégios, e paga-se aos credores... Ah, outra coisa o administrador de insolvência também se pronuncia sobre a qualificação da insolvência apurando se esta é furtiva ou culposa, caso seja culposa cabe ao juiz enunciar as consequências para os responsáveis... No caso da Ceres foi furtiva, é normal os trabalhadores sentirem-se fraudados pela administração, mas no caso da Ceres não apuramos nada de significativo que nos levasse a crer que existiu fraude por parte da administração... Ou seja, não houve uma culpa grave que colocasse a empresa em situação de insolvência, o que não quer dizer que não tenham surgido outros incidentes... Aliás existiram tentativas de recuperação, embora no meu ponto essas tentativas não fossem sustentadas, como se viu mais tarde com a insolvência...

E – Mas quais são as principais responsabilidades do administrador de insolvência?

Administrador – O administrador tem que elaborar dois relatórios, um a determinar o passivo e outro a liquidar o activo e se a empresa for viável ainda pode ter que fazer um plano de insolvência... Mas é importante deixar claro que o administrador não trabalha sempre sozinho, ele trabalha muitas vezes em conjunto com a comissão de credores, pois a liquidação do património é de grande interesse dos credores...

E – Quando é que se cria a comissão de credores?

Administrador – Primeiro forma-se a assembleia de credores e depois a comissão de credores, nomeia-se alguns credores para fazer parte da comissão e ter voz activa nas questões referentes à venda do activo... A comissão é um órgão mais pequeno que facilita muito as coisas, nomeadamente, quando se quer vender um activo de milhões e não se pode tomar uma decisão sozinho ou numa assembleia de 100/200 pessoas...

E - Vai às assembleias de credores? Como é que funcionam?

Administrador – O processo de insolvência em si, sobretudo, o processo de liquidação quando a empresa não é viável tem início com a formação das assembleias de credores... É a assembleia de credores que se pronuncia sobre o relatório primeiro do administrador... Estas assembleias funcionam como outra qualquer, é composta por credores que têm direito ao voto consoante o volume dos créditos, é presidida pelo juiz e é no seu decorrer que se tomam decisões por votação...

E – Tenho ouvido dizer e algumas notícias referem-no, que a remuneração de um administrador judicial é consoante o dinheiro que consegue arrecadar com a venda dos activos da empresa. O que significa isso do ponto de vista do condicionamento da sua actividade?

Administrador – Existem vários tipos de remuneração, uma remuneração fixa, uma remuneração pela gestão a fixar pelo juiz e assembleia de credores – esta nunca me aconteceu e acho que ocorre muito pouco, acho que nem conheço nenhum caso, porque só acontece quando se decide que a empresa continua a laborar e o administrador toma para si a sua administração -, uma remuneração pelo plano de insolvência proposto pelo administrador judicial e aprovado pela assembleia – quando é possível recuperar a empresa, também não são muitos os casos, esta é uma remuneração pontual referente à execução do plano que tem uma duração de três meses -, uma remuneração variável em função da venda do activo da empresa, por fim, um administrador pode auferir todas estas remunerações se ficar à frente da administração da empresa e se mais tarde não se conseguir evitar a liquidação do activo... Bem, mas no fundo há sempre uma remuneração base de todos os processos, agora é certo que no caso de liquidação o administrador tem muito mais trabalho e uma forma de o aliciar a vender o activo pelo maior valor possível é dar-lhe uma percentagem que é sempre regressiva sobre essa venda que depois junta à componente fixa... Portanto o mais vulgar é uma remuneração mista, ou seja, fixa que é a base de todos os processos e uma variável que está dependente da liquidação do activo...

E – Como a insolvência é muito morosa pode levar anos até que o administrador consiga receber a sua parte...

Administrador – Sim, é verdade! Muitas vezes demora-se anos e não se recebe... Ser só administrador de insolvência não chega para se viver, os administradores têm que ter outra actividade... E mais há uma provisão para despesas que é de apenas 250 euros que muitas vezes nem são pagos e têm que se ser asseguradas pelo administrador... A nossa actividade é condicionada pelos resultados e não temos qualquer garantia, estamos sempre dependentes da venda do activo... Podemos estar mais de seis meses sem receber um tostão, por isso, é fundamental que esta não seja a única actividade profissional do administrador...

E- Diga-me, acha que alguém beneficia com as insolvências?

Administrador – Bem, não sei... Mas pelo menos temos a certeza de que ou se tratam as empresas doentes ou se termina com elas de vez... Em termos económicos algumas pessoas podem sair beneficiadas, por exemplo, os indivíduos que nos comprem os activos das empresas, porque nunca se consegue vender o património pelo seu real valor... Mas no fundo creio que são mais os que perdem, perdem os donos das empresas, perdem os trabalhadores, perde a envolvência da empresa, enfim, bem vistas as coisas perde-se mais do que se ganha...

E – Fiz-lhe essa pergunta, porque são conhecidos alguns casos de administradores de empresas que após a insolvência abrem novas empresas noutros locais...

Administrador – Sim, acontece... Mas aqui isso não é bem aceite, em países com uma economia mais flexível isso é uma prática comum... E muitas vezes isto nem está relacionado com fraude, as falências podem dar-se apenas porque um grande cliente deixou de encomendar ou de cumprir com a empresa, o que quer dizer que um administrador de uma empresa insolvente pode ter muitas dívidas nessa empresa, mas conseguir abrir uma de dimensão inferior e até ter sucesso... É tudo muito relativo... Mas não encaro este facto com malícia.

E – Existe a ideia generalizada de que os/as trabalhadores/as são as maiores vítimas da insolvência... Partilha desta opinião?

Administrador – Sem dúvida alguma... Os trabalhadores mesmo sendo os credores privilegiados nunca vêem satisfeitos os seus direitos, nunca recebem aquilo a que realmente corresponde o trabalho de anos na empresa... E este é o pior lado da insolvência...

E – Mantem algum contacto com os/as trabalhadores/as? Existe diálogo entre vós?

Administrador – O contacto que eles quiserem... Eu estou sempre disponível, mas trato todos os

credores de igual forma, sei que os trabalhadores são os mais penalizados, mas não lhe posso dar mais atenções isso compete ao advogado deles e ao sindicato... Eu vou mantendo todos os credores informados do processo e todos têm voz activa nas decisões... Os trabalhadores estão representados por um trabalhador que nomearam como seu representante... Agora, tenho muita consideração pelos trabalhadores e faço tudo para que não sejam prejudicados... Mas não é comigo que se devem aconselhar, embora eu não me importe de o fazer...

E – Tendo por base a sua experiência pode dizer-me quando é que há sucesso num processo de insolvência?

Administrador – Como já lhe disse são raros os casos em que se segue pela recuperação da empresa, por norma procede-se logo à liquidação do activo... E uma empresa quando está insolvente é porque o passivo é superior ao activo logo não se conseguem satisfazer todos os credores e posso até dizer-lhe que é impossível pagar a todos, nestes processos as dívidas são imensas e o dinheiro que se faz com o activo não chega para pagar a toda a gente... A questão do sucesso ou fracasso nestes processos só se aplica quando é possível a sua recuperação, ou seja, quando há um plano de insolvência, se a empresa recuperar houve sucesso se a empresa não recuperar (o que é mais comum acontecer quando se tentam estas coisas) houve fracasso...

E – Focando o caso da Ceres, explique-me como se deu este processo de insolvência... Sabemos que antes houve uma tentativa de recuperação, mas...

Administrador – A Ceres pelo que sei entrou em crise em 2003/2004, em 2006 encerrou deixando no desemprego praticamente todos os seus funcionários e depois tentou por duas vezes reabrir... Acho que a Ceres tentou um PEC, um procedimento extrajudicial, mas não o conseguiu cumprir por falta de investimento... Quando chegaram à conclusão que não havia nada a fazer pediram a insolvência, mas na minha opinião devia ter sido antes de 2010... Depois da primeira tentativa de reabertura falhada deviam ter ido para a insolvência... O processo de insolvência da Ceres dá-se assim a 23 de Março de 2010, este é o momento em que a empresa é considerada em tribunal insolvente e é a partir daqui que se desenrolam os procedimentos que lhe falei anteriormente...

E – Na sua perspectiva como é que uma empresa desta dimensão chega a um estado de insolvência?

Administrador – Numa perspectiva simplista digo-lhe que não houve reposição de investimentos... A empresa não se modernizou, para mim essa é a principal causa, podem existir outras, má gestão, actos mais errados, mas a falta de modernização está lá de certeza... A maioria das cerâmicas modernizaram-se e apostaram em maquinaria que ajudava à qualidade do material, a Ceres ainda fabricava sanitas à mão, através do procedimento manual do enchimento de moldes... Não conseguiram fazer frente às exigências dos clientes, os materiais eram os mesmos há anos... Ter esta atitude perante o mercado é fatal, sobretudo, num sector já tão difícil como o da cerâmica... O sector da cerâmica tem sido afectado pela crise no sector da construção civil e as empresas mais débeis são as primeiras a fechar, foi o caso da Ceres que parou no tempo e foi um alvo fácil...

E – Para terminar, como acha que vai terminar este processo?

Administrador – O processo de insolvência não depende apenas do papel do administrador judicial, por mim e porque existe aquela componente da remuneração variável que falámos à pouco o processo terminava o mais depressa possível, mas vão existindo incidências que atrasam toda a dinâmica do processo... Neste momento faltam vender os imóveis e eu não sei como é que o mercado vai reagir... Não é fácil... Se no fim deste ano (2011) estivesse tudo vendido era óptimo, mas mesmo assim isso não quer dizer nada, podem sempre ser colocadas impugnações, recursos... Foi colocada uma impugnação aos créditos, mas espero que a situação se resolva rápido, podem demorar dois anos, mas espero que não seja o caso... O processo só termina quando se puder distribuir o valor do activo pelos credores e isso só é possível quando o juiz der por encerrado o processo e liberar a distribuição do dinheiro... O problema das insolvências é que muitas vezes não estão apenas dependentes da venda do activo, existem muitas outras questões que levam tempo a tratar, uma empresa quando é decretada insolvente é porque está doente e muitas vezes já tem penhoras e uma série de processos em tribunal e aí a venda é o menor dos problemas... Num processo de insolvência existem sempre surpresas (risos).

E – Muito obrigada pela disponibilidade!

Entrevista (exploratória) – Coordenador do sindicato

E - Actualmente temos sido bombardeados por insolvências, o que pensa destes processos?

Coordenador – Nos últimos tempos desapareceram em Coimbra cerca de 5 mil postos de trabalho, só em Coimbra e arredores encerraram na última década mais de 30 empresas... E as insolvências no sector da cerâmica são muito complicadas, a maioria das empresas encerra com muitas dívidas à Segurança Social, aos fornecedores, aos trabalhadores, às finanças, e são processo muito morosos... Não há nenhum processo que demore menos de 5 anos/10 anos... E muitas vezes chega-se ao fim sem dinheiro para pagar a todos os credores, pois muitas empresas quando vão para a insolvência já não têm grande património... E mesmo que tenham nunca o vão conseguir vender pelo real valor, ultimamente, o que safa os trabalhadores são os 18 salários mínimos do fundo de garantia... Os credores na insolvência são considerados os credores privilegiados e os outros credores com medo de não receber nada vão colocando recursos o que atrasa o processo... As insolvências atacam muitos sectores, agora a construção civil também é muito afectada, e o grande problema disto é o desemprego, sobretudo, o desemprego de longa duração, as pessoas que saem destas empresas não são novas e têm muita dificuldade em voltar ao mercado de trabalho

E - Sabemos que uma falência pressupõe o encerramento definitivo da empresa, mas no caso de uma insolvência pode não ser assim. Diga-me, por favor, qual a diferença entre uma falência e uma insolvência?

Coordenador – No processo anterior de falência também existia a possibilidade de recuperação, em assembleia de credores podia decidir-se pela recuperação, no novo quadro da insolvência também se pode recuperar, mas em vez de existirem dois processos diferentes há apenas um chamado de insolvência que pode resultar na recuperação ou na falência... Actualmente são menos os casos, as empresas, sobretudo, cerâmicas têm-se apresentado muito endividadas e sem viabilidade económica... E muitas vezes isto deve-se à dificuldade de financiamento das empresas insolventes, é muito difícil arranjar um investidor ou conseguir novo empréstimo na banca...

E- Qual o papel do sindicato aquando uma falência ou insolvência?

Coordenador – Normalmente antes de uma insolvência já existem muitos e muitos salários em atraso... O sindicato quando se apercebe dessas situações vai reunindo e acompanhando os trabalhadores, fazendo muitas vezes pressão sobre a administração da empresa... Nós fazemos várias reuniões com o Governo Civil, com a Segurança Social, com a banca, com os ministérios, com os deputados na Assembleia da República de forma a sensibilizar para estas questões, porque a nossa grande preocupação são os trabalhadores e assegurar os seus postos de trabalho... Eu sou sincero, nos tentamos a todo o custo evitar a insolvência e conseqüentemente a falência, nós reunimos com o IAPMEI e apoiamos os procedimentos extrajudiciais que também visam a recuperação das empresas, mas depois existem credores que colocam entraves, não falo dos trabalhadores porque esses cooperam com tudo, e a própria administração que muitas vezes não cumpre o plano de recuperação... Mas são processos judiciais que têm que ser controlados, sabemos que muitas falências se devem a fraude das administrações e quando se pensa na recuperação e ela é validada sob a forma de PEC com mediação do IAPMEI tem que se ter cuidado com a utilização que a administração faz do financiamento... Infelizmente, estes PEC's também não têm resultado, na maioria das vezes por causa do incumprimento das administrações, e vai-se mesmo para a insolvência, para o tribunal... Portanto, o sindicato faz o que pode e apoia em tudo, mas não podemos fazer o papel dos administradores e esse por malícia ou não tendem a não colaborar...

E – E o papel dos administradores judiciais, sabe qual é? Acha que ganham alguma coisa com estes processos?

Coordenador – Existem administradores judiciais para todos os gostos, felizmente aqui temos apanhado gente séria... Estes indivíduos não têm a vida facilitada, o terreno em que andam está muito armadilhado, muitas vezes não conhecem o sector e têm grande dificuldade em levar estes processos para a frente... Muitos aparecem nestes processos de pára-quadras e precisam de orientação... Mas os administradores com quem temos contactado são bons profissionais, o sindicato tem boas relações com todos os administradores, não temos razão de queixa dos que têm calhado aqui na região... Há diálogo constante e nós fazemos tudo para os acompanhar e os ajudar no que é preciso...

E- Qual a aproximação real do sindicato aos trabalhadores? Lutam em conjunto porque têm um mesmo objectivo? Explique-me como é...

Coordenador – No caso de empresas com 40 ou 50 anos de actividade há um bom índice de sindicalizam e os trabalhadores estão bem organizados... As empresas do sector da cerâmica em Coimbra têm trabalhadores que começaram a trabalhar nos anos 60 e 70, portanto, há um trabalho longo em parceria com o sindicato, muitas dessas empresas têm dirigentes e delegados sindicais, há uso do plenário de empresa (as quinze horas que temos por ano), nos acompanhamos de perto todos os

trabalhadores e lutamos pelos seus direitos enquanto empregados... Por exemplo, no sector da construção civil é mais difícil acompanhar todos os trabalhadores porque têm maior mobilidade, mas conseguimos tratar dos seus processos de igual forma... É só com acompanhamento e contacto com os trabalhadores que o sindicato consegue ter sucesso, mas não somos heróis, existem coisas que nos ultrapassam e o encerramento de uma empresa é o caso...

E- É conhecido o medo dos/as trabalhadores/as pela sindicalização, contudo, a indústria já conheceu elevadas taxas de sindicalização. O que é que mudou?

Coordenador – A sindicalização antes do 25 de Abril era obrigatória e hoje não é... O empregador deve incentivar ao sindicalismo, nós temos contratos colectivos com as empresas e no fim de cada mês deve ser feita a cotização de 1% do salário dos trabalhadores, o problema é quando as empresas entram em crise, deixam logo a cotização de lado e muitas vezes no caso das insolvências também o sindicato é credor... Nos últimos anos houve uma grande precarização, ou seja, a geração de trabalhadores de 60 e 70 começou a reformar-se ou foi despedida porque as empresas encerraram e actualmente há muito menos gente nas indústrias, nomeadamente, no sector da cerâmica... Os contratos a prazo e o trabalho temporário e subcontratado também são uma constante na indústria e tudo isso afasta as pessoas do sindicato, como não há permanência na mesma actividade profissional fica mais difícil contar com a fidelização das pessoas. A nova geração de trabalhadores pode ter algum medo de se sindicalizar e que isso afronte a empresa, mas esquecem-se que é um direito e que está na lei, não devem temer represálias por isso... Nós privilegiamos o pagamento das quotas através da empresa, para eleger delegados sindicais e assim, mas quem quiser pode pagar nas delegações, cada um faz como se sente melhor, mas volto a frisar que a empresa deve deixar o empregado à vontade para se sindicalizar, mais deve incentiva-lo...

E- Focalizando o concelho de Coimbra. Diga-me como vê o sector industrial nesta cidade...

Coordenador – Coimbra foi dizimada, muitas empresas a fechar e mais de 20 mil desempregados, na maioria desempregados de longa duração... Falando concretamente do sector da cerâmica posso dizer-lhe que quase não existe em Coimbra, as empresas do sector ou já faliram ou estão actualmente numa situação complicada, isto deve-se em grande parte a falta de capacidade das empresas se reestruturarem, as empresas de Coimbra, sobretudo, as que já faliram com a Estaco e a Ceres não tiveram arte nem engenho para se reestruturarem... Diz-se que Coimbra é a Universidade, os hospitais e os serviços, Coimbra é um cemitério de empresas industriais... Vão surgindo alguns polos industriais pelo distrito, por exemplo, em Cantanhede, mas não pense que são empresas com 200 ou até 400 trabalhadores com foi o caso da Ceres, são empresas com menos recursos humanos... Acho que esta cidade se esqueceu da indústria, tínhamos aqui boas empresas, mas infelizmente o apoio ao sector é muito reduzido... O que não podemos esquecer é que em Coimbra também não há grande espaço para empresas de grande dimensão, esse é outro problema... A Pedrulha parece ser o melhor espaço de Coimbra para a indústria, mas não há incentivos à fixação de empresários...

E – O sector da indústria não tem sido muito ajudado...

Coordenador – Não mesmo, têm é sido muito esquecido... Só a Figueira da Foz têm uma boa e forte zona industrial, o resto é para esquecer... As autarquias e mesmo a universidade deviam ajudar a dinamizar a indústria de Coimbra, pois é muito importante para o desenvolvimento da região, não são só os hospitais, a Universidade e os serviços que geram valor... É preciso ressuscitar o sector, nós sabemos que indústrias do sector da cerâmica não se podem fixar em qualquer lugar por causa da ambiente e porque requerem espaço, mas existem muitos espaços de fábricas mortas que podiam ser dinamizados...

E- Sabe dizer-me quantas empresas do sector da indústria (cerâmicas ou não) faliram ou se tornaram insolventes no concelho de Coimbra nos últimos 5 anos?

Coordenador – A POCERAM que era uma grande empresa fechou em Coimbra, mas criou uma nova empresa na Figueira e a questão que colocamos é “há ou não dinheiro?”, eu respondo há... Porque criam uma empresa com tecnologia de ponta, sei que a acabaram por vender, mas se a construíram é porque tinham dinheiro... Isto para lhe dizer que as administrações também podem ser muito manhosas, mas pronto... A POCERAM foi uma grande machadada no sector da cerâmica em Coimbra e ainda hoje é o caso mais inexplicável porque tinham um milhão de euros em encomendas, tinham clientes, mas faltou-lhe a mão na tesouraria... Depois a Ceres e outras ao redor de Coimbra... O distrito de Coimbra tinha uma grande tradição de fábricas de telha e tijolo e isso fechou tudo, acho que no concelho só existem duas empresas, e o mesmo se tem vindo a passar com a cerâmica que produzem loiças, azulejos e sanitário... À volta de Coimbra desapareceram mais de 5 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos... E os processos arrastam-se até aos dias de hoje, a Estaco fechou há muito tempo, em 2001, e o seu processo ainda não foi encerrado...

E – Existe alguma semelhança entre o processo da Estaco e da Ceres?

Coordenador - A Estaco, salvo o erro, foi fundada em 1923 e esteve em vários locais até que

concentrou na zona industrial de Pedrulha, era nessa altura uma empresa moderna e desde a sua existência chegou a empregar mais de mil pessoas, no nosso ponto de vista a causa de falência deve-se a divergências entre as duas famílias envolvidas na administração... Até que em 1995 teve um plano de recuperação, por estar em situação económica difícil, e entrou o grupo Melo para o lugar de uma das famílias para a sua gestão com a ideia de reformular a produção do sanitário acabando com o sanitário tradicional, e repare a Estaco vendia três produtos ao contrário da Ceres, vendia o sanitário, o azulejo e o piso, um cliente da construção civil estava ali satisfeito, a Estaco tinha mais de 500 clientes, e na nossa opinião o grupo Melo não soube gerir a empresa, pouco percebiam de cerâmica... Na altura a Estaco tinha 700 pessoas e o seu processo de recuperação durou três anos, nós apoiámos sempre, mas em 1998 os problemas financeiros voltaram a surgir, consideramos a gestão do grupo Melo muito má, antes de a empresa fechar ainda fizeram um investimento de 1 milhão de contos e isso arruinou de vez a Estaco. No que diz respeito à Ceres também era de cariz familiar, mas tendo uma família 81% não existiam grandes divergências, família essa que depois do encerramento em 2006 teve que vender a sua parte... Bem, mas a semelhança não está nesse facto, está na má gerência... Depois de morrer o fundador da Ceres a empresa começou a vender ao desbarato e a desleixar-se na qualidade... A Ceres deu milhares e milhares de euros e era uma empresa muito exportadora, ainda não entendemos bem o que se passou, estamos a espera de confirmar se foi ou não fraude, porque divergências familiares não foram... A Ceres não se modernizou isso é um facto, o seu sanitário era muito antigo e as máquinas trabalhavam até partir... Não houve cuidado... Eu acreditei mais na recuperação da Ceres do que da Estaco, porque na Ceres a administração fez-nos acreditar e existiam muitas encomendas, mas infelizmente voltou a falhar, em grande parte porque não tinha credibilidade para conseguir financiamento... Na recta final da Ceres tanto nós como os trabalhadores não encarámos a insolvência com surpresa, muito pelo contrário, como as coisas estavam se não fosse a Segurança Social a pedi-la eram os trabalhadores... Isto tudo não foi surpresa, a Ceres entrou em declínio em 2003/2004 e encerrou em 2006, voltando depois em 2008 e 2009 com uma nova administração e um plano de recuperação... Perto de 50 trabalhadores foram readmitidos na Ceres, mas não conseguiram mais que salários em atraso... Claro que ninguém queria que a Ceres fechasse, muito menos os trabalhadores, mas não foi uma surpresa a sua insolvência, ou seja, o seu encerramento definitivo... Em ambas as empresas existiram incompetências na gestão...

E – Como era a empresa Ceres até à crise?

Coordenador – A Ceres foi fundada em 1956 pelo Senhor Paixão, ele tinha 81%, outro sócio tinha 9% e outros 6 encarregados gerais tinham o resto, eram todos da mesma família, era uma empresa familiar bem estruturada... O senhor Paixão construiu um grande património e dava óptimas condições aos seus trabalhadores, aliás, ele construiu um infantário para os filhos dos trabalhadores... A Ceres exportava para muitos países da Europa e não só, da Ásia e de África e também vendida bem no seu país, os seus produtos eram bem aceites porque eram da gama média baixa e portanto acessível a muitas carteiras também... A decadência da empresa só acontece depois do Senhor Paixão sair e dar a gerência da empresa ao genro e à filha que como se sabe não tiveram mão no negócio, a Ceres dava tanto dinheiro quando ficaram com a empresa que se devem ter iludido... Má gestão é o motivo de falência da Ceres...

E- Diga-me o número de sindicalizados/as da Ceres? Todos/as reclamaram os seus direitos?

Coordenador – A 14 de Junho de 2006 a Ceres suspendeu o contrato com 180 trabalhadores ficando lá apenas 20, pessoal do escritório e manutenção, vigilantes, sector comercial e forneiros, este ficaram porque o objectivo era voltar a reabrir a fábrica e tinha que se garantir a sua manutenção... O índice de sindicalização na Ceres sempre era muito bom, actualmente, representamos quase a totalidade, a Ceres tinha 200 trabalhadores, apenas 171 reclamaram créditos e nós desses 171 representamos 164... Alguns trabalhadores negociaram com a empresa e desistiram do processo e também nunca nos procuraram...

E – O sindicato actua por igual na defesa dos direitos independentemente de o trabalhador ser ou não sindicalizado? Existem trabalhadores não sindicalizados que procuram ajuda junto dos sindicatos?

Coordenador – Em 2006 demos apoio aos 200 trabalhadores... O que não podemos é esquecer que apenas representamos o pessoal da cerâmica, depois há engenheiros, electricistas, serralheiros e pessoal do escritório que são de outros sindicatos... Nós em plenário até perguntamos se os nossos sindicalizados concordam que o sindicato defenda pessoal de outros sindicatos ou pessoal que não é sindicalizado e por norma não há problemas e lutamos por todos da mesma forma... Algum pessoal da Ceres sindicalizou-se depois de 2006, mas mesmo que não se sindicalizassem o que nós queríamos era lutar pelos 200 postos de trabalho... Infelizmente as coisas não correram pelo melhor, mas ainda lutamos para que todos os que reclamaram os créditos recebam os seus direitos...

E – Que vínculo com a empresa tinha a maioria dos/as trabalhadores/as da Ceres?

Coordenador – Acho que apenas 4 ou 5 estavam a contrato, o resto estava efectivo... A maioria

estava lá há 20/30 anos, alguns até mais...

E – E como é que foram negociados e renegociados ao longo do tempo?

Coordenador – A Ceres fazia parte da Associação Portuguesa da Indústria de Cerâmica e por isso cumpria os mínimos... Ao longo dos anos negociámos por exemplo o direito ao subsídio de alimentação que neste sector não era prática comum, o sindicato e administração negociaram esta questão chegando a acordo face a um valor... Quando existiam problemas com o reconhecimento de categorias e condições de trabalho também intervínhamos e basicamente era isto, porque na questão dos salários eles seguiam as tabelas salariais nacionais... A partir de 2002/2003 quando a Ceres entrou em declínio passaram a não cumprir as tabelas, acho que a última que cumpriram foi em 2002... Também estamos a reclamar este facto... E quando a empresa encerrou em 2006 ficou estabelecido que só concordávamos com a sua reabertura se eles regularizassem os salários...

E- Conte-me como se desenrolou todo o processo até à insolvência?

Coordenador – Em 2006 tentaram apresentar um plano de recuperação com a colaboração do IAPMEI, mas foi um fracasso porque não previa investimento nem tinham financiamento, só depois com o novo administrador é que se tenta verdadeiramente a recuperação, mas já estavam os trabalhadores com os contratos suspensos... A Ceres tentou reabrir em 2008 com o objectivo de ir readmitindo trabalhadores, mas houve novo falhanço e teve que voltar a tentar em 2009, acabando de vez em 2010 com a insolvência... A Ceres reabriu em Maio de 2009 e todos nós acreditámos que era possível, mas entretanto as coisas não correram bem e nós fomos obrigados a dar um prazo até 30 de Novembro de 2009 para a administração cumprir o que estava acordado. Porque o nosso acordo era que a empresa pagasse mensalmente uma parte da dívida aos trabalhadores que não foram readmitidos e que pagasse sempre o salário aos que estavam na fábrica (os 20 que sempre lá ficaram e cerca de 30 que foram readmitidos), o objecto era ir readmitindo aos poucos todos os trabalhadores... Mas houve incumprimento e a insolvência foi pedida em Fevereiro de 2010 pela Segurança Social. E os trabalhadores apoiaram... A insolvência foi declarada a 23 de Março de 2010. A empresa ainda contestou, mas não havia condições para continuar... Nesse momento achámos que a melhor forma de salvaguardar os direitos dos trabalhadores era a insolvência. Para nós, o grande falhanço foi da administração...

E – Quem é que ganha com esta insolvência?

Coordenador – Na verdade acho que não ganha ninguém... Tudo perde quando uma empresa encerra portas, o país perde... Mas a nossa maior preocupação são os trabalhadores, estes são as verdadeiras vítimas da insolvência, perdem os seus trabalhos e sentem-se obrigados a recomeçar uma vida, não é fácil... Pelo menos que esta insolvência dê para pagar a todos os trabalhadores, esta é a nossa esperança...

E – Neste momento o que é que me pode adiantar do processo de insolvência?

Coordenador – Nós tivemos um prazo de reclamação de créditos sendo no fim apurados cerca de 14,3 milhões de euros para os credores, sendo cerca de 5,5 milhões só para os trabalhadores, portanto, estamos numa fase em que houve reconhecimento de todos os créditos pelo administrador judicial... Ah, e também remetemos ao Fundo de Garantia Salarial uma candidatura para pagarem até 18 salários mínimos aos trabalhadores, se for aceite já é muito bom para alguns trabalhadores que estão em maiores dificuldades económicas... Apesar de as coisas estarem a decorrer foram colocadas duas impugnações aos créditos pelos ex's administradores, a filha do fundador e o genro (a família que vendeu depois os 81% da Ceres ao administrador que ficou até à insolvência) e temos receio que isso atrase o processo... Eles colocaram uma acção contra a última administração porque querem ser reconhecidos como trabalhadores e por estranho que pareça o tribunal de trabalho deu-lhes razão, mas a massa insolvente não entende assim e recorreu, eles trabalhavam na Ceres mas eram patrões... E agora temos que aguardar... De resto o processo está muito adiantado, ainda ontem estive no tribunal e disseram-me que se não fosse este recurso estaria para sair a sentença de graduação de créditos... Em Agosto deste ano (2010) vendemos os bens móveis da empresa e fizemos cerca de 270 mil euros e ainda conseguimos recuperar cerca de 700 mil euros de três artigos e agora ainda estamos numa fase de avaliação de mais terrenos e da fábrica em si, temos um arquitecto no terreno que em breve nos dará essas informações para os podermos colocar à venda... Sabemos que nunca vamos vender o património pelo seu real valor, mas acreditamos que seja possível pagar pelo menos aos trabalhadores... Vamos ver! Se não fossem as impugnações aos créditos e se conseguíssemos vender a empresa no final do próximo ano (2011) o processo estava arrumado, mas penso que demorará um pouco mais... É sempre muito subjectivo, porque também estamos numa fase má para vender... Temos que aguardar...

E- Mas diga-me acredita que os/as trabalhadores/as vão reaver o que é seu por direito?

Coordenador – Infelizmente temos tido alguns maus exemplos, por exemplo, no caso da Estaco acreditei os trabalhadores ainda não receberam e não se conseguem vender... Mas quanto à Ceres

mantenho alguma esperança, porque a Ceres está num sítio muito apetecível, neste caso acho que apenas nos resta esperar, pensamos que as dificuldades de venda são apenas a crise e achamos que esta crise não vai durar para sempre... A Ceres tem melhores instalações que a Estaco e está melhor localizada, por isso, esperamos que não siga o exemplo e que tudo se resolva mais rápido... A nossa maior preocupação é como os trabalhadores que estão a passar dificuldades, alguns conseguiram a reforma e outros têm um trabalhito temporário, mas a maioria não consegue trabalho devido à idade e está para perder o subsídio social de desemprego em Abril de 2011, se pelo menos viessem os cerca de 18 salários mínimos do Fundo de Garantia era bom... E o resto é esperar... Nós fizemos o que podíamos e vamos continuar a fazer pressão junto das instâncias superiores... Posso dizer que tenho esperança, mas o tempo é inimigo...

E- Por fim, o que é que mais teme pelos/as trabalhadores/as da Ceres?

Coordenador – Neste momento temo pelos que vão perder o subsídio social de desemprego, são pelo menos 80, e que não têm face às exigências do mercado de trabalho as características desejáveis para voltar a laborar, já são mais velhos e pouco qualificados... Sei que por viverem num meio mais rural têm a sua terra para desenvolver a pequena agricultura e tentar assim colmatar as dificuldades, pelo menos garantir parte da sua subsistência, mas hoje em dia a agricultura também não dá muito e também requer investimentos... São situações complicadas e que nos tocam, porque lutámos com eles e sabemos o quanto foi difícil perderem o seu ganha-pão, nós acompanhámos todo o sofrimento e por conhecermos a realidade de algumas pessoas é que mantemos a esperança de conseguir pagar pelo menos o crédito aos trabalhadores, eles foram as maiores vítimas desta situação e são eles que ficam com sequelas para a vida...

E- É tudo, muito obrigada pela sua colaboração.

Entrevista – Mulher de 54 anos, casada e mãe de uma jovem deficiente – escolhedora de azulejo, 33 anos de trabalho na Ceres

E – Vamos começar por falar na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram... Conte-me...

A.A. – Sempre trabalhei na Ceres, fiz a 4ª classe e fui para lá com 15 anos de idade... Até hoje foi o meu único trabalho, depois de fechar não consegui mais nada.

E – E qual é o significado do trabalho na sua vida?

A.A. – O trabalho é o que sou hoje, a casa que tenho deve-se a muitos anos de trabalho e alguns sacrifícios. E depois o trabalho é bom para termos determinados conhecimentos, para conviver com outras pessoas e para nos sentirmos úteis, agora sem trabalho não me sinto útil... Quanto estava a trabalhar, levantava-me com um objectivo, hoje levanto-me e penso que é mais um dia sozinha... Sozinha, porque o meu marido vai trabalhar e a filha também não está em casa. Tenho os vizinhos, mas não é bem a mesma coisa. Estou como um barco sem rumo, não tenho horários para cumprir, não tenho nada...

E- Pois, o trabalho ocupa um lugar importante na sua vida...

A.A. – Sem dúvida. Sem trabalhar sinto-me abalada e ando sempre mal da minha cabeça, eu ainda me tento distrair indo para a rua falar com este e aquele vizinho, mas existem alturas que me sinto completamente sozinha... Não imagina o que me custa estar em casa durante o dia, trabalhei 33 anos e agora estou para aqui sem fazer nada, é muito difícil.

E – E como é que descreve esses 33 anos de trabalho na Ceres?

A.A. – O balanço é positivo, na Ceres sempre trabalhámos com o objectivo de dar produtividade à empresa, tínhamos muito respeito ao patrão porque ele era muito correcto connosco e pagava sempre certinho. Sempre vi os meus direitos respeitados e isso motiva o meu trabalho lá, não vou dizer que era um trabalho fácil mas com boa vontade tudo se fazia e sem reclamações, não é como hoje que se reclama por tudo e por nada (risos). Olhe, vou dar-lhe um exemplo que a ajuda a perceber o quão bom era trabalhar na Ceres, eu tenho uma filha deficiente motora e sempre me foi dado muito apoio, eu saía quando precisava para consultas e assim e nunca me descontavam, se precisava de férias antecipadas eles não colocavam entraves, enfim, eram muito flexíveis comigo. Tenho consciência que noutros sítios não tinha esta compreensão por parte dos patrões mas pronto para o fim as coisas não correram bem e tive pena porque foi uma vida inteira de dedicação...

E – Como era o trabalho que desempenhava na Ceres? Quais as suas principais funções?

A.A. – Eu era escolhedora de azulejo, tinha que ver se o material tinha defeito e colocar o que estava em condições numa caixa para seguir para o armazém. Estive sempre nesta secção, comecei como aprendiz, depois ajudante e por fim fui classificada como escolhedora. Era um trabalho de que gostava muito, exigia muita atenção mas eu gostava muito do que fazia, o horário era bom das 8h00 as 17h00 e não era dos trabalhos mais pesados na fábrica. Na minha opinião a secção pior para as mulheres era a do enchimento, exigia muito esforço físico...

E – Que tipo de contrato tinha? Cálculo que já estivesse efectiva...

A.A. – Antigamente nem se assinavam contratos, era por boca que se acertavam as coisas, se as pessoas se portassem bem tinham ali um trabalho para a vida, aliás como foi o caso, hoje já não existe quem trabalhe 33 anos no mesmo sítio e nem os patrões querem... Eu pensava que ia lá ficar até à reforma mas não deu...

E - Pensava que era um emprego para toda a vida...

A.A. – Se tivesse durado pelo menos mais dois anos era mesmo um emprego para a vida. Se eu tivesse mais idade quando a Ceres fechou podia ter a minha vidinha feita... Pedia a reforma como muitos colegas... Olhe, com isto tudo fiquei sem emprego, sem reforma e sem dinheiro.

E – Compreendo, sente que saindo com a reforma se podia salvar.

A.A. – Pelo menos tinha aquele dinheiro certinho ao fim do mês, porque acaba o fundo de desemprego, o dinheiro do fundo de garantia não vem, eu não arranjo trabalho porque me acham velha, como o quê e dou que conforto à minha filha?! É muito complicado.

E - Sente-se desamparada...

A.A. – E revoltada, porque foram tantos anos e agora saio com uma mão à frente e outra atrás... Se não fosse o fundo de desemprego estava mesmo desgraçada, a minha filha necessita de cuidados especiais, se me falta um ordenado é muito complicado.

E – Compreendo. Voltando ao seu trabalho na Ceres, a Senhora tinha algumas regalias na empresa? Algum prémio?

A.A. – Nós só tínhamos os nossos direitos, o subsídio de férias e o subsídio de Natal e claro sempre que por lei tinham que aumentar o ordenado eles faziam-no... Mas tinha conhecimento de que o pessoal do laboratório e do escritório recebia prémios e ainda mais meio mês no subsídio de Natal...

Sinceramente não achava bem discriminar assim o pessoal, devia ser igual para todos, ou davam a todos ou não davam a ninguém, mas pronto isso era o menos, desde que viesse o meu ao fim do mês (risos).

E – Sei que o fundador da Ceres criou um infantário para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Usufruiu do espaço?

A.A. – Sim, a minha filha esteve lá até aos nove meses. Não pagávamos nada, apenas levávamos alguns extras para a alimentação das nossas crianças, eles só davam o leite do dia e os bebés não bebem esse leite... As fraldas também eram eles que davam, eu desfrutei 9 meses.

E – Acha que foi uma boa ajuda no começo de vida da sua filha...

A.A. – Sim. Porque a vida nunca foi fácil e era dinheiro que poupávamos em creches. Existiam lá pessoas com 2 e 3 filhos, não era fácil se tivessem que pagar creche para todos?! Na Ceres eles estavam perto de nós e ainda era de graça, não podia ser melhor, e as duas senhoras que cuidavam das crianças eram cuidadosas, à mínima coisa ligavam-nos logo. E quem estava a amamentar podia sair do trabalho sem precisar gastar gásóleo ou gasolina para se deslocar a casa ou assim... Era muito bom. No tempo do Senhor Paixão era tudo bom, ele era uma pessoa mais humana...

E – Qual era a sua opinião acerca desse Senhor?

A.A. – O Senhor Paixão era uma ótima pessoa, ele era muito exigente, mas sabia sê-lo entende?! Ele respeitava-nos e via-nos como peça fundamental da empresa. Ele ajudava-nos, tinha orgulho que tivéssemos uma casa própria, hoje dia qual é o patrão que pensa nisso?! O azulejo da cozinha e da casa de banho e o conjunto dos móveis foi ele que me ofereceu e fazia isso aos outros, era só pedir... Eu não, mas muitos colegas até lhe pediam dinheiro e iam pagando conforme podiam. Era um trabalho esforçado, mas sentíamos que estava seguro e tínhamos tudo do patrão, os que lá ficaram estragaram tudo, não souberam dar o valor, talvez o Senhor Paixão fosse melhor patrão pelo simples facto de ter sido ele a criar a Ceres, ele sempre viu a empresa crescer e tinha orgulho nisso...

E – Diga-me o que mudou quando o Sr. Paixão deixou de fazer parte da administração?

A.A. – Ao início pareceu que estava tudo a correr bem e acreditámos que iriam dar seguimento ao trabalho do Sr. Paixão. Mas depois começaram a surgir sinais de perda de controlo da administração, da qual já fazia parte aquele senhor que tem aparecido muito na televisão (risos) para ser sincera não entendo como é que este senhor chegou à administração. Desde que esta administração começou a trabalhar uma coisa notámos logo, o desprendimento deles para com a Ceres e depois não tinham modos para falar com as pessoas, acho que o poder lhes subiu à cabeça... Eles pareciam não ter grande mão para o negócio, mas, sobretudo sentia um grande desprendimento e uma grande ganância para benefício próprio.

E – Disse que surgiram sinais de perda de controlo. Que sinais?

A.A. – Com o passar do tempo a empresa ficou uma confusão, o Senhor administrador mandava mais que os maiores, a filha do Sr. Paixão e a genro, e isso acabava por criar desacordos e nós também ficávamos meios confusos não é?! Há quem diga que esse senhor queria apanhar a Ceres e apanhou, só não sei para quê, não melhorou nada, só piorou... Ele é que influenciava os verdadeiros donos da Ceres, dizem que muitas das falcatruas foram feitas por ele, mas pronto nada se pode provar, se me perguntar se vi, digo-lhe que não... O que é certo é que todos encheram o bolso e nós não vimos nenhum investimento na Ceres, eles modernizaram o mínimo dos mínimos e ainda foram destruindo património. Se o Sr. Paixão cá tivesse não era nada disso, ele dizia-nos que a fábrica podia passar pela pior das crises que ele não deixava de nos pagar... Tinha bons fundos, sem falar no seguro que nos fez... Seguro esse que a filha e o genro levantaram do banco... Enfim, coisas de quem não dá valor ao que lhe deixam.

E – Como foi ao longo dos tempos o seu relacionamento com a administração?

A.A. – No tempo do Sr. Paixão era dos melhores, pois havia respeito e alguma afinidade fui para lá muito novinha, vi como ele a expansão da Ceres. Quanto à nova administração não é que nos déssemos mal, simplesmente não tínhamos grande contacto, eu apenas fazia o meu trabalho... Confesso que não gostava da forma como o Engenheiro falava com alguns colegas, mas a mim nunca me ofendeu e eu fazia o meu trabalhinho sem grande proximidade com a administração, com os patrões...

E – Compreendo. Diga-me o que mais motivava a sua continuidade na Ceres?

A.A. – Era saber que tinha ali um emprego seguro, fui para lá tão nova que não me imaginava noutra sítio e já estava efectiva, coisa que hoje em dia não é fácil... Conhecia muita gente, gostava do trabalho, do horário, não quis aventurar-me noutra coisa qualquer. Mesmo quando senti as coisas abaladas não quis sair, sabia que com a minha idade não ia encontrar mais nada, se encontrasse seria com contrato temporário e teria que começar de novo, como novas pessoas... Colegas mais novas arriscaram outros empregos menos esforçados e tiveram sorte, mas eu não quis arriscar. A administração que sucedeu ao Sr. Paixão tinha os seus defeitos é verdade, mas uma coisa tenho que deixar claro, a fábrica passou para turnos com a entrada de algumas máquinas e eles nunca me obrigaram a trabalhar nessas condições, porque sabiam que tinha uma filha que necessitava de muitos cuidados... Eu posso dizer mal, mas

também não quero deixar de dizer o que me fizeram de bom. E pronto, foi também por essa facilidade de horário que fiquei na Ceres.

E – O ambiente com os colegas de trabalho como foi?

A.A. – Foi sempre bom... Eu convivia mais com o pessoal do trabalho do que com a família, eram 8 horas sempre juntos. Nunca me dei mal com ninguém...

E – A empresa organizava festas de Natal?

A.A. – Não, nós é que nos organizávamos, cada secção fazia o seu jantar de Natal, era tudo pago por nós...

E – Trabalhou muitos anos na Ceres e como me tem vindo a dizer acompanhou o seu crescimento. Descreva-me o que acompanhou da Ceres...

A.A. – A Ceres começou com num pequeno barracão, era uma coisa mínima à vista do que é agora... E depressa se alargou, o Sr. Paixão investia tudo o que podia na expansão da empresa, foi comprando os terrenos ali à volta e aumentando a empresa, mas não pense que ele só mandava, ele chegou a suar muito pela Ceres. O Sr. Paixão apostava muito na qualidade, a Ceres era considerada a melhor empresa do sector... Durante anos vi a empresa produzir, produzir, produzir, dava gosto... A Ceres chegou a empregar cerca de 400 pessoas, mas claro com a maquinaria foi reduzindo. Quando a Estaco fechou pensamos que a Ceres ia durar muitos anos, era menos uma da concorrência, (risos) mas enganei-me... Acompanhei a Ceres para o mal e para o bem, estive lá nos melhores e nos piores momentos, sendo os piores os seus últimos anos... Mesmo depois que saí em 2006 não me consegui desligar da Ceres, ia e continuo a ir a todos os plenários quero acompanhar tudo até ao fim.

E – Diga-me quando é que se apercebeu do enfraquecimento da Ceres, quando é que começaram esses momentos menos bons?

A.A. – Mais ou menos em 2004/2005 começámos a ver que as coisas não estavam bem, às vezes falhava o material e não achávamos aquilo muito normal, umas vezes era tudo, outras vezes nada... E depois começaram a atrasar os pagamentos, sempre pagaram a dia 24/25 e depois passaram a pagar a dia 6, 7 e 8, até que deixaram de pagar... Por isso a maioria saiu em 2006, apenas ficaram alguns do escritório e manutenção. Posso dizer que para mim o sinal mais forte foi o dos pagamentos, pois fomos habituados a receber sempre certinho e estranhámos muito... Eles iam dizendo que pagavam, que eram uns problemas passageiros e nós íamos engolindo aquilo... Até que em 2006 fecharam a Ceres.

E – Nesses últimos anos teve noção do volume de produção e vendas da fábrica?

A.A. – É assim, às vezes a matéria-prima falhava, mas íamos produzindo e pelo que diziam existiam encomendas. Mesmo depois de 2006 diziam que continuavam a receber encomendas, por isso penso que se não fosse a evidente falta de dinheiro para investir a fábrica tinha continuado a produzir bem e a vender igualmente bem.

E – Alguma vez lhe passou pela cabeça que a Ceres pudesse fechar?

A.A. – Já passava... Quando atrasaram nos pagamentos senti que as coisas estavam mesmo mal e é óbvio que pensava que pudessem fechar, mas não queria que fosse esse o desfecho, ainda tinha esperança. Mas em 2006...

E – Em 2006 a Ceres fechou e vocês saíram com contrato suspenso. O que sentiu nessa altura?

A.A. – Nós viemos, mas sempre na expectativa que conseguissem recuperar a empresa, eles tinham o apoio de grandes instituições como o Governo Civil de Coimbra...Saímos com esperança de lá voltar entende?! Mas custou-me muito sair da Ceres, parecia um pesadelo, senti muita coisa, sobretudo, raiva porque era uma empresa tão boa e eles deitaram tudo a perder... E claro senti medo que aquilo fosse definitivo... E com o tempo acabámos por perder qualquer esperança, a administração não cumpriu o plano de recuperação, foi nesse momento que sentimos que a Ceres tinha acabado. E pode acreditar que foi das piores coisas que me podia ter acontecido, mais do que um ordenado tinha ali construído uma vida, tinha amigos... Foi triste.

E – Disse que o não cumprimento do plano de recuperação a fez perder a esperança?

A.A. – Sim. Ao início acreditei, esperei para ver porque pensava que ia voltar, mas com o passar do tempo perdi a esperança, ele (administrador) nem crédito conseguiu junto dos bancos para investir em matéria-prima. Não sei se lhe disse, mas algumas colegas minhas foram chamadas para cumprir o tal plano de recuperação, ficou no papel que iam colocando pessoal em diferentes fases do plano, algumas ainda conseguiram avançar o fundo de desemprego, mas ficaram com mais salários em atraso.

E – A única vantagem para elas foi mesmo o avanço do desemprego... Mas sabe se elas trabalhavam a tempo inteiro ou se foi instituído algum regime transitório?

A.A. – Pois, elas só tiveram isso como vantagem e já não foi mau de todo, mas também foi um processo desgastante... A rescisão do contrato só se deu com a insolvência. Quanto à sua pergunta, pelo que sei sempre trabalharam nos horários de sempre, com a diferença que na maioria dos dias não tinham material para trabalhar, muitos passavam o tempo nas limpezas...

E – Em 2010 foi declarada a insolvência, o que pensou neste momento?

A.A. – Na altura senti que já era tarde... Arrependo-me de ter acreditado na recuperação da Ceres e de ter depositado alguma esperança no novo dono... Mas pronto, o sindicato também queria dar mais uma oportunidade com a recuperação e como ainda estavam colegas a laborar acabámos por deixar andar, no fundo também queríamos de volta os nossos empregos e arriscamos acreditar na recuperação da Ceres... Hoje sei que em vez de contratos suspensos deveríamos ter lutado logo pela insolvência, assim eles não tinham destruído tanto património.

E – A insolvência já era algo que passava pela cabeça dos trabalhadores? Pensaram alguma vez pedir a insolvência por se sentirem credores da empresa?

A.A. – Sim, e muitos de nós arrepende-se de não ter lutado por isso mais cedo. Se a empresa fica-se logo insolvente agora era mais fácil recuperar o que é nosso por direito, tínhamos mais património para vender, enfim... Era diferente, mas já não se pode voltar atrás.

E – Na sua opinião qual é o papel do administrador judicial neste processo? Acha que ganha alguma coisa com isso?

A.A. – Nos plenários dizem-nos que ele tem feito um bom trabalho, já conseguiu vender o recheio e agora andam a avaliar os terrenos... Tenho ouvido falar bem dele, dizem que ele resolveu alguns processos semelhantes e também comparando com outras empresas, como a Estaco até está a correr bem. Se ele ganha alguma coisa com isso?! Deve ganhar, agora não sei quanto nem se disso depende a venda do património.

E- Então quem é que na sua opinião ganha com esta insolvência?

A.A. – Não lhe sei dizer... (silêncio). Devem ganhar os que compram as coisas por meia dúzia de tostões, o verdadeiro valor das coisas não é pago e aí ganham os compradores e perdem os credores que ficam com menos dinheiro para dividir. E mais os tribunais não perdoam, acho que vão levar grande parte do dinheiro da massa insolvente, quanto mais tempo demora o processo mais caro nos fica, percebe?!

E – Percebo. Podem ser processos morosos e isso não é vantajoso para nenhum dos credores.

A.A. – Ora aí está... O meu receio é que se chegue ao final e não haja dinheiro para dividir... Vamos ver só o tempo o dirá. Eu espero que corra tudo bem... Pelo menos que venha o dinheiro do fundo de garantia, já ajudava muito, ainda para mais agora que perdi o social.

E – Já era uma grande ajuda.

A.A. – Se era... Começava melhor o ano (2011), pelo menos sentia-me mais aliviada (risos).

E – A Senhora é sindicalizada?

A.A. – Já tenho uns bons anos de sindicato, sindicalizei-me passado uns anos na Ceres...

E- E que importância atribui ao sindicato desde o início do processo?

A.A. – Muitas pessoas dizem que eles deixaram arrastar o processo e que se deixaram levar pela administração da Ceres, eu não concordo acho simplesmente que lutaram pelos nossos postos de trabalho. É óbvio que agora vendo que a recuperação não deu em nada pensamos que a insolvência veio tarde, mas não culpo o sindicato, muito pelo contrário. O sindicato, em especial o Sr. Vicente, foi incansável, tratou-nos de todos os papéis quer para o desemprego, quer para o social e para as reformas antecipadas, não tivemos trabalho com nada.

E – Acha que tira mais vantagem neste processo por ser sindicalizada?

A.A. – Eu sinto-me mais segura, porque sei que o sindicato está habituado a lidar com estes processos e depois eu também não tinha dinheiro para pagar a um advogado. A maioria dos trabalhadores optou por lutar a par do sindicato e isso revela muito da confiança que lhe depositamos. Acredito que eles tentaram tudo e que estão a lutar pelos nossos direitos. Eles têm sido uma grande ajuda e mais não ajudaram só os sindicalizados, os não sindicalizados também foram ajudados, apenas lhes exigiram o pagamento das cotas, mas não acho mal pelo trabalho que fizeram...

E – Então tem plena confiança no sindicato?

A.A. – Sim, confio neles. Até agora não tenho razão de queixa. São muito presentes, se não fosse o sindicato não sabíamos como estava o processo, o que estava ou não a ser feito...

E – Focalizando a sua situação. Ficou desempregada em 2006?

A.A. – Coloquei logo os papéis para o desemprego quando saí da Ceres em Julho de 2006. Tive 38 meses de desemprego, acabou agora em Setembro de 2009, mas depois disseram que tinha mais 19 meses de social. Qual o meu espanto quando agora em Dezembro me enviam uma carta a dizer que deixei de ter direito...

E- Então já não está a receber?

A.A. – Não, cortaram-me o subsídio social de desemprego e ainda não percebi a razão, vou tentar tratar disso e ver o que se passa, sem ganhar não posso estar não é?! Tenho despesas e pouco ou muito esse dinheiro já me ajuda.

E – Tem mais alguma situação de desemprego na família?

A.A. – Graças a Deus não. O meu marido não ganha muito, é mecânico, mas ainda vai aguentando lá na

empresa e faz uns biscates por fora...

E – Qual foi o impacto desta situação de desemprego na sua família?

A.A. – Não foi fácil... Mas é claro que o marido e a filha deram força, foi uma situação exterior a mim, eu não fiz nada de mal, eles compreenderam. Com o subsídio de desemprego não existiu grandes alterações, o montante era semelhante só não recebia o subsídio de férias e Natal, o que já pesa um pouco... Senti uma grande diferença com o subsídio social, aí a quebra é maior. Mas pior estou agora se não receber mais nada...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas acha que se podem colher algumas experiências positivas desta situação?

A.A. – Para algumas pessoas pode trazer alguma coisa de bom. No meu caso nem por isso, dediquei-me mais ao campo, à limpeza da casa, durmo um pouco mais de manhã, (risos) mas depois fico sozinha o dia inteiro, a filha está no centro e o marido está a trabalhar... Até me faz mal à cabeça, passo horas sem falar com ninguém... Às vezes até vou até à rua para ver se encontro os vizinhos... Nestes períodos as pessoas desempregadas podem aproveitar para completar estudos ou tirar um curso, o Centro de Emprego propôs-me um curso de jardinagem, eu até gostava, mas ficava longe, na Quinta do Carmo e o horário não me permitia cuidar da minha filha de manhã, até era vantajoso, eles pagavam subsídio de almoço e transporte e ainda mais 20% sobre o subsídio, não deu mesmo para aceitar e fiquei triste.

E – Então, o Centro de Emprego tem ajudado?

A.A. – Mais ou menos... Só me fizeram essa proposta... Nunca mais disseram mais nada, eu disse quais as condições para puder trabalhar, eles sabem... Se não dizem nada é porque não tem nada para mim...

E – Como pensa sair desta situação de desemprego? Já procurou alguma coisa?

A.A. – Eu saí da Ceres com o contrato suspenso, durante a recuperação se desse certo podia ser chamada não é?! Confesso que fui esperando... Quando acabaram com os contratos senti que tinha mesmo que me dedicar 100% à procura de alguma coisa. Aqui na zona não é fácil o distrito de Coimbra está mau para empregos... Mas também sei que a minha idade é uma grande barreira. Se os mais novos e formados não arranjam nada vou eu arranjar?! Uma pessoa vê tanto desemprego, somos tantos há procura do mesmo que acabamos por desmotivar. Inscrevi-me em muitos sítios, mas nunca fui chamada para nada, só tive mesmo a proposta do curso que lhe falhei. Custa-me ouvir aquelas pessoas que dizem que os desempregados não querem trabalhar, realmente há muita gente assim, mas acredito que a maioria quer trabalhar e não consegue, se lhes tiram o subsídio comem o quê?! Existem muitos desempregados jovens, mas muitos mais velhos que vêem muitas portas fechar por causa da idade... E acabamos por nos conformar com o subsídio, mas e depois?! Depois estamos ainda mais velhos, menos oportunidades existem... É muito complicado, é fácil julgar mas nós é que vemos as portas fecharem... Acredite que são poucos os que gostam de estar desempregados... A mim faz-me falta trabalhar por causa do dinheiro e porque me faz bem à cabeça, parece que temos uma meta, é diferente...

E – Na sua perspectiva a idade acaba por desmotivar a procura de trabalho?

A.A. – É um pouco isso, primeiro porque são poucas as oportunidades para pessoas da nossa idade e depois porque é difícil começar de novo e adaptar-nos novamente ao mercado de trabalho... Já não temos a mesma segurança e sabemos que não temos o mesmo valor... É muito difícil ficar desempregada nesta altura da vida.

E – Mas se conseguisse trabalhar, que actividade se via a realizar depois da Ceres? E como pensa que pode ser essa actividade? Mais precária?

A.A. – Eu não me importo de fazer qualquer coisa, na mesma área é difícil, há muita crise no sector da cerâmica. Não me importo de ir para as limpezas ou trabalhar na restauração, o que aparecer... A verdade é só uma, se arranjar qualquer coisa ou será em regime de trabalho temporário ou será um trabalho mal pago, mas é melhor que não ganhar nada e sempre dá para distrair a cabeça.

E – Reportando-me à altura em que perdeu o seu emprego na Ceres, pode dizer se teve o apoio de alguém? Família, amigos ou vizinhos.

A.A. – Tive apoio da família não é?! Com esses podemos contar sempre... Mas foi mais no sentido de me colocarem para cima... O pessoal da vizinhança sabia que eu estava por casa e vinham até aqui passar um bocadinho... As amigas da Ceres também iam ligando, animávamo-nos umas às outras e matávamos saudades nos plenários (risos).

E – Claro a família é sempre um bom suporte. Mas os amigos também nos fazem sentir bem.

A.A. Nesse aspecto tive sorte, o meu marido e a minha filha deram-me força, eu sei que não os desiludi em nada, e os amigos também estiveram presentes...

E – O que é que implicou deixar de trabalhar no ponto de vista financeiro? Implicou alguma restrição ou mudança na sua vida?

A.A. – Algumas obras que precisava fazer em casa ficaram por fazer, ia sempre uma semana de férias com o meu dinheiro do subsídio de férias e o do meu marido deixei de fazê-lo... Nessas coisas tivemos

que cortar para ter para o essencial. Não sou como aquelas pessoas que não se lembram do que não têm e depois vão pedir créditos, eu vivo com o dinheiro que tenho... Felizmente a casa que tenho é humilde mas está paga, é menos uma preocupação.

E – E na sua opinião o subsídio de desemprego era suficiente para proporcionar algum conforto à família?

Mesmo recebendo menos com o social, pelo menos é uma ajuda e sempre é aquele dinheiro certo ao fim mês. Acho que se o dinheiro for bem gerido e a família não for muito grande dá para proporcionar algum conforto... Pior era se o Estado não nos ajudasse com nada. Agora sem esta ajuda e com as dificuldades em arranjar emprego é que é difícil. Viver só com o ordenado não é fácil, ainda por cima com uma filha deficiente como eu, ela está no centro de paralisia cerebral de Coimbra para se distrair e conviver com outros meninos com problemas semelhantes e o Estado só lhe dá 190 euros, não dá para quase nada senão somos nós, o que era dela com 190 euros?! Nós temos que lhe assegurar tudo e com um ordenado fica mais apertado... Se uma almofada ortopédica para a minha filha estar sentada se estragar, são logo 300 euros e ainda dizem que não tenho direito a declarar isto no IRS porque ela é maior, é maior mas completamente dependente de nós, tem 91% de incapacidade... E sabe o que custa?! Difícilmente vou arranjar um trabalho, e mais difícil é arranjar um trabalho que me permita cuidar da minha filha...

E - Arranjando um trabalho teria que ser algo que lhe permitisse cuidar da sua filha?

A.A. – Sim, como eu tinha na Ceres. Eu de manhã tenho que me levantar às 6h00 da manhã para preparar a minha filha e esperar com ela pela carrinha do centro e às 17h45 já tenho que estar em casa para recebê-la, também não posso trabalhar aos sábados ou ao domingo porque tenho que cuidar dela e ainda fazer almoço, nas minhas condições ainda fica mais difícil arranjar trabalho.

E – Tentou completar o rendimento proveniente do subsídio de desemprego? Por exemplo, trabalhando umas horas por fora?

A.A. – Não, nem se pode. Fazia troca de favores, umas vezes trabalhava no campo para vizinhos ou família outras vezes faziam eles o mesmo para mim mas coisa pouca. Tenho um pedaço de terra cultivo batatas, couves, alfaces e é tudo para consumo próprio. Neste momento farei tudo para arranjar um trabalho mesmo que seja a ganhar pouco, não posso deixar de ter um ordenado... Se não conseguir num horário que me permita cuidar da minha filha, tentarei umas horas num restaurante, limpeza em casa deste e daquele, não é muito certo mas sempre vai entrando algum dinheiro.

E – Vai tentar desenrascar-se der por onde der...

A.A. – Vou ter que arranjar qualquer coisa, porque as despesas não param... E quero continuar a proporcionar algum conforto à minha filha, o ordenado do meu marido não dá para tudo... E nós não somos como algumas pessoas que têm bens para vender ou que podem contar com o apoio financeiro de familiares, temos a nossa casa, um carro mas foi com esforço do nosso trabalho... E a nossa família também é assim, não têm muito...

E - Para terminar, gostaria que assinalasse as principais mudanças no seu dia-a-dia... Antes tinha uma rotina, um dia preenchido... Fomos falando disso ao longo da entrevista...

A.A. – Agora tenho tempo para fazer tudo em casa e antes tinha que fazer depois do trabalho, era mais cansativo mas preferia. Quando chegava da Ceres cuidava da minha filha, fazia o jantar, arrumava a cozinha, passava a ferro se fosse preciso, agora vou fazendo isso tudo aos poucos e tenho mais tempo para conversar com a filha, com o marido, até já vejo a novela (risos). Era mais feliz nessa altura, agora a ver novelas e com tanto tempo livre só penso no que não devo... Uma pessoa deprime de estar assim em casa...

E – Sente saudades da Ceres ou de uma rotina?

A.A. – Das duas coisas... Ainda penso muito na Ceres, nos colegas, no convívio... Nós partilhávamos muita coisa, sinto essencialmente falta da amizade. Os laços que criamos na Ceres vão ficar para sempre... Foi uma vida com aquelas pessoas...

E – E como é que vê o seu futuro? Sobretudo agora que pode deixar de receber o subsídio social de desemprego...

A.A. – Nem sei... Difícil vai ser de certeza. Em 31 anos de casada vai ser a primeira vez que o meu marido me vai sustentar, vai ser a primeira vez que vamos viver com um ordenado... Mas espero arranjar qualquer coisa, nem que seja pouco, se der para a luz, água e gás dou-me por muito feliz...

E - Nem que sejam umas horas fora?

A.A. – Pois, nem que seja pela porta do cavalo como se se costuma dizer (risos) ... Mas algum dinheiro tem que entrar... Só o meu marido sozinho a sustentar a casa é difícil...

E - Terminámos. Muito obrigada.

Entrevista – Mulher de 52 anos, viúva e mãe de duas filhas – Auxiliar de laboratório, 28 anos de trabalho na Ceres.

E – Quería que começasse por falar na sua trajectória profissional... Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve, conte-me como foi...

D.A. – Estudei até aos 15 anos e comecei a trabalhar com 20 anos e foi logo na Ceres, entrei para auxiliar de laboratório. Nunca estive em mais sítio nenhum, só na Ceres... Fui lá pedir emprego e por acaso estavam a precisar de uma auxiliar de laboratório e pronto fiquei lá até fechar (respirar fundo).

E – Pode dizer-me como era o trabalho que desempenhava na Ceres? Quais as suas principais funções?

D.A. - Eu fazia análises às matérias-primas que entravam na fábrica desde barros, vidros, tudo o que entrava na fábrica era analisado. Os barros eram analisados em cru e depois de cozer, as dolomites tinham uma análise química mais detalhada e fazia análises aos vidros que vinham já preparados eram vidrados no laboratório, eu colocava-os a cozer para ver se estavam em condições para entrar em produção... A pasta de sanitário também era feita no laboratório, os barros e outras matérias-primas eram colocados dentro de um moinho e nós tínhamos que ver se precisava de mais silicato, pois a pasta podia estar mais espessa, com mais ou menos viscosidade e nós com um viscosímetro de torção víamos a viscosidade se não tivesse entre aqueles valores tínhamos que adicionar outras substâncias, quando estava mais viscosa colocávamos mais silicato ao contrário ficava aquela pasta retida e tinha que ser corrigida. Outra coisa que também analisávamos era a densidade aparente, depois de prensada a pasta confirmávamos os valores da densidade aparente de forma a garantir que o material não partisse. Ainda víamos a porosidade do azulejo e sanitário, os vidros dos sanitários também eram lá feitos nós tínhamos que ver o resíduo tanto da pasta como do vidro, para o azulejo vinha pó do Adelino Duarte da Mota era só prensar, também medíamos a granulometria do pó, depois metíamos a cozer a chacota e víamos a porosidade. Para além destas funções, íamos todos os dias de manhã ao fabrico ver como estavam os vidros nas linhas de vidragem, íamos aos fornos e assim... tudo isso tinha chefes de secção mas também era a nossa responsabilidade ver se estava tudo em ordem, neste caso na vidragem voltávamos a confirmar a densidade e viscosidade e pronto, isto para dizer que era tudo controlado por nós. Ah, lá no laboratório também tínhamos que analisar o tempo de cozedura e não sei se lhe disse, mas cada entrada de matéria-prima e cada análise era registada ao pormenor e assinada. Era um trabalho de muita responsabilidade, às vezes dávamos um ok ao vidro, mas por alguma coisa que ocorresse no forno aquilo não saía bem e o material estragava-se, lá vinha o chefe tirar satisfações... Sabe o que eu gostava mais neste trabalho?! Quando fazíamos os nossos próprios ensaios de cor e pasta. Era muito giro, ensaiar novas pasta, vidros e cores... Portanto, era um trabalho que eu gostava, mas também tinha as suas chatices como qualquer trabalho, não era pesado, era mais de cabeça e responsabilidade, por exemplo na produção via que o trabalho era mais pesado, mas muitas vezes até éramos nós a pagar pelos erros desse pessoal, coisas.... (risos).

E – Então pode deduzir-se que apesar da responsabilidade era um trabalho que gostava... Mas tinha alguma formação na área?

D.A – Sim, era de muita responsabilidade, mas quando se gosta isso não é problema, eu posso gabar-me de ter feito sempre o que gostava, porque eu com 20 anos fui para lá e apaixonei-me, aquele trabalho seduziu-me, eu achava tudo tão bonito, fazer cores, experiências com as pastas era fascinante para qualquer jovem, sinceramente agradeço não ter ido para outra secção... Quanto à sua questão, não, eu não tinha qualquer formação, confesso que o primeiro dia de trabalho me assustou mas as colegas que lá estavam foram ajudando e eu aprendi rápido... Lembro-me que cheguei meia às cegas, nunca tinha trabalhado, mas sempre fui optimista, sabia que com o tempo ia aprender. Acredito que o mesmo se passa com outros trabalhos, ou seja, ninguém vai para um trabalho a saber fazer tudo, vai aprendendo e aperfeiçoando ao longo do tempo... Acho que a prática é que leva à perfeição e era assim no laboratório, a chefe explicava mas dava espaço para eu experimentar, só assim se aprende, ainda fiz algumas asneiras (risos) ...

E – Sabe dizer-me qual é o significado do trabalho na sua vida?

D.A. – Essencialmente para atingir uma boa qualidade de vida, porque é mais do que dinheiro, a trabalhar aprendemos com os outros vamo-nos formando enquanto pessoas, adquirindo novas competências e aptidões. A mim trabalhar faz-me bem à cabeça, gosto da responsabilidade de um trabalho e gosto de conviver com uma equipa. E na Ceres foram tantos anos que o trabalho já era a minha segunda casa e as colegas a minha segunda família.

E – Como descreve os anos de trabalho na Ceres?

D.A. – Foram bons, foram muito bons... Analisando tudo e vendo como está a vida hoje, eu acho que tive um ótimo trabalho, julguei que fosse um trabalho para a vida, nunca imaginei este desfecho, contudo, sabíamos que as coisas não estavam a correr bem, já andávamos aflitas... Posso dizer-lhe que há 5 anos atrás as coisas já estavam a tomar um outro rumo, nós víamos tanto mas tanto vidro a

entrar, houve ali um período que aquelas máquinas trabalhavam de dia e de noite, achámos aquilo esquisito, obviamente é bom a fábrica produzir mas não investir por exemplo, na manutenção das máquinas, nas instalações é estranho, parecia que não entrava dinheiro, a Ceres pouco ou nada se modernizou, já se notava ali uma má mão da gerência... Eu às vezes perguntava-me, tanto vidro, toneladas, será que vendem isto tudo, será que estão a fazer bem as contas, que tenham noção do que estão a produzir e a vender?! Nós víamos tanto material a entrar, víamos as facturas da matéria-prima, a nossa chefe era a patroa principal, para ter uma noção de que sei o que lhe estou a dizer, eu é que media a densidade do vidro que vinha em pó, só assim se podia fazer as contas... eu colocava tudo na guia de remessas, por isso é que lhe garanto que a quantidade de matéria-prima era demais. Nós víamos muita coisa que o pessoal da produção não via, por isso, afirmo foi má gerência, eles não tinham mão para tanta matéria-prima, por exemplo, para governarmos uma casa não é preciso todo o dinheiro do mundo, às vezes com pouco também se governa bem e foi aí que falharam, foram muito gulosos e começaram a mandar vir toneladas e toneladas de material, depois não tiveram mão para gerir a produção... Eles tinham muito boas bases, o Sr. Paixão deixou bons fundos, ele custava dizer que era o suficiente para a fábrica não ir ao fundo mesmo na maior das crises, por isso, é que lhe digo foi má gestão...

E - Compreendo, mas mesmo tendo consciência de que as coisas estavam tremidas, não se imaginava a perder aquele trabalho?

D.A. - Não, eu achava que era uma fase, como lhe disse o Sr. Paixão disse-nos que a fábrica aguentava a maior das crises e nós acreditávamos que era uma fase... Sabíamos que a gerência não estava a actuar da melhor maneira, mas também nunca pensámos que a Ceres fechasse, porque a Ceres era das melhores empresas do sector, tínhamos uma óptima qualidade, o problema foi mesmo não se terem modernizado atempadamente, mas sobretudo não terem tido mão para o negócio... mas pronto, independentemente do desfecho tenho boas recordações, gostava imenso do trabalho, do convívio, sinto saudades...

E - Claro, passou lá uma vida... já estava efectiva não era?

D.A. - Sim, a maioria das pessoas entravam e ficavam, só quem não levasse aquilo a sério é que era convidado a sair... Eu estive lá 28 anos e ainda podia ter ficado mais tempo...

E - E tinha algum tipo de regalia na empresa?

D.A. - Eles compensavam alguns trabalhadores, os do escritório, alguns encarregados e nós. Por exemplo, no subsídio de Natal ofereciam-nos mais meio mês... Alguns achavam que isto era discriminatório, mas os patrões é que decidiram premiar alguns, talvez tendo como critério a responsabilidade, não sei... O meu marido também lá trabalhou era chefe de secção e também tinha esta regalia, acho que eles compensavam aqueles em quem mais confiavam...

E - Era uma ajuda... E no seu caso acabava por ser um mês completo, visto que o seu marido também usufruía...

D.A. - Sem dúvida, como lhe disse quando marcámos a entrevista o meu marido já faleceu, mas sem dúvida que esse dinheirinho a mais foi uma grande ajuda nas nossas vidas, sempre dava para guardar para férias ou assim...

E - O fundador da Ceres criou um infantário para os/as filhos/as do pessoal. Usufruiu do espaço? Acha que foi uma ajuda?

D.A. - É verdade! A minha filha mais nova foi lá criada, a mais velha ficava lá às vezes mas passava mais tempo com a minha mãe. A minha filha mais nova ia comigo todos os dias e foi uma óptima ajuda, se acontecesse alguma coisa chamavam-me logo e não posso deixar de dizer que as funcionárias eram muito boas para as crianças, os miúdos adoravam ir para lá. O Sr. Paixão pensou nisso porque considerava os empregados família, ele era uma pessoa óptima, toda a gente o venerava e respeitava, ele era muito exigente mas sabia sê-lo, entende?! Ele andava sempre a observar os trabalhadores, mas não só para controlar também para motivar o pessoal. Ele não admitia injustiças, ele defendeu-me muitas vezes até contra a própria filha... Se algum funcionário lhe fosse pedir alguma coisa ele ajudava, por exemplo, dando materiais para casa, a mim ajudou-me bastante e não com dinheiro ou bens materiais, mas com apoio, a minha secção como lhe disse era de muita responsabilidade e às vezes existiam problemas, ele dava-me sempre força... E digo-lhe mais, acredito que os funcionários também faziam tudo por ele, o Sr. Paixão era uma pessoa muito boa e graças a isso tinha a lealdade e confiança de todos nós. Mas isso com a filha e o genro acabou, até o respeito acabou, eles não tinham pulso para a Ceres, eles não sabiam mandar, chegando mesmo a ser grosseiros.

E - Então pode dizer-se que tinha uma boa opinião acerca do Sr. Paixão... E o que é que mudou quando ele deixou de fazer parte da administração?

D.A. - Sim, tinha uma excelente imagem dele. Normalmente os empregados têm sempre algo de mal a apontar aos patrões, eu do Sr. Paixão não tenho nada a dizer... Chorei muito a sua perda... (diz com a voz embargada, seguindo-se um silêncio de aproximadamente 20 segundos). Já dos seus sucessores...

O Sr. Paixão dizia muitas vezes: eu quero que se dêem todos bem, isto aqui é uma família, pois com a nova administração a ideia de família e entreeajuda foi-se, acho que a filha até queria que as coisas corresse bem mas não tinha grande capacidade de gestão e deixou tudo nas mãos do marido, ele por sua vez devido ao seu problema com o álcool deixou que tudo fosse para as mãos de quem não devia, o descalabro total foi quando a nova administração colocou, o então hoje maioral da Ceres, num lugar de topo da administração... Na minha opinião foi aí que estragaram tudo, foi aí que as coisas pioraram, eles começaram a distinguir pessoas que não tinha grande valor para a empresa, por exemplo, ordenados altíssimos para pessoas que não davam assim tanto pela produção da fábrica e foi isto que levou ao desprendimento de alguns trabalhadores, pois sentiam-se discriminados e muitas vezes não eram assim tão bem tratados, falo sobretudo dos operários... Com o Sr. Paixão não existiam injustiças e o pessoal trabalhava por amor à camisola com os outros existiram injustiças e isso criou conflitos, posso dar-lhe um exemplo, às vezes alguma coisa corria mal e a nova administração em vez de chamar à atenção dos técnicos especializados que muitas vezes eram os culpados, não, iam mandar vir com os mais pequenos... Enfim...

E – A partir daí o relacionamento com a administração da empresa e consequentemente as condições de trabalho na Ceres mudaram?

D.A. – Claro que sim, a Ceres nunca mais foi a mesma. Aquela proximidade do trabalhador e empregador acabou, já não existia aquela dedicação como antes porque a maioria das pessoas não se sentia valorizada. O genro do nosso antigo patrão assumiu a gerência da Ceres, mas não tinha modos para falar com os trabalhadores, em vez de falar só discutia, chegavam a ser mal-educado... O ambiente ficou pesado, entre nós estava tudo bem, grande parte de nós manteve-se unida, o problema era o mal-estar causado pelos patrões e depois nós víamos os gastos desnecessários que se estavam a fazer, eles não tinham noção...

E - Pois as coisas mudaram... Mas o que é que mais motivava o seu trabalho na Ceres?

D.A. – Para melhor não foi mesmo... Como lhe disse eu gostava do trabalho e depois o convívio era muito bom... Na minha secção éramos muito unidas, agarrávamo-nos muito umas às outras e sabíamos que tínhamos um bom emprego...

E – Compreendo, a amizade era uma grande motivação. Tinham momentos de lazer entre vocês, festas de Natal?

D.A. – Éramos poucas no laboratório, mas muito amigas, sabíamos tudo da vida umas das outras (risos). Festas de Natal pela empresa não existia, nós é que organizávamos os nossos jantares de Natal, mas só a nossa secção, os outros não sei...

E – Sabe dizer-me quando é que a Ceres começou a dar sinais de enfraquecimento? Quais foram os sinais?

D.A. – Pode parecer estúpido, mas o maior sinal para mim foi quando o papel higiénico começou a faltar... Era a nossa secção que distribuía o papel higiénico pelo pessoal e quando a chefe nos diz que tínhamos que reduzir os rolos para cada secção, sentimos que as coisas estavam a ficar más... Quando falham nas pequenas coisas não é bom sinal, quase já nem tínhamos vassouras... E depois aquele que acredito ser o sinal mais forte para o pessoal, a fábrica começou a atrasar nos pagamentos, durante muitos anos pagaram certinho depois começaram a atrasar primeiro para dia 1, depois 2 até que chegava a dia 12 e nada, penso que isto começou em 2003 ou 2004 não lhe posso precisar... Não me lembro. Aquilo abandonou muito mesmo, só não via quem não queria...

E – Então pode deduzir-se que já lhe passava pela cabeça que a Ceres pudesse fechar?

D.A. – Sim, pelo menos na minha secção já se falava na possibilidade da Ceres fechar, mas há sempre uma esperança não é?! Nós sentíamos que as coisas não estavam bem só que acreditávamos que os fundos da Ceres fossem suficientes para ultrapassar esta crise... mas os sinais estavam lá, bem visíveis... Já não era a nossa Ceres...

E – Não era a vossa Ceres...

D.A. – Não, não era... Antes, no tempo do Sr. Paixão, tínhamos segurança no nosso trabalho, tínhamos alegria em vir trabalhar, não era apenas uma obrigação, percebe?! Era mesmo uma imensa vontade, o ambiente era bom e sabíamos que o patrão nos considerava fundamentais para o desenvolvimento da Ceres...Dava gosto ver o material a sair, era uma satisfação ver o resultado do nosso trabalho...

E – Mas sempre teve a noção do volume de produção e vendas da fábrica?

D.A. – Posso dizer que sim... No tempo do Sr. Paixão o material saía muito material mas nós tínhamos noção de que saía limpo, não sei se me está a perceber?! (risos). Com a nova administração o material saía bem, nós é que não sabíamos para onde ia... Isto porque não entendíamos como era possível sair tanto material de dia e de noite e não existir dinheiro... Só mesmo para o fim é que a produção e consequentemente as vendas começaram a abrandar, eles já não tinham muito dinheiro para a matéria-prima, então só vinha material de acordo com o dinheiro e só se produzia o que havia, a matéria-prima

vinha contada... Olhe, este foi outro sinal para nós...

E – Em 2006 confirmaram-se as vossas suspeitas, a Ceres fechou... O que sentiu neste momento?

D.A. – Quando a Ceres fechou não estava lá, estava de baixa. Foi uma colega que ligou cá para casa a chorar e deu-me a notícia, ela até que me disse que foram quase obrigadas a sair da fábrica e pediu para eu ir lá buscar as minhas coisas, tinha lá a minha bata, sapatos... Ela chorava do outro lado e eu daqui... Sabíamos que isto podia acontecer, mas não imagina o que se sente quando uma coisa destas se concretiza... Foi muito difícil... E quando fui lá buscar as coisas, custou-me tanto, mal entrei no laboratório fartei-me de chorar. Veja lá que a chefe de secção, a patroa, estava lá muito serena e quase ofendida por eu estar a chorar, virou-se para mim e disse “está a chorar porquê?”, eu nem consegui responder fui buscar as minhas coisas. Sinceramente, também não queria ficar mais tempo ali... O que nos aconteceu na Ceres não desejo a ninguém, porque perder um emprego de tantos anos, com esta idade, não é bom para ninguém. Eu pensava que ia acabar ali percebe?!

E – Claro... Pensava que ia ficar ali até à reforma?

D.A. – Sem dúvida, nesta altura da vida não me via a perder ou emprego ou a fazer outra coisa... Também com 51 anos vou fazer o quê? Será que há emprego para mim? Não me parece... Eu senti-me tão perdida, é que pensar que pode acontecer é uma coisa, agora quando acontece nunca estamos preparados. Situações muito complicadas... Não desejo isto a ninguém.

E – Tentaram a recuperação da Ceres, por duas vezes, uma falhada em 2008... Como viu essas tentativas? Teve esperança de que a fábrica voltasse a ser o que era? Diga-me o que sentiu...

D.A. – Tive algumas esperanças, até disse às minhas colegas para deixarem o actual patrão tentar porque podia ser que nos chamasse a todas para ir trabalhar. Nós estávamos com o contrato suspenso nessa altura, ou seja, a segurança social e o centro de emprego sabiam que a nossa situação de desemprego podia ser provisória, caso fosse chamada de novo o meu subsídio era cancelado mas avançava se me voltassem a mandar embora. Infelizmente não entrei em nenhuma das fases do processo de recuperação, podia ter sido bom porque mesmo que viesse embora avançava o subsídio de desemprego e sempre entravam mais uns descontos não é?! Mas pronto, tinha que ser assim e depois também ficaram a dever salários a muitos dos que foram chamados... Uma colega minha ainda foi chamada, ao início estava toda esperançada e ligava-me a dizer que estavam a vender e que podia ser que conseguissem dar a volta, mas para o fim falava com ela e a conversa já era outra... O patrão prometeu, tentou fazer, mas chegou ao momento da verdade e não cumpriu nada do que estava no tal plano de recuperação.

E – Com os não cumprimento perdeu as esperanças?

D.A. – Exactamente, eu cheguei a ter esperança, o sindicato trabalhou tanto a par da administração para a execução do plano de recuperação, parecia tudo tão credível que eu acreditei, mas durou pouco... Os que para lá voltaram ao fim de algum tempo, não muito, já estavam com salários em atraso. Aquilo acabou por não dar nada, mas sempre veio ajudar alguns, avançou o direito ao subsídio de desemprego a uns e a outros permitiu fazer os descontos suficientes para a reforma antecipada...

E – Sabe se durante estas tentativas foi instituído algum regime transitório? O lay-off chegou a ser decretado?

D.A. – Pelas informações que tenho não. Muitas vezes não tinham muito que fazer mas estavam lá a cumprir os seus horários e em regime completo, aliás como sempre.

E – Em termos de horário então ficou tudo na mesma...

D.A. – Eu penso que sim, até achei um desperdício, então se não tinham trabalho poupavam alguns ordenados e quando houvesse trabalho chamavam mais trabalhadores, segundo sei estavam a pagar balúrdios a alguns trabalhadores... Também não durou muito, não conseguiram financiamento e a fábrica voltou a cair.

E – O que pensou quando em 2010 foi declarada a insolvência?

D.A. – A meio de 2009 já ouvia tanta coisa que não acreditava que a Ceres se levantasse, por isso, quando surgiu a insolvência não podia estar mais de acordo. Se já não pagavam aos que lá estavam iam agora colocar lá os outros e pagar-lhes?!

E – E alguma vez em conjunto com os seus colegas pensaram em pedir a insolvência da Ceres, por se sentirem credores da mesma?

D.A. – Sim, nos plenários já falávamos nisso, se a segurança social não se adiantasse, nós trataríamos de pedir a insolvência com a ajuda do sindicato.

E – Já sentiam que não havia muito mais a fazer pela Ceres...

D.A. – No fundo era isso, nós demos tudo por aquela fábrica mas já estávamos cansados de promessas, não havia financiamento, o patrão não pagava a quem lá estava, fazia algum sentido continuar a arrastar? Pelo menos com a insolvência há possibilidade de reavermos alguns dos nossos direitos, mas sei que não vai ser fácil, vai demorar muito tempo...

E – São processos muito morosos.

D.A. – Sim, olhe o caso da Estaco já foi há tantos anos e ainda não conseguiram vender as coisas e repartir o dinheiro pelos trabalhadores, mas também ficar a ver alguém destruir o património não vale a pena, por isso, antes a insolvência.

E – Este processo de insolvência é gerido por um administrador judicial. Na sua opinião qual é o papel do administrador judicial? Acha que ele ganha alguma coisa com este processo?

D.A. – Eu acho que ele tem ajudado, pelo menos o processo está a andar. Também não lhe sei dizer grande coisa porque não conheço o trabalho do Sr., mas os resultados do seu trabalho vão aparecendo, o recheio por exemplo já foi vendido e agora andam a avaliar os terrenos e isso passou pelas mãos do administrador. Recentemente até recebi uma carta do Instituto de Gestão Financeira, acho que só enviaram para alguns, a dizer que o processo estava em andamento e que era preciso actualizar algumas informações, depois o sindicato regularizou a situação e não mandaram cartas para as restantes pessoas.

E – Na sua opinião quem é que ganha com esta insolvência?

D.A. – Pela lei somos os primeiros a receber quando este processo chegar ao fim. Não sei quando vamos receber ou se algum dia vamos receber, mas... Pelo menos que venha o fundo de garantia que já é uma ajuda... Eu só sei que a insolvência foi o melhor, porque andávamos a arrastar, assim conseguimos na medida do possível desprender-nos da Ceres e tentar noutra sítio... Aquele impasse não fazia bem a ninguém, era preciso colocar um ponto final para irmos às nossas vidas e deixar de viver a possibilidade de abertura da Ceres.

E – A Senhora é sindicalizada?

D.A. – Agora sou, mas não era. Eu paguei 150 euros de cotas para me sindicalizar, isto logo em 2006.

E – E acha que tira mais vantagens por ser sindicalizada?

D.A. – Claro que sim, se não tinha que falar a um advogado e isso implicaria custos para mim. Não podemos esquecer que o pessoal dos sindicatos têm muito conhecimento e isso é uma mais-valia para quem não percebe nada disto.

E – Então o sindicato tem sido uma grande ajuda? Que importância lhe atribui?

D.A. – Eles foram incansáveis, andaram sempre com isto para frente e estão sempre disponíveis para esclarecer as nossas dúvidas, na altura quando fiquei desempregada foram eles que me ajudaram a meter os papéis e tudo. O sindicato uniu o pessoal, se não fossem eles cada um ia para seu lado, eles lutaram pelos nossos postos de trabalho mas também souberam ver quando não valia mais a pena e agora lutam para reavermos o que é nosso por direito. O sindicato foi e continua a ser uma grande ajuda.

E – O sindicato motiva a vossa luta...

D.A. – Motiva muito mesmo. A Ceres acabou, mas eles sabem que nós estamos cá e muitos com imensas dificuldades, por isso, lutam pelos nossos direitos e são muito prestáveis.

E – A senhora ficou desempregada logo em 2006?

D.A. – Sim, e ainda estou desempregada.

E – E tinha outras situações de desemprego na família?

D.A. – Não, mas entretanto a minha filha licenciou-se e está actualmente no desemprego. O meu marido faleceu dois anos antes, caso contrário estaríamos os dois desempregados... O meu marido ainda passou muito na Ceres, ele também temia este desfecho... Infelizmente já não está entre nós (silêncio longo).

E – Então as responsabilidades familiares estavam apenas sobre si... Qual o impacto da sua situação de desemprego na família?

D.A. – Foi um bocado complicado porque a minha queria estudar, eu estava viúva e a minha filha entrou na faculdade precisamente no ano em que o pai faleceu e eu fiquei sozinha, ela entrou as Caldas da Rainha e eu tive que me virar e habituar-me a estar só, a minha filha mais velha tem a vida dela... Sabe, eu já tinha dado o curso à mais velha, não queria que com esta fosse diferente, mas sabe lá os sacrifícios, fica muito caro... Ela ainda trabalhou a part-time durante o curso, ela sabia que o dinheiro não dava para tudo... Graças a Deus ela conseguiu tirar o curso de animadora sociocultural, agora vamos lá ver se tem sorte, está tão mau para arranjar trabalho.

E – Sente que actualmente é mais difícil arranjar emprego?

D.A. – Sem dúvida menina Sara... Isto está mesmo feio, agora já não existem empregos mas trabalhos e muitas vezes inseguros, de qualquer forma quem me dera arranjar um desses mesmo que inseguro (risos). Com a minha idade não tenho grande fé, a minha filha tão nova e com habilitações superiores não arranja, nem fora da área... Não sei onde vamos parar...

E – Compreendo, mas diga-me, acha possível colher-se experiências positivas de uma situação de desemprego?

D.A. – Positivo só se for no sentido de que andei mais pelo campo, o que me ajudou a aliviar a cabeça, também é um trabalho que gosto muito, tenho um quintal grande e comecei a cuidar mais dele... Ter

um pedaço de terra nestas situações é ótimo, pois também tiro muito sustento da terra, agora até tenho alguns animais, umas galinhas, coelhos, para comer lá se vai arranjando... Dediquei-me a estas coisas mesmo para consumo próprio, fica muito caro comprar legumes e carne nos hipermercados ... E depois fazer estas coisas ajuda-me a não pensar nos problemas...

E- Pois, com esta actividade sempre poupa uns dinheirinhos...

D.A. – Eu poupo bastante. Quando trabalhava na Ceres não tinha tempo para estas coisinhas, só me dedicava à terra aos sábados, pouco ou nada tirava para comer... Agora compro só o essencial, ou seja, o que não tenho e preciso para confeccionar os alimentos e para ter e compro se der para comprar... Sei que à fome não morro...

E – Quando perdeu o emprego na Ceres teve o apoio de alguém? Amigos, família ou vizinhos...

D.A. – Só das minhas filhas sobretudo a mais nova que está mais presente. Foram elas que me deram força e foi por elas que aguentei, a mais nova coitadinha passou um bocado, a irmã teve mais coisitas e ela teve que batalhar mais, mas a compreensão dela é um orgulho para mim. Mas foram só elas que me ajudaram, não contei com mais ninguém... Elas foram o grande apoio... O resto da família está longe, mas os amigos também estiveram presente, mas uma pessoa não lhes pede nada não é?! Já fazem muito quando nos ouvem ou fazem companhia...

E – Mas tinha o apoio do Estado... Ainda está a receber o subsídio de desemprego?

D.A. – Sim os 419 euros do desemprego, acho que já é do social, não percebo muito disso. E recebo a pensão de viuvez que é 310 euros coisa menos coisa.

E – Do ponto de vista financeiro, deixar de trabalhar implicou algum tipo de mudança ou restrição na sua vida?

D.A. – Agora tenho que pensar mais nas coisas, tenho que orientar melhor o dinheiro porque tem que dar para tudo, principalmente para o banco, água e luz, estas são as primeiras coisas... Mas tive momentos de ter muito pouca coisa no frigorífico, só tinha mesmo o essencial. Às vezes a minha sobrinha vinha aqui e dizia “oh tia tu não tens cá nada no frigorífico?!”, ela estava habituada a vir cá ir ao frigorífico e vê-lo cheio... Nos momentos mais difíceis tive que apertar um bocadinho... Isto dava pano para mangas, eu agora estou mais aliviada mas gastei muito dinheiro para resolver algumas coisas até tive que fazer partilhas com as minhas filhas. Aconteceu de tudo nesta casa, perdi o meu marido, perdi o meu emprego, perdi a minha avó que era uma pessoa muito importante para mim, perdi o meu pai (choro, retomou passados alguns minutos). Desculpe, mas foi tudo ao mesmo tempo... ainda é tudo muito recente. Eu fui muito forte, acredite, passei por tanto e tive que dar a volta, nada de depressões, primeiro pelas minhas filhas e depois porque tinha que lutar para manter a minha casa, até isso me podiam levar... Tenho que pagar às finanças, está casa fica cara e eu tenho que me virar, tirar dali e daqui para não me levarem a minha casinha, o que eu lutei para a ter e ainda estou a paga-la como outros... Mas isto para lhe dizer que não são só as despesas do dia-a-dia, é ter que arranjar dinheiro para não perder o pouco que se tem, casa, seguros, enfim... É isso que também nos complica a vida...

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego é ou não suficiente para proporcionar algum conforto à família?

D.A. – Ele tem que ser muito bem gerido. Como lhe disse, se fossem só as despesas do dia-a-dia dava e sobrava para nós, mas não, existem outras importante e para isso quase não chega, para dar para tudo temos que cortar em algumas coisas do dia-a-dia. Os grandes pensam que 400 euros dão para viver, dão para comer mas para quem não tem outras obrigações, se eu não tivesse mais nada para pagar este dinheiro dava bem, mas não é o meu caso. Exigem que paguemos às finanças e quem recebe o subsídio de desemprego onde é que vai buscar o dinheiro?! Eu tenho a pensão de viuvez que dá para aliviar e cumprir as minhas obrigações, principalmente ao banco.

E – Na sua opinião este apoio do Estado não prevê os gastos que nomeou?

D.A. – Dá para sobreviver mas não dá para o empréstimo da casa, manutenção de um carro, seguros, finanças... O meu carro até está parado... Isso dá bem para aqueles que herdaram uma casa ou vivem em casa de outros, na minha situação é muito complicado.

E – E o que faz para atenuar essas dificuldades?

D.A. – O ideal era arranjar um emprego em que ganhasse pelo menos uns 600 euros, 700 euros, mas está difícil... Sobretudo aqui na zona que não há muita coisa. Eu tenho tentado gerir o dinheiro o melhor que posso, andar fora a receber do desemprego não se pode se não é o cabo dos trabalhos, há muita gente má, nem que só fosse ganhar uns 20 euros ao dia eram capazes de me denunciar... Assim, vou tentando governar-me com o subsídio e a pensão, tenho é que andar sempre a contar os tostões é tudo muito regrado... Não faço mais do que uma boa gerência do dinheiro que tenho, faço assim, primeiro pago a quem devo, depois o que é preciso para a casa e para mim...

E – Então pensa procurar outro trabalho?

D.A. – Sim, mas eu também estou atada de mãos e pés porque a minha sogra está num lar de cuidados continuados e para o próximo mês vem para casa, ela está nesse lar em recuperação e agora tem que

vir para casa e eu não a posso deixar neste momento, é a mãe do meu marido e sempre foi muito boa para mim, quero ajudá-la. Eu e o meu cunhado ficamos encarregues de a ajudar e pensei numa solução, cuido eu dela sozinha e fico com a pensão dela para as despesas, penso que estou no meu direito, ou então fica ele o responsável e eu estou livre para trabalhar, mas isto só para Abril que é quando deixo de ter direito ao subsídio social, isto se não me cortarem agora... De qualquer forma para já ela vem para cá quinze dias e vai quinze para casa do meu cunhado. Em Abril ou fico a tomar conta dela a tempo inteiro ou vou fazer tudo por tudo para arranjar um trabalho, não posso estar sem receber, já me inscrevi em lares e nada, mas vou insistir mais, até já pensei tentar uma serração de madeira, não me importo de fazer qualquer coisa... Sei que não vou receber mais que o ordenado mínimo, mas sempre é alguma coisa, sem ordenado não posso ficar...

E – Não se importa de fazer qualquer coisa, não é? Mas será um começar de novo...

D.A. – Sim, vou tentar desenrascar-me... Mesmo desempregada não deixei de cumprir com as minhas obrigações e fui atrás de trabalho, inscrevi-me em tantos sítios e nunca me chamaram, mas não vou desistir... é claro que quando temos o subsídio dá para aguentar estar em casa, mas quando perdemos tudo temos que nos fazer à vida, nem que seja andar fora nas limpezas ou no campo, sabemos que não é muito legal não é?! Mas sempre é melhor que não receber nada e eu tenho as minhas contas. Mas é como diz qualquer trabalho será um começar de novo e é claro que isso me assusta, já não vou para nova e ter que começar de novo é complicado, na Ceres já tinha amigos, gostava do que fazia... E não ganhava mal, tinha um bom horário e agora tudo será diferente, terei que me adaptar novamente a um trabalho e possivelmente receberei menos. É começar uma vida com 52 anos... Não me preocupa o trabalho mas não saber o que me espera...

E - O centro de emprego alguma vez lhe propôs alguma coisa? Por exemplo tirar um curso ou mesmo um trabalho...

D.A. – Fui chamada para fazer um curso de acompanhante de crianças, era para começar o mês passado e foi precisamente por causa da minha sogra que não aceitei, neste momento a situação ainda é instável, a minha sogra vai passar quinze dias aqui e quinze com o meu cunhado... Não dava para conciliar com o curso. Fui lá e expliquei a minha situação, disse que gostava muito de fazer o curso mas que a minha sogra ia estar à minha responsabilidade quinze dias por mês, não fazia sentido depois abandonar o curso a meio... Disseram que ficavam lá com o meu nome registado e quando resolvesse o meu problema podia recomeçar o curso. Ficou uma porta aberta...

E – Então se a sua sogra ficar apenas sob a responsabilidade do seu cunhado está disponível quer para o curso, quer para trabalho?

D.A. – Sem dúvida. Para já ainda não decidimos quem ficará a tomar conta dela definitivamente, mas antes de Abril temos que decidir, porque ou vou tirar o curso ou tenho mesmo arranjar um trabalho, em Abril fico sem subsídio...

E – Quer decidir a sua vida antes de perder o subsídio?

D.A. – Exactamente, se não chega a altura e fico sem nada e não pode ser, porque tenho as minhas obrigações...

E - Para terminar, gostaria que me dissesse as principais mudanças no seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Fomos falando um pouco disso, mas queria que me reforçasse este ponto.

D.A. – Tratar da casa, do campo, estar mais tempo com as minhas filhas e com o meu neto, sim porque já tenho um netinho da minha mais velha, ele ocupa muitos dos meus dias, fico muitas vezes a tomar conta dele e tomo conta da minha sogra de quinze em quinze dias como já lhe disse. Eu nunca estou parada, tenho que estar sempre a fazer qualquer coisa... E é assim que passo o tempo, e se a minha sogra vier para cá definitivamente ainda terei mais uma tarefa a acrescentar aos meus dias, se ela não vier espero arranjar rapidamente um trabalhinho...

E- Como vê o seu futuro?

D.A. – Espero que risonho, vejo-me a tratar da minha sogra a tempo inteiro ou a ir à luta, não posso é resignar-me. Tenho contas para pagar, não posso baixar os braços, se o futuro for de muito trabalho é bom... Sem o subsídio tenho mesmo que me trabalhar, e é assim que me imagino até à reforma...

E - Claro. Não sei se quer acrescentar alguma coisa, sintá-se à vontade...

D.A. – Não, penso que lhe disse o mais importante. Já não falava disto há tanto tempo, custa sempre reviver, mas foi muito bom.

E – Muito obrigada.

Entrevista – Mulher de 45 anos, divorciada e mais de um filho – encarregada da secção da vidragem e decoração, 28 anos na Ceres

E – Vamos começar por falar na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram... Conte-me...

G.A. – Andei na escola até ao 6º ano, mas não cheguei a terminar... A Ceres foi o meu primeiro trabalho, entrei lá em 1982 com 16 anos e lá fiquei até ao fim...

E – E qual é o significado do trabalho na sua vida?

G.A. – É muito importante, é o meu ganha-pão... Ocupa parte da minha vida... Trabalho por necessidade, mas também por gosto, uma pessoa sente-se mais útil... Parece que temos um objectivo na vida...

E – Ter um trabalho dá outro sentido à vida não é?

G.A. – Se dá... E se uma pessoa gostar do seu trabalho melhor... Eu gostava muito!

E – Como foram os anos de trabalho na Ceres?

G.A. – A minha vida foi toda na Ceres ... No geral os anos que lá passei foram muito bons... Eu tenho saudades... Trabalhei lá muitos anos, conheci muita gente boa, não tenho nada de mal para dizer... Sempre me senti parte da Ceres, aquilo era uma segunda casa...

E – Diga-me com era o trabalho que desempenhava na Ceres? Quais as suas principais funções?

G.A. – Fiz muita coisa ao longo dos anos, ultimamente era encarregada da secção da vidragem e decoração... Antes foi escolhedora de azulejo... Como escolhedora tinha que escolher o azulejo, ver se tinha defeito ou se não tinha... Como encarregada tinha várias funções, gerir o pessoal de modo a cumprir os objectivos, controlar o processo de vidragem, enfim, muitas coisas... Sempre que era preciso até eu própria fazia a limpeza da secção, às vezes as coisas atrasavam e não saía dali enquanto não ficasse tudo limpo... Eu sempre trabalhei a par do pessoal da secção...

E – Que tipo de contrato tinha?

G.A. – Eu fiquei logo efectiva... Só assinei um contrato ... Aquilo era um trabalho para a vida, pelo menos eu sentia-o assim...

E – Pensava que só saía dali para a reforma, não é?

G.A. – Sim... Por muito mal que visse a empresa, não me passava pela cabeça que fechasse logo em 2006... Nós sabíamos que estava mal e que a continuar assim não ia durar muito, mas quando elas acontecem nunca estamos à espera...

E – Compreendo, tinha consciência da situação difícil da empresa, mas pensava que as coisas pudessem mudar...

G.A. – Sim, eu sabia que com aquela gerência não íamos longe, mas se a gerência mudasse ou se alguém comprasse aquilo acho que ainda lá podíamos estar...Deviam era ter tratado disso logo quando as coisas começaram a correr mal... Quando tentaram recuperar já foi tarde, mas...

E – Mas...

G.A. – Ainda deram esperança a muita gente, até a mim... Todos sabíamos o que podia acontecer, mas com a recuperação voltamos a acreditar...

E – Já voltamos à questão da recuperação. Agora diga-me, tinha algum tipo de regalias na empresa?

G.A. – Não... Era só o ordenado e o subsídio de turno... Nunca recebi nenhum extra... Sei que o pessoal do escritório tinha meio mês a mais no subsídio de Natal... Eles davam a quem entendiam e isso nunca me incomodou... Eu nunca tive, só o que era meu por direito...

E – Diga-me uma coisa o ambiente com os colegas de trabalho era bom?

G.A. – Era muito bom... Nunca tive conflitos com ninguém, mesmo quando fui para encarregada... Sempre respeitei e fui respeitada...

E – A empresa organizava festas de Natal?

G.A. – Não, o pessoal é que se organizava por secção e fazia um jantar... Às vezes também nos juntávamos no dia de anos de alguém... Éramos unidos... Com os patrões nunca organizávamos nada.

E – Sei que o fundador da Ceres criou um infantário para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Usufruiu do espaço?

G.A. – O meu filho andou lá até aos seis anos... Foi muito bom, eu não tinha a quem o deixar, se não fosse o infantário da Ceres era tudo mais complicado... E só o tirei aos seis anos porque ele foi para a escola primária...

E – Ajudou-a muito?

G.A. – Sim... Não tive que pagar infantário e isso foi mesmo muito bom e depois tinha o meu filho ali pertinho... Se fosse preciso alguma coisa chamavam-me logo...

E – Qual era a sua opinião acerca do Senhor Paixão, fundador da Ceres?

G.A. – Eu convivi pouco com ele, mas do que conheci só tenho a dizer bem... Ele ajudava muita gente. No tempo dele a Ceres foi assaltada no dia dos pagamentos, naquele tempo pagavam em dinheiro, e o

peçoal ficou com medo de não receber, mas ele não falhou com ninguém, e dizia à boca cheia que a Ceres nunca ia ficar a dever a ninguém... Infelizmente as coisas não foram assim...

E – Então o que é que mudou quando este senhor deixou de fazer parte da administração?

G.A. – É assim até uma certa altura nós não tivemos razão de queixa, mas depois começaram a atrasar os pagamentos... Até 2003/2004 as coisas correram bem, já se notavam algumas asneiras da administração, mas quando começaram a pagar a dia 6 e 7 de cada mês é que sentimos que as coisas não estavam bem... Era sinal de falta de dinheiro e isso assusta qualquer empregado... No tempo do Senhor Paixão nunca falharam um pagamento, pagavam sempre a dia 23 ou 24 de cada mês...

E – O pagamento dos salários foi a grande mudança...

G.A. – O ambiente também não era o mesmo... Existia um certo mal-estar, porque depois do Senhor Paixão colocaram outras pessoas na administração e talvez não fossem as mais certas... Porque entre eles não se entendiam ... Uma pessoa quase não percebia quem é que mandava ali, mas pronto... Isso era menos, o pior foi mesmo não terem mão para o negócio...

E – Revelavam pouca habilidade com a gestão da empresa...

G.A. – A Ceres era uma empresa tão sólida, não sei o que lhe aconteceu... É verdade que muita coisa do sector fechou, mas isso devia ser motivo para a Ceres vingar e não o contrário... Só pode ter sido má gestão ou até coisa pior... A Ceres vendia bem, se não havia dinheiro ou eles o geriram mal ou investiram neles próprios... Não sei... Quando começaram a atrasar os pagamentos disseram que só o estavam a fazer porque tinham que pagar primeiro aos fornecedores, por isso, algo não estava bem... Eles vendiam e não tinham dinheiro para pagar?! Era estranho, mas nós aguentamos o que conseguimos...

E – Sentiam que as coisas não estavam bem, mas aguentaram até ao fim...

G.A. – Então pois... Não podíamos fazer mais nada... E muito aguentamos nós... É que fomos mesmo até ao fim...

E – O que é que motivava o seu trabalho na Ceres?

G.A. – Já estava tudo tão mau e eu estava efectiva, não quis arriscar sair dali... Os pagamentos começaram a vir tarde, mas vinham e nem se ganhava muito mal... Não ia conseguir outro trabalho a ganhar o mesmo... E depois de 2006 ainda para lá voltei, eu fui das que entrou para a recuperação, mas estive lá sempre sem receber um tostão... Eu tive esperança na Ceres, mas sinceramente também não me apareceu nenhum trabalho, mal por mal voltava para onde sempre estive...

E – Era preferível manter aquele emprego, mesmo que isso significasse alguns sacrifícios do que ficar sem nenhum...

G.A. – Eu pensava mesmo assim... E quando lá voltei uma segunda vez pensei, isto não está fácil para arranjar trabalho mais vale ir para lá mesmo que não ganhe sempre asseguro de o meu lugar caso corra bem e já estou garantida... Este era o meu pensamento, preferia isso do que continuar desempregada...

E – No fundo queria o seu emprego de volta...

G.A. – Sim, mesmo tendo consciência de que a Ceres tinha que dar uma grande volta para recuperar preferi lá voltar... Em casa também dava em maluca... Eles estavam sempre a falar da recuperação e uma pessoa mesmo sem querer acaba por ter esperança...

E – Em 2003/2004 começaram a atrasar o pagamento dos salários, mas que outros sinais de enfraquecimento deu a Ceres?

G.A. – Basicamente foram os atrasos e também as guerrilhas entre o pessoal da administração, ninguém se entendia e isso não passava uma boa imagem para nós...

E – Mas tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

G.A. – Sim, nós víamos bem o que saía de material e também sabíamos o que produzíamos... É verdade que a partir de 2004 sentimos uma quebra na saída do material, o armazém estava mais cheio... Ainda assim acho que vendíamos bem... E não baixamos a produção...

E – Passava-lhe pela cabeça que a Ceres pudesse fechar?

G.A. – Passar até passava, porque estava a fechar muita coisa, mas sinceramente tinha esperança que não acontecesse... Uma pessoa pensa sempre no pior, mas nunca quer que aconteça e quando acontece nunca estamos verdadeiramente à espera...

E – Em 2006 a Ceres fecha, o que sentiu nesse momento?

G.A. – Chorámos muito... Vir com esta idade para casa não era fácil, sobretudo, com tudo a fechar na zona... Para nós foi o fim do mundo... Fiquei desempregada e muito desorientada, perder um emprego de anos não é fácil... Mas como lhe disse ainda lá voltei em 2008, chamaram-me para tentarmos recuperar a empresa, andei lá Setembro, Outubro e Novembro, recebi só um mês de salário e vim embora e voltei lá com outros colegas em Maio de 2009... E já sentimos que talvez conseguíssemos recuperar pelo menos já existia matéria-prima... Mas voltei a ficar desempregada e a Ceres fechou de vez...

E – Como viu esse vai e vem da Ceres?

G.A. – Estive dois anos no desemprego mas quando me chamaram fiquei muito feliz, posso dizer que voltei a acreditar... Só que sair mais duas vezes foi complicado, uma pessoa parece uma bola de um lado para o outro, mas eu não tinha mais nada... Eu gostava muito da Ceres, praticamente foi ali que cresci... Em 2008 fui chamada e queria muito que as coisas dessem certo... Mas em finais de 2009 sai de vez... Aí sim, senti que nunca mais lá ia voltar...

E – Foi aí que sentiu que a Ceres tinha acabado...

G.A. – Senti que fizemos o que podíamos, se não deu certo foi porque não tinha que dar... A Ceres ainda laborou durante uns tempos, mas eles voltaram a falhar connosco e não podíamos trabalhar de graça... E qualquer empresa sem empregados não funciona...

E – Mas acreditou que a recuperação era possível?

G.A. – Sim, em 2006 fiquei muito triste, tive medo que a Ceres nunca mais abrisse, mas quando começaram a falar da recuperação e me chamaram acreditei que era possível que a nossa Ceres voltasse ao que era... Até ao final de 2009 a Ceres ainda vendia material e nós pensávamos que era possível recuperar... Estávamos iludidos, porque a administração dizia sempre que pagava e ia arranjar dinheiro... Mas em Novembro e Dezembro de 2009 o pessoal veio quase todo embora, era impossível continuar ali sem receber...

E – Saíram as tais 50 pessoas que foram chamadas para cumprir o plano de recuperação?

G.A. – Nunca chegaram a meter 50 pessoas, foi para aí 40 em 2008 e viemos embora e depois voltamos lá em 2009, eu voltei só em Maio... O pessoal foi saindo aos poucos, eles começaram logo a falhar pagamentos... Mas no final do ano de 2009 saíram quase todos... Penso que só ficou o pessoal da manutenção e segurança... Não sei bem... Até à insolvência estavam lá pessoas... Acredita que depois de tudo o que passamos, sem nos pagarem ainda queriam que assinássemos um papel contra a insolvência?! Com muita pena minha e muita dor não pude assinar... Eu não podia contribuir para que aquele tormento continuasse... Eles (a administração) não arranjavam solução, não cumpriam com os credores e também se desleixaram um pouco na qualidade do material... A vermos isto tudo não podíamos ajuda-los mais... Eu pensei que era possível e lutei por isso, mas quando vi que não dava não quis continuar a alimentar a esperança de ver a Ceres forte de antes... Isso era impossível... Aquela administração não tinha mais para dar...

E – Sentiu que foram as trabalhadoras e trabalhadores foram iludidas?

G.A. – Sem dúvida... Nós queríamos que a Ceres desse certo, mas hoje tenho consciência de que só acreditámos nisso porque a administração estava constantemente a prometer mundos e fundos... Eles tinham tantas dívidas, era praticamente impossível... Podiam ter sido mais sinceros connosco, porque voltar à Ceres foi um desgaste... Voltamos a dar tudo e a ficar sem nada... Foi complicado...

E – Quando voltou à Ceres foi instituído algum regime transitório? O lay-off foi decretado?

G.A. – Isso é trabalhar menos horas não é?! Se for isso não... Sempre fizemos as 8 horas... Às vezes até estávamos lá sem fazer nada, mas estávamos...

E – Em 2010 é declarada a insolvência, o que pensou neste momento?

G.A. – Como lhe disse a administração ainda pediu para aceitarmos mais um plano de recuperação e irmos contra a insolvência, mas não aceitámos... Eu achei que era o melhor depois de tentativas de recuperação falhadas não havia outra solução... Pelo menos com a insolvência podíamos seguir a nossa vida e tentar a sorte noutra lugar... Na Ceres não dava mais...

E – Quando percebeu que a recuperação não estava a dar certo pensou que em conjunto com outras trabalhadoras e trabalhadores podiam pedir a insolvência?

G.A. – Acho que não... Quando saímos em 2009 já se falava que a Segurança Social poderia pedir a insolvência, por isso, não pensámos sermos nós a pedir... E depois ainda lá estavam colegas que acreditavam na recuperação, julgo que nenhum trabalhador queria ir contra os outros... Só se fossem os que estavam fora desde 2006...

E – Compreendo... Então em Março de 2010 aceitou bem a insolvência?

G.A. – Achei mesmo que era o melhor... Mas custou muito saber que a Ceres não tinha qualquer hipótese... O relatório do Administrador de insolvência só mostrou isso mesmo e ver que isso era oficial é sempre difícil...

E – Sabe qual é o papel do administrador judicial neste processo? Acha que ganha alguma coisa com isso?

G.A. – Assim ao certo não sei... Também ando um pouco afastada disso desde a declaração de insolvência... Sei que esse senhor foi nomeado pelo Estado e que decidiu liquidar o património da Ceres... Não sei mais nada, nem sei se já venderam alguma coisa... Acho que o senhor deve ganhar o seu com esse trabalho, mas penso que também se deve esforçar para indemnizar os trabalhadores...

E – Decidiu afastar-se do que envolvia a Ceres...

G.A. – Depois de tantos anos não me apetecia acompanhar de perto o desfazer da Ceres... Vou

tentando saber alguma coisa, porque tenho dinheiro para receber mas tento não me envolver muito, porque preciso deixar de pensar na Ceres... Só tenho ido ao desemprego apresentar-me e nunca mais estive na Ceres... Nem vou aos plenários... Custa-me muito entrar lá... Admiro o trabalho do sindicato mas prefiro não fazer parte disso...

E - Na sua opinião alguém ganha com esta insolvência?

G.A. - Acho que não... Perdemos todos... Perderam os trabalhadores, perderam os patrões, perderam os fornecedores e perdeu Coimbra... É menos uma empresa ... Dizem que vamos receber alguma coisa, vamos lá ver... Não sei se o dinheiro que fizerem com a Ceres chega para tantas dívidas... E eles (a administração) já tinham vendido muita coisa antes da insolvência... Talvez nunca se receba nada, existem tantos processos desses por aí e demoram tanto tempo que prefiro não contar muito com isso...

E - Estes processos podem levar anos...

G.A. - O caso da Estaco revela isso... Fecharam em 2001 e até agora não receberam nada... Se vier algum é uma boa ajuda porque a vida não está fácil, mas não quero pensar muito nisso...

E - A Senhora é sindicalizada?

G.A. - Desde o primeiro dia de trabalho na Ceres.

E - E que importância atribui ao sindicato desde o início do processo?

G.A. - Acho que ajudaram bastante... Em 2006 quando fiquei desempregada trataram-me de todos os papéis e quando voltei à Ceres em 2008 e depois em 2009 ajudaram-me a tratar das coisas... Não tenho nada a dizer, o Senhor Jorge Vicente é muito prestável...

E - O sindicato apoiou da mesma maneira quem integrou os planos de recuperação?

G.A. - Sim, eles também acreditaram na recuperação... Mas depois com mais salários em atraso já não lhes restava outra opção, tiveram que concordar com a Segurança Social... Mas sempre apoiaram igual quem estava cá fora e quem estava lá dentro...

E - Acha que tira mais vantagem neste processo por ser sindicalizada?

G.A. - Acho que não... O sindicato ajudou toda a gente, os que eram e os que não eram sindicalizados...

E - Tem plena confiança no sindicato?

G.A. - Claro... Eles ajudaram-nos muito e sei que continuam disponíveis até ao fim...

E - Vamos centrar-nos agora na sua situação de desemprego. Ficou desempregada em 2006?

G.A. - Fiquei desempregada em 2006, estava com o contrato suspenso... Depois em 2008 voltei à Ceres por três meses e cortei o subsídio de desemprego, depois voltei ao desemprego, em Maio de 2009 voltei à Ceres e voltei a ficar sem subsídio e saí de vez em finais de 2009 e em Março de 2010 voltei ao desemprego...

E - Então agora está desempregada... Recebe algum subsídio? Calculo que seja o social...

G.A. - Sim, deram-me mais 810 dias mas de social... Com este vai e vem gozei todo o desemprego e agora só tenho o social... E até acho que tenho o social por mais tempo, normalmente não dão tantos dias, mas deve ter sido por ter suspenso duas vezes o subsídio de desemprego... Não sei...

E - E tem mais alguma situação de desemprego na família?

G.A. - Não sou só eu...

E - Qual foi o impacto desta situação de desemprego na sua família?

G.A. - A família não sentiu muito até porque me tinham mais para eles... Quem sofreu mais fui eu que estava sempre em casa... Durante o desemprego a diferença do salário não era muita, não abalou muito as finanças, só agora com o desemprego social é que as coisas estão mais difíceis...

E - Não sentiu grandes dificuldades económicas...

G.A. - Não, recebia quase o mesmo... Mas estava habituada a trabalhar todos os dias e ver-me em casa não foi fácil... Uma pessoa habituada a trabalhar não se dá em casa... E os primeiros tempos não foram nada fáceis...

E - Custou-lhe estar em casa...

G.A. - Sim, uma pessoa já tinha aquela rotina e de repente ficar em casa é chato... Mas depois uma pessoa habitua-se, ou melhor tem que se habituar...

E - Como pensa sair desta situação de desemprego? Já procurou alguma coisa?

G.A. - O centro de emprego já me chamou... Já fui a uma entrevista para fazer um POC num centro de dia em São João do Campo... Vamos lá ver se me chamam, até agora não disseram nada... Estou à espera... Também estive a pensar e quero estudar, só tenho a 4ª classe, vou informar-me melhor e se não for para o POC tiro um curso qualquer, ou quem sabe o 9º ano... Não sei... Estou à espera...

E - Então o centro de emprego tem ajudado?

G.A. - Só me fizeram esta proposta, mas sim posso dizer que ajudam... Mas deviam informar melhor as pessoas... Se não fosse o meu filho a explicar-me nem sabia que com o POC ainda recebia mais qualquer coisa sobre o subsídio... Propostas de trabalho a sério é que não apresentam, um POC é só

um ano e por norma o pessoal não fica lá a trabalhar, mas sempre é alguma coisa e sempre estamos ocupados... Eles têm lá tantos papéis afixados mas depois não orientam o pessoal sei lá...

E – Mas se conseguisse um novo trabalho, que actividade se via a realizar depois da Ceres? E como pensa que pode ser essa actividade?

G.A. – Não me importo de fazer qualquer coisa... Mas gostava de continuar no sector, só que está mau... Por isso faço qualquer coisa... Se eu ficar a fazer o POC no centro de dia é bom, pelo menos durante um ano estou descansada e depois acho que me voltam a dar o social... Nem sei bem... A única coisa que sei é que nunca mais vou ter um emprego como o da Ceres... Uma pessoa tirando os últimos anos estava ali segura, estava efectiva e isso é coisa que não vou ter noutra lugar...

E – Durante este período de desemprego teve o apoio de alguém? Família, amigos ou vizinhos.

G.A. – Nunca ninguém me deu nada... Durante o primeiro desemprego logo em 2006 ainda estava casada e sentia-me mais amparada e melhor psicologicamente... Mas depois separei-me e aí foi mais difícil, praticamente só contava com o meu filho... Fiquei muito em baixo e depois quis comprar uma casa mas como estava desempregada não consegui... Tenho que viver numa casa de renda... Não é fácil... No primeiro ano de desemprego ainda me senti apoiada, mas depois fiquei só eu e o meu filho e era tudo mais difícil, só um ordenado (durante os períodos que reingressou na Ceres) e agora só com o social...

E – Não contou com a ajuda de outros familiares, de amigos ou vizinhos?

G.A. – Não sou pessoa para andar por aí triste sem falar com ninguém... Tenho amigos e esses estiveram do meu lado sempre, mas sabe que dificuldades todas as pessoas têm... Conteí com a amizade de muita gente mas assim apoios materiais não tive... Mesmo para a casa precisava de fiador e não quis pedir a ninguém, porque tinha consciência da minha situação e não queria deixar ninguém mal... Uma pessoa tem amigos, mas às vezes é melhor ficar só com a amizade e não pedir mais nada...

E – Disse-me que o subsídio de desemprego era semelhante ao salário da Ceres, mas quando se separou teve dificuldades financeiras?

G.A. – Ao início não senti muito porque como lhe disse o subsídio era quase igual ao salário e não gastava em alimentação e transporte, mas depois de separada foi diferente... Estava em casa de familiares com o meu marido porque íamos comprar casa juntos mas tive que vir embora e alugar uma casa, aí já foi complicado... Pagar renda sozinha não é fácil, tive que começar de novo, felizmente o meu filho já trabalhava mas era para ele, não queria que me desse nada, eu é que lhe devo casa e comida enquanto ele não tiver a sua família... E com o social é tudo mais difícil, é bem menos que o salário...

E – Acha que o subsídio de desemprego é ou não suficiente para proporcionar algum conforto?

G.A. – Não é uma base sólida porque acaba um dia, mas é uma grande ajuda... Para uma família em que um elemento do casal trabalhe dá para aguentar e manter o mesmo nível de vida, mas quando só se tem esse rendimento não é tão fácil assim... Com o social é mais difícil porque se recebe bem menos, mas sempre é alguma coisa enquanto não aparece um emprego a ganhar melhor... Mas separada é bem mais difícil...

E – Tentou completar o rendimento proveniente do subsídio de desemprego? Por exemplo, trabalhando umas horas por fora?

G.A. – É assim durante o subsídio de desemprego dava bem para aguentar mesmo depois de separada, mas depois com o social era muito difícil pagar a renda e conseguir ter uma vida minimamente organizada... Tenho um rendimento de 419 euros do social, uma renda de 250 euros mais água, luz e gás... O subsídio não estica e governar-me só com 100 euros é muito difícil... E faço umas horas num restaurante, vou lá ajudar na cozinha e depois ainda ajudo a servir à mesa... Eu até gostava de lá ficar legal, mas a patroa diz que não dá, que é difícil meter alguém a tempo inteiro ou mesmo a part-time com descontos... Tenho que andar assim as fugidas e sempre dá para ter uma vida mais digna... Mas ando sempre com medo...

E – Anda sempre com medo que se saiba...

G.A. – Sim... Se cá vierem digo que não ganho nada que só ajudo à troca de alimentação... Também não quero prejudicar a patroa... E tenho medo de perder o social, é que está mesmo difícil para arranjar um trabalho... Procuo todos os meses como deve ser e não aparece nada... Quero ficar com o POC porque sempre ganho mais qualquer coisa e depois posso lá ficar... Para já não consigo viver com o que tenho do desemprego e tenho que ganhar mais algum, tiro uns 50 euros por semana, não fico rica com isto mas ajuda-me bastante...

E – É a única forma de conseguir cumprir as suas obrigações...

G.A. – Sim, se não tivesse este trabalho não comia para poder ter uma casa ou então o meu filho tinha que me sustentar e isso não é justo... Ele também ganha pouco e o que ganha é para fazer a sua vida mais tarde...

E – Para terminar, gostaria que assinalasse as principais mudanças no seu dia-a-dia... Antes tinha uma

rotina, um dia preenchido... Como é agora...

G.A. – Pronto, neste momento tenho umas horitas ocupadas no restaurante, mais à hora de almoço... Mas sobra muito tempo livre e aproveito para cuidar da casa, lavar no lavadouro e falar um bocado com as velhotas, ir ao café com as amigas e assim passo o dia... Aqui é uma zona rural e muita gente trabalha nas terras e lava no lavadouro, é a moda antiga... Eu na terra nunca trabalhei, também não tenho terrenos, mas agora lavo no lavadouro sempre que posso e poupo água e luz em casa... Uma pessoa tem que se ocupar... Só não gosto de estar sozinha, isso é que não...

E – E como é que vê o seu futuro?

G.A. – Complicado... Se não tiver este POC tento um curso sempre me dá mais algum dinheirinho e ocupo o dia... Se não continuo com o social e com o trabalho no restaurante... Sinceramente acho que vai ser difícil arranjar trabalho a descontar e a ganhar acima do ordenado mínimo... Mas pronto o desemprego não é futuro para ninguém e alguma coisa tem que se arranjar... Nem que uma pessoa viva a fazer assim umas horas fora, não posso é estar sem ganhar nada, não vou ficar eternamente à espera que me chamem para um emprego direitinho... Se não aparecer tenho que fazer as coisas de outra forma... Está mau para toda a gente, mas quanto mais velho se fica pior...

E – A prioridade é pagar as suas coisas mesmo que para isso tenha que continuar a fazer umas horas por fora...

G.A. – Sim, a dormir na rua e a passar fome não fico... Porque eu quero trabalhar, se não tenho essa oportunidade legalmente tenho que o fazer de outra forma... Mas digo-lhe perder o social e o que tenho no restaurante para ganhar um ordenado mínimo não obrigada, tenho que ganhar um pouco mais para fazer face às despesas senão não vale a pena... Para já vou esperar pelo POC e depois logo se vê...

E – Terminámos, quer acrescentar alguma coisa?

G.A. – Não... Falámos de tudo um pouco...

E – Obrigada!

Entrevista – Mulher de 53 anos, casada e mãe de três filhos (um rapaz já maior de idade e duas jovens gémeas ainda menores) - secção da serigrafia, 34 anos na Ceres.

E – Para começar queria que me falasse na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram, conte-me...

H.P. – Saí da escola cedo e fui servir para um casa. Naquela casa fazia de tudo um pouco, até tomar conta dos meninos... E depois fui para a Ceres em 1972, no dia 1 de Maio, nessa altura trabalhava-se nesse dia... E lá fiquei até fechar... Saí em 2006...

E – Ainda foram muitos anos...

H.P. – Uma vida... Fui para lá com 13 anos e saí de lá com 48 anos...

E – Qual é o significado do trabalho na sua vida?

H.P. – Eu sempre trabalhei por necessidade, mas claro que com o passar do tempo acabamos por gostar do que fazemos... Quem me dera arranjar agora outro trabalho, não peço dinheiro a ninguém, só quero um trabalho para ter forma de o ganhar...

E – O trabalho é a única forma de arranjar dinheiro, não é?

H.P. – No meu caso é, porque ninguém me dá nada e porque nunca fui uma pessoa com posses...

E – Compreendo... Como descreve os anos de trabalho na Ceres?

H.P. – Tive momentos bons e momentos maus... Tinha bocados que até chorávamos... Era um trabalho cansativo... Estive algumas vezes de baixa por causa coluna e isso prejudicou-me no subsídio de desemprego, tiraram-me 100 euros por causa da baixa... Eu trabalhava por turnos, um das 8h00 às 16h00, outro das 16h00 à 00h00 e outro das 00h00 às 08h00... Era muito difícil... De noite vinham-nos buscar e trazer a casa, mas quando saía as 08h00 da manhã ou às 16h00 vinha a pé de Vilela para aqui, fizesse sol ou fizesse chuva... Depois de 8h00 de trabalho ainda vinha a pena, nunca tive uma vida fácil... Eu tenho três filhos, um já grande mas ainda está em casa e duas gémeas que ainda estão a estudar, quando comecei a trabalhar por turnos elas só tinham 8 anos... Eu ainda pedi para trabalhar num horário fixo, mas não deixaram e eu tive que aguentar... Mas pronto, todos os trabalhos têm coisas más e é preciso fazer sacrifícios, então quando não se tem estudos e o trabalho é humilde, mais sacrifícios se fazem... De qualquer forma, eu gostava muito de estar na Ceres, porque me fui habituando e porque tinha lá todos os meus amigos... Os momentos bons que lá tive eram os convívios com os colegas, à hora do almoço ou jantar (conforme o turno) riamos muito e desabafávamos uns com os outros... Homens e mulheres davam-se bem e eles às vezes ainda nos ajudavam... E tive duas encarregadas que eram um espectáculo, não lhes tenho nada a apontar...

E – Foram anos de alguns sacrifícios pela exigência do trabalho, mas também de muita amizade...

H.P. – Sim, muitos sacrifícios. Mas a amizade dava força para continuar... Eu valorizava muito o meu trabalho, mesmo com todos os sacrifícios que tinha que fazer, a começar pelas deslocalizações a pé depois do trabalho, mas não tinha transporte...

E – Pode dizer-me quais as suas funções na Ceres? Como era o seu trabalho?

H.P. – Quando para lá fui, foi para a serigrafia que era a secção da pintura, mas depois as máquinas passaram a fazer isso e eu fui para escolhedora da chacota, nunca fui escolhedora mas colocaram-me lá... Passado algum tempo regresssei à secção da pintura, fui para lá tomar conta de uma máquina que fazia as decorações, tinha que lhe colocar a tinta e assim... Na minha secção só me queriam a mim para a limpeza, por isso, tomava conta dessa máquina e ainda limpava a secção... Quando vim a segunda vez para esta secção já foi para trabalhar por turnos...

E – Já estava efectiva?

H.P. – Nem me lembro de ter assinado alguma coisa... Acho que fiquei efectiva desde o primeiro dia...

E – Tinha algum tipo de regalia na Ceres?

H.P. – Não... Só no início é que tive direito a 10 escudos por dia de prémio, porque eu era ajudante mas já fazia tanto como as outras colegas, isto durou mais ou menos 2 anos. Depois deram-me a especialidade de pintura e não tive direito a receber mais nada... Sei que o pessoal do escritório em vez de receber um mês de salário no subsídio de Natal recebia um mês e meio... Eles é que tinham regalias (risos) até tinham lá uma máquina de café, nós para beber café tínhamos que vir ao estabelecimento em frente... Mas é normal os do escritório serem mais recompensados...

E – É normal serem mais recompensados porquê?

H.P. – Não sei, talvez por terem mais escolaridade do que nós e por estarem mais perto da administração... Não sei mesmo... Nem tenho alguma coisa contra... Mas acho que uma fábrica precisa de todos por igual...

E – Sei que o fundador da Ceres, o Sr. Paixão, criou um infantário para as crianças dos seus trabalhadores. Usufruiu do espaço? O que acha desta iniciativa?

H.P. – O meu filho mais velho ainda lá andou... As minhas filhas não, como eram duas, era mais complicado levá-las no autocarro... O meu filho esteve lá pouco tempo, mas gostei da forma como foi

tratado... Era um bom espaço e ainda tinha senhoras muito dedicadas e tomar conta das crianças, sem dúvida que foi uma boa ajuda para muitos trabalhadores... Quando as crianças eram pequenas davam às mães meia hora de manhã e meia à tarde para dar de mamar, nesse aspecto eles eram muito bons e estar ali tão perto das crianças era um alívio para as mães e para os pais...

E – Que opinião tinha do Sr. Paixão?

H.P. – O velhinho era cinco estrelas, ele ajudava toda a gente... Muito pessoal fez casa no tempo dele e ele ajudava com materiais e ainda emprestava dinheiro... Por acaso não lhe pedi nada, mas se precisasse ele ajudava... Se ele cá estivesse não acontecia nada disto a Ceres, tínhamos todos os nossos postos de trabalho e estávamos todos bem... A Ceres nunca mais foi a mesma depois de ele partir...

E – Quais as mudanças?

H.P. – Depois do senhor Paixão falecer as coisas mudaram muito, foram para lá os herdeiros mas não souberam levar as coisas para a frente... O senhor Paixão era um homem de trabalho, ele sabia mandar, os que para lá foram nem eram pessoas de trabalho nem sabiam mandar... Acho que isso foi o que levou a Ceres à miséria...

E – Diga-me como é que foi o seu relacionamento com a administração ao longo dos tempos?

H.P. – Nunca tive problemas com a administração, só não gostei de ter passado aos turnos, mas tinha de ser, eles modernizaram algumas secções e era preciso tomar conta das máquinas, elas não fazem tudo sozinhas (risos) ... Fora isso, não tive nada de mais pessoal com a administração e mesmo essa situação dos turnos não foi nada de especial... Mesmo achando que a nova administração não tinha muito jeito para a coisa isso não alterou o meu comportamento, eles eram patrões e eu só tinha que fazer o meu trabalho...

E – E o que é que motivava o seu trabalho na Ceres?

H.P. – Eu tinha os meus filhos para criar e como pensava que o trabalho da Ceres estava garantido isso motivava-me a ir todos os dias trabalhar... Se não acreditasse que aquele trabalho era para a vida não teria feito os sacrifícios que fiz, fazia muitos km a pé a chuva ou ao sol... Se não tive motivação tinha enquanto era nova tentado a sorte noutro lugar, mas eu tinha lá tudo, um trabalho que julgava seguro e pago a tempo e horas, pelo menos até 2004, bons amigos e um trabalho que me dava prazer fazer, embora eu tivesse gostado mais quando era tudo manual...

E – Compreendo. Como era o seu relacionamento com os colegas de trabalho?

H.P. – Éramos todos unidos, pelo menos nas secções por onde passei... Tenho saudades deles... Nós ríamos, chorávamos, brincávamos, desabafávamos... Olhe, era quase uma família... Foram muitos anos de convívio... Algumas colegas sabem que tenho dificuldades e ligam-me a perguntar de está tudo bem, mas uma pessoa também tem vergonha de pedir aos amigos não é?! Vamos falando ao telefone, quando posso vou aos plenários e dá para matar saudades das pessoas mais chegadas...

E – Tinham momentos de lazer? Por exemplo, festa de Natal?

H.P. – A empresa nunca organizou nada disso, nem nunca deu ofertas aos trabalhadores, mas isto nunca me importou, desde que cumprissem connosco... Entre nós fazíamos um ou outro jantar, mas nem sempre por causa de uma ou outra data especial, era quando nos apetecia...

E – Gostaria que me descrevesse a Ceres... Foi considerada uma grande empresa em Coimbra...

H.P. – Pois... A Ceres produzia muito, sempre teve muito trabalho... Era uma boa empresa porque também tinha muitos clientes e mandava muito material para fora...

E – A senhora tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

H.P. – Mais ou menos... Nós ouvíamos falar, sabíamos que o material dava saída e também só tivemos baixas de produção no início de 2006 e depois no último mês... Mas o material saía sempre, por isso, acho que vendiam, só não sei o que faziam ao dinheiro.

E – Quando é que se deu conta do enfraquecimento da Ceres? Quais foram os sinais?

H.P. – Pelo menos na minha secção sentimos que as coisas não estavam bem quando nos começaram a mandar um ou outro dia para casa por falta de material, existiam turnos que não se faziam e depois tínhamos que fazer essas horas de trabalho noutros dias... Como lhe disse por causa da coluna tive que meter baixa e quando se volta ao trabalho tem que se trabalhar pelo menos meio ano para ter direito a férias, eu senti que eles estavam mal porque ao fim de dois dias me mandaram logo de férias... Depois também atrasaram nos pagamentos, na Ceres sempre foram muito certinhos mas em 2005 e 2006 começaram a atrasar quase 15 dias o pagamento, os últimos salários nem os pagaram... Eu regresssei à Ceres de férias e passado um ou dias fechou... Ficaram a dever-me o subsídio de férias e um ou dois meses, já nem sei bem...

E – Nesta altura passava-lhe pela cabeça que a fábrica pudesse encerrar?

H.P. – Não... Eu achava que era uma fase, tanto que depois das férias trabalhei normalmente e não me passava pela cabeça que em tão pouco tempo a empresa fechasse... Mas fechou...

E – E o que é que sentiu quando a fábrica encerrou?

H.P. – Eu senti e pensei muitas coisas... Fiquei muito triste, primeiro pensei no dinheiro que me ficaram a dever e que dificilmente ia recuperar, é que eu precisava dele, passar as férias sem o subsídio não foi fácil... Depois pensei que o meu trabalho podia estar em risco, apenas pensei porque não quis acreditar que aquilo era definitivo... Pensava que ia da Ceres para a reforma e nesse dia tive medo que isso nunca fosse acontecer...

E – Por que razão pensava assim? Achava que iam resolver a situação e voltar a chamar os trabalhadores?

H.P. – Não sei, tive esperanças que fosse passageiro... Pelos vistos o sindicato sabia que aquilo podia acontecer, porque no mesmo dia disseram-nos que iam tentar ajudar na recuperação da fábrica e que íamos apenas ficar com os contratos suspensos... Por isso, eu agarrei-me a essa esperança... Eu achava que ia voltar, mas não voltei e nunca vou lá voltar...

E – A Ceres reabriu em 2009... Acreditou neste plano de recuperação? Sentiu que lá podia voltar?

H.P. – Sim acreditei, eu saí de lá a acreditar num regresso... Eu achei mesmo que iam recuperar a Ceres, o sindicato também parecia tão certo que me agarrei a isso... Eu preciso muito do dinheiro, mas também já estava habituada aquilo, como lhe disse o trabalho na Ceres não era fácil, mas era o meu trabalho, eu não queria mais nenhum, queria aquele...

E – Foram muitos anos, não foram?

H.P. – Sim, e eu com esta idade não me imaginava a sair dali, muito menos a ter que começar uma vida noutra lugar... O pior é que nem me permitem começar uma vida, talvez porque sou velha e não sei falar bem e escrever... Empregos como havia há uns anos também já não há... Não sei... Mas é sempre triste perder o nosso trabalho, é que mesmo que arranje outro, não será a mesma coisa... Isto está difícil...

E – Começar de novo na sua idade é mais difícil...

H.P.- Se é... Eu procuro emprego e nada, ou não há mesmo ou então n querem velhos... Não sei.

E – Voltando à questão da recuperação, a senhora sabe se foi instituído algum regime transitório? Por exemplo, o lay-off chegou a ser decretado, ou seja, houve alguma redução do período de trabalho?

H.P. – Eu acho que não, mas não sei... Penso que trabalhavam na mesma as oito horas...

E – Em Março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou neste momento?

H.P. – Depois de tanta coisa acho que foi o melhor... Aquilo já não ia para a frente, a recuperação não deu em nada, acho que ainda prejudicou mais, eles venderam muita coisa e mesmo assim não serviu de nada... Dali não vinha mais nada, o que ficou patrão (novo administrador) depois dos herdeiros do Sr. Paixão, fartou-se de prometer e não cumpriu nada... Não havia nada a fazer... A insolvência foi o melhor, pelo menos que nos ajude a recuperar o que não nos pagaram...

E – Alguma vez passou pela cabeça dos trabalhadores pedir a insolvência por se sentirem credores da empresa?

H.P. – É assim, o sindicato já nos tinha falado disso, nós em Novembro de 2009 já sabíamos que a recuperação tinha falhado, por isso, comentávamos entre nós que a insolvência era o melhor, pelo menos nessa altura era a ideia da maioria, no princípio não, nem queríamos saber disso... Se a Segurança Social não tivesse pedido talvez o tivéssemos feito com a ajuda do sindicato...

E – Então sentiam-se credores da empresa?

H.P. – Sim... Eles ficaram a dever-nos salários, sem falar que tínhamos direito a indemnizações...

E – Após a insolvência ouviu falar do administrador judicial? Sabe qual é o seu papel?

H.P. – Não sei, não tenho uma opinião formada desse senhor, não o conheço... Apenas sei que nos vai tentar ajudar vendendo o património da Ceres... Não sei mais nada...

E – Mas acha que ele ganha alguma coisa ao colaborar com este processo?

H.P. – Não sei, mas deve ganhar... Mais do que nós... Os trabalhadores não ganham nada, apenas querem recuperar o que é seu por direito...

E – Acha que alguém ganha com esta insolvência?

H.P. – Deve ganhar quem compra o património, porque eles querem vender depressa e vendem tudo mais barato... De resto não ganha ninguém, acho que aos credores só vão pagar as dívidas... Até tenho medo que isto não dê em nada e ninguém receba... Sei lá...

E – Diga-me uma coisa, é sindicalizada?

H.P. – Sim... Antes até ia lá um senhor e nós pagávamos em dinheiro, depois passaram a descontar no salário...

E – Que importância atribui ao sindicato neste processo? Que tipos de ajuda vos dão?

H.P. – O sindicato tem sido muito importante, eles é que têm negociado para ver se a Segurança Social dá alguma coisa à gente... Eles querem que o processo chegue rápido ao fim e têm tentado tudo junto das instituições envolvidas no processo, também foram eles que lutaram pela recuperação, mas como viram que as coisas não avançavam e que muitas pessoas estavam agarradas à fábrica apoiaram a insolvência... Aos trabalhadores ajudaram com os papéis para o desemprego, ajudaram outros com os

papéis da reforma e ainda hoje se precisarmos de alguma coisa podemos lá passar... Tenho a certeza que quando contar ao Sr. Jorge Vicente que me cortaram o desemprego, ele me vai ajudar e me vai dizer o que fazer... Acho mesmo que se não fosse o sindicato muitos trabalhadores tinham desistido e nem pediam a indemnização...

E – Então confia no trabalho do sindicato?

H.P. – Sim, acho que lhe devemos muito... Eles é que têm levado isto para a frente, já passaram por outros processos e têm sido uma grande ajuda para nós...

E – Focando a sua situação de desemprego. Diga-me, ficou desempregada em 2006, não foi? Quanto tempo durou essa situação de desemprego?

H.P. – Sim, fiquei desempregada logo depois de a Ceres fechar e o desemprego acabava agora em Abril (2011), mas no dia 1 de Dezembro cortaram-me... Fui lá no dia 15 perguntar porquê, porque não me mandaram carta nenhuma a avisar... Depois passados 2 dias recebi uma carta e depois outra para pedir a palavra passe por causa da condição de recursos e tratei disso, mas agora pedem-me uma factura da electricidade, não percebo nada, a casa não é minha é do meu sogro e está tudo em nome dele... E com estas coisas estou sem receber... Na segurança social não me sabem explicar nada e uma pessoa não sabe para que lado se virar... Eu tinha direito ao desemprego até Abril e depois ainda tinha o social, porque calhou-me 4 anos e tal só de desemprego... Mas eu já não entendo nada...

E – Os serviços sociais não a têm ajudado nessas questões? Não recebeu o mês de Dezembro e corre o risco de não receber o de Janeiro...

H.P. – Não eles não ajudam nada, então no dia em que fui lá pedir ajuda mandaram-me embora e disseram para esperar por mais indicações e que se calhar não ia ter direito a mais nada... Uma pessoa não sabe, vai lá perguntar e continua sem saber... Eu fui fazendo o que as cartas diziam, mas agora isto da factura da luz não percebo, voltei a ir lá perguntar e mandaram-me ir à EDP, mas eu vou lá fazer o quê?! Eles não explicam e eu não sei como fazer...

E – Mas nunca lhe explicaram por que razões cortaram o subsídio? Não sabe se está relacionado com as novas regras? Pode estar relacionado com o preenchimento da condição de recursos...

H.P. – Não, só me disseram o que lhe disse e mandaram as cartas... Eu fiz isso da condição de recursos, até foram as minhas filhas que ajudaram, também tive que fazer o mesmo por causa do abono... Não sei se fizemos alguma coisa mal, mas se eles não explicarem também não sabemos, vou ter que ir pedir ajuda a alguém... Mas uma pessoa também não gosta de dar a saber a nossa vida, mas terei que passar no sindicato ou assim, eles sempre nos ajudaram... Tenho que me desenrascar, não posso ficar sem emprego e sem receber do desemprego... Ainda para mais tendo direito a continuar a receber...

E – Está a ter muitas dificuldades em perceber o que há a fazer para continuar a receber o que tem direito....

H.P. – Estou e o que me custa é que podiam facilitar as coisas e explicar melhor o que se deve fazer... Mas vou esperar e pedir que alguém fora da segurança social me explique melhor as coisas...

E – A sua situação de desemprego é a única na família?

H.P. – Para já sou apenas eu, mas o meu marido está em risco, já nem lhe pagaram o subsídio de Natal... E só lhe pagaram o mês de Dezembro agora, passámos um Natal triste (pausa longa) ... Tenho os meus filhos para alimentar, tenho medo de lhes faltar... A situação não está fácil...

E – O seu marido também está em risco de desemprego... E isso assusta-a não é?!

H.P. – Está mesmo em risco... E claro que fico assustada, tenho filhos para a alimentar e duas ainda estão a estudar, estão num curso profissional, e eu queria que o acabassem... Mas sabe Deus o que nos está a custar...

E – E qual foi o impacto do seu desemprego no âmbito familiar?

H.P. – Muito difícil, porque recebo menos, é complicado... Fica difícil comprar algumas coisas, tem que se cultivar mais e criar uns animais, para mim nem pode ser de outra maneira... Mas animais tenho poucos, porque fica caro por causa das rações... O meu marido ganha pouco, do subsídio de desemprego vem muito pouco e temos três filhos em casa para sustentar... Não é fácil... Pelo menos quando estava a trabalhar recebia mais qualquer coisa e sempre dava para comprar mais uns extras para os miúdos, agora não, damos-lhe comida e casa e às meninas permitimos que continuem a estudar e já é bom...

E – Pois, o rendimento familiar não é o mesmo e isso complica as coisas...

H.P. – E muito... Uma pessoa já não poupava porque sempre recebemos pouco, mas agora como recebemos menos, temos que contar os tostões... E isso não é fácil para ninguém... Agora no Natal foi complicado, comprámos só umas prendas baratinhas para os filhos e comemos um bacalhau na noite de Natal com umas couves nossas e de sobremesa, umas filhoses e um pão-de-ló feitos por mim ... Já foi bom, mas os miúdos gostam sempre de mais uns doces ou de umas prendas melhores, mas não pode ser...

E – Tem que se cortar em algumas coisas...

H.P. – Sim, é isso... Senão, não conseguimos garantir o mais importante que é a comida e os estudos para as meninas...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas durante este período conseguiu tirar alguma coisa de positivo?

H.P. – Não, até mato a cabeça, sempre a pensar no dinheiro... Eu tenho alguns problemas de saúde, por causa da coluna, mas dava tudo para ir trabalhar... Estar de baixa uma vez ou outra é diferente de estar no desemprego, porque quando estava de baixa era porque já não aguentava mais, mas sabia que assim que recuperasse tinha o meu trabalhinho... E eles na Ceres sabiam isso... Agora estar desempregada sem possibilidade de voltar a um trabalho é complicado... Por isso, não vejo assim nada de positivo, muito pelo contrário... O desemprego só me prejudicou...

E – Compreendo... Estar de baixa ainda lhe dava a possibilidade de voltar ao trabalho...

H.P. – Claro... Agora no desemprego é tudo mais difícil, porque não há trabalho e arranjar outro é mais difícil ainda...

E – Para si o subsídio de desemprego é ou não suficiente para garantir algum conforto à família?

H.P. – Dá para arremediar, mas é pouco... De qualquer maneira estar sem receber é muito pior... Eu não tenho nada, quem me dera ter esse valor... Pouco ou muito é uma ajuda.

E – Mas diga-me o que é que tentou fazer para sair desta situação de desemprego?

H.P. – Eu tenho andado a procurar emprego, ao início como estava à espera de voltar a Ceres confesso que não me preocupei tanto, mas quando me apercebi que não havia nada a fazer passei a procurar trabalho, e não era só por causa dos carimbos, mas porque era a única solução para a minha vida melhorar qualquer coisa, o meu subsídio de desemprego era baixo... Mas tenho recebido muitos não, até aqui na zona, pedi a algumas pessoas para andar fora e assim, mas até para isso está mau...

E – Andar fora como?

H.P. – Nas terras ou nas limpezas, mas nas terras chamam os amigos e não é por dinheiro é por uma merenda e ou depois pagam a ir trabalhar também para as terras deles e nas limpezas não é fácil porque há muita gente a trabalhar nessa área...

E – Se voltasse a ter um emprego que actividade se via a realizar?

H.P. – Isso era igual, mas uma coisa que eu soubesse fazer, sei lá... Nas limpezas, noutra fábrica, em restaurantes a servir, não sei qualquer coisa...

E – O centro de emprego alguma vez lhe propôs alguma coisa?

H.P. – Só me perguntaram se queria trabalhar, eu disse que sim e eles falaram-me numa empresa de limpeza no Bairro Santa Apolónia e deram-me uma carta e o contacto de lá, eu liguei e disseram que não era eu que ia para lá porque vivia longe e eles não tinham forma de me pagar o subsídio de transporte, então, escreveram uma carta a explicar a situação e enviaram para o centro de emprego... E foi a única proposta que me fizeram... Continuo até hoje a procurar emprego, mas sem grandes resultados... Mas aqui na zona também está mau... Está tudo a fechar, o distrito de Coimbra é tão grande e parece haver tão pouca coisa, pelo menos que eu possa fazer, com a escolaridade que tenho também não posso ir para qualquer emprego.

E – Acha que existem poucas fábricas?

H.P. – Fogo, então não existem... Têm fechado tantas, e fecham as da cerâmica que é onde podia voltar a exercer a profissão que tinha na Ceres...

E – Durante o período de desemprego para além do apoio do Estado que outros apoios teve? Da família, dos amigos, dos vizinhos...

H.P. – Nunca ninguém me deu nada... A família dá força para continuar, falo dos filhos e do marido, o resto da família também tem a sua vida, não é?! E também tento não falar muito das minhas coisas com as pessoas, não gosto de preocupar ninguém... Para já a comida não falta, cultivo umas coisas, uns dias come-se mais carne que outros, mas não passamos fome... Tenho uma tia que às vezes dá uns mimos às minhas filhas porque sabe que nós não podemos, mas é só isso... Já nem tenho apoio do Estado e isso é que está a ser complicado...

E – Pois, neste momento é só um salário que sustenta a casa...

H.P. – E um salário pequeno... Mas pronto desde que haja saúde uma pessoa vai em frente... Nunca tive uma vida fácil, este é só mais um momento mau...

E – Já me disse que teve que fazer alguns cortes, mas ainda tinha o subsídio, agora sem receber como é?!

H.P. – Temos que cortar mais... Tivemos um Natal ainda mais pobre, não posso oferecer uma camisola ou outra aos meus filhos e cortamos em alguns alimentos que não são tão essenciais... Já não se compra uns docitos para dar aos filhos ou dos iogurtes melhores, é assim... Mas ainda não falta comida, podemos não ter fartura mas também não temos miséria...

E – Durante este período de desemprego exerceu alguma actividade para ganhar um dinheiro extra?

H.P. – Sim, como quarta-feira é meio da semana dá para comprar umas fatias de queijo e fiambre, umas massas e frutas, às vezes um azeite quando já não há em casa e é assim... Não me dá para muito mais, mas já é bom... Então agora que não tenho nada é mesmo bom... Pode ser que arranje mais meio-dia...

E – O que ganha dá apenas para pequenos gastos, não é?

H.P. – Sim, como quarta-feira é meio da semana dá para comprar umas fatias de queijo e fiambre, umas massas e frutas, às vezes um azeite quando já não há em casa e é assim... Não me dá para muito mais, mas já é bom... Então agora que não tenho nada é mesmo bom...

E – Se não fossem esses 20 euros semanais as coisas ainda eram mais difíceis...

H.P. – Eram pois... Como lhe disse sempre me dá para umas compras menores, dá para passar o dia-a-dia... Se nem isso tivesse... Nem sei... Tenho que arranjar mais alguma coisa, mas está mesmo difícil... Não sou eu que não quero trabalhar...

E – Quer trabalhar, mas tem dificuldade em arranjar trabalho... Sabe por que razão isto acontece?

H.P. – Pois... Eu bem tento, mas está difícil... Acho que está difícil para todos, novos e velhos... Mas para os velhos é pior... Com a minha idade não me querem para grandes trabalhos, mesmo que uma fábrica é complicado, preferem alguém mais novo...

E – Compreendo... Quais as mudanças no seu dia-a-dia depois de sair da Ceres... Quando se tem uma rotina é diferente...

H.P. – Às vezes é um bocado complicado... Enervo-me muito... Uma pessoa quando tem um trabalho só quando chega a casa é que faz alguma coisa em casa, no meu caso quando trabalhava de noite fazia antes... Agora tenho que andar a inventar coisas para fazer... É uma tristeza... Às vezes pareço maluca, limpo o que já limpei ou vou para o quintal arrancar umas ervas ou regar a horta... É chato... Não tenho um horário a cumprir e isso dá cabo de mim...

E – Pois, quando se trabalha em casa faz-se o horário... E isso nem sempre é bom...

H.P. – Nada bom... Uma pessoa até demora mais a fazer uma niquice ou demora menos e depois não tem mais o que fazer... Não temos aquele trabalho certo e também não temos um horário de saída (risos) ... É estranho, eu trabalhei tantos anos e agora estar em casa faz-me confusão... Mas, pode ser que as coisas melhorem...

E – Como é que vê o seu futuro?

H.P.- Se as coisas correrem melhor já é bom... Eu não sou pessoa de pedir muito, só queria que resolvessem a situação do meu desemprego, que recebesse o que tenho direito, porque trabalhei muitos anos ou que arranjasse um emprego a ganhar pelo menos 500 euros... Já nem queria saber do subsídio, o que me preocupa é neste momento só receber 20 euros por semana e o meu marido poder perder o emprego... E pode ser que num futuro longe a Ceres me pague o que deve (diz isto em tom de brincadeira). A esperança é a última a morrer menina... Vamos lá ver...

E – Muito bem, terminámos... Se quiser acrescentar alguma coisa...

H.P. – Não... Acho que até falei mais do que o normal... Não costumo falar muito...

E – Muito obrigada.

Entrevista – Mulher de 53 anos, casada e mãe de um jovem deficiente - Secção do enchimento, 38 anos na Ceres.

E – Quería que me falasse na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram, conte-me...

I.M. – Eu saí da escola e fui logo para a Ceres, não tive outros empregos... Foram 38 anos na Ceres, uma vida...

E – Compreendo... Foram muitos anos...

I.M. – Muitos mesmo... A Ceres era uma segunda casa para mim, lá fiz muitos amigos e passei bons e maus momentos... Mas sempre trabalhei com gosto... Eu gostava daquilo, era parte da minha vida.

E – Diga-me qual é o significado do trabalho na sua vida?

I.M. – O trabalho era uma forma de me sentir útil e ajudava-me a distrair, parece que me levantava sempre com um objectivo, agora não, estou por casa e até me sinto mais cansada... Quando estava na Ceres tinha uma rotina e ter uma rotina é bom, levantava-me, preparava tudo em casa, cuidava do meu filho e ia trabalhar, à noite a mesma coisa chegava cansada mas sempre bem-disposta, fazia o jantar e convivia com a família e depois deixava-me perto das 23h00 para deixar tudo arrumadinho... Era bom! E para além disto uma pessoa precisa do dinheiro, para quem tem um vida modesta e sem qualquer tipo de rendimentos extra estar em casa implica não receber, os apoios do Estado não duram para sempre... Se não arranjamos trabalho fica difícil...

E – Como descreve os 38 anos de trabalho na Ceres?

I.M. – Na Ceres sempre tivemos um forte regime de trabalho... Não tínhamos a vida facilitada, o trabalho era duro, mas ao fim de tanto ano já fazíamos aquilo sem grande dificuldade... Existiam trabalhos que custavam mais que outros mas fazia-se... Nos tínhamos objectivos de secção que tínhamos de cumprir se falhássemos éramos logo chamados à atenção... Eram exigentes, mas eu gostava do que fazia e isso valia mais que qualquer outra coisa... Sempre dei valor ao trabalho que tinha, mas depois de o perder passei a dar muito mais... Apercebi-me que aquilo era parte de mim e perder um bocado de nós custa muito... Ter que começar do zero na minha idade é muito complicado...

E – Recomeçar uma vida é difícil...

I.M. – É muito difícil... Nós já estávamos habituadas ao trabalho, aos patrões, aos colegas, no fundo ao ambiente e de repente perder tudo... Nós dávamos a Ceres como algo adquirido, eu achava que só saía de lá para a reforma... Agora com esta idade vou para onde?! Começar num outro emprego do zero é complicado para qualquer pessoa da minha idade, pois temos consciência de que a nossa experiência nada vale... Na Ceres éramos respeitados, respeitavam a nossa sabedoria e os nossos anos de casa, nós éramos parte da empresa, ou pelo menos sentíamos-nos assim ...

E – Pode dizer-me quais as suas funções na Ceres? Como era o seu trabalho?

I.M. – Estive muitos anos como escolhadora de azulejo, mas depois passei para a secção do enchimento, estava mais na parte das colonas dos lavatórios... O trabalho do enchimento era mais pesado, antes tinha um trabalho mais levezinho, mas com o aparecimento das máquinas tive que mudar de posto, eles começaram a exigir que se trabalhasse por turnos e eu não podia, então, preferi mudar de posto e eles foram muito compreensivos... Eu gostava dos dois trabalhos, mas na secção do enchimento o trabalho era mais pesado e sujo, por causa das pastas com que enchíamos os moldes... Eu gostava muito da Ceres e do meu trabalho, custa-me muito recordar... Só quando perdemos é que valorizamos... (voz embargada). Tinha a minha vida tão organizada e agora está um caos, o desemprego acaba em Abril e depois não sei o que é da minha vida... Com esta idade, onde é que aceitam, só se trabalhar em casa deste ou daquele nas limpezas, mas uma pessoa não faz descontos e isso pode penalizar depois a reforma... Só queria o meu trabalho de volta... Mas sei que é impossível... A Ceres já acabou...

E – Na Ceres já estava efectiva... Hoje em dia ter essa segurança é muito difícil...

I.M. – Sim, fiquei logo efectiva. Hoje ninguém quer saber do trabalhador, as empresas vão buscar trabalhadores a empresas de trabalho temporário para dar vazão as encomendas e depois quando não precisam mais mandam os trabalhadores para a rua... Antes havia mais facilidade em arranjar trabalho e em permanecer numa empresa... Hoje não...

E – Acha que isso acontece porquê? É a dinâmica do próprio mercado de trabalho ou são as pessoas que não se habituaram a uma dinâmica mais maleável do mercado de trabalho...

I.M. – Acho que são as duas coisas... A uma pessoa da minha idade custa andar de trabalho em trabalho, mesmo que o salário não seja mau... Talvez seja uma questão de mentalidade... Mas o mercado de trabalho também está muito saturado, então para os operários como eu... Muitas fábricas estão a fechar e isso não ajuda ninguém... Depois querem que o país produza, mas não criam oportunidades de trabalho, muito pelo contrário, estão a acabar com elas... Coimbra hoje é um

deserto... Existiam tantas empresas e fechou tudo, o que não fechou para lá caminha...

E – Como é que arranjou trabalho na Ceres? Inscreveu-se e esperou que a chamassem ou foi através de algum contacto dentro da empresa...

I.M. – Por acaso tinha lá uma irmã, que depois casou e saiu, ela avisou-me que precisavam de pessoal e eu fui lá... Na altura em que entrei na Ceres os patrões andavam por aí à procura de operários para trabalhar, havia muita oferta e pouca procura... Hoje há pouca oferta e muita procura... Ou então a oferta que existe não é lucrativa, não sei... Mas antes era mais fácil arranjar trabalho...

E – Tinha algum tipo de regalia na Ceres?

I.M. – Não, só tinha os meus direitos... Sei que o pessoal do escritório e algum pessoal do laboratório tinha meio mês a mais no subsídio de férias... E nunca achei isso muito bem, mas respeitava, os patrões é que sabiam... Prémios por objectivos achava bem, agora assim meio mês todos os anos, não percebia... Eu nunca tive nada disso, mas também não tenho razão de queixa, se acontecesse alguma coisa ao meu filho, eles deixavam-me sair mais cedo...

E – O fundador da Ceres, o Sr. Paixão, criou um infantário para as crianças dos trabalhadores. Usufruiu do espaço? Era uma ajuda...

I.M. – Sim, o infantário era em frente à Ceres... Foi uma ajuda para muita gente, para mim também, eu tenho um filho deficiente e ele esteve lá até aos 3 anos, sempre foi muito bem tratado, mas depois tive que o mudar para o Centro de Paralisia Cerebral ao pé do Continente no Vale das Flores... Mas não posso deixar de dizer que as pessoas que estavam a cuidar das crianças eram muito boas... E a empresa ainda oferecia o leite e as fraldas, era uma grande ajuda... Sem falar que tínhamos os filhos pertinho...

E – Qual a sua opinião acerca do fundador?

I.M. – Olhe nunca me fez bem nem mal... Era muito exigente e via-se que lutava pela empresa e pelos trabalhadores, eu nunca tive regalias, mas usufrui do infantário que ele criou, o que já foi uma ótima ajuda... Ele ajudou muita gente isso é verdade, o homem podia ser exigente mas tinha um bom fundo, ajudou pessoal com materiais para as casas e até com dinheiro, muitos em vez de pedirem empréstimos ao banco e pagar juros pediam ao patrão... Eu nunca pedi, mas sei que se precisasse ele ajudava... Eu gostava dele porque era um homem de trabalho e sabia orientar os trabalhadores, no tempo deste senhor nunca houve um salário em atraso... Os salários não eram nada do outro mundo, mas cumpriam sempre a lei, os aumentos estavam em dia... Quando o Sr. Paixão morreu as coisas foram mudando, mas para pior...

E – O que é que mudou?

I.M. – De dia para dia as coisas só ficaram piores... A nova administração ou não teve mãos para o negócio ou roubava, não sei... Aquilo ficou um pouco abandonado, nós até passámos a ter mais liberdade, mas era preciso um pulso firme... A administração algum tempo depois do Sr. Paixão reformulou o pessoal, uns saíram e entraram outros, e colocaram lá um elemento que segundo consta foi o responsável por muitas asneiras que se fizeram na Ceres, sobretudo, com a as guias para os camiões... O mais engraçado nisto tudo é que foi esse mesmo elemento que mais tarde comprou a Ceres e acreditou na sua recuperação, mais do que qualquer outra pessoa... Há quem diga que ele arranjou forma de mandar para fora os antigos donos para mandar à vontade, mas a verdade é que ele sempre mostrou mais vontade de levar a empresa para a frente... Se enganou os outros não sei, mas lá que tinha mais vontade tinha... Mas ficou-se por isso mesmo, nem com essa vontade toda as coisas correram bem, ou ele não tinha mesmo jeito para aquilo ou não tinha mesmo dinheiro ou então andou a encher os bolsos dele... Não sei...

E – O que é que motivava o seu trabalho?

I.M. – Fui para lá muito nova, os anos foram passando e eu habituei-me àquilo... Eu achava que tinha um trabalho seguro, por isso, não arrisquei ir para outro lado... Eu tinha um trabalho sujo, coisa que muitas mulheres não apreciam, mas aprendi a gostar dele, e sei que o fazia bem, o passar dos anos só apurou o meu brio enquanto profissional... Quem me dera a mim ainda estar na Ceres...

E – Se tivesse a oportunidade de fazer o mesmo trabalho, mas por outra empresa, acha que seria a mesma coisa?

I.M. – Eu aceitava porque uma pessoa precisa de ganhar, mas sei que nunca mais seria igual. Na Ceres estava habituada ao espaço, criei amizades... Noutra empresa teria que começar de novo, o trabalho podia ser o mesmo mas ia demorar a habituar-me... Na Ceres já éramos uma família...

E – Compreendo. Mas diga-me, como era o seu relacionamento com os colegas de trabalho?

I.M. – Nós dávamo-nos todos bem, as vezes tínhamos as nossas diferenças, mas éramos muito unidos... Na minha secção, sempre que alguém estava mais atrasado no trabalho os colegas ajudavam... Era um trabalho pesado, sobretudo, para as mulheres... Mas com a união de todos, tudo se fazia...

E – E tinham momentos de lazer? Por exemplo, festa de Natal?

I.M. – A empresa nunca financiou nada, mas entre secções combinava-se sempre um jantarzinho de

Natal, cada um pagava o seu (risos) e às vezes fazíamos o amigo invisível... Era engraçado...

E - Gostaria que me descrevesse a Ceres... Foi uma das melhores empresas do sector em Coimbra...

I.M. - A Ceres era uma empresa grandiosa em vários aspectos... Tinha uma boa carteira de clientes, exportava para vários países e apostava na qualidade, diziam que o melhor azulejo era o da Ceres... Eu só sei que durante anos vi camiões atrás de camiões a carregar, o armazém nunca esteve cheio... Depois da morte do Sr. Paixão ainda se manteve assim por uns tempos, mas depois começaram a aldrabar, há quem diga que o material começou a perder qualidade no mercado, por a fábrica não se modernizar... E também devem ter feito muitos desvios, há quem diga que saíam às três e quatro carradas de material com a mesma guia, mas não podemos afirmar nada... Só lhe posso dizer que a Ceres empregou muita gente, o meu número quando para lá entrei era o 726, éramos muitos, depois terminámos com 200 e pouco... Nos últimos 10 anos já não colocavam pessoal e os mais velhos reformavam-se, a Ceres não tinha nenhum trabalhador com menos de 30 ou 35 anos de idade e garanto-lhe que não apanha ninguém com menos de 10 anos de casa... Infelizmente para nós a Ceres foi perdendo prestígio e muito por culpa da administração que não soube gerir a empresa...

E - A senhora tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

I.M. - Sim, nós sabíamos pelos nossos colegas do armazém o material que saía e só sentimos a produção a abrandar nos últimos meses de vida da empresa... A Ceres só piorou em termos de produção e vendas no fim, por isso, é que estávamos iludidos...

E - Então diga-me quais foram para si os principais sinais de enfraquecimento da Ceres?

I.M. - Quando começaram a atrasar nos ordenados... A Ceres sempre foi muito certinha a pagar, nós estávamos sempre descansados quanto a isso, mas mais ou menos em 2003/2004 começaram a pagar muito mais tarde, às vezes a dia 6 ou 8 de cada mês, para quem tinha prestações para pagar era complicado... A Ceres era das poucas empresas que pagava a dia 23/24 de cada mês, mais tardar a 25, por isso, quando atrasaram no pagamento do pessoal vimos que as coisas estavam mesmo a correr mal... No último ano já nem pagaram subsídios de Natal e alguns subsídios de férias...

E - Mas já lhe passava pela cabeça que a fábrica pudesse encerrar?

I.M. - Não... Apesar de tudo, pensava que era só uma fase... Grave foi quando meses antes de a Ceres fechar, o senhor que depois ficou com a empresa, na altura elemento da administração, nos propôs pagar só meio mês dali para a frente, era isso ou teríamos que vir embora e como era de se esperar a maioria não aceitou essas condições... Nesse momento, sim, pensámos que o nosso emprego corria riscos... E pronto em Junho de 2006 aconteceu o que a menina já sabe, viemos para o desemprego com os contratos suspensos... O pessoal da minha secção saiu mais tarde duas semanas, porque ainda tínhamos material, o pessoal que trabalhava com azulejo saiu mais cedo... Nunca estamos preparados para uma coisa destas, mas em Maio já estava a contar que algo corresse mal... Nunca me vou esquecer do meu último dia na Ceres, eu levei almoço e nem lhe toquei, foi um dia triste...

E - Descreva-me esse dia... Sentiu tristeza...

I.M. - Como lhe disse no último dia ainda levei almoço, já sabíamos que esse dia ia chegar porque os colegas do azulejo já tinham saído, mas quando acontece é sempre um choque... Nesse dia senti tristeza e um vazio enorme... Só pensava no que ia ser de mim... Com esta idade desempregada, esperavam-me tempos difíceis... Depois a Ceres ainda voltou a reabrir e algum pessoal foi chamado... Veio a esperança... Mas durou pouco...

E - A Ceres conseguiu reabrir depois de uma tentativa falhada... Teve esperança de lá voltar?

I.M. - Sim, quando soube que alguns colegas lá voltaram o meu coração encheu-se de esperança... Como tínhamos o contrato suspenso essa reabertura podia querer dizer que íamos ser chamados... O patrão dizia que conseguia recuperar a empresa, que começavam com a linha de azulejo e que se tudo corresse bem abriam a linha do sanitário, por isso, acreditei que até acabar o meu desemprego podiam pôr tudo a funcionar e que eu poderia voltar... Infelizmente, não fui chamada, eles só chamaram pessoal que trabalhava por turnos, mas se calhar até foi o melhor, porque aquilo não durou muito, grande parte das pessoas só conseguiram mais salários em atraso... Mas houve muita gente que se apresentou depois do desemprego e como aguentou algum tempo voltou a ter direito a mais desemprego...

E - Durante o período de recuperação foi instituído algum regime transitório? Por exemplo, o lay-off chegou a ser decretado, ou seja, houve alguma redução do período de trabalho?

I.M. - Pelo que ouvi dizer, o pessoal fez sempre as suas 8 horas de trabalho, umas vezes com mais trabalho, outras vezes sem nenhum... Penso é que os turnos foram reduzidos, já não iam da meia-noite às 8h00 e também não faziam fins-de-semana...

E - Em Março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou acerca disso?

I.M. - Quando me apercebi que a recuperação não estava a dar nada e que o patrão não estava a cumprir o plano que assinou em acordo com os credores, a insolvência era a única solução... Então pois, não havia outra maneira... O melhor era acabar com aquilo de uma vez e deixar de iludir o

peçoal, pelo menos com a insolvência havia a hipótese de venderem a fábrica e pagarem o que era nosso por direito... Se a insolvência não viesse nesta altura era pior, porque ele (responsável pela empresa) destruiu todo o património... E aí é que os trabalhadores ficavam mesmo sem nada...

E – Em conjunto com os seus colegas já falavam na insolvência ou pensavam pedi-la caso a Segurança Social não o fizesse?

I.M. – Em 2009 estava mais que provado que aquele plano de recuperação não foi cumprido e que não iria ser, e entre nós já falávamos que o melhor era a insolvência, nos plenários a maioria queria a insolvência, só meia dúzia é que ainda manifestava alguma esperança, mas quando pediram o nosso parecer todos concordaram... Acho que se a Segurança Social não o fizesse o sindicato ia ajudar os trabalhadores nisso... O sindicato sempre lutou pelos nossos postos de trabalho, mas quando viram que o homem não tinha palavra (refere-se ao patrão que não pagou aos credores como previsto no plano de recuperação) também eles nos foram preparando para a insolvência...

E – Foi declarada a insolvência e nomeado um administrador judicial... Sabe qual é o papel deste administrador?

I.M. – Não sei bem mas o sindicato disse que ele nos vai ajudar, que andou a ver se os administradores fizeram ou não asneira, que andou a fazer contas para ver quanto deveria receber cada operário e que agora vai tentar vender a empresa e alguns terrenos da Ceres, para já sei que já vendeu o recheio...

E – Sabe se ele ganha alguma coisa com esta insolvência?

I.M. – Alguma coisa deve ganhar, ninguém trabalha de graça (risos) ... Mas acho que nos vai ajudar, a nós e aos outros credores, porque é para dividir por todos, os trabalhadores estão primeiro, mas os outros também não vão sair de mão a abanar...

E – Mas na sua opinião existe alguém que ganhe com esta insolvência?

I.M. – Acho que não, só se forem alguns fornecedores, porque nós só temos a perder, ficámos sem o mais valioso, o nosso trabalho, porque a maioria dificilmente vai arranjar outro... E depois este processo vai demorar tanto tempo que nem sei se cá estarei para receber... Com esta crise custa-me a crer que consigam vender tudo nos próximos anos... E se eles venderem nunca será por um valor justo logo, dificilmente, vamos receber o que realmente é nosso direito... O dinheiro não vai chegar para tudo, não podemos esquecer que ainda existem os custos do tribunal... E temos muita sorte porque o sindicato trata de tudo e não termos que meter um tostão do nosso bolso, saí tudo da massa insolvente, se fosse de outra forma já tínhamos desistido... O Sr. Jorge Vicente do sindicato dá-nos força, é muito optimista...

E – O sindicato tem estado sempre ao lado dos trabalhadores... Mas diga-me, é sindicalizada?

I.M. – Sim, sou sindicalizada desde que fui para a Ceres...

E – Que importância atribui ao sindicato neste processo? Em que é que a ajudou?

I.M. – Eles ajudaram-nos muito... Só tive este emprego, não sabia o que tinha para tratar quando fiquei desempregada e eles trataram-me de tudo... Até veio tratar à fábrica pessoal da Segurança social ou Centro de emprego, já não me lembro bem, para não termos que nos deslocar... E tudo graças ao sindicato... Acho que sempre tiveram uma boa atitude com os trabalhadores, enquanto acharam que era possível lutar pelos postos de trabalho fizeram-no, quando acharam que não valia a pena, porque a fábrica não ia para a frente, não nos fizeram perder tempo e ajudaram muita gente a pedir a pré-reforma... Não tenho nada a apontar, eles sempre me trataram bem e acho que fizeram um belo trabalho, ou melhor, continuam a fazer um bom trabalho...

E – Tem confiança no sindicato e no seu trabalho?

I.M. – Sim, confio totalmente em todos os elementos do sindicato... Eles para além de ter o conhecimento têm prática em lidar com estas situações de falência...

E – Vai aos plenários organizados pelo sindicato?

I.M. – Sim, só falhei dois... Não fui a um em que o administrador judicial entregou um papel a todos os trabalhadores com a quantia que tinham a receber e faltei a outro, acho que fui com o meu filho a uma consulta... Mas depois mal pude fui ao sindicato informar-me... E o Sr. Jorge Vicente meteu-me a par dos temas das reuniões...

E – Gostaria que agora falássemos da sua situação de desemprego. Ficou desempregada em 2006, não foi? E ainda está a receber apoio do Estado não é?

I.M. – Sim, em 2006 deixei de trabalhar pela primeira vez depois de 38 anos... Estou a receber o social que acaba em Abril...

E – Há uma grande diferença entre o que recebia do subsidio de desemprego e o que recebe do social?

I.M. – A mim não fez grande diferença, porque o meu salário era baixo, logo o subsidio de desemprego não era muito elevado... Mas sei que alguns recebiam bem do subsidio de desemprego e depois no social sentiram uma grande quebra... No meu caso, o social é menos qualquer coisa, mas a diferença não é muita... Mas é menos...

E – Era a única situação de desemprego que tinha na família?

I.M. – Graças a Deus fui só eu que perdi o emprego... Se o meu marido também perdesse o trabalho dele estávamos arranjados...

E – E qual foi o impacto do seu desemprego no âmbito familiar? Em que é que isto afectou a sua família?

I.M. – A família aceitou bem a situação, mas é sempre triste, eles sabem que eu era mais feliz a trabalhar na Ceres... A minha família é unida, sempre demos força uns aos outros, isto não afectou a nossa relação...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas durante este período conseguiu tirar algo de positivo?

I.M. – Não aconteceu nada de especial, eu até passei a estar mais tempo sozinha... Na Ceres tinha o convívio com os colegas, desde que vim para casa perdi isso... O meu marido vai trabalhar, o meu filho vai para o centro... Só estamos todos juntos de manhã e à noite, ah, e ao fim-de-semana... Mas pronto agora nas férias do meu menino não tenho que me preocupar a arranjar alternativas, ele pode ficar comigo... E cuido mais do quintal, aquilo às vezes estava uma vergonha, agora tem melhor aspecto (risos).

E – O que é que tentou fazer para sair desta situação de desemprego?

I.M. – Fiz o que toda a gente faz, procurei trabalho, sobretudo, depois de perceber que a Ceres não tinha salvação... Procurar trabalho até é imposição do Estado... E acho bem... Mas nunca fui chamada e como isto anda se me chamassem era para aqueles trabalhos em que o salário é tanto como o subsídio de desemprego e nessa situação não vale assim tanto a pena... E ainda gastamos em deslocalizações... Enquanto tiver direito a receber alguma coisa do Estado vou aproveitar... Acho que já não mereço, por exemplo, o subsídio de reinserção social... Mas o que estou a receber mereço, porque não tive culpa de ficar desempregada... Quando acabar o social tenho que ir ganhar pelo menos o que ganho agora, senão não consigo suportar todas as despesas... O meu marido ganha pouco e é difícil orientarmo-nos só com um ordenado...

E – Se tiver oportunidade de voltar a trabalhar que actividade se vê a realizar?

I.M. – Eu considero-me uma pessoa despachada, acho que faço um pouco de tudo... pronto não tenho estudos, assim trabalhos finos não posso ter (risos), mas vejo-me nas limpezas, noutra cerâmica, o que duvido porque está a fechar tudo em Coimbra, a cuidar de idosos ou crianças e a trabalhar na agricultura... Não tenho problemas em fazer qualquer coisa... O trabalho não me mete medo...

E – Acha que pode conseguir um emprego como o que tinha na Ceres?

I.M. – Não, acho que não... Aqueles empregos já não existem... As fábricas estão a fechar, e as que existem não estão a pedir pessoal, já têm os seus funcionários... Se não tivessem dado cabo da Ceres, eu saía de lá só com a reforma... Com a minha idade já não vou conseguir emprego, só um trabalho aqui ou acolá... Isto está difícil para os novos, quanto mais para os velhos... Se me aparecer alguma coisa é para tirar algum dinheirinho para o dia-a-dia... Há tempos uma colega telefonou-me porque abriu um lar na Carapinheira se eu queria ir para lá trabalhar de noite como interna e eu não pude aceitar, tenho o meu menino para cuidar, ele tem 21 anos, mas é preciso dar-lhe banho, vesti-lo e dar-lhe o comer na boca... Para mim nem todo o trabalho dá, tinha que ser um horário como na Ceres, ou umas manhãs ou tardes...

E – Compreendo, mas os horários podem ser um entrave...

I.M. – Podem... Mas eu tenho o meu filho e não posso fazer turnos ou trabalhar de noite... Não tenho ninguém que cuide dele por mim... O meu marido ajuda, mas não é a mesma coisa...

E – O centro de emprego alguma vez lhe propôs alguma coisa?

I.M. – Acho que logo em 2006 ou princípio de 2007 me chamaram para ir trabalhar para uma escola em Santa Clara, mas ainda estávamos agregados à Ceres, eu não quis arriscar e o Centro de Emprego percebeu, porque se a recuperação corresse bem eu podia ser chamada... Nessa altura ainda não era obrigatório procurar emprego de 15 em 15 dias, veja lá, foi mesmo no início... Depois disso nunca mais disseram nada, não me propuseram nada mesmo... Nem um curso...

E – Se a chamassem para um curso, estaria interessada?

I.M. – Sim, desde que não fosse de noite... Até era bom, porque me ajudava a passar o tempo...

E – Durante o período de desemprego para além do apoio do Estado que outros apoios teve? Da família, dos amigos, dos vizinhos...

I.M. – Não tive grandes apoios, pronto, a família pelo anima e tem paciência nos dias em que estou mais saturada de estar em casa, mas fora isso não tive mais nada... As amigas ligavam de vez em quando e pouco mais... Felizmente também conseguimos cumprir com as nossas coisas e não precisámos de pedir nada a ninguém... Mas também não tive grandes ofertas... (risos) Tudo o que eu e o meu marido construímos foi com o nosso suor sempre fomos pessoas de trabalho, nunca ninguém nos deu nada...

E – Estar no desemprego implicou algum tipo de restrição financeira?

I.M. – Claro... Comprava sempre mais umas coisinhas, agora como não sei o dia de amanhã compro apenas o essencial para puder poupar algum, mas na maioria das vezes não se poupa, dá para o dia-a-dia

e pouco mais... Sem o subsídio de Natal e de férias já não nos podemos dar a certos luxos, por exemplo, ir jantar fora ou dar uns presentes melhores... O Natal era passado mais à vontade, assim, aperta-se mais o cinto...

E – Abdicou de alguma coisa em particular?

I.M.- Desta ou daquela roupa e dos jantares ou almoços fora... Uma ou duas vezes por mês gostávamos de ir almoçar ou jantar fora ao domingo, tivemos que deixar de o fazer... Até ver não deixámos de fazer mais nada... Quando deixar de receber ajuda do Estado é que vou dar pelas dificuldades... Se não arranjar um trabalho, ou umas horas fora vai ser complicado...

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego é suficiente para proporcionar algum conforto? Como o seu filho tem necessidades especiais...

I.M. – Eu acho que sim, é melhor que nada... Se não tivéssemos esta ajuda com as dificuldades em arranjar emprego era pior e havia muita gente a perder a casa, o carro ou até a passar fome... É preciso saber gerir o dinheiro... Sei que para alguns, sobretudo, quando se chega ao social é mais complicado equilibrar as coisas, mas continua a ser uma ajuda... O meu filho ainda recebe mais qualquer coisa do Estado, muito pouco mas dá para as fraldas e mais algumas coisas para higiene... Mas pronto, temos que controlar mais os gastos.

E – Durante este período de desemprego alguma vez fez uma ou outra tarde por fora para ganhar um dinheiro extra?

I.M. – Não, o dinheiro do desemprego era menos que o salário mas não era assim tão grande a diferença dado que já não tinha gastos com transporte... Só trabalhei aqui por casa e só cuidei do meu quintal e semei umas verduras e tenho umas árvores de fruto para consumo próprio... No tempo da Ceres não tirava quase nenhuns alimentos da terra, não tinha muito tempo para trabalhar na terra, mas agora tiro grande parte dos alimentos da terra e como da minha própria carne... Só compro um peixe ou outro de vez em quando e uma carne de vaca porque só tenho porcos, cabras, galinhas e patos... Fora isso, nunca fiz mais nada...

E – Compreendo... Deixar de trabalhar implica mudanças no dia-a-dia, gostaria que me dissesse quais as mudanças no seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Quando se tem uma rotina...

I.M. – Antes era levantar cedo e tratar do meu filho para o pôr na carrinha do centro, depois chegava às 18h00 do trabalho e fazia a vida de casa... E era assim de segunda à sexta... Depois de ficar desempregada passei a levantar-me mais tarde, se estiver bom tempo vou tratar do quintal e da criação, quando está a chover fico por casa, sempre sozinha, só a partir das 17h00 é chega o meu marido e pouco depois o meu filho... À noite já estou em família e cuido do meu filhote... Em casa uma pessoa tem sempre trabalho, mas é uma vida mais chata, eu gosto muito de falar e de estar com pessoas...

E – Como é que vê o seu futuro? Em Abril acaba o seu subsídio social de desemprego...

I.M. Nem sei, depois de Abril não sei como vai ser... Só de pensar nisso fico assustada... Não posso ficar sem ganhar nada... A minha irmã trabalha em casa de uma senhora e vai reformar-se, por isso, depois de Abril talvez fique com esse trabalhinho são umas 2 ou 3 vezes por semana, mas é melhor que nada... Eu trabalhei 38 anos nunca recebi nada do Estado, acho que tenho direito a receber do desemprego até ao fim e depois sim esforço-me para arranjar alguma coisa... Trabalho como tinha na Ceres não volto a ter, mas como não posso ficar sem rendimento por causa dos meus compromissos vou para as limpezas, uns dias para uma senhora outros dias para outra... Só sei que não posso ficar sem receber, tenho que fazer umas horinhas aqui ou ali...

E – Depois do desemprego vai esforçar-se mais para arranjar trabalho...

I.M. – Sim... Estive até a insolvência da Ceres com o contrato suspenso, depois de 2010 podia ter arranjado alguma coisa e tentei, cumpri o meu dever e inscrevi-me em vários sítios, mas até hoje não fui chamada... Confesso que nunca me importei muito com isso, porque recebia aqueles 400 e poucos euros, mas quando acabar tenho me sujeitar a qualquer trabalho, mesmo que seja sem fazer descontos... Para trabalhar numa empresa já estou velha e elas estão a fechar, para a reforma sou muito nova... Tenho que me organizar conforme der...

E – Claro, antes ganhar algum dinheiro, mesmo que as condições de trabalho não sejam a melhores, do que não ganhar nada...

I.M. – Sim, não duvide... O social já era menos 150 euros que o salário, coisa menos coisa, perder tudo é receber zero... Não pode ser, temos as nossas contas e o meu filho precisa de apoios especiais... Enquanto eu cá estiver ele vai ter tudo... Tenho que arranjar forma de tirar pelo menos 400 euros por mês, nas limpezas, a tomar conta de velhos, não interessa...

E – Muito bem, por mim chegámos ao fim... Se quiser acrescentar alguma coisa...

I.M. – Acho que não, falámos de tudo um pouco... Se precisar de mais alguma coisa, já tem o meu contacto...

E – Muito obrigada por tudo.

Entrevista - Mulher de 45 anos, divorciada e mãe de uma filha (praticamente foi mãe e pai) – Secção do enchimento, 24 anos na Ceres.

E – Gostaria que começasse por falar da sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve, conte-me...

J.M. – Comecei a trabalhar com 14 anos, eu vivia com a minha irmã e como ela tinha muitos filhos tive que a ajudar. Trabalhei 3 anos como empregada doméstica em casa de uma senhora na Pedrulha e depois com 17 anos entrei para a Ceres, mas mesmo assim ainda fui trabalhando aos fins-de-semana em casa dessa senhora só que depois não deu para conciliar e fiquei só na Ceres. Na Ceres entrei numa primeira fase para a secção da chacota, era auxiliar de serviços, nesta secção o azulejo não estava vidrado e tínhamos que o escolher e embalar... Acho que fiquei nesta secção 10 ou 11 anos, já não me lembro bem. Depois fui para a secção do enchimento e estive lá até a Ceres fechar, comecei por integrar nesta secção uma equipa para fazer lavatórios, existiam formas e tínhamos que as encher à mão... E foi assim a minha trajectória, 24 anos a trabalhar na Ceres, 28 se contar até à rescisão do contrato... A minha vida nunca foi fácil, mas como trabalhava tinha outro ânimo... Sempre vive com a minha irmã e ajudava-a, mas depois tive uma filha e juntei-me com o pai dela, só que durou pouco anos tinha a minha filha 5 anos quando nos separámos e agora vivo sozinha com a minha filha...

E - Que significado tem o trabalho na sua vida?

J.M. – O trabalho é tudo na vida de uma pessoa... Em casa uma pessoa padece não é?! Os primeiros dias após sair da empresa eu quase não me levantava, porque só chorava... Colegas que sabiam da minha situação, sozinha com uma filha a estudar, todos os dias me telefonavam para me dar força... Eu arranjei um part-time nos últimos anos de vida da Ceres, nas limpezas, mas quando saí da Ceres o centro de emprego disse que para ter direito ao desemprego tinha que sair desse part-time... Eu sempre trabalhei toda a vida e preciso trabalhar, mas agora não aparece nada, já tentei as senhoras para quem trabalhei antes, mas com a crise está difícil... Uma pessoa precisa de trabalho para conseguir viver com alguma dignidade, eu não peço mais dinheiro ao Estado, só peço um trabalho... Já não estou a ganhar do desemprego há um ano, mas também não consigo trabalho...

E – Mais à frente gostaria que voltássemos a sua situação de desemprego. Agora pedia-lhe que me descrevesse os anos de trabalho na Ceres...

J.M. – Tive bons e maus momentos, a secção do enchimento era um trabalho um pouco duro para nós mulheres, por isso, nem sempre foi fácil, quando era tudo manual tínhamos que carregar os lavatórios, era preciso ter força (risos) mas lá superávamos... Eu tinha bons colegas, grandes amigos e isso era meio caminho andado, ainda hoje falo com quase todos (homens e mulheres) ao telefone, convidam-me para ir ali e acolá, como muitos têm terras telefonam-me para ir lá buscar uns legumes, mas nem sempre consigo porque é longe... Os amigos são a melhor recordação, a maioria dos meus amigos não vou esquecer nunca, foram muito meus amigos nos momentos mais difíceis, quer no trabalho, quer na vida pessoal. Nunca me vou esquecer o apoio que me deram quando me separei do meu marido e quando a minha irmã faleceu, a minha irmã faleceu e deixou-me sete filhos para criar, não foi fácil, mas com a ajuda de muitos consegui, na Ceres tinha uma segunda família, posso dizer que até comida me davam... (com a voz muito embargada). Posso dizer que tenho mais coisas positivas do que negativas, como lhe disse o trabalho no enchimento era muito pesado, mas havia sempre alguém pronto a ajudar quando o trabalho estava mais atrasado, havia muito entreaduda, tínhamos objectivos e o pessoal ajudava-se muito... Tenho saudades...

E - Disse que o trabalho da sua secção era muito pesado para as mulheres, pode explicar-me melhor quais eram as suas tarefas?

J.M. – Quatro anos antes de a fábrica fechar foi introduzida maquinaria para ajudar no enchimento das peças, o que tornou o trabalho um pouquinho mais leve, mas mais exigente, tínhamos que ter mais atenção à máquina para que tudo corresse bem e não houve estrago de material, confesso que mesmo sendo mais pesado preferia o trabalho manual, acho que as peças saíam melhor. Bem, mas vou dizer-lhe mais ou menos o que fazíamos, de manhã começávamos por abrir o compensador e deixar escorrer a água do cano e fazíamos o mesmo ao cano que dava para o depósito da pasta, isto porque todos os finais de dia tínhamos que lavar esses canos e de manhã era preciso escorrê-los por meia hora, só depois começávamos a encher os moldes (este trabalho com a introdução de máquinas mudou ligeiramente, mas a rotina era a mesma começávamos sempre pelo enchimento) ... Antes do meio-dia escorriamos os moldes e tirávamos uns ferrinhos que lá estavam para que a peça não ficasse com bolhas de ar, depois do almoço abríamos o molde e deixávamos secar a peça e íamos trabalhando noutra parte de baixo do lavatório, ou seja voltávamos a encher o molde respectivo a essa parte e deixávamos secar até de manhã, depois de pronto o lavatório, ou seja, retirados os excessos de pasta e conseguindo uma peça minimamente uniforme ia para a secção da escolha. Também cheguei a trabalhar com urinóis (risos) cujo enchimento e acabamento era semelhante, mas a colagem da peça era

diferente... Ah, muito importante, ao final do dia a nossa secção tinha que ficar limpinha... E pronto, basicamente era este o nosso trabalho na secção.

E – Que tipo de contrato tinha na Ceres?

J.M. – Eu estava efectiva. Em Janeiro de 1982 quando entrei para lá estava como auxiliar de serviços e assim permaneci durante 3 anos, depois subi de categoria e lá fiquei até fechar. Lembro-me de ter assinado um contrato, ainda lá tenho, era uma folha A4 azul, e depois nunca mais assinei nada, fui ficando até aquele dia chegar...

E – Até que a empresa fechou...

J.M. – Sim, quem me dera que não tivesse acontecido...

E – E durante o período que trabalhou na Ceres teve algum tipo de regalia?

J.M. – No tempo do senhor Paixão, o fundador, houve um ano em que ele distribuiu o lucro da empresa por todos os trabalhadores, nos últimos anos da Ceres só o pessoal da administração e secção de pessoal é que tinham regalias, tinham um mês e meio de subsídio de Natal. Ah, e nos últimos dois anos recebi um prémio de 25 euros por estar mais à vontade a lidar com a máquina do enchimento...

E – Falou no Sr. Paixão e eu aproveito para lhe perguntar o que achava do infantário que ele criou para os/as trabalhadores/as?

J.M. – Acho que foi muito bom, a minha filha esteve lá até aos 6 anos. A minha irmã podia ficar com a minha, mas na altura tinha que andar para trás e para a frente e não compensava, assim optei por deixá-la no infantário, apenas levava o lanche, o leite a meio da manhã e o almoço era oferecido. Foi uma grande ajuda.

E – Diga-me qual a sua opinião acerca do Sr. Paixão?

J.M. – Não convivi muito com ele, mas do que convivi e do que ouvi falar posso dizer-lhe que era uma pessoa muito correcta, ele era muito exigente mas muito respeitador para ele os trabalhadores eram muito importantes, ele dizia algumas vezes que nós é que fazíamos a Ceres. Sobretudo, posso garantir-lhe que era um bom patrão, cumpria com os trabalhadores, ou seja, nós sabíamos que tínhamos deveres para com a Ceres, mas também estávamos descansados quanto aos nossos direitos.

E – O que é que mudou, isto se tiver mudado alguma coisa, quando o Sr. Paixão deixou de fazer parte da administração?

J.M. – Muita coisa mudou... Os herdeiros (genro e filha) queriam mandar em tudo e nem respeitaram os sócios, esses podiam ter menos poder lá dentro mas eram sócios. E mais meteram lá o senhor que acabou por ficar com a fábrica e deram cabo de tudo. Algumas pessoas diziam que o objectivo desse que lá meteram era ficar com a fábrica, ele começou no armazém e acabou como dono, acha normal? Alguma coisa havia pelo meio... Os herdeiros quiseram fechar a fábrica numa altura de crise, não me recordo bem o ano mas em 2000 e pouco e esse que para lá foi não deixou, para nós trabalhadores, ele já tinha tudo pensado... A verdade é que passado pouco tempo ele meteu os verdadeiros donos na rua e ficou responsável pela Ceres... Se o Senhor Paixão cá estivesse a fábrica não chegava a fechar, muitos trabalhadores têm recordado nos plenários o que ele dizia muitas vezes, ele dizia-nos que a fábrica podia não vender durante um ano que ele tinha dinheiro para nos pagar o salário, até lhe posso dizer mais, todos os trabalhadores tinham um seguro caso acontecesse alguma coisa à empresa ou a algum de nós e até esse valor desapareceu... A ser verdade alguém derreteu todo o dinheiro e deixou a fábrica afundar em dívidas, e nós sabemos quem foi... Não houve controlo nos gastos e em boa verdade em termos de modernização pouco ou nada se reflectiu. Quem lá ficou não só destruiu a empresa como destruiu mais de uma centena de vidas...

E – Destruiu a sua vida?!

J.M. – Sem dúvida, tenho a minha vida de pernas para o ar, eu trabalhei lá toda a minha vida, ganhando pouco um muito era certo ao fim do mês, eu depusitei toda a minha confiança naquela fábrica, jamais me passou pela cabeça que a fábrica fechasse, foi sempre das melhores fábricas do sector em Coimbra. Se ainda estivesse na Ceres o meu ordenado era capaz de estar nos 700 e muito ou 800 euros e agora?! Agora, não tenho nada.

E – Está triste com a vida ou desiludida com aqueles em quem depositou confiança?!

J.M. – Desiludida, porque eles prometeram sempre mundos e fundos, mesmo depois de fechar a empresa. Eles foram vendendo muito património, sobretudo, terrenos que pertenciam à Ceres e a fábrica nunca mostrou sinais de recuperação, nós continuámos na rua... Posso dizer que alguns que integraram as tentativas de recuperação se arrependeram, porque ficaram com mais salários em atraso e ninguém aguenta trabalhar de graça...

E – Pelo que percebi, nos últimos anos de vida a Ceres já dava sinais de fraqueza ou pelo menos de má organização da administração. O que é que a continuava a motivar o seu trabalho?

J.M. - Como já estava ali efectiva não queria arriscar outro trabalho, sabemos que actualmente os contratos de trabalho são temporário e eu não me podia dar a esse luxo... Eu dava a Ceres como

algun garantido, eu pensava que ali estava bem e que não fazia qualquer sentido mudar e arriscar ter um emprego, possivelmente, mal pago e sem qualquer estabilidade. Esta foi a principal razão, por muito mal que sentisse a empresa, nunca me passou pela cabeça abandoná-la...

E – Disse há pouco que existia uma boa relação com os colegas de trabalho, encontravam força uns nos outros nos momentos mais difíceis da empresa?!

J.M. – Como lhe disse, o ambiente era bom, claro que existiam uns com quem nos dávamos melhor do que outros, por exemplo, na minha secção sabíamos com quem podíamos brincar e com quem não podíamos, o que era meio caminho andado para ninguém se chatear (risos). Mas nos momentos difíceis estávamos todos juntos, ajudávamo-nos uns aos outros, sobretudo, quando a produção estava atrasada, tínhamos objectivos ao dia, sempre que alguém se atrasava íamos ajudar. Nós passávamos mais tempo na fábrica do que com os nossos familiares, se não nos déssemos bem era mais difícil ultrapassar a dureza do trabalho.

E – E como foi o relacionamento com a entidade empregadora ao longo dos anos?

J.M. – Para dizer a verdade nunca me dei mal com os patrões. Era um relacionamento normal de empregado/patrão. Só tive uma vez um problema com os sucessores do Sr. Paixão, o genro o maior sócio da Ceres era amigo do meu marido, e quando me separei passou a tratar-me de forma diferente, muitas vezes foi inconveniente, mas pronto... Fora isso, não posso dizer que tinha um mau relacionamento com os patrões, eles ao longo dos anos sempre foram cumprindo a lei, por exemplo, no que refere aos aumentos de salário...

E – Existiam festas de Natal na Ceres ou outros momentos de lazer?

J.M. – Eu era a organizadora (risos). Os jantares faziam-se por secção e eram organizados pelos trabalhadores, no caso da minha secção era eu que organizava, às vezes íamos todos ao restaurante e outras levávamos coisas para jantar na Ceres, uma levava um bolo, outro um sumo e era assim... Os patrões nunca se envolveram nestes jantares, pelo menos foi assim desde que para lá fui. Sempre tivemos momentos de lazer entre nós, lembro com saudade as sextas-feiras, tínhamos sempre um almoço diferente lá na fábrica, umas febras, uma sardinhada, fazíamos uma fogueira na parte de trás da fábrica para assar as coisas e lá almoçávamos. E quando alguém fazia anos eu levava um bolo, gosto muito de fazer bolos de aniversário, tenho fotografias muito engraçadas destes convívios.

E – Ouvi dizer que em tempos não eram os clientes que escolhiam a Ceres mas a Ceres que escolhia a quem vender. Por que razão se dizia isto?

J.M.- A Ceres era das melhores empresas do sector e segundo consta tinha o melhor azulejo da região centro. A Ceres sempre apostou muito na qualidade e sempre tratou bem os seus clientes que eram muitos, quer no país quer fora... A Ceres não estava só em Portugal, ou só na Europa, estava pelo mundo, até para países de África vendíamos. Mas depois a Ceres começou a ter problemas, não se modernizava e alguns clientes queixavam-se, os patrões não deram ouvidos e chegámos ao fecho da empresa... A tardia modernização não ajudou.

E – Quando é que deu conta do enfraquecimento da Ceres? Quais os sinais, para além da tardia modernização?

J.M.- Na minha opinião o grande sinal foi o atraso nos pagamentos, aí percebemos que as coisas não estavam bem, isto foi mais ou menos em 2004. Na Ceres sempre pagaram a dia 24 ou 25 de cada mês, depois passaram a pagar a dia 30 e passado algum tempo (não muito) a pagar a dia 6, 7 ou 8. Mas pior foi quando no final de 2005, princípio de 2006 começaram a atrasar um mês nos pagamentos e atrasaram o 13º mês de 2005, que só recebemos em Fevereiro de 2006.

E – Alguma vez lhe passou pela cabeça que a Ceres pudesse fechar?

J.M. – Claro que passava, mas sempre tive esperança... Nunca quis acreditar que a Ceres pudesse fechar, e mantive essa esperança até Março do ano passado (2010), só quando foi declarada a insolvência é que me conformei... Com as tentativas de reabertura tive sempre esperança, mas a Ceres ainda foi pior gerida nessas tentativas... Começaram a dar 1000 e tal euros de ordenado aos encarregados, a atrasar o pagamento dos salários, fizeram mais asneiras... Quem queria tirar a empresa da falência não podia ter aumentado ordenados dessa maneira... É preciso dizer que a fábrica manteve sempre alguns trabalhadores, para manutenção de máquinas e escritórios. Esses colegas que foram ficando recebiam um mês, depois não recebiam outro e foi assim sucessivamente... Mas mesmo assim, eu queria lá voltar... Quando acabou o meu desemprego fui apresentar-me na Ceres, eu queria trabalhar, mas o responsável mal me conseguiu enfrentar... Ele dizia que as portas estavam abertas e que a recuperação era possível, sabe o que me disse neste dia?! Para esperar até Março de 2010, fui lá em Janeiro, porque a fábrica voltava a reabrir nessa altura, sabe o que aconteceu?! Foi declarada a insolvência... Sabe por que razão acreditei até ao fim?! Porque aquela era a minha casa, foram muitos anos, imagine o que é perder um lar e a razão de acordar todos os dias, eu era feliz na Ceres... Mesmo sabendo que aquilo estava mal quis acreditar... Fazia-me apenas sentir melhor, mas eu sabia que as coisas não estavam bem...

E – Enquanto esteve na Ceres tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

J.M. – Acho que nunca diminuimos a produção, nem éramos daquelas empresas que atulhava material... Sempre produzimos da mesma maneira e o material dava saída... Até sairmos em 2006 sempre ouvimos dizer “lá vai um camião para França, lá vai outro para Alemanha”, a produção nunca parou, nem os objectivos de cada secção foram reduzidos.

E – Na sua opinião qual foi o problema da Ceres? A produção manteve-se, o material vendia-se, qual foi o problema?

J.M.- O problema foi a má gestão, descontrolaram-se a gerir a empresa... Na recta final perguntávamos aos responsáveis, onde estava o dinheiro das vendas mas sobretudo onde estava o dinheiro que o Sr. Paixão deixou... Sempre achei estranho, e até hoje ainda não percebi onde gastaram o dinheiro... Só vejo uma possibilidade, ou alguém se governou com ele, ou não tiveram mesmo pulso para gerir a empresa, ou as duas (risos).

E – O que sentiu quando em 2006 a fábrica fechou? Bem sei que sempre teve esperanças, mas como viveu esta fase?

J.M. – Foi um dia muito difícil, chorámos muito... Eu só pensava que com esta idade não ia voltar a trabalhar ou a ter um salário como tinha... Sempre pensei ficar na Ceres até à reforma, mas os planos saíram furados... Tive medo pela minha filha que estava a estudar, tive medo pelo seu futuro... No dia do fecho disseram-nos que íamos para a suspensão do contrato, ou seja, para o centro de emprego ainda éramos trabalhadores, mas já não era a Ceres que pagava o salário, estávamos a receber o subsídio de desemprego que a qualquer momento podia ser interrompido e sermos chamados a trabalhar. O que aconteceu foi que alguns que tiveram menos tempo de desemprego foram-se apresentando na Ceres e entrando nas tentativas de recuperação, outros arranjam trabalho, muito pouco mesmo, e outros simplesmente não entraram em lado nenhum e já não têm qualquer subsídio do Estado. Também houve quem pedisse um papel à firma a pedir um tempo à casa e foram trabalhar para outro sítio, depois se a Ceres conseguisse erguer-se voltava a contar com eles... O que quer dizia que existiam muitas pessoas com esperança de voltar... Mas outras não tinham esperança nenhuma...

E – Como é que viu as tentativas de recuperação? Foram estes momentos que a encheram de esperança?

J.M. – Fiquei muito feliz, pela simples de razão que já não era só o responsável (pessoa em quem não confiava assim tanto) a pensar a recuperação, estavam entidades muito respeitadas envolvidas. Quando me deram a notícia pensei que ia voltar para Ceres e que ia ser tudo igual...

E – Mas as coisas não se passaram assim, apenas foram reingressando alguns trabalhadores... Sabe se foi instituído algum regime transitório? O lay-off chegou a ser decretado?

J.M. – Julgo que não, a não o fizeram, o pessoal que entrou fez sempre o horário normal, as 8 horas de trabalho... Mas foram mais flexíveis com alguns trabalhadores, por exemplo, se precisavam de ir ao médico ou à escola dos miúdos iam e nem precisavam de justificação, porque nessa altura não havia assim tanto trabalho, eles começaram só com azulejo, por isso, não havia assim tanto que fazer e não podemos esquecer que as encomendas não eram as mesmas, os clientes já não confiavam assim tanto na Ceres.

E – Por que razão não foi chamada a reingressar na Ceres?

J.M. – Porque não trabalhava com azulejo, e como eles só começaram com essa linha de produção não me chamaram, fiquei triste mas...

E – Ficou triste... mas achou injusto?

J.M. – De certa forma foi injusto, porque quem foi chamado teve a possibilidade de avançar no desemprego, mas também não compensou a todos os que foram chamados, só àqueles que conseguiram permanecer mais tempo, porque a primeira recuperação não durou muito... Tenho uma colega que entrou em 2008 (nova tentativa), porque acabou o subsídio e não teve direito a social, e saiu Novembro de 2009, logo teve direito a mais desemprego, mas foi aguentando, muitos meses sem salário, também acho que não é para todos...

E – Em 2010 é declarada a insolência, o que pensou neste momento? No seu ponto de vista era essa a solução?

J.M. – Eu fui ao tribunal e até ser declarada a insolvência preferi acreditar que a Ceres ia reabrir... Tive esperanças que fosse essa a decisão. Mas no fundo sabia o que ia sair dali, só um qualquer santo milagroso é que nos podia livrar da insolvência... Até ouvir o juiz dizer a palavra insolvência quis acreditar que não era esse o desfecho. Eu não pude fazer nada, mas na altura não achei que era o melhor, era melhor se a Ceres já tivesse um comprador, só assim era mais fácil para todos, sem comprador é muito complicado, enquanto não vendermos não conseguimos resolver a nossa vida, nem desprender-nos do passado... É um processo muito lento...

E – A insolvência era algo que não desejava, mas por falta de alternativa alguma vez em conjunto com os seus colegas pensaram nessa solução, não sei, por se sentirem credores da empresa?

J.M. – Nunca desejei a insolvência, mas sim era algo que se falava... Alguns colegas queriam a insolvência a todo o custo, achavam que era a única forma de se desligarem da Ceres, eu não concordava, mas aceitava a opinião de todos, as pessoas também já estavam cansadas de tantas promessas... A insolvência ainda não resolveu muito, ainda não recuperamos o nosso dinheiro, é um processo que está a decorrer e é preciso continuar a falar da Ceres, é preciso continuar a ter plenários... E isso é complicado... Mas pronto como estava também não dava não é?! Tive que aceitar, porque é o melhor para a maioria

E – Compreendo... É um processo moroso e que na sua opinião ainda vos liga mais à Ceres.

J.M. – Sem dúvida, enquanto o administrador judicial não vender o património e dividir o dinheiro pelos credores vamos estar ligados à Ceres... O processo só encerra quando nos derem o que é nosso por direito e arrisco dizer que só estará completamente encerrado quando as pessoas resolverem as suas vidas, porque quem continua desempregado e sem rendimentos vai continuar ligado à Ceres, afinal foi desta empresa que recebemos o último vencimento, foi a última relação laboral...

E – Pois, quem não conseguir começar de novo vai ficar sempre agarrado ao passado...

J.M. – Sim, é esse o meu caso, já passou um ano da insolvência e continuo sem trabalho, é frustrante mas também me deixa mais saudades da Ceres... Se pelo menos viesse o dinheiro do fundo de garantia ou da venda do recheio da empresa, mas está difícil...

E – Há pouco falou-me do administrador judicial, na sua opinião qual é o papel dele neste processo?

J.M. – Eu acho uma figura muito importante sempre que é declarada a insolvência, esse senhor tem ajudado os credores, já se vendeu o recheio, mas falta o pior vender a Ceres... E depois as partilhas, se houver para partilhar, porque há custos neste processo, o dinheiro pode não corresponder ao que queremos ou nem chegar para tudo... Mas está a fazer um bom trabalho, ele não tem culpa que seja difícil vender, ele até está a tentar recuperar terrenos que foram vendidos pela entidade patronal, por isso, está a fazer o seu trabalho...

E – Pelo que sei um dos objectivos da acção do administrador judicial é a liquidação do património e a respectiva partilha pelos credores... Na sua opinião o senhor está a ser bem-sucedido?

J.M. – Sim, ele está a fazer um bom trabalho, até já foi a um plenário falar connosco e explicar-nos o que ia fazer... Não tenho nada a dizer, só tenho pena que as coisas demorem tanto, mas a culpa não é do administrador de certeza...

E – Na sua opinião quem é que ganha com esta insolvência?

J.M. – Com o administrador judicial que temos acho que os credores podem beneficiar alguma coisa, não se sabe é quando... É uma situação complicada, porque no fundo os trabalhadores mesmo que tinham o que é seu por direito, nunca ganham, ficámos todos sem trabalho e isso não é bom para ninguém... Na minha opinião, esta insolvência deveria beneficiar mais os trabalhadores, fomos nós que demos vida à fábrica, o dinheiro não faz de nós ganhadores, mas pelo menos podemos atenuar algumas das nossas dificuldades.

E – É sindicalizada?

J.M. – Sim, passados três anos de estar na Ceres sindicalizei-me e a partir de 2004 (quando se deu a crise na Ceres) passei a dirigente sindical. Fui votada pelos colegas, por isso, todos viram competências em mim para dialogar com o sindicato e reivindicar os nossos direitos.

E – Quais as funções e responsabilidades de uma dirigente sindical?

J.M. – Essencialmente é estabelecer um diálogo entre os trabalhadores e sindicato, alguns trabalhadores vinham falar comigo por causa dos salários e assim e eu tinha que comunicar ao sindicato... Eu gostava muito pela simples razão de que não me ajudava só a mim mas também aos meus colegas. Até o processo encerrar vou ficar a colaborar com o sindicato, como não tenho trabalho ajuda a distrair...

E – A senhora foi a todos os plenários?

J.M. – Sim, não faltei a nenhum... Ajudei a organizá-los com o coordenador do sindicato.

E – Que importância atribui ao sindicato neste processo? Em que tem ajudado os trabalhadores?

J.M. – O sindicato tem sido incansável, a maioria dos trabalhadores reconhece isso. Se não fosse o sindicato tínhamos continuado mais tempo a trabalhar sem receber, o sindicato tentou tudo, inclusive ajudar quem ficou responsável pela fábrica a recuperá-la, o sindicato lutou contra a insolvência, eles queriam era salvar os nossos postos de trabalho, mas o patrão não cumpriu nenhuma das tentativas de recuperação... Também nos ajudaram com a parte burocrática, por exemplo, ajudaram-nos a tratar dos papéis para o fundo de desemprego, ajudaram algumas pessoas com a reforma e depois da insolvência ajudaram a completar os processos de cada um, só assim era possível dar seguimento às diferentes fases da insolvência. Eles lutaram por nós e continuam a fazê-lo, sem o sindicato tinha sido bem mais complicado.

E – Acha que neste processo tira mais vantagens por ser sindicalizada?

J.M. – O sindicato ajudou sindicalizados e não sindicalizados, não excluíram ninguém... A maioria pediu e teve o apoio do sindicato, mas algumas pessoas que ficaram na Ceres até ao fim e apoiaram o

responsável pela nossa situação é que não, mas porque assim decidiram. Não há quem tire mais ou menos vantagens, porque quando chegar à altura de dividir o dinheiro será por igual...

E – Tem plena confiança no sindicato?

J.M. – Sim, muita mesmo... Acompanhei de perto o que fizeram por nós, sei que lutaram pelos nossos postos de trabalho e isso chega-me.

E – Mas ficou desempregada em 2006... Há quanto tempo dura essa situação?

J.M. – Fiquei com o contrato suspenso, mas no fundo estava como qualquer outro desempregado. Estive dois anos a receber do subsídio de desemprego, mais um ano e pouco a receber do social, mas continuo desempregada e deixei de ter o social em Fevereiro de 2010.

E – E tinha mais alguma situação de desemprego na família?

J.M. – Não, vivo só com a minha filha e ela está a estudar.

E – Mas qual foi o impacto do desemprego nas vossas vidas?

J.M. – O que mais nos preocupava eram os estudos da minha filha, eu tive consciência que ia ser mais difícil... Os meus sobrinhos ficaram preocupados e disseram que iam ajudar, mas têm a família deles... Agora não é fácil ajudar alguém... Mas fome sei que não passo... Um prato de comida ainda me dão...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja...

J.M. – Pode ter a certeza que não, enerva-me que as pessoas digam que os desempregados são todos uns malandros, no meu caso não tive culpa desta situação, trabalhei toda a vida, nunca pedi nada a ninguém... Se eu recebi o subsídio foi porque trabalhei e descontei, muita gente pensa que os desempregados recebem aquilo que elas estão a descontar, mas não é assim... estes subsídios são uma ajuda temporária, não são para sempre... Eu quero trabalhar... Entrar no desemprego era a última coisa que queria...

E – Mesmo não sendo uma situação desejável, há quem consiga tirar uma ou outra experiência positiva de uma situação de desemprego. Como é consigo?

J.M. – A única coisa boa é que tive a oportunidade de tirar o 9º ano através do centro de emprego, sempre gostei de estudar, por isso, foi bom. Mas também podiam ter proposto cursos profissionais durante o desemprego... Assim tinha uma compensação qualquer... No sindicato (onde é delegada sindical) também me dão a oportunidade de fazer formações e na próxima segunda-feira vou começar uma de inglês... Investi na minha formação e isso foi bom... Sempre distraía e as despesas de transporte e alimentação eram e são garantidas... Foi bom, mas insuficiente, se calhar conseguia trabalhar e fazer isto ao mesmo tempo...

E – O centro de emprego tem ajudado?

J.M. – Neste aspecto sim (fala de a terem encaminhado para as Novas Oportunidades), mas eu queria era trabalhar... Agora já não tenho qualquer tipo de apoio... E propostas de trabalho nunca me fizeram.

E – Como pensa sair desta situação de desemprego?

J.M. – Agora olho todos os dias olho para o jornal, procuro na área da cerâmica, mas por aqui está fraco, procuro na área da restauração e limpezas... Mas não está fácil, não me importo de fazer qualquer coisa, mas nem com esta disposição tenho sorte... Quando estava na Ceres tive imensas propostas de trabalho, agora que preciso não há nada... Já trabalhei nas limpezas e tenho procurado ajuda junto de antigos contactos, mas já não precisam de mim.

E – Mas teve sempre uma procura activa de emprego?

J.M. – Mais ou menos, ao início não, recebia do desemprego e ainda tinha aquela esperança de voltar à Ceres... Mas apresentava-me de quinze em quinze dias, fazia a minha obrigação... Só que nunca me chamaram...

E – Quando pensa na sua situação como desempregada e na dificuldade de arranjar trabalho, por que é acha que isso acontece? Acha que tem a ver consigo, ou é a dinâmica do mercado de trabalho?

J.M. – Acho que está relacionado com a dinâmica do mercado de trabalho. A idade também pesa... Mas sei que não sou só eu que estou nesta situação, está tudo muito saturado, agora até as pessoas com um curso não conseguem trabalho, quanto mais uma simples operária, para mais com as fábricas a fechar. Não acho que o problema maior seja eu, porque não desisto, continuo a procurar...

E – Se arranjar um trabalho, acha que pode ser como o que tinha na Ceres? Ou será mais precário?

J.M. – Como tinha na Ceres nunca mais, acho que nunca mais vou ter um contrato a sério... Se arranjar um trabalho será de certeza mais precário, ou seja, um trabalho temporário e mal pago... Mas se arranjar já não é mau...

E – Recebeu o subsídio de desemprego e o social, mas actualmente tem algum apoio?

J.M. – Sim, tive muito apoio da família e amigos, sei que os legumes não vão faltar (risos). Resolvi pedir o rendimento de inserção social, começaram a dar, mas depois começaram só a dar-me 78 euros por mês e algumas mercearias, o coordenador do sindicato disse para recorrer e eu ainda estou à espera, por isso, não estou a receber mais nada para além das mercearias...

E – Então quando deixou de ter qualquer apoio em dinheiro tentou ir passando com os apoios as ajudas da mercearia...

J.M. – Sim, as ajudas da mercearia são boas, tenho sempre leite, enlatados, massas... É melhor que nada... Mas não tenho dinheiro para nada...

E – Esta situação provocou mudanças e restrições na sua vida, de que tipo?

J.M. – Sim, muitas mesmo. Enquanto tinha o subsídio de desemprego eram menos 150 euros a entrar em casa, menos o subsídio de férias e Natal... Com o social era muito menos, mas sempre entrava alguma coisa em casa... Nessa altura tive que cortar em muita coisa, a minha filha teve que deixar de comprar muitas coisas que são banais para qualquer miúda da sua idade, o frigorífico passou a ter só o necessário, por exemplo, fazia compras só para a refeição do dia, comprava consoante o dinheiro... Foi preciso cortar na lista de compras... Agora sem qualquer rendimento dependo de ajudas de amigos e família...

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego é suficiente para proporcionar algum conforto?

J.M. – É melhor do que nada, é mais ou menos proporcional ao que ganhávamos, mas não é bem a mesma coisa, no meu caso eram menos 150 euros por mês e menos os dois subsídios que a trabalhar temos direito, já tem o seu peso... Se for bem gerido dá para aguentar, mas deve ser sempre encarado como algo provisório...

E – Tentou completar os apoios do Estado fazendo, por exemplo, umas horas na limpeza?

J.M. – Não, estava com o contrato suspenso e tinha que me apresentar no centro de emprego, o risco de ser apanhada não valia a pena. Mas ajudava algumas amigas e mesmo um dos meus sobrinhos que tinha uma loja, mas sempre em troca de bens essenciais, nunca por dinheiro. Eu tinha um part-time enquanto estive na Ceres e como lhe disse tive que o abandonar por indicação do centro de emprego, isto por causa do contrato suspenso e dos apoios... E para lhe ser sincera também não me apareceu nada (risos) ... Continuo no sindicato como dirigente, mas não recebo um salário, quando precisam de mim pagam transportes e alimentação, é apenas o que tenho...

E – Era bom que lhe apareça pelo menos umas horinhas na limpeza?! Sempre ajudava...

J.M. – Isso era o que eu queria... Uma senhora telefonou-me para fazer duas horas na limpeza, mas pagam muito pouco e é longe, em transportes ia tudo, não tinha qualquer lucro, dava 120 euros por mês, o passe é 60 euros... não compensava. Se fosse mais perto ou se fosse mais uma horita ia com todo o gosto, assim não compensa... Disse à senhora que se me arranjasse mais 1 horita eu começava no dia a seguir, por isso, vou ficar a espera... E continuar a tentar noutros sítios, lares, escolas, não sei, tenho que me mexer...

E – Estar desempregada implicou mudanças. Quais as principais mudanças no seu dia-a-dia depois da Ceres? Quando se tem um trabalho, há uma rotina...

J.M. – Durmo mais de manhã (risos), ajudo mais a minha família, tomando conta dos meus sobrinhos por exemplo, vou para o sindicato ajudar... mas às vezes é difícil preencher o dia, muitas vezes sinto-me sozinha, estar em casa sem nada para fazer num horário em que a maioria está a trabalhar é algo que me incomoda... O meu dia mudou radicalmente, ia cedo para a Ceres, almoçava lá com os colegas, depois as 18h30 ou 19h00 chegava a casa e fazia a vidinha doméstica... Agora levanto-me mais tarde, tento ajudar a família, ir para o sindicato quando precisam, quando ninguém precisa de mim fico em casa sozinha, é triste... Quando estou sozinha restam-me as recordações e isso faz com que sinta saudades...

E – Como vê o seu futuro?

J.M. – Quero que a minha filha termine o curso, a bolsa está sempre atrasada e só dá para as propinas... Custa-me senti-la sempre preocupada por causa das despesas com fotocópias, alimentação fora de casa e transportes... Mas ela vai fazendo uns trabalhos, porque eu não tenho nada para lhe dar... Eu quero trabalhar e tenho respondido a várias ofertas de trabalho, só que não me chamam... Dói muito que algumas pessoas pensem que os desempregados não querem trabalhar, não se pode generalizar... Durante o subsídio é legítimo não haver tanta procura de trabalho ou mesmo não querer aceitar trabalho em que se recebe menos, então eu não tive culpa de perder o emprego sempre descontei, receber aquele apoio é um direito, mais é quando o centro de emprego não se preocupa com a colocação de desempregados no mercado de trabalho... Eu neste momento preciso mesmo de trabalhar, porque o Estado se esqueceu de mim, porque não me conseguiu dar um trabalho... Tenho uma batalha pela frente... O meu futuro é incerto...

E- É tudo. Desejo-lhe muita sorte... Se quiser acrescentar alguma coisa, sinte-se à vontade...

J.M. - Não, se estivesse a falar para a televisão dizia para o senhor Sócrates apanhar juízo (risos) ...

E – Muito obrigada!

Entrevista - Homem de 60 anos, casado e pai de dois filhos. Empregado de escritório responsável pelo serviço de pessoal, 38 anos na Ceres.

E – Para começar, gostaria de saber como foi a sua trajectória profissional... Com que idade começou a trabalhar, que tipo de empregos teve, conte-me...

A.P. – Portanto, quando saí da escola primária aos 10 anos fui trabalhar, nem sei quanto ganhava... Fui para onde está o campo de futebol aqui em Torre-Vilela, na altura andavam lá a fazer terraplanagem e eu andava a indicar aos camiões os locais para descarregar. Esse trabalho era para uma fábrica que já não recorro o nome, mais tarde os terrenos foram vendidos à Ceres. Depois fui trabalhar para um pintor de arte em Coimbra, o Dias Ferreira, isto em Dezembro de 1963... Passado algum tempo fui trabalhar como alfaiate para a Baixa de Coimbra, daí fui trabalhar para a Misericórdia para a parte administrativa, depois em 1968 a 1970 fui para a Termec, uma grande empresa de metalurgia, fechou pouco depois de eu sair. Em Março de 1970 fui para a Ceres, logo para a parte do escritório, comecei como arquivista, depois passei a fazer parte do serviço de pessoal... Em 1972 fui para a tropa, mesmo na tropa ia trabalhar na Ceres quando tinha dispensa... Por exemplo, estava dois meses na tropa e um mês na Ceres ...

E – E esse período de vai e vem na Ceres criou-lhe algum constrangimento com a entidade empregadora?

A.P. – Não, nesse aspecto o patrão dava-me muitas facilidades, ele facilitava-me a vida. Depois vim para a tropa em Coimbra, o que facilitou, mas em Janeiro de 1974 fui operado a um joelho e acabei por passar o 25 de Abril na tropa. Com o 25 de Abril o período de tropa foi reduzido, mas como fui operado só saí em Dezembro de 1974, quando tive alta. Entretanto regresssei à Ceres, ao serviço de pessoal e pronto dediquei-me a esse trabalho a tempo inteiro.

E – Consegue descrever-me a importância do trabalho na sua vida?

A.P. – Acho que o trabalho é importante para todas as pessoas, ou melhor talvez não seja para os muito ricos, aqueles que sempre tiveram tudo sem trabalhar (risos). Para quem não é rico o trabalho é um meio de subsistência para si, para a família, sem trabalho não se consegue nada, é a lei da vida.

E – Então como é que descreve os anos de trabalho na Ceres?

A.P. – Nem sempre as coisas foram fáceis, porque estava num sector em que mantinha contacto com os trabalhadores e existiam sempre problemas, a nível da classificação de pessoal, reclamações daqueles trabalhadores que não se sentiam recompensados e algumas divergências com os patrões, por exemplo, quando se chamava à atenção das reclamações dos trabalhadores. Também algumas divergências com o sindicato do sector a nível de classificação dos trabalhadores, eu não estava bem a par das negociações entre a entidade patronal e o sindicato, mas posso dizer que acompanhava de perto a administração em reuniões que na Associação Portuguesa de Cerâmica, embora não tivesse grande voz activa, servia depois de intermediário entre a administração da Ceres e o sindicato. Agora acho, sei lá, não digo ridículo, mas estranho estar a participar com este sindicato neste processo de fim de vida da Ceres.

E – Actualmente participa na condição de representante dos trabalhadores, não é? Pelo menos foi o que me percebi no plenário a que assisti...

A.P. – Sim, o Sr. Jorge Vicente convidou-me e eu não consegui dizer que não. Ele achava que eu era a pessoa melhor preparada para a função. No meu íntimo já imagina que me iriam bater à porta e pronto não disse que não, porque também não via mais ninguém para essa função, eu estava mais por dentro da situação da Ceres e também conhecia cada um dos trabalhadores. Veja, o Sr. Jorge Vicente antes deste convite até me chamou para ajudar a preencher documentos para a segurança social, a propósito do fundo de garantia, inclusive detectei alguns erros na elaboração dos documentos, mas a coisa já estava processada, não havia nada a fazer. Mas pronto, colaborei e continuo a colaborar sem grande poder nas decisões finais mas faço o que posso.

E – Mais à frente gostaria que voltássemos a falar deste seu papel como representante. Agora pedia-lhe que descrevesse ao pormenor as principais funções que tinha na Ceres...

A.P. – Então era assim: quando alguém ia pedir emprego eu acompanhava no preenchimento de uma ficha, se eventualmente esse candidato entrasse na Ceres tinha que processar a sua admissão, ou seja, preenchia toda a documentação para a segurança social, tratava da parte referente às finanças, IRS e assim... Depois tinha a função de registo de pessoal, contabilização do número de trabalhadores e elaboração e distribuição do respectivo cartão. Ainda tratava do processamento de salários que tinha por base a leitura diária do registo de ponto dos trabalhadores, isto de forma a verificar faltas ou atrasos, também fazia a comparação entre esse registo e o registo do encarregado para ver se batia certo, depois nos respectivos prazos fazia-se o processamento de salários, ou seja, numa folha registava prémios subsídios de turno e afins, tudo feito à mão, só depois passava a computador (isto quando tivemos informatizar a empresa), tirava o recibo e procedia à transferência dos ordenados. Mas

atenção, o processamento de salários foi evoluindo, pois foi feito de várias formas. Primeiro era totalmente manual e os pagamentos eram em dinheiro e foi evoluindo até à transferência bancária ou cheque, alguns ainda preferiam cheque. Ainda recordo que no tempo dos pagamentos em dinheiro houve um assalto, os ladrões levaram algum dinheiro, eu até me escondi debaixo do balcão (risos), éramos quatro ou cinco a contar o dinheiro e um colega ainda tentou fugir dos ladrões com algum dinheiro debaixo do corpo, outro que era o chefe na altura levou um tiro no pé, curiosamente hoje é advogado e já foi presidente aqui da junta. Olhe, são histórias... Por isso, depois começamos a pagar por cheque e transferência, a maioria recebia por transferência, mas outros queriam cheque, pessoal da aldeia, alguns nem tinham conta bancária. Depois dos pagamentos, havia aquela data para tirar as folhas da segurança social e tínhamos que as entregar, e claro pagar a esta entidade o que era de dever na altura devida, ainda de três em três meses pagar o IRS às finanças e era isto... Claro que no dia-a-dia outras coisas iam surgindo, classificações de pessoal e outras coisas, era um trabalho de responsabilidade e atenção. Eu tinha um colega a auxiliar-me, e na altura dos pagamentos ainda tinha mais ajuda, eram alturas de maior trabalho.

E – Era uma actividade de muita atenção e responsabilidade.

A.P. Sim era... Basicamente era assim como lhe descrevi...

E – Quando foi para a Ceres ficou logo efectivo?

A.P. – Sim... Fiquei logo efectivo. Se o trabalhador fosse bom ficava na Ceres, ou seja, ao início eram contratos apalavrados e por norma toda a gente que entrava ficava logo numa posição segura... Só os que não davam mesmo nada é que tinham que sair. Não havia a intenção que há hoje de contratar a termo, ao fim de x meses não havia a intenção de mandar as pessoas embora...

E – Era um emprego para a vida...

A.P. - (respirando fundo) sim, era um trabalho para a vida, quem tivesse juízo estava bem.

E – Tinha algum tipo de regalia na empresa?

A.P. – Eu tinha que cumprir o horário, 40 horas por semana, 5 dias por semana, mas ao início ainda trabalhávamos aos sábados até ao meio-dia. Um grupo de trabalhadores tinha prémio por mérito, na parte fabril prémio de produtividade e o pessoal da administração também recebia prémio por mérito, mas isso podia variar consoante o entendimento da administração... Eu estava no role dos privilegiados, talvez 20 trabalhadores, que recebiam mais meio mês de subsídio de Natal, ou seja, recebíamos mês e meio.

E - O facto de receberem esse meio mês criou algum mal-estar entre os que não o recebiam?

A.P. - Eu penso que era aceite por todos, pelo menos à nossa frente os trabalhadores da parte fabril não diziam nada, é provável que comentassem mas era uma questão que nos ultrapassava, pois era uma decisão da entidade patronal.

E – Sei que o fundador da Ceres, o Sr. Paixão, criou um infantário para os filhos/as dos trabalhadores/as usufruiu do espaço ou conhece alguém que o fez? O que achou desta criação?

A.P. – A Ceres já teve mais de 400 trabalhadores, podemos dizer que era quase meio por meio de mulheres e homens e há coisa de 20, 30 anos as mulheres estavam em idade de ter filhos... Logo foi uma grande ajuda, grande parte do pessoal feminino tinha lá os seus filhos até à escola primária. Se não estou em erro chegaram a ter lá três funcionárias. Por acaso, eu não tive lá os meus filhos, mas foi opção minha que tinha outra solução, se não tivesse teria recorrido à creche da Ceres, porque tinha excelentes condições...

E – E o que é que achava deste Senhor?

A.P. – Era uma pessoa muito humana, muito rigorosa, muito exigente, mas quando alguém com muitas dificuldades batia à porta, ele ajudava... Ajudou alguns trabalhadores a construir casa, exemplo disso são os que vivem nas casas à volta da Ceres. Eu também, quando fiz a minha casa tive ajuda para alguns materiais, que fui pagando ao Sr. Paixão conforme podia, pagava x por mês até liquidar a dívida. Posso garantir-lhe que ajudou muita gente...

E – Ele era rigoroso, exigente, mas muito humano.

A.P. – Sim, era rigoroso e exigente, sobretudo, era disciplinado. E quem fugia da disciplina era colocado na ordem, mas sempre com muito respeito pelas pessoas, quem levasse o trabalho a sério tinha tudo dele.

E – E na sua opinião o que é que mudou quando esse Sr. saiu da Ceres?

A.P. – Algumas coisas mudaram, mas em termos de disciplina as coisas não alteraram muito, mas talvez porque já estávamos todos disciplinados, nós só queríamos o sucesso da Ceres e fazíamos bem as nossas funções. Bem, mas podemos dizer que estávamos perante pessoas diferentes, cuja maneira de ser e actuar era diferente. A empresa ficou nas mãos da filha e o genro do Sr. Paixão, mas eles tinham uma forma abrutalhada de actuar e lidar com as pessoas, as vezes tratando mal algumas pessoas. A filha do Sr. Paixão tenha um temperamento esquisito e o marido dela às vezes entrava na agressividade. Eles não sabiam exigir aos trabalhadores. Muitas vezes criavam mau ambiente, sinceramente acho que não

tinham jeito para gerir a empresa. E outra coisa, eles chamaram para fazer parte da administração o fulano que é o actual responsável pela fábrica, e o foi o fim deles, o tipo conseguiu colocá-los na rua (risos). Se não fosse o mau desfecho da Ceres dava vontade de rir, porque há pessoas que se deixam manipular de uma forma... Mas uns não eram melhores que outros, todos juntos fizeram muita coisa ilegal... Eu não tenho provas, mas vai de guias que serviam para as mesmas carradas de material a coisas piores... Mas não posso afirmar. O certo é que as coisas não estavam bem, o dinheiro não entrava na fábrica e o material dava saída na mesma... Só me entristece não ter existido uma fiscalização à empresa e o facto de existir pessoas com as ditas provas com falta de coragem para agir... A judiciária devia ter entrado ali, uma fiscalização das finanças ainda houve e descobriram algumas coisas e os responsáveis foram castigados, com trabalho voluntário, mas deveria ter sido mais cedo. Até hoje não se percebe como conseguiram esconder tanta coisa...

E – Podemos dizer que se instalou um grande clima de desconfiança?! Como ficou o relacionamento dos trabalhadores com a administração?

A.P. – Sim, porque toda a gente se apercebia que algumas coisas não estavam bem. A Ceres pouco ou nada se modernizou e isso numa empresa com tanta saída de material e clientes tão exigentes não pode correr bem. Era estranho para nós ver que a empresa continuava a vender bem e os patrões só se queixavam com falta de dinheiro e é claro que isso alterou o ambiente de trabalho, as pessoas já não sentiam aquela segurança... Mas aos trabalhadores só interessava manter a Ceres... Infelizmente não estava nas nossas mãos, porque nós demos tudo e aguentamos o que havia para aguentar.

E – Apercebendo-se de todas essas situações, o que é que o motivava a trabalhar na Ceres?

A.P. – Não tinha alternativa, sobretudo, pela actual dificuldade em arranjar emprego. E depois de fechar em 2006, como não fui convidado a sair, fui aguentando. O meu irmão, técnico de contas, saiu em 2007 da Ceres, ele pediu a demissão com 40 anos de casa, mas tinha alternativas... Eu tive que aguentar até Fevereiro de 2008, com salários em atraso... E há outros que como eu lá continuaram... Eu tinha plena consciência que com a minha idade não ia arranjar emprego, se arranjasse nunca me davam um cargo semelhante, hoje são exigidas outras habilitações, a experiência já não conta nada... E se aguentasse sabia que perfazendo aqueles x anos de descontos conseguia a reforma sem penalizações.

E – No fundo muita gente ficou na Ceres para ver no que dava, uns porque não tinham alternativas, outros porque acreditavam que as coisas iam estabilizar...

A.P. – É isso mesmo menina... Era mesmo esperar para ver. Em Maio/ Junho de 2006 a maioria ficou com os contratos suspensos e tiveram mesmo que abandonar a Ceres, mas ainda assim continuaram ligados a empresa, embora a receber do desemprego. Acho que tinham aquela expectativa de serem chamados a qualquer momento, mas grande parte só pensava assim porque não tinha mais nada ou então porque se deixaram iludir... Com o projecto de recuperação algumas pessoas ainda foram chamadas e aí a esperança de reabertura aumentou... Eu ainda não acreditava, mas confesso que me deu algum conforto ver algumas pessoas regressar... Infelizmente durou pouco, quem ficou com a empresa (novo administrador) mostrou mais uma vez fraca mão para a gerir, mas claro a dificuldade em arranjar crédito também não ajudou... Estas tentativas de recuperação trouxeram benefícios às pessoas que ao ingressar novamente na Ceres conquistaram novo direito a desemprego e garantiram a sua reforma, no meu caso mais ano e meio de trabalho foi suficiente para pedir a reforma...

E – Já voltamos à recuperação da Ceres, antes diga-me como é possível uma empresa como a Ceres terminar assim?

A.P. – A Ceres era uma empresa sã, com muito prestígio em Portugal e fora de Portugal, custa aceitar este fim... (silêncio, suspiros) A Ceres recebeu um prémio por ser das melhores do país, das mais saudáveis, não me ocorre o ano, mas já foi depois de 2000, ou seja, já com a administração na posse dos herdeiros... Em 2001/2002 nada fazia prever que a Ceres fechasse no espaço de 4/5 anos. Dada a dimensão da Ceres posso afirmar que o seu fecho foi uma grande perda para o concelho de Coimbra e para a freguesia Torre de Vilela, porque muitos trabalhadores tinham lá o seu ganha-pão. Era uma empresa da freguesia que deixou de existir, os jovens da terra que queriam seguir a vida operária, como os seus pais, deixaram de ter aqui uma oportunidade de emprego... Na Ceres já havia filhos de trabalhadores... Aqui em Coimbra está tudo a fechar...

E – Pois em Coimbra não há muita coisa...

A.P. – Não há quase nada, as indústrias estão a fechar e com as nossas qualificações não é fácil... Eu tenho o 9º, tirei-o através das novas oportunidades depois de estar desempregado (mais baixinho - já não é mau), mas nunca me vão colocar numa função semelhante com estas habilitações... Há muito pessoal novo, e com curso... Trabalho como o da Ceres já não há, nem para mim nem para os outros... Mas para azar do pessoal aquilo não aguentou...

E – Já falámos um pouco nisto, mas diga-me quais os sinais de enfraquecimento da Ceres?

A.P. – Tirando o que já lhe disse, existiram depois coisas mais concretas. Por exemplo, os pagamentos dos salários mais ou menos em a partir de 2004/2005 começaram a atrasar, pagavam sempre a 23/24

depois começaram a pagar a 30/31/1, até chegar ao dia 6/7 e 8. O subsídio de Natal de 2005 já nem se recebeu. Outra coisa, a administração começou a querer vender património, em 2004, o Eng.º precisou de pedir um empréstimo ao BPN e para isso teve que dar os terrenos do campo de futebol de Torre-Vilela (Propriedade da Ceres) como garantia... Nessa altura já se fazia notar falta de dinheiro, veja a hipoteca do BPN era de 1 milhão e 600 mil euros... Acho que foi a partir daí que as coisas se complicaram...

E - Nessa altura já pensava que a Ceres pudesse fechar?

A.P. – Pensar que fechasse logo em 2006 não, mas já via que estava a atravessar uma crise feia. E para juntar a festa a partir de 2005 também nos chegavam aquelas informações das vendas por fora, quem estavam no sector das vendas já ia divulgando essas informações...

E – E tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica nessa altura?

A.P. – Eu não estava nesse sector, tudo o que lhe disse é baseado no que ouvia falar os colegas de outros sectores. Que havia saída havia, os nossos colegas diziam que saía material... mas dinheiro não entrava, a Ceres já estava a falhar com fornecedores, o pronto pagamento sempre foi aproveitado pela Ceres de modo a beneficiar e depois começou a pagar-se a 30 dias, a 60... O que não entendíamos e falava-se é que saía carradas de material e o dinheiro não entrava, os motoristas que indirectamente contribuíram para isso, sabiam das tais guias que iam e só depois eram substituídas... Mas ninguém fazia nada.

E - A falta de dinheiro da Ceres e a clara má gestão, aliás como me tem narrado, levaram ao encerramento da Ceres... O que sentiu quando a Ceres fechou as portas? Sei que o Senhor que se manteve até 2008, mas viu a maioria dos trabalhadores sair, que efeito teve isso em si?

A.P. – A maioria veio embora, ficaram apenas elementos da administração, do escritório e algum pessoal da manutenção salvo o erro... Eu fui dos que fiquei, mas custou-me ver sair tanta gente e gente que deu tudo pela Ceres. Mas olhe que a fábrica não parou assim de repente, ainda existiam vendas... Eu fiquei mais para processar os vencimentos dos que ficaram. Em Fevereiro de 2008 houve uma reunião e saí com outras 12 pessoas, não havia condições... Mas atenção que ainda lá ficou gente... Alguns a trabalhar de graça.

E - Como viu as tentativas de recuperação entre 2008 e 2009? Continuava sem grande esperança?

A.P. – Eu já não acreditava na recuperação, mas a convicção de alguns colegas fazia-me pelo menos imaginar que seria possível, também só podia acontecer duas coisas ou a Ceres continuava a laborar ou fechava de vez... O que lhe posso dizer é que eu não tinha grandes esperanças, mas sei que alguns colegas beneficiaram com estas reaberturas falhadas, mesmo com salários em atraso, os descontos davam entrada na segurança social e isso ajudou para reformas e para avançar o desemprego... Sabe por que razão não acreditava nisto?! Porque eu sabia que o nome sujo do administrador não ia ajudar quando precisassem de arranjar empréstimos ou algum investidor, por isso, era impossível cumprir o que estava no PEC. Ele chegou a fazer um acordo com um fornecedor das pastas, dando alguns terrenos em troca para arrancar com a fábrica, o fornecedor esperto ficou logo com o dele, os terrenos... Mas a segurança social tomou conhecimento do negócio com o fornecedor e obrigou o administrador a passar um cheque, acho que de 250 mil euros, isso foi uma facada porque perdeu o dinheiro que tinha conseguido para arrancar com a Ceres... Mais tarde apresentou isto como desculpa. Bem, mas ele lá arrancou com a fábrica a um forno e uma linha de produção, só que não vendia grande coisa, segundo dizem a qualidade já não era a mesma, os clientes eram poucos e não pagavam logo, aproveitavam-se um pouco da situação... E foi assim... Os que voltaram à Ceres foram na expectativa, eu saí em Fevereiro de 2008, mas se me voltassem a chamar não ia...

E - Sabe dizer-me se nestas reaberturas foi instituído algum regime transitório? O Lay-off a ser decretado?

A.P. – Não tenho a certeza, mas até Fevereiro de 2008, ou seja, a data em que saí tenho a certeza que não houve qualquer redução do período de trabalho, depois quando entraram os outros não sei, mas não acredito que tenham pensado nisso. Sei que muitos, como eu algumas vezes, estiveram “ao alto” mas cumpriam o mesmo horário...

E – Muito bem. Depois segue-se a insolvência em 2010, julgo que em Março. O que é que pensou neste momento?

A.P. – Depois de Fevereiro de 2008 era totalmente a favor, já não havia alternativa... Pode parecer uma atitude egoísta da minha parte, mas já estava farto daquele impasse... Mas não podíamos esquecer os trabalhadores que lá estavam... Enquanto estava na fábrica defendia que os trabalhadores tinham direito a lutar pela recuperação, achava que se devia respeitar os que estavam a laborar, mas depois quando decidi sair já não via razão para continuar a lutar, mas tive que respeitar quem lá ficou. O sindicato levou isto até às últimas, só em Novembro de 2009 fez um ultimato á administração dizendo “ou metem a empresa a andar no decorrer deste mês e cumprem o PEC ou temos que ir para a insolvência”. Como vê, foi tudo preto no branco a administração é que não cumpriu. Se não fosse a

insolvência, só via alternativa num comprador que arrancasse com todo o pessoal, que tivesse capital para investir na modernização da empresa e claro que prestigiasse de novo a Ceres, só nestas circunstâncias voltava a acreditar na Ceres.

E – Então para si não havendo essa alternativa, a única saída era a insolvência?! Diga-me alguma vez em conjunto com os seus colegas de trabalho pensaram pedir a insolvência por se sentirem credores da mesma?

A.P. – A iniciativa pela insolvência foi da segurança social, mas fomos nós os trabalhadores que no fundo ajudamos à decisão, porque demos o nosso voto, concordámos. Em Dezembro de 2009 tivemos uma reunião e os trabalhadores vá se mostravam a favor da insolvência, podemos dizer que a insolvência foi pedida com base num acordo entre trabalhadores e segurança social, logo nessa reunião o coordenador dos sindicatos do centro, António Moreira, ligou para Lisboa a dar conta da nossa vontade... Por isso, a insolvência já era o que a maioria queria, eventualmente um ou outro ainda tinha esperança, mas...

E – Mas...

A.P. – Mas não havia nada a fazer, isto foi o melhor para todos, quanto mais tarde pior... Sei que foi difícil ver fechar as portas daquela casa, da nossa casa, mas não podíamos fazer mais nada. Como ficou comprovado, a recuperação era impossível, se continuassem a tentar iam destruir todo o património... Foi melhor assim!

E – Como representante dos trabalhadores tem papel activo na comissão de credores? Fazem reuniões? Qual o seu papel actualmente?

A.P. – Como lhe disse inicialmente, só fui representante dos trabalhadores quando precisaram que alguém fosse afirmar em tribunal a vontade dos trabalhadores pela insolvência, salvo o erro em Junho de 2010... Fui convidado para representante nesta altura e os outros trabalhadores concordaram. A comissão de credores foi criada nessa altura, mais concretamente depois da primeira assembleia de credores, na verdade até agora só fizemos algumas reuniões para em conjunto achar o valor do recheio da Ceres e decidimos pelo valor de 700 mil euros, mas no leilão fomos apanhados de surpresa, só foi possível vender por 260 ou 270 mil euros já não me recordo. A partir daí não reunimos mais, têm existido alguns telefonemas do Jorge Vicente a perguntar a opinião para alguma coisa. E até me sinto aborrecido por não haver reuniões, acho que há muita coisa para discutir, por exemplo, há tempos ligaram-me a dizer que o administrador que levou a Ceres à ruína entrava lá dentro quando lhe apetecia e telefonei para o sindicato a dizer que os trabalhadores não mostram agrado nessa situação, porque é que nós reunimos na rua e ele pode lá entrar?! O sucateiro que comprou o recheio a nós não deixa entrar. Portanto, são necessárias reuniões para esclarecer certas coisas. Há dias andei com o arquitecto que anda a fazer a avaliação dos terrenos da empresa, o gestor judicial está à espera que o arquitecto avalie os terrenos e se calhar só teremos reunião da comissão nessa altura...

E - E qual é a sua opinião acerca do gestor judicial? Acha que ele ganha alguma coisa com esta insolvência?

A.P. – Ganhar, ganha a sua comissão (risos). Eu acho que quem gere este processo não pode estar apenas à espera da parte lucrativa, ele tem que ajudar e fazer o melhor para os trabalhadores reaverem o que é seu por direito e nesse aspecto acho que o administrador tem cumprido. Só tenho uma coisa a apontar, ele podia abrir-se mais e dialogar, não digo com os trabalhadores mas comigo que sou representante deles, quem vai transmitido alguma coisa é o advogado do sindicato. Ao princípio ele era mais presente, não é que não esteja a tratar das coisas...

E - Simplesmente acha que ele podia estar mais presente...

A.P. - Sim é isso, mas até agora não tenho nada a apontar.

E – Para si quem é que ganha com esta insolvência?

A.P. – Acho que nós não ganhamos nada com isto, ganham os sucateiros que se aproveitam para comprar o património a um preço ridículo, talvez o gestor de insolvência, não sei é que percentagem, mas esse ganha porque trabalhou... Portanto, estas insolvências, em concreto esta, só dá a ganhar àqueles que vivem da compra de património das empresas falidas. Os trabalhadores que apenas esperam pelo que é seu por direito são os mais prejudicados, porque estes processos demoram anos e porque o património vai desvalorizando o que leva a crer que o dinheiro pode não chegar para todos, só 5 milhões são para os trabalhadores...

E – Na sua perspectiva por que é que estes processos demoram tanto tempo?

A.P. – Olhe, primeiro pela crise, não é fácil arranjar comprador, ou pelo menos um bom comprador e depois pelos recursos que vão surgindo. A massa insolvente às vezes tem que recorrer ou a própria administração. Ainda agora tivemos que pedir recurso porque os herdeiros vieram reclamar direitos enquanto trabalhadores, mas nós sabemos que eram administradores, ela era herdeira directa do Sr. Paixão, o Sr. Dr. Juiz entendeu que eles tinham razão e nós recorremos, porque entendemos que não é assim, segundo o Sr. Jorge Vicente há uma norma do código de trabalho que não está a ser entendida

da mesma forma pelo juiz e pelo nosso advogado, ora isto tudo atrasa o processo e gasta dinheiro à massa insolvente. Esse juiz merecia ser denunciado, é ridículo os donos da empresa quererem o nosso dinheiro. Espero que eles não ganhem a acção, era ridículo, eles já ganharam tanto com as vendas por fora com o dinheiro do seguro dos trabalhadores que levantaram, não podem ainda ter direito a uma indemnização. É verdade, quanto ao seguro a comissão de credores é que está a defender esse caso e acho que temos tudo para ganhar, mas nunca se sabe... Isto é tudo muito incerto.

E – E isso leva o seu tempo, mas tempo é o que alguns trabalhadores não têm, não é?

A.P. – Agora é que disse tudo... Alguns estão em situações muito complicadas, os que perderam o subsídio de desemprego, e o dinheiro faz-lhes falta, mas o pior é que o património vai desvalorizando. Nós sabemos que estes processos demoram muito tempo, é muita burocracia com recursos pelo meio pior ainda.

E – Claro... Diga-me uma coisa, o Sr. é sindicalizado?

A.P. Sou, o meu sindicato dada a categoria profissional é que é outro, o dos empregados de escritório, pertence à UGT.

E – E como descreve o seu relacionamento com o seu sindicato?

A.P. - É bom, sempre paguei as minhas cotas e quando era preciso recorria, mas nunca tive problemas maiores no trabalho, recorri em tempos por causa da minha categoria profissional, depois até desisti de levar isso para a frente, a Ceres já não estava bem... Mas também nunca fui um sindicalizado muito activo, sei lá de comparecer a muitas reuniões, por exemplo.

E – Mas agora colabora com outro sindicato, que importância lhe atribui neste processo?

A.P. - Colaboro com gosto, este também é o sindicato da maioria, o mais lógico era sentido juntar-me a eles. O Sr. Jorge Vicente é uma excelente pessoa, ajuda muito, tem muitos conhecimentos... Mas nem sempre concordei com tudo, eles levaram mesmo as coisas ao limite, a insolvência devia ter sido logo em 2008, mas pronto no fundo percebo, eles só queriam esgotar as possibilidades, a sua luta no fundo era para assegurar postos de trabalho... Eles tiveram um duplo papel defender os que estavam ainda a trabalhar e quem estava cá fora a pedir a insolvência. O sindicato tem muita experiência nestes processos e tem facilidade com a papelada, sem falar que divulga pela comunicação social o que pode ajudar ao processo

E – Vê alguma vantagem em ser sindicalizado neste processo?

A.P. – É sempre melhor ser, porque eles têm realmente muito conhecimento, mas o Sr. Jorge Vicente ajuda os trabalhadores e luta por todos, muito não eram sindicalizados e ele não deixou de os ajudar a tratar dos papéis para o subsídio de desemprego, apenas pediu que pagassem as cotas de acordo com os anos de casa na Ceres, parece-me justo... Há um grupo de trabalhadores que nem foi pelo sindicato, os que ficaram lá a trabalhar até ao fim, sim porque depois a parte que não estava a trabalhar e a que estava entrou em divergência, acredita que o patrão ofereceu os serviços do advogado da empresa a esses trabalhadores?! Não sei se eles estão ocorrentes de tudo como nós, por exemplo, se entregam os papéis à segurança social, nós que estamos pelo sindicato temos tudo em ordem, eles não sei e isso é grave porque se faltar documentos a segurança social não avança com o fundo de garantia. Uma coisa é certa estes trabalhadores não assistem aos nossos plenários, o sindicato não permite, aliás nem os trabalhadores, se eles não estiveram sempre connosco e estavam ao lado da administração da empresa não tinham o direito de ouvir as nossas discussões.

E- Posso deduzir que acha o trabalho do sindicato mais vantajoso?

A.P. – Sem dúvida, mas mesmo esses que têm o tal advogado vão acabar por usufruir do nosso trabalho e pronto contra isso nada, somos todos trabalhadores, o dinheiro que se arranjar é para dividir de igual forma. Nós temos a vantagem de o sindicato ser alertado por todas as entidades, por exemplo, por falta de documentos, eles não sei e isso até nos preocupa, porque atrasa o processo, nós acreditamos que há sempre informação que lhes chegue, pelo menos por outros trabalhadores. Não sei se é por isso que ainda não recebemos do fundo de garantia, ou seja, estamos à espera de um máximo de 18 salários mínimos, mas isto depende dos anos de casa de cada um... O que não podemos esquecer é que se a segurança social nos assegura indemnizações agora, depois têm que recuperar esse dinheiro em algum sítio e é aos 5 milhões a que os trabalhadores têm direito... Bem, mas isto para lhe dizer que é o sindicato que tem comandado este processo e sido o intermediário entre nós e a segurança social.

E - Tem plena confiança no sindicato?

A.P. - Olhe, não tenho razão de queixa. Sabemos que estes processos demoram e não culpamos o sindicato, embora reconheça que muitos trabalhadores lhe fazem pressão. Eles têm sido incansáveis, se não confiasse neles também não os ajudava, nem tinha aceitado ser representante dos trabalhadores na comissão... Os sindicatos ajudam, mas também não fazem milagres, não conseguem impedir o desemprego... Eles tentam, mas...

E – O desemprego é mais difícil de combater...

A.P. – Pois é... O sindicato tenta manter os postos de trabalho, mas não depende deles... Não há trabalho e pronto, não são os sindicatos que o vão fazer aparecer, o problema é toda a conjuntura... O desemprego só acaba se forem criados novos postos de trabalho e isso está a tornar-se cada vez mais difícil...

E – O senhor ficou desempregado em Fevereiro de 2008?

A.P. – Sim, e o subsídio acaba em Abril de 2011. Não tenho direito ao social, porque a minha mulher é funcionária pública, trabalha na segurança social... Não me dá direito a esse subsídio. Mas não vejo grande inconveniente, porque faço 47 anos de descontos e já posso pedir a reforma, logo não tenho penalizações, já fiz várias simulações e não tenho penalização.

E - Tinha outras situações de desemprego na família?

A.P. – Não, felizmente não...

E – E qual foi o impacto da sua situação de desemprego na família?

A.P. – Olhe, foram menos 2 salários a entrar, o subsídio de férias e o de Natal. No fundo o meu subsídio de desemprego é mais ou menos igual ao que líquido que recebia, mas faz falta aqueles subsídios... E a vida não é assim tão fácil, pois tenho dois filhos, uma é enfermeira já trabalha, mas o outro está a estudar no ISEC e a despesa mensal para ele não é pequena, transportes todos os dias, propinas, lazer, sabe como são os universitários (risos) ele não é diferente...

E – Tem que se fazer uma melhor gestão dos rendimentos, não que antes não existisse, mas...

A.P. – Sim, passa por aí... Eu nunca pensei ver-me nesta situação, mas hoje este é o prato do dia... Agora, tenho que ir de quinze em quinze dias à Junta de Freguesia, são aqueles dois meses que recebo a menos, mas pronto no fundo no meu caso pessoal é mais a situação de estar de no desemprego... Porque se for efectivamente para a reforma depois do desemprego, não tenho grandes desvantagens...

E – Sabemos que estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas conseguiu colher algo de positivo desta experiência?

A.P. – Passei mais tempo em família, como tenho uma vinha passei a dedicar-me mais a ela e a produzir vinho para consumo próprio, coincidência das coincidências essa vinha foi-me dada pelo meu pai em 2009... Ele adivinhou que precisava de me entreter (risos). Também tenho um quintal onde planto umas couves, trato de umas árvores e assim... Veja lá que hoje quando me telefonou andava a meter adubo numas oliveiras que plantei nessa vinha... Na aldeia há essa vantagem, há sempre muito para fazer e quando está a chover vou para o computador, vou para a internet ler umas notícias, neste aspecto estou melhor que alguns que coitados estão meios perdidos e não têm actividades que compensem de certa forma a perda de uma rotina.

E – Acabou por conseguir dar a volta por cima e ocupar o seu tempo...

A.P. – Sim, é isso. Felizmente estas coisinhas simples minimizaram esta situação de desemprego.

E – Ainda vê a possibilidade de arranjar outro emprego?

A.P. – Não, por várias razões, primeira tenho a vantagens de pós desemprego ir para a reforma sem penalização, coisa que não acontecia se arranjasse um novo emprego e depois nunca mais ia voltar a ter um emprego semelhante e a ganhar o mesmo ordenado... Os empregos hoje em dia são muito precários, acho que já não há empregos, há trabalho e mal pago... Eu era dos que perdia se arranjasse outro emprego, então fui aguentando a situação e passando o tempo como podia...

E – Muito bem... Mas diga-me durante este período de desemprego, que ainda decorre, teve apoio de alguém, por exemplo, familiares, amigos, vizinhos? Falo de vários tipos de apoio, financeiro, emocional...

A.P. – Não, pelo menos não financeiro, eu recebi logo do desemprego e como lhe disse não era muita diferença do ordenado líquido... Psicológico também não, não sou pessoa de me ir abaixo com facilidade e depois saber que não era só eu também me confortava de alguma forma... e saber que me conseguia reformar... Hoje em dia já não é a novidade que era há anos atrás, não é?! Por isso, não me senti, nem sinto psicologicamente afectado.

E – Mas existiu alguma implicação na esfera financeira?

A.P. Sim, como lhe disse eram menos dois salários, sem falar que me ficaram lá com mais de 7 mil euros de salários em atraso e subsídios de Natal e férias... Se já não era pessoa de passar férias fora como outros, muito menos o faço agora... Há sempre obras para fazer em casa, a casa tem 30 anos e há sempre uma telha ou outra que parte, o carro que já tem 15 anos e está velho e que deve ser substituído, já não falo em férias mas até fica apertado para estas coisas, o subsídio de férias e Natal sempre dava para estas pequenas coisas... Há 4 anos que só tenho meia dúzia de dias de praia e vou e venho... Esta ou aquela roupa também se deixou de comprar, tem que se cortar sempre em alguma coisa, só na alimentação é que não... Por exemplo com o meu filho mais velho sinto que não lhe damos o que dávamos à irmã, mas pronto vai dando e desde que dê para lhe pagar os estudos e mais ou outra coisinha, já nos sentimos satisfeitos.

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego proporciona algum conforto às famílias?

A.P. Olhe se ele for pago de início e visto que não difere muito do ordenado líquido penso que sim, que dá para aguentar e ter pouco mais que o necessário, só há o inconveniente do subsídio de Natal e férias. O problema para alguns é quando começa a aparecer o social que é praticamente metade e pior ainda quando é cortado o valor. Num casal em que um está desempregado e o outro recebe ordenado normal dá para aguentar, mas quando já não há subsídio de desemprego e apenas um ordenado é muito complicado...

E – Claro há casos de grande fragilidade... Mas diga-me o senhor para atenuar a falta do tal subsídio de férias e Natal, arranjou algum biscate?

A.P. – Não... Ajudo muita gente, mas não pelo dinheiro. Por exemplo, ajudo com os IRS's porque estou à vontade na sua elaboração, mas não cobro nada por isso. E sei que há pessoas que completam o subsídio de desemprego com outras fontes de rendimento, há quem consiga tirar dois ordenados (tom de voz ligeiramente elevado). Mas pronto isso são questões que não me dizem respeito, cada um é cada qual, mas eu não tenho outra fonte de rendimento... Em casa só há o ordenado da minha esposa e o subsídio de desemprego.

E – Entendo... Mas até a data o centro de emprego não lhe propôs nada? Um curso, por exemplo...

A.P. – Propostas de trabalho não tive, mas tive um POC através do futebol, durou um ano, o tempo do primeiro do desemprego, não durou mais porque o POC passou a ser mais rigoroso, não se podia fazer na mesma entidade e assim... Pronto já era director do clube e treinador de jovens, mas depois houve então a oportunidade de trabalhar no centro cultural na parte administrativa. Eu lá arquivava documentos e colocava a papelada em ordem. Fora isto, nunca me indicaram mais nada, eu tive conhecimento de alguns cursos que até me interessavam na área da informática, mas como nunca me foi proposto acabou por não dar para isso... Também ouvi dizer que o desemprego chamava pessoas para tirar o 12º ano, mas não sei se pela idade ou pelo facto de o desemprego estar a acabar vou ser abrangido, se me fizerem a proposta antes de acabar, eu vou... Sempre passo o tempo e é mais conhecimento que vou adquirindo...

E – Numa situação de desemprego, a quebra da rotina... Como são os seus dias?

A.P. – É verdade. Uma pessoa está habituada a acordar àquela hora e sair para o trabalho, nos primeiros tempos até parece que andamos todos trocados, dei por mim a levantar-me cedo e vestir-me para ir para a Ceres... Depois caía em mim e lá me entretinha por casa e pelo campo... Mas não é fácil, há pessoas que caem na depressão, eu tentei sempre dar a volta por cima e não deprimir... Na minha idade um emprego era quase milagre, mas sempre tive a esperança de conseguir a reforma... Não queria que fosse já, mas tem que ser... Não há trabalho para novos, quanto mais para velhos...

E – Para terminar, como é que vê o seu futuro? Afinal muita coisa mudou na sua vida, inclusive o dia-a-dia, mas tem perspectivas para o futuro?

A.P. – Eu sou um optimista, espero que o processo da Ceres chegue ao fim e que consiga fechar esta página na minha vida... Quero continuar a cuidar da minha vinha, do quintal e estar ligado ao futebol porque gosto de estar em contacto com os jovens (silêncio) ... E vejo-me reformado depois do subsídio de desemprego...

E – Terminámos... Não sei se quer acrescentar alguma coisa, sinta-se à vontade.

A.P. – Só lhe posso dizer que bem cá no fundo não queria que a Ceres fechasse, eu sabia que não havia nada a fazer, mas não foi fácil ver a minha empresa, a minha segunda casa destruir-se assim... Mas vou confidenciar-lhe uma coisa, já pensava reformar-me aos 61 anos, sinto que não perdi muito, há gente que perdeu mais, gente que é velha para trabalhar e nova para se reformar... Atenção, queria reformar-me, mas não queria que a Ceres tivesse este desfecho, isso nunca...

E – Compreendo o senhor trabalhou muitos anos e mesmo no tempo saudável da Ceres pensava descansar antes dos 65...

A.P. – Sim, eu gostava muito daquilo, mas mesmo antes da crise da Ceres sentia que devia parar, o meu serviço era desgastante. E depois aproveitava a anterior lei que não tinha qualquer tipo de penalização na reforma, embora já tenha confirmado que também não vou ter. E é assim... Agora é seguir a vidinha aqui na aldeia e esperar que venha algum dinheiro da Ceres para gozar a velhice (risos).

E – Agradeço o tempo que me disponibilizou. Obrigada!

Entrevista – Homem de 58 anos, casado e pai de dois filhos – Chefe de turno, 32 anos na Ceres.

E – Para começar, vamos falar na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram, conte-me como foi...

C.M. – Comecei a trabalhar com 14 anos, ou melhor comecei a descontar com 14, mas comecei a trabalhar com 12... Comecei por aprender alfaiate em Oliveira do Hospital, depois vim para Coimbra com 13 anos trabalhar como alfaiate, com 19 anos fui chefe de linha de uma secção de uma confecção no Bairro Norton de Matos, saí de lá em 1975, depois fui para a Ceres a 1 de Agosto de 1977 e lá fiquei até ao fim.

E – Foi para a Ceres por intermédio de alguém, ou foi lá inscrever-se normalmente?

C.M. – Em 1977 também era difícil arranjar emprego, talvez não como hoje mas era difícil... Arranjei trabalho lá através de um amigo que conhecia o genro do dono da Ceres... Comecei a trabalhar por turnos e ao fim de alguns anos passei a chefe de turno, fui chefe durante os últimos 6 anos de vida da Ceres... Foram 32 anos de trabalho...

E – Qual é o significado do trabalho na sua vida?

C.M. – O trabalho é para os pobres a única forma de ter alguma coisa, e quando se faz o que se gosta ainda mais importante se torna. Acho que gostar daquilo que se faz é fundamental para ser alguém na vida... Sempre trabalhei por necessidade, e repare que o meu trabalho não era fácil, trabalhar por turnos é difícil para nós e para a família, trabalhava aos domingos, às vezes não almoçava ou jantava com a família, era complicado... Eu só tinha um domingo disponível por mês, no Verão para ir para a praia com a família, ou para ir a uma casamento ou baptizado estávamos sempre condicionados, pois podia estar ou não estar a trabalhar.

E – Pode especificar as suas principais funções na Ceres? Como era o trabalho que desempenhava?

C.M. – Fui chefe de turno nos últimos seis anos, mas sempre trabalhei por turnos... Eu percebia de fornos de sanitário e azulejo, portanto, enquanto chefe estava responsável pelo material que estava no forno, às vezes à noite quando não estavam presentes os serralheiros também fazíamos alguma manutenção, e estava responsável pelos colegas da secção... Antes de ser chefe era forneiro, mas as funções eram as mesmas, simplesmente não tinha responsabilidade sobre os colegas... Como chefe ganhava mais um pouco, mas nem sei se valia a pena o dinheiro face às responsabilidades, criam-se muitas inimizades, a figura do chefe nem sempre é respeitada, eu enquanto forneiro sempre acatei as ordens, pois tinha brio no meu trabalho, infelizmente nem todos pensam assim... Enquanto chefe sempre procurei ensinar os que não sabiam, para que mais tarde não se sentissem inúteis, para mim, essa é a principal função de um chefe... Tive um caso ou outro menos agradável, mas no geral as coisas corriam bem...

E – Quando foi para a Ceres ficou logo efectivo?

C.M. – Não, primeiro assinei um contrato por um ano e depois ele renovou-se automaticamente, nunca mais assinei nada... A minha esposa também lá trabalhou 18 anos e também passou pela mesma situação, só assinou um contrato e depois ficou efectiva... Felizmente a minha esposa saiu antes do fecho da empresa, se não estamos os dois desempregados actualmente...

E – Tinha algum tipo de regalia na empresa?

C.M. – Acho que só tinha o que era de direito, como chefe ganhava bem, por isso, não me davam mais nada (risos). Sei que algumas pessoas do laboratório e do escritório recebiam mais meio mês no subsídio de Natal, mas eu não... Também existiam outras pessoas com prémios por bom desempenho, por exemplo o pessoal da manutenção. E na minha opinião alguns prémios estavam mal explicados e poderiam ser discriminatórios, alguns recebiam prémios por ultrapassarem a produção e eu achava muito bem, outros recebiam apenas por serem amigos do patrão, mas pronto...

E – Como descreve os anos de trabalho na Ceres?

C.M. – Tive um bocadinho de tudo... Enquanto as coisas correram bem foi tudo bom, quando começaram a correr mal foi complicado, porque ninguém gosta de viver na insegurança. Mas o balanço é bom, verdade seja dita, na cerâmica não se ganha assim tão mal, é um trabalho duro mas comparando com o trabalho de outros operários era bem pago... E depois fiz lá grandes amigos e isso fica para sempre... Os trabalhadores estavam todos na média de 10 anos para cima, ou sejam, conhecemo-nos todos muito bem, cultivamos bons sentimentos e não posso dizer que éramos mal tratados, até tínhamos boas condições... E isso é isso que posso destacar quando falo da Ceres...

E – Ainda bem que fala em boas condições... Sei que o fundador da empresa criou um infantário para as crianças dos trabalhadores. Usufruiu do espaço? O que pensa desta criação?

C.M. – O meu filho mais novo andou no infantário, uma vez que nessa altura trabalhávamos lá os dois foi muito útil... Foi uma boa ideia, porque nós íamos trabalhar e sabíamos onde estavam os nossos filhos, se ficassem doentes éramos logo informados e podíamos lá ir... Não pagávamos nada por isso, o

que era mais vantajoso, já na altura as creches ou amas eram caras...

E – E qual era a sua opinião acerca do fundador da Ceres?

C.M. – Ele foi bom homem... Ajudou muita gente com materiais para a casa, não foi o meu caso porque só construí casa nos anos 90 e nessa altura ele já estava mal, mas sem sombra de dúvida era uma excelente pessoa, ele gostava de ajudar os trabalhadores, dizia muitas vezes que um patrão sem trabalhadores não é nada... Na altura deste homem o dinheiro dava para tudo, ajudava com materiais, emprestava dinheiro aos trabalhadores e a Ceres estava no auge... Quando ele foi embora foi um descalabro, até que se chegaram ao ponto de não ter dinheiro para cumprir com os salários... O que é sempre é que nós sempre trabalhámos da mesma forma, o material saía, quem ficava com o dinheiro é que já não sei...

E – Deixaram de ajudar o pessoal e começaram a ser menos cumpridores, não é?

C.M. – Durante uns tempos aguentaram a situação, ou pelo menos deram-nos alguma segurança, o Sr. Paixão deixou bons fundos à Ceres, nos anos 80 não sei precisar bem, ele disse-me que as coisas poderiam ficar mal e a fábrica poderia não vender uma peça que ele tinha dinheiro para sustentá-la durante 5 anos e nesta altura trabalhavam lá 400 pessoas... Depois com cerca de 200 não conseguiram aguentar a empresa... Custa entender... A Ceres modernizou-se, tarde mas modernizou-se, por isso, se reduziu o pessoal, e repare que esta modernização nem foi toda por conta da fábrica, o Estado ajudou... Quando passei a chefe comecei a frequentar o escritório e foi aí que me apercebi de algumas coisas, facturas com atrasos, ameaças de cortes de luz e de gás, enfim... Estas coisas fizeram-me ver que não estávamos a lidar com pessoas tão responsáveis, o Sr. Paixão sempre foi um homem cumpridor connosco, com os fornecedores, com a segurança social e finanças e fui verificando que os seus sucessores não faziam o mesmo e quem lá ficou depois muito menos... E não tenha dúvida que foi falta de gosto pela fábrica, porque nós éramos os melhores do sector na região, tínhamos tudo para aguentar, não aceito as desculpas com a crise, porque a falta de mão para o negócio também é necessária... E depois os herdeiros foram iludidos pelo individuo que em 2007 conseguiu apanhar a fábrica, isto foi assim, eles colocaram esse individuo na administração as coisas começaram a correr mal e em 2006 a Ceres fechou, só que esse individuo que eles confiaram e colocaram na administração passou-lhes a perna e por intermédio de uma empresa do norte conseguiu comprar-lhe a Ceres e corrê-los de lá, de outra forma nunca lhe vendiam a empresa, depois já sabe a história, o individuo que ficou com a Ceres tentou recuperá-la iludindo todos os trabalhadores, mas voltou a não cumprir e acabámos na mesma...

E – Posso deduzir daquilo que diz que o desfecho da Ceres se deve a desentendimentos e má gestão? Ou estou enganada?

C.M. – Não está enganada, é isso mesmo, má gestão e liberdade a mais a pessoas movidas por interesses próprios... Enquanto o Sr. Paixão era um homem que trabalhava para a empresa, ou outros trabalhávamos para eles próprios... Eles descapitalizaram a Ceres e digo-lhe mais se não fossem os fundos a empresa teria morrido mais cedo... Se tivermos um bolo na mesa e estivermos sempre a cortar fatias o bolo acaba, foi o que aconteceu, eles só tiraram e não criaram valor... Começaram a desviar, a desviar, até que... Repare que estavam tão perdidos que até o dinheiro do seguro dos trabalhadores levantaram, o Sr. Paixão fez esse seguro para nós mas...

E – Diga-me como era o seu relacionamento com a entidade patronal?

C.M. – Nem bom nem mau, eu fazia o meu trabalho... Não concordava com algumas coisas, nomeadamente com atitudes que beneficiavam uns e discriminavam outros, mas não era ninguém para chamar os patrões à razão...

E – E com os colegas de trabalho?

C.M. – Era bom, como lhe disse, fiz lá bons amigos, daqueles amigos que ficam para sempre... Quando passei a chefe algumas pessoas ficaram diferentes comigo, talvez porque fui muitos anos como eles, passaram a ver em mim alguma autoridade e isso abalou alguns relacionamentos... De qualquer forma, os verdadeiros amigos estiveram sempre comigo...

E – Tinham momentos de lazer, por exemplo, festas de Natal? Descreva-me esses momentos...

C.M. – Nós organizávamos o jantar de Natal, era por nossa conta, a empresa não financiava... Eram bons momentos, muito convívio e alegria, era raro falarmos dos problemas da fábrica... Para o fim já era difícil fugir desses assuntos, mas tentávamos sempre passar um bom bocado...

E – O que é que motivava o seu trabalho na Ceres?

C.M. – Comecei a trabalhar com 12 anos, porque sempre precisei, com o passar do tempo a minha maior motivação para trabalhar eram os meus filhos, queria que estudassem e fossem alguém na vida... Para o fim, já tinha os meus filhos criados, mas continuo a ser ambicioso, gostava de continuar com qualidade de vida e sei que sem trabalho não tenho isso, sem falar que também não sou pessoa para estar sem fazer nada, eu preciso de me mexer, de me sentir útil e em casa não me sinto assim de certeza...

E – Compreendo, o trabalho faz com que se sinta útil...

C.M. – Obviamente, menina... O trabalho dignifica, dá um sentido ao nosso dia-a-dia.

E – Quando é que deu conta do enfraquecimento da Ceres? Já falou um pouco disso, mas diga-me quais foram os principais sinais desse enfraquecimento?

C.M. – Notei que as coisas não estavam bem mais ou menos em 2002, quando os herdeiros pensaram em vender a Ceres, mas o fulano que eles meteram na administração e mais tarde ficou com a empresa não deixou... Por um lado, isto foi bom para os trabalhadores porque tiveram emprego durante mais quatro anos, mas não tiro a hipótese de isto já estar tudo pensado... Outro sinal de que a fábrica estava a dar as últimas era o pagamento dos salários, eles sempre pagaram as 23/24 de cada mês e em 2004 começaram a atrasar, primeiro para dia 30, depois para dia 6/8, em 2005 deixaram de pagar o 13º mês... E em Junho de 2006 fecharam as portas.

E – Mas já lhe passava pela cabeça que a fábrica pudesse fechar?

C.M. – Sim... Embora depois voltasse a acreditar na sua recuperação, estavam tantas instituições credíveis envolvidas, o IAPMEI, o Governo Civil de Coimbra, a Segurança Social... De certa forma iludime, acreditei na força de vontade do patrão, mas infelizmente, ele voltou a falhar, ele nem sequer tinha credibilidade junto dos bancos...

E – Então quando é que deixou de acreditar definitivamente na recuperação da Ceres?

C.M. – No dia 11/11/2009 quando saí da Ceres pela segunda vez... Eu praticamente andava a pagar para trabalhar, aguentei o mais que podia... Mas o dinheiro não entrava naquela fábrica... Dei oito dias à casa e saí da fábrica no dia 11/11/2009... Foi o melhor que fiz, porque trabalhar sem receber não podia ser...

E – Se entendi bem, regressou à Ceres depois de 2006... Foi um dos trabalhadores que teve a oportunidade de lá voltar... Conte-me como foi...

C.M. – Sim, depois de dois anos, concretamente 790 dias no desemprego voltei à Ceres... Na altura o patrão disse que entraram perto de 50 pessoas, mas isso foi mentira, entrámos no máximo 40 e acho que já estavam incluídos elementos do escritório e pessoal da manutenção que não chegaram a sair em 2006... O PEC foi aprovado de acordo com todos os credores e reabriram a fábrica em Setembro de 2008 e eu fui chamado a reingressar na fábrica... A Ceres recomeçou com uma linha de azulejo e tinha tudo para dar certo, mas não houve financiamento e caiu tudo por terra... O responsável pela Ceres não nos dizia que não havia financiamento, ia iludindo o pessoal e dizendo que estava tudo bem... As instituições bancárias não deram dinheiro, mas um fornecedor quis investir, claro que pediu contrapartidas, 9 terrenos da Ceres como garantia, acho que este foi o único indivíduo que ganhou alguma coisa com esta situação. Felizmente, nunca se lembraram de dar a empresa como garantia, acho que nem podiam, porque é considerado um bem dos trabalhadores... Mesmo com estes pequenos, grandes entraves a fábrica lá arrancou mas passado algum tempo parou a produção por falta de luz, não viamos para casa, mas estávamos lá sem fazer nada e foi assim até o patrão conseguir pagar as contas... Ou seja, em 2009 já víamos que as coisas não iam longe... Eu acreditei e tive todo o gosto em lá voltar, o patrão pode dizer que não teve apoio dos bancos e do Estado, mas não pode dizer que os trabalhadores não o ajudaram... Olhe, nós tentámos e tivemos esperança no projecto de recuperação mas foi algo que não demorou muito como se viu... Digo-lhe mais, no meu caso ir para a Ceres uma segunda vez só me complicou a vida no que refere à reforma antecipada, eles consideraram um segundo desemprego, pois em Novembro de 2009 voltei a ficar desempregado, mas não era um segundo desemprego porque eu fui para a Ceres em 2009 ainda tendo 350 dias do desemprego de 2006 por gozar, atribuíram-me 38 meses, eu não gozei tudo porque fui chamado para trabalhar, mas depois de 2009 tinha direito a gozá-los... E gozei esses dias e em Novembro de 2010 comecei a receber do social, mas já me cortaram, pois meti os papéis para a reforma, espero conseguir...

E – Os trabalhadores sacrificaram-se pela empresa...

C.M. – Não tenha dúvidas... Do trabalhador que anda com a vassoura na mão até ao trabalhador de topo, todos ajudaram e todos mesmo com salários em atraso não queriam que a Ceres fechasse portas... E os que voltaram como eu, fizeram tudo o que podiam, trabalhamos com salários e subsídios em atraso com a mesma intensidade, mas não souberam aproveitar a nossa boa vontade... Andámos iludidos, não porque somos tolos, mas porque tínhamos amor à empresa, coisa que nem os próprios donos tinham... Saí em 2009 porque tenho família e o dinheiro fazia falta, sobretudo, saí porque vi tudo destruído, património mal vendido, outro a desvalorizar a cada dia e pessoas incompetentes a ver isto acontecer sem fazer nada... .

E – Tem conhecimento se nessas tentativas de recuperação foi instituído algum regime transitório? O lay-off chegou a ser decretado?

C.M. – Não... Mas quando não havia matéria-prima andávamos por lá sem fazer nada, o patrão não tinha dinheiro para comprar o material mas continuava a iludir-nos e nós por lá andávamos as 8 horas sem fazer nada ou a varrer... Em tempos toda a gente queria vender à Ceres, nos últimos anos da sua

existência foi o oposto, ninguém queria fazer negócio com a Ceres...

E – Não existiu qualquer redução temporária do período de trabalho...

C.M. – Não... Alguns dias mandaram o pessoal para casa, mas com a promessa de que eram dias pagos... Se calhar teria sido melhor alterar os horários de trabalho, uns faziam uns dias por semana, outros faziam outros... Se o patrão tivesse dinheiro talvez tivesse sido um bom patrão, porque mesmo com todos os seus defeitos ele quis que a Ceres vinga-se, mas faltava-lhe o melhor, o dinheiro...

E – Em 2010 foi declarada a insolvência. O que achou?

C.M. – Com aquela administração não havia outra hipótese. Eles estavam sempre a iludir-nos, mas a verdade é nunca iam conseguir financiamento para levar a Ceres para a frente... A insolvência veio acabar com o sofrimento de todos... Sofremos todos muito com o que aconteceu à Ceres, mas acredite que quem voltou à Ceres uma segunda vez sofreu a dobrar, foram duas desilusões... É a mesma coisa que dar um doce a uma criança com uma mão e tirar com a outra... Mas garanto-lhe que os trabalhadores fizeram tudo o que estava ao seu alcance, até pagaram para trabalhar...

E – Compreendo. Mas em conjunto com os seus colegas de trabalho alguma vez pensaram pedir a insolvência por se sentirem credores da empresa?

C.M. – Falávamos nisso mas sentimos que não tínhamos força suficiente... Dos que entraram uma segunda vez nem todos queriam a insolvência e custava-nos ir contra alguns colegas de trabalho, alguns estavam do lado da administração, ou seja, iludidos de que a fábrica tinha tudo para ir para a frente... Quando a Segurança Social quis pedir a insolvência a maioria dos trabalhadores apoiou, só os mais próximos da administração é que não... E não foi fácil, alguns colegas ficaram mesmo chateados...

E – Pensaram na insolvência, mas tinham receio de entrar em conflito com outros colegas que não desejavam o mesmo...

C.M. – Sim... Felizmente a Segurança Social fez-nos o favor, se não tínhamos que ser nós a por um fim àquele impasse, mesmo que isso implicasse ir contra alguns colegas...

E – Com a insolvência aparece uma nova figura, o administrador de insolvência, na sua opinião qual é o papel deste novo elemento?

C.M. – Dizem que é uma pessoa competente, até me disseram que não tem qualquer tipo de remuneração ao mês, recebe quando o processo estiver encerrado... É uma pessoa dedicada e que tem ajudado muito o sindicato, segundo o Sr. Jorge Vicente, ele é muito prestável e está sempre disponível. Acho que o papel deste senhor não é fácil, ele agora tem que fazer dinheiro para pagar aos credores, com esta crise é muito difícil... Pelo menos já vendeu o recheio... Julgo que está a fazer um bom trabalho.

E – Na sua opinião quem é que sai vencedor desta insolvência?

C.M. – Os trabalhadores nunca vão ganhar, nós só temos a receber o que é nosso por direito, os trabalhadores só perderam com toda esta situação... Esta insolvência pode é fazer com o que os trabalhadores percam menos... Uma coisa podemos dizer, um trabalhador em fim de carreira ganhou qualquer coisa, porque caso se reformasse não levava nada da fábrica, assim, leva alguma coisa a mais... Pior estão os trabalhadores mais novos que apostaram tudo naquela empresa e que não sabem fazer mais nada, antes tinham um salário garantido e agora não, e muito têm filhos a estudar e casa para pagar... É complicado!

E – Diga-me, o senhor é sindicalizado?

C.M. – Nos meus trabalhos antes da Ceres fui sindicalizado, lá não... Mas em 2006 sindicalizei pagando as quotas... Eu pensava que nunca ia precisar do sindicato, embora lhes reconhecesse valor, têm conhecimentos que nós não temos, têm advogado, é uma vantagem... Hoje aconselho toda a gente a sindicalizar-se... Porque é uma garantia para o trabalhador, nomeadamente nestas situações das falências...

E – Então, que importância atribui ao sindicato desde o início deste processo? Em que é que o ajudou?

C.M. – O sindicato tem ajudado muito, eles são o rosto dos trabalhadores, e disseram uma coisa que é bonita de ouvir, mas que não concordo muito, que tanto ajudavam o que era sócio como aquele que não era... Eu paguei as quotas, mas eles não obrigavam ninguém a fazê-lo disseram que tratavam todas as pessoas por igual. E foi verdade, eles trataram da papelada de toda a gente, não discriminaram ninguém... mas nem toda a gente se juntou ao sindicato alguns indivíduos, poucos, ficaram do lado da administração e isso até nos atrasou o processo, porque tínhamos que ter os papéis de todos os trabalhadores independentemente do lado em que se encontravam... Vou contar-lhe um episódio infeliz, como sabe e já testemunhou, os nossos plenários são feitos no refeitório da Ceres e são abertos a qualquer trabalhador, mas os que ficaram do lado da administração nunca foram aos plenários, como nós nunca soubemos nada das reuniões entre eles, mas um dia estávamos lá para fazer uma reunião e três dessas pessoas queriam entrar só que o sindicato e os trabalhadores não os deixaram, o que era legítimo, então eles reúnem e não nos dão satisfações e nós tínhamos que lhes dar ou deixá-los a par das nossas coisas, foi triste porque devíamos estar todos para o mesmo, mas

também acho que foi correcto não os deixar entrar... Todos vão receber o mesmo, mas não temos que lhes dizer o que vamos fazer, pois estão processos em tribunal contra a administração, se eles estão do lado dela não faz qualquer sentido ouvir o que dizemos contra a mesma... Isto só para lhe dizer que nem todos estão do mesmo lado, mas que todos terão salvaguardados os seus direitos, o sindicato não está contra nenhum trabalhador, nem os trabalhadores querem guerras com aqueles que se juntaram à administração, mas não lhes podemos dizer tudo...

E – Compreendo, eles escolheram ficar do lado da administração...

C.M. – Certo, por isso, é difícil compreender o porquê de só no fim quererem juntar-se a nós, quem nos garante que não vêm ouvir para depois contar à administração e continuarmos com recursos estúpidos que atrasam todo o processo?! É triste, mas isto é um processo a correr no tribunal que queremos ver resolvido o mais depressa possível...

E – Tem plena confiança no sindicato?

C.M. – Sim... Nunca me preocupei com papéis, eles foram excelentes...

E – Agora vamos focar-nos na sua situação de desempregado. Disse que ficou desempregado em 2006 e depois em 2009... Quando entro nesta situação tinha mais alguém desempregado na família?

C.M. – Sim, fiquei desempregado em 2006 com o fecho da empresa e fiquei desempregado em 2009 depois da tentativa de recuperação. Na altura, 2006, a minha mulher já estava reformada, uma reforma baixíssima... O meu salário era um grande suporte aqui em casa.

E – E qual foi o impacto do seu desemprego no seio familiar? 790 Dias desempregado é muito tempo...

C.M. – Pois, embora a gente saiba que tem o dinheiro do subsídio, ainda era uma diferença de 100 euros ao fim do mês, sem falar que não tinha subsídio de férias nem de Natal. Não era o desejável, mas era o possível, estes apoios são sempre bem-vindos, ninguém tem culpa de repente ficar sem trabalho... Poupámos mais, mas continuámos com a nossa vida, sempre tivemos uma vida humilde, nunca fomos de grande ostentação, como vê a minha casa é simples... A única coisa que deixei de fazer foi de ajudar os filhos com dinheiro, às vezes com o subsídio de férias e Natal pagávamos-lhes férias, íamos jantar fora nas minhas folgas e durante o período que estive desempregado isso não aconteceu, porque tivemos que poupar, já não havia a segurança de um trabalho, por isso, achámos por bem poupar para a nossa velhice... De um momento para o outro o desemprego acaba e se não tiver reforma é complicado...

E – Mas não pode contar com a ajuda de familiares, vizinhos ou amigos?

C.M. – Oh... As pessoas têm as suas vidas, algumas estão piores que nós... Mas assim coisas menores, sei lá, quando alguém cultiva algo que não temos vem trazer cá a casa e nós fazemos o mesmo. E é só isso...

E – Pequenas ajudas...

C.M. – Sim, a vida não dá para mais...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas durante esse período conseguiu colher alguma coisa de positivo?

C.M. Como lhe disse o meu trabalho não era fácil, trabalhar por turnos penalizou durante anos a minha família, e estar desempregado embora não fosse o desejável aproximou-me muito da minha família... E a minha família foi extraordinária comigo, deram-me sempre apoio, sabem que sempre fui um homem de trabalho e que estar desempregado era complicado... As coisas boas foram alguns momentos de lazer e convívio com a família e amigos. E poder tomar conta dos meus netos, que é uma actividade muito recorrente (risos) ... Eles estão muitas vezes cá em casa, eu e a minha mulher estamos sempre por casa, não há necessidade de irem para a creche... Para mim isto foi o melhor do desemprego.

E – Nesse primeiro desemprego, tentou procurar outro trabalho?

C.M. – Não, nunca procurei trabalho, primeiro porque já tinha 55 anos e depois porque estávamos com o contrato suspenso e podíamos ser chamados a qualquer altura, aliás, como fui... Não é falta de modéstia, mas sempre acreditei que ia ser chamado, pelas minhas funções e porque até não me dava mal com a entidade empregadora, quando eu digo não dar mal, foi porque ao contrário de muito nunca andei por aí a chamar ladrão a este ou àquele, até podem ser, mas não tenho provas não falo... Ninguém é insubstituível, mas eu tinha quase a certeza que se a fábrica abrisse eu era chamado...

E – Arrepende-se de ter voltado à Ceres uma segunda vez?

C.M. – Acho que arrepender não é o melhor termo, mas como lhe disse não foi o melhor para mim. Vir para a rua outra vez foi complicado... A minha família é que ficou chateada, porque do desemprego pouco ou muito recebia, mas quando fui para lá trabalhei muitos meses de graça, a minha mulher dizia-me muitas vezes que eu não tinha necessidade de passar por isso, que podia pedir a reforma, mas eu estava com aquele frenesim de lá voltar... Quando entrei para lá tive esperanças, mas quando comecei a ver os salários a atrasar, a falta de matéria-prima, vi que tinha cometido um erro... Sabe, eu fui atrás do cumprimento de uma meta, eu sempre pensei trabalhar até aos 60 e picos, porque estava como chefe ganhava melhor e podia ir buscar uma reforma um pouco melhor... Ainda tinha saúde para

trabalhar, por isso, acreditei mais que outros, não sei explicar... E eu gostava daquilo que fazia...

E – Foi atrás de uma meta, mas também tinha uma ligação muito forte com aquele trabalho...

C.M. – É isso, eu gostava muito daquele trabalho, eu gostava muito daquela empresa e das pessoas, eu não estava com a minha mulher e os meus filhos e estava com os colegas de trabalho, criam-se laços para o resto da vida... Não posso dizer que me arrependo de ter voltado, mas que me prejudicou não posso negar, e não foi só na questão da reforma, mas também psicologicamente, vir para casa uma segunda vez não foi fácil... De qualquer forma estou tranquilo, eu sei que fiz o que podia e que cumpri para com a Ceres, se não deu certo a culpa não foi minha, nem dos outros trabalhadores...

E – Mas sente que a empresa não cumpriu consigo?!

C.M. – Sinto sim... Nenhuma empresa tem o direito de enganar os seus trabalhadores e chegar ao fim do mês e não lhes pagar, podem não ter dinheiro, acredito que muitos patrões gostariam de ter para pagar aos empregados, mas se não têm, devem ter a coragem e a humildade de dizer aos trabalhadores que acabou, que não dá mais... Não é andar com falsas promessas...

E – Pelo que percebi, o Senhor já não está a receber nenhum apoio do Estado...

C.M. – Recebi os 790 dias da primeira vez e depois recebi mais 390 da segunda vez. Começaram a pagar-me o social em Novembro de 2010, e pagaram-me só Novembro e Dezembro, porque agora em Janeiro meti os papéis para a reforma. Em Fevereiro espero ter a reforma...

E – Agora só deseja receber a reforma...

C.M. – Fui forçado a isso, só tenho 58 anos, mas pronto...

E – Durante o tempo que esteve desempregado nunca fez um ou outro biscoito para passar o tempo e ganhar uns dinheirinhos?

C.M. – Não, nunca... O subsídio era superior ao salário mínimo nacional, muita gente trabalha 8 horas e nem isso recebe, por isso, não ia arriscar perder tudo... O social era menos, mas nunca pensei fazer nada disso... Eu passava o tempo num terreno que o meu filho tem a cultivar umas coisinhas para comermos e pouco mais fazia... Eu sei que há quem o faça e não sou ninguém para condenar, porque as pessoas têm as suas contas, só elas sabem se o subsídio chega para satisfazer as suas necessidades ou não... Mas eu não... Só me ocupava com a agricultura e para consumo próprio.

E – Deixar de trabalhar teve implicações no seu dia-a-dia, gostaria que me dissesse quais as mudanças no seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Quando se tem uma rotina e um dia preenchido...

C.M. – Em 2006, primeira vez que fiquei desempregado, custou muito, mudar o ritmo de vida assim de repente é um choque... Mas a segunda vez custou mais, senti-me enganado... É a mesma coisa que ter uma doença, curar-se e depois voltar a ficar doente... Estar desempregado é complicado, sobretudo, quando não é por questões que em nada estão relacionadas connosco, vir para casa e ficar sem trabalho e o mesmo que não saber o que o futuro nos reserva, porque perde-se a vontade de planear... Quem estava habituado como eu a trabalhar é complicado, eu não faltava um único dia ao trabalho, foi complicado, existiram alturas que eu nem gostava que me dirigem a palavra, tal era a minha indignação, passei a enervar-me com uma facilidade, ainda hoje me sinto um pouco assim... Estou a convencer-me aos poucos, não me queria reformar já, mas tenho que me convencer, porque com a minha idade acabou... De qualquer forma tive mais sorte que outros, se Deus quiser vou conseguir reformar-me, é caso para dizer que estou mal agora, mas que posso ficar melhor, é temporário... Ficar reformado faz sentir-me melhor do que estar desempregado...

E – Estar desempregado faz senti-lo menos útil... Estar reformado é a sequência natural das coisas...

C.M. – É mesmo assim... Pelo menos não sinto a pressão de arranjar trabalho e sempre recebo alguma coisa, custa habituar-me porque tinha forças para trabalhar mais uns três anos, mas é mais fácil aceitar a reforma que a rejeição do mercado de trabalho, pois tenho a certeza que não ia conseguir outro trabalho...

E – Como é que vê o seu futuro... Certamente estará reformado, mas ainda tem sonhos, coisas para realizar...

C.M. – Vou fazer as coisas que deixei por fazer... Viver mais com a família, se calhar ir de férias um verão ou outro com a família... Quero ver os meus netos crescer... No fundo é isto, vou tentar viver o tempo que me resta da melhor forma e sempre em família... Vou recuperar todos os almoços e jantares que perdi... (risos). No fundo é aproveitar mais o tempo, já não há a pressão do trabalho... Este é o merecido descanso... Veio um pouco cedo ... Mas é assim a vida...

E – É tudo, muito obrigada por me receber em sua casa e por dividir um bocadinho da sua vida comigo.

C.M. – De nada, foi um prazer ajuda-la... Se precisar de mais alguma coisa, já sabe onde moro, mas sinceramente espero que esta seja a última vez que falo da Ceres.

E – Obrigada!

Entrevista – Homem de 49 anos, casado e pai de duas filhas - secção do enchimento, 16 anos e uns meses na Ceres.

E – Para começar, queria que me falasse na sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram, conte-me...

E.M. – Estive na escola até à 4ª classe e depois comecei a trabalhar na construção civil como pedreiro por conta de um empreiteiro daqui da terra... Fui para as obras com 11 anos, andei no meu primeiro patrão bons anos, não lhe sei dizer ao certo, só deixei de trabalhar com ele porque se reformou... Depois arranjei trabalho na construtora do Tâmega, trabalhei por conta deles 2 anos, foi o tempo de construir a via rápida. Entretanto um primo meu que trabalhava na Ceres disse-me que precisavam de pessoal, e juntei o útil ao agradável, era perto e eu precisava de emprego... Fui para a Ceres a Fevereiro de 1990.

E – Esse primo ajudou-o a conseguir emprego na Ceres...

E.M. – Sim, é sempre bom ter contactos, ele ajudou-me na ida para lá... Se calhar se não conhecesse lá ninguém nunca lá tinha entrado, não sei...

E – Qual é o significado do trabalho na sua vida?

E.M. – Eu trabalho porque preciso de dinheiro, é uma questão de sobrevivência, se fosse rico não trabalhava, ou tinha outro tipo de trabalho... Esse é o motivo principal, mas é lógico que com o tempo o trabalho passa a ter um lugar especial na nossa vida, é algo com que já não conseguimos viver, porque se ganha dinheiro e porque nos faz sentir dignos... Existem ricos que trabalham e ricos que não trabalham e existem pobres que trabalham e pobres que não trabalham... Há pessoas que preferem andar a pedir, têm lá o seus motivos, mas eu prefiro trabalhar para ter alguma coisa, porque me dá dignidade... Se andasse a pedir não me sentia tão digno de certeza...

E – Como descreve os anos de trabalho na Ceres?

E.M. – Gostei muito. Sempre me dei bem com os colegas e com a entidade patronal... Foram anos muito bons, fiz grandes amigos e passei bons momentos... Era a minha segunda casa... Fiquei muito triste quando acabou...

E – Teve momentos bons... E menos bons?

E.M. – Não era sempre um mar de rosas, era um trabalho duro e houve dias difíceis, mas quando se gosta do que se faz e do ambiente tudo passa...

E – Pode dizer-me quais as suas funções na Ceres? Como era o seu trabalho?

E.M. – Eu trabalhava na secção do enchimento... Tinha a função de oleiro sanitário... Era um trabalho as vezes um pouco duro, mas eu gostava muito, basicamente na minha secção fabricavam-se as loiças e eu gostava muito, éramos nós que dávamos forma aos materiais...

E – Já estava efectivo?

E.M. – Sim, passado meio ano estava efectivo...

E – Tinha algum tipo de regalia na empresa?

E.M. – Três anos antes de a Ceres fechar foram para lá umas máquinas e eu fui dos que me adaptei melhor a elas... Fiquei guardião de uma máquina que fabricava sanitas com tanque, o tradicional autoclismo, coisa que antes não fazíamos na Ceres... E o encarregado em acordo com o patrão decidiu dar-me qualquer coisa ao fim do mês pelo meu trabalho, não era todos os meses, mas era bom... Foi a única regalia que tive, o resto era o que tinha direito... Sei que havia pessoal do escritório que recebia meio mês a mais do subsídio de Natal, mas eu só tive mesmo isto e não era grande quantia...

E – O senhor é do tempo do Sr. Paixão, o fundador da Ceres? Qual era a sua opinião acerca deste senhor?!

E.M. – Conheci esse senhor antes de fazer parte da empresa e sempre ouvi o meu primo falar muito dele... Quando entrei para a Ceres ele já tinha falecido. Sempre ouvi falar bem dele, tenho uma boa opinião do senhor... Conheci-o e achei uma pessoa simpática, tinha uma figura muito forte, parecia um homem de ideias fixas e pelo que ouvi era, como também era um excelente patrão e uma excelente pessoa, todos dizem que era muito exigente mas muito justo. Ele ajudava os empregados com azulejo e loiças sanitárias para as casas, nunca ouvi falar mal dele e olhe que normalmente toda a gente tem alguma coisa a apontar aos patrões...

E – Sei que ele criou um infantário para as crianças dos trabalhadores. Usufruiu do espaço? O que pensa deste gesto?

E.M. – Sim, criou um infantário mesmo em frente à fábrica, era uma grande ajuda para os trabalhadores, sem falar que ter os filhos mais perto é um sossego para os pais... O espaço era bom, tinha capacidade para acolher muitas crianças e ainda ofereciam almoço e fraldas... Eu estive para lá colocar as minhas filhas, mas felizmente os avós podiam ficar com elas...

E – Os seus colegas falaram-lhe em possíveis mudanças no funcionamento da fábrica depois do Sr. Paixão deixar de fazer parte da administração?

E.M. – Eles dizem que mudou muita coisa, eu não tenho como comparar, mas acredito nos meus colegas... Pelo que dizem o senhor Paixão era mais amigo dos trabalhadores até emprestava dinheiro para os trabalhadores não terem que pedir ao banco... Toda a gente lhe tinha muito respeito, com a administração que veio a seguir dizem que o pessoal abusava um bocadinho... Como lhe disse não sei, porque só senti na pele a gerência dos que lá ficaram...

E – Como é que descreve a administração que conheceu?

E.M. – Eu nunca tive grandes problemas com eles, mas não eram assim tão bons patrões, os bons patrões são aqueles que pagam aos seus trabalhadores, são aqueles que trabalham em conjunto com os trabalhadores para atingir objectivos e eles não foram sempre assim... Começaram a falhar pagamentos e começaram a criar conflitos com alguns trabalhadores, porque queriam fazer asneiras à vontade, queriam enviar material para fora com as mesmas guias, asneiras assim que podem ter sido responsáveis pela situação da Ceres... A certa altura esta administração perdeu a mão para o negócio, acho que se iludiram com o dinheiro, não sei... A Ceres sempre vendeu bem, tinha bons clientes, não sei como acabaram com o dinheiro, talvez tenham investido mais nas vidas deles que na fábrica, não sei...

E – Mas como era o seu relacionamento com a administração?

E.M. – Não era mau, porque nunca me trataram mal, até falávamos muito, o único problema foi mesmo o não cumprimento com os trabalhadores e algumas asneiras que prejudicaram o bom nome da Ceres, confesso que quando me apercebi dessas asneiras fiquei surpreendido... Não tenho nada de pessoal a apontar, só isto...

E – E com é que se dava com os colegas de trabalho?

E.M. – Sempre me dei muito bem com toda a gente... Dava-me melhor com uns do que com outros, mas não tinha inimigos, éramos todos uma família, até numa família há pessoas mais próximas que outras, não é?! Nunca tive problemas com ninguém... Podiam existir desacordos mas nunca passava disso...

E – Existiam momentos de lazer entre vós? Por exemplo, festa de Natal?

E.M. – Sim, mas cada um pagava o seu, a empresa nunca pagou nenhum jantar... Era sempre tudo organizado pelos trabalhadores... Eram momentos bons, descontraídos... Às vezes depois do trabalho também íamos até ao café, dávamo-nos bem... Não sei se já lhe disseram mas nós, mais os homens, jogávamos futebol nos campos que pertenciam a Ceres, tínhamos equipamentos e tudo... Isso para o fim já não existia, mas passámos boas tardes a jogar futebol, fazíamos torneios, umas secções contra as outras, era engraçado! Muitas vezes depois dos jogos também íamos jantar todos juntos... Tivemos bons momentos, momentos que ficam para todo o sempre...

E – O ambiente era bom e de grande companheirismo...

E.M. – Sim, nós éramos unidos e passávamos bons momentos juntos no trabalho e fora dele...

E – Por que razão acabaram esses torneios de futebol?

E.M. – Acabaram mais ou menos 4 anos antes de fechar a fábrica... O pessoal nessa altura já estava um pouco desanimado já se notava alguma má gestão e depois a Ceres também deixou de financiar a compra dos equipamentos e dos troféus...

E – Diga-me o que é que sempre motivou o seu trabalho na Ceres?

E.M. – Eu gostava do trabalho que fazia e isso era a motivação maior... Nós podemos não ganhar nada por aí além, mas se fizermos o que gostamos já é bom... E também gostava muito dos companheiros de trabalho... Tínhamos uma boa camaradagem...

E – Como é que descreve a Ceres? Foi uma empresa muito conceituada...

E.M. – Era uma empresa muito boa, eu cheguei a ver num suplemento do Diário de Coimbra, que saía todos os finais de ano, que a Ceres estava no topo das empresas da região centro... Toda a gente falava muito bem da Ceres, pessoal aqui da zona que lá trabalhava gabava muito aquilo... Quando fui para lá confirmei isso, era uma empresa fantástica, sempre a produzir, sempre a vender... E tinha um bom ambiente, era uma empresa de cariz familiar e essa ideia de família passava para os empregados, mas teve os seus azares, como qualquer família... Quando as coisas não são bem geridas a família fica em risco e foi o que aconteceu...

E – Quando é que deu conta do enfraquecimento da Ceres? Diga-me quais foram os principais sinais desse enfraquecimento?

E.M. – Mais ou menos em 2004 começaram os atrasos no pagamento dos salários e a falta de pagamento do 13º mês em 2005... Mas antes disso já sentia um certo desinteresse da entidade empregadora... Eles podiam ter arriscado mais enquanto a Ceres estava bem no mercado, sei lá investindo na modernização não só da maquinaria mas do tipo de materiais, mas deixaram-se levar e não houve nada a fazer, não acredito numa crise, acredito em falta de habilidade a gerir negócios ou em oportunismo por parte de alguns administradores, não falo só no caso da Ceres, falo no geral. Os patrões na Ceres cometeram um erro, quando a fábrica deu alguns sinais de fraqueza começaram a

vender tudo ao desbarato, sobretudo, azulejo... No meu ponto de vista as coisas não se resolviam assim... E o dinheiro não dava para tudo, mas sinceramente não sei se era vendido ao desbarato ou o material era empurrado para conhecimento deles, são coisas que não posso afirmar...

E – Mas já lhe passava pela cabeça que a fábrica pudesse fechar?

E.M. – Sempre pensei que a Ceres era uma empresa rija, pensava ficar lá até à reforma... Mas quando as coisas começaram a correr mal, falta de pagamentos, reuniões constantes com o sindicato, já me passava pela cabeça que pudesse fechar, pelo menos por um período de tempo... No último mês de trabalho, pelo menos na minha secção, já não se fazia a produção completa, estava tudo um pouco abandonado, existiam equipas para encher 24 moldes já só se enchiam 12 ou nem isso... Eu sentia que algo de mau ia acontecer... Mas há sempre uma réstia de esperança... É um misto de coisas, por um lado sabemos o que pode acontecer, por outro é algo que não queremos e que nos custa aceitar (refere-se ao fecho da empresa) ...

E – O senhor tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

E.M. – Na minha secção era difícil ter essa noção, nós produzíamos, mas não víamos os camiões, não tínhamos a noção exacta do que se vendia... A produção acho que nunca baixou muito, por causa dos salários em atraso algum pessoal desleixou-se nos últimos meses, mas a produção sempre se manteve... Pode ter baixado um pouco, mas nunca estivemos parados...

E – Em 2006 a Ceres encerrou, o que sentiu neste momento?

E.M. – Nunca estamos à espera, apesar de tudo achamos que nunca é o momento certo para acontecer... Em 2006 posso dizer-lhe que foi um choque, mesmo com salários em atraso pensava que a Ceres ia aguentar mais uns tempos... Não sei precisar o ano, mas antes de fechar, a empresa Aleluia fez uma proposta à Ceres, eles queriam comprar a empresa com todos os trabalhadores, isso encheu-nos de esperança, mas infelizmente não aceitaram a proposta e também não nos conseguiram manter a trabalhar...

E – A Ceres tentou reabrir duas vezes, uma em 2008 e outra em 2009. Como viu essas tentativas, teve esperança de voltar à Ceres?

E.M. – Eu achei bem, foi uma porta que se abriu, mas que fechou logo a seguir... Pelo que sei o plano estava muito bem elaborado e teve o apoio de grandes instituições, mas o patrão não conseguiu cumprir alguns pontos, o financiamento, um grande ponto para concretizar outro, os pagamentos aos trabalhadores... Em 2008 falharam, em 2009 lá começaram a produzir alguma coisa. Mas nunca chegaram a entrar os 50 como se fala por aí, entraram no máximo 30 e mesmo assim tenho dúvidas... Eu entrei em 2010, acabou-se o social do desemprego e como era minha obrigação fui apresentar-me em Janeiro de 2010 e entrei, fiquei lá até Março de 2010 e já só lá estavam 9 colegas, o pessoal foi saindo porque não recebia... Eu ao fim do primeiro mês também não recebi, mas aguentei mais dois meses... Fui o último a entrar e o último a sair... Fui para lá trabalhar cheio de vontade, embora não fosse para a minha função... Fui auxiliar o electricista, este manteve-se lá sempre, e depois fui para porteiro...

E – Mesmo não estando a exercer as suas funções, sentia-se bem por estar de volta?

E.M. – Eu fiz a minha obrigação, e gostei de lá voltar, mentia se dissesse o contrário, tive ainda mais esperanças... Nunca podia ir para a minha função porque a Ceres recomeçou apenas com uma linha de produção, o azulejo... Estive lá pouco tempo, mas gostei que me voltassem a aceitar... Em Março acabou de vez...

E – Diga-me, durante estas tentativas de recuperação sabe se foi instituído algum regime transitório? Por exemplo, o lay-off chegou a ser decretado?

E.M. – O lay-off acho que é trabalhar menos horas ou assim... Não, foi tudo na mesma. Todos os que lá estiveram trabalhavam as 8 horas normais, o que podia acontecer era não ter muito que fazer (risos) ... Neste período de recuperação já existiram paragens na produção, essencialmente por falta de dinheiro para matéria-prima...

E – Em 2010 foi declarada a insolvência. O que achou? Foi a melhor solução?

E.M. – Nos primeiros dias fiquei um pouco revoltado, porque contaram-me que dois dias antes foram lá uns senhores para investir na Ceres, não sei se era verdade... Mas fiquei revoltado porque no dia em que se deu a insolvência eu era para pegar ao trabalho à meia-noite e já não fui, então, mas se iam investir aquilo acaba assim de um dia para o outro?! Custou-me muito aceitar isso, porque fiquei sem saber se alguém ia ou não salvar a Ceres, depois de tantos sacrifícios era só aguardar mais um pouco...

E – Então, em conjunto com os seus colegas nunca pensou pedir a insolvência?

E.M. – Nós conversávamos sobre isso, e dizíamos que dia menos dia a Ceres podia acabar ou que alguém deveria pedir a insolvência... Mas foi tudo muito de repente, não estava a espera... Eu fiquei esperançado quando que disseram que alguém queria investir, por isso, a insolvência ainda não me passava pela cabeça... Achava que depois de tantos sacrifícios se podia esperar mais um pouco...

E – Mas não acha que para a maioria foi o melhor? Muita gente via na insolvência a última esperança...

E.M. – Não digo o contrário, mas estando colegas dentro da fábrica e lutar também por outros postos de trabalho, podiam ter aguardado... Eu sei que foi a segurança social que pediu a insolvência mas sei que muitos colegas que estavam cá fora a queriam, mas não pensaram em nós, nós nem fomos informados e achei mal, muito mal mesmo... Fiquei muito triste com o sindicato, eles podiam ter tido uma conversa com o pessoal que ainda estava a trabalhar, talvez não fosse um choque tão grande... Mas isto é a minha ideia, com certeza que tem outras igualmente válidas... Eu não queria a insolvência, pelo menos naquela altura, queria ver se alguém ia ou não investir...

E – Com a insolvência aparece o administrador de insolvência, na sua opinião qual é o papel deste novo elemento?

E.M. – Não sei bem o que faz, mas penso que tem ta vender o património para depois pagar aos credores... Não sei mais nada... Também nunca nos informaram acerca disso, só disseram que está noutras empresas, na POCERAM...

E – Na sua opinião quem é que ganha com esta insolvência?

E.M. – A insolvência só nos vai dar o que é nosso por direito, por isso, não ganhamos nada com isto e acho que ninguém ganha... Mas na minha opinião os trabalhadores só perdem, podemos receber algum dinheiro, mas perdemos anos das nossas vidas, perdemos o nosso trabalho e isso não há dinheiro que pague... Eu tenho que comer até ao fim dos meus dias e o que me dão é pouco face a isso... Se não conseguirmos outro trabalho pouco vale...

E – Hoje passado quase um ano, acha que a insolvência foi o melhor, ou continua a achar que foi precipitada?

E.M. – Fiquei sem saber se foi o melhor ou o pior pela situação que lhe contei dos tais investidores, mas já estou conformado, aceitei... E agora estou à espera que me dêem o que é meu por direito... Há tempos fui a Coimbra e encontrei uma pessoa do sindicato e falámos disto, essa pessoa embora tenha sido a favor da insolvência reconheceu que podiam ter atraso o processo mais algum tempo... E eu disse-lhe que já tinha ultrapassado a questão da insolvência mas que, o que mais me magoou e magoa ainda hoje é o facto de eu ser sindicalizado e nem uma palavra do sindicato ter obtido aquando a insolvência... Continuo a dizer, eles podiam ter-nos avisado e assim não levávamos aquela bofetada...

E – Foi sindicalizado durante o período que esteve na Ceres?

E.M. – Sim, sempre. Por esse motivo esperava mais consideração da parte deles...

E – Vejo que está um pouco revoltado com o sindicato, mas que importância lhe desde o inicio do processo? Em que é que o ajudou?

E.M. – Eu continuo a defender que têm um papel muito importante, eles percebem destas situações de falência... Em 2006 quando fiquei desempregado eles ajudaram-me com os papéis... Só não gostei que tivessem desprezado quem estava a trabalhar na Ceres quando se deu a insolvência, se tivessem avisado nem que fosse um dia antes, já não íamos trabalhar e evitavam-se confusões... Isto criou conflitos entre os trabalhadores, parecia que estavam uns contra os outros e era tudo evitado se o sindicato tivesse dialogado com todos por igual... É só isto que lhes tenho a apontar.

E – Apesar de tudo, tem confiança no sindicato e no seu trabalho?

E.M. – No que diz respeito aos papéis do pessoal, eles foram muito bons... Confio nos seus conhecimentos... Se não fosse aquela atitude a minha resposta era de confiança a 100%...

E – Compreendo. Agora vamos focar-nos na sua situação de desempregado. Ficou desempregado em 2006 e depois em 2010...

E.M. – Sim, fiquei desempregado em 2006, tive dois anos de desemprego e mais um de social... E depois quando acabou o social apresentei-me na Ceres, como estava com o contrato suspenso fui lá apresentar-me e trabalhei até à insolvência, ficando novamente desempregado...

E – Quando ficou desempregado a primeira vez, era o único a estar nessa situação na família?

E.M. – Felizmente sim...

E – E qual foi o impacto do seu desemprego no seio familiar? Em que é que isto afectou a sua família?

E.M. – Afecta sempre... Eu tinha filhas a estudar, mas entretanto a mais velha acabou o estudo e foi trabalhar... O subsídio de desemprego não era muito diferente do salário, só não havia subsídio de férias e Natal... Foi dando para aguentar... Como estava com o contrato suspenso ainda tinha esperança de voltar a Ceres, como voltei...

E – Nós sabemos que estar desempregado é algo que ninguém deseja, mas durante esse período conseguiu tirar algo de positivo?

E.M. – Sim, às fugidas ia fazendo uns biscates... E cuidava de uns bocados de terra que me deixaram, mas isso já era para proveito próprio...

E – Esses biscates foi uma forma de passar o tempo e ganhar uns dinheiros extra?

E.M. – Sim... Sou jeitoso para algumas coisas e aproveitei para ganhar algum dinheirinho, de forma a compensar a diferença do salário...

E – Que tipo de coisas fazia?

E.M. – Trabalho de construção civil... Nesta área faço um pouco de tudo, também foi nessa área que comecei a trabalhar.

E – Nesse primeiro desemprego, tentou procurar outro trabalho? O centro de emprego propôs-lhe alguma coisa?

E.M. – Não procurei, nem me chamaram do centro de emprego... Eu estava com o contrato suspenso, podia voltar à Ceres...

E – Para além do apoio do Estado que outros apoios teve ou tem? Da família, dos amigos, dos vizinhos...

E.M. – Passei um mau bocado... Estava habituado a levantar cedo e ir para Ceres, foi complicado, mas tive a compreensão da família, estive um pouco mal-humorado mas eles perceberam... Sempre fui um homem de trabalho... E as reuniões na Ceres com o pessoal também me ajudavam, porque estava com os meus amigos e isso fazia-me bem... Ajudávamo-nos uns aos outros... E depois alguns vizinhos ou mesmo amigos arranjam-me um ou outro biscate, o que ajuda a passar o tempo e ainda rende algum dinheiro... Tive boas ajudas nesse aspecto... Mas assim dar alguma coisa de material não...

E – Mas sempre lhe davam apoio emocional e bons contactos...

E.M. – Sim, não me posso queixar. Se não fossem estes trabalhos que me arranjam, tínhamos que viver só com o salário da minha mulher... E ia ser difícil, sobretudo, agora que não recebo nada.

E – Disse-me que a diferença do subsídio de desemprego para o salário não era muita, mas como fez uns biscates pelo meio posso deduzir que o dinheiro não dava para tudo...

E.M. – No social é que já senti mais diferença e por isso recorri aos biscates, fazia umas horinhas, primeiro pelo dinheiro e depois para passar o tempo, não sou pessoa para ficar em casa em frente à televisão... Durante o desemprego cumpri tudo à risca, não andei por aí a trabalhar, quando foi o social é que tive que arranjar mais uns dinheiros... Eu sei que não podemos, mas uma pessoa precisa... É complicado...

E – O subsídio de desemprego é suficiente para proporcionar algum conforto, com o social é que as coisas ficam mais difíceis...

E.M. – Se o subsídio de desemprego for bem gerido e outra pessoa na família trabalhar dá para aguentar, ou seja, manter o mesmo nível de vida... Com o social ou se corta em algumas coisas ou se tem que arranjar mais qualquer coisa por fora... Porque quem como eu tem contas certas para pagar é complicado só com o social... Uma diferença mesmo de quase 200 euros do salário é muita coisa...

E – Depois do segundo desemprego não teve direito a receber mais nada do Estado. Entretanto o centro de emprego arranjou-lhe alguma coisa?

E.M. – Não tive direito a receber mais nada. O centro de emprego pediu-me apenas para me apresentar todos os finais do mês, por acaso até vou lá amanhã, eles chamaram-me antes do fim do mês, pode ser que tenham alguma coisa para mim... Não me importo de fazer qualquer coisa...

E – Neste segundo desemprego conseguiu manter os biscates?

E.M. – Sim faço alguns, mas uma pessoa não tem segurança social e nestas coisas da construção civil tenho medo de andar ilegal... Uma coisa é um dia ou dois por semana, outra coisa é a tempo inteiro... Eu no centro de emprego não digo que faço estes trabalhos, não quero problemas, mas se aparecer alguma coisa melhor deixo logo esta vida... Eu tenho feito uns trabalhos para um senhor aqui da terra, mas quero ver se me vou colectar em Janeiro para ficar legal, isto se não tiver a sorte de arranjar outra coisa até lá... O que eu gostava mesmo era de voltar a ter trabalho numa empresa, sempre é mais seguro, porque na construção civil no inverno há pouco trabalho, se chove não vamos trabalhar, não é muito certo... Queria tentar a Sanitana, ouvi dizer que precisam de pessoal, também lá vou tentar a minha sorte... Quero um trabalho mais certo... Mas por aqui não há assim muita coisa...

E – Acha que existe pouca oferta por aqui?

E.M. – Sim, não há quase nada... Trabalhar numa fábrica era o que queria, mas já não se mete pessoal como antigamente... E não existem assim tantas fábricas e as que existem também não estão famosas...

E – Estão em risco de fechar...

E.M. – Sim... E as boas empresas têm muitas máquinas, quase não precisam de pessoas (risos). Mas pronto uma pessoa vai lá tentar a sorte...

E – Compreendo. Deixar de trabalhar implica mudanças no dia-a-dia, gostaria que me dissesse quais as mudanças no seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Quando se tem uma rotina...

E.M. – É sempre complicado. Eu levantava-me todos os dias às 6h40 pegava ao trabalho às 8h00 e saía às 17h00, isto durante muitos anos seguidos e de repente posso dormir até mais tarde... Foi estranho. Posso dizer-lhe que nos primeiros tempos acordava sempre à mesma hora... O meu dia-a-dia passou a ser mais por casa ou no quintal... Depois no social passou-se o que lhe disse, comecei a fazer uns trabalhos por fora e isso preencheu mais o meu dia... Agora continuo a fazer trabalhos na construção civil, mas ainda não estou legal, tenho que tratar da situação... Trabalho sempre com medo...

E – Por que razão continua nessa situação? Porque está difícil arranjar um trabalho mais regularizado ... Conte-me...

E.M. – Sim, está muito difícil arranjar um trabalho minimamente bem pago e que ofereça boas condições, seguro, segurança social, etc. ... Acho que está difícil para todos, até para os que têm curso, quanto mais para nós com as empresas a fechar... Sabe, eu tenho este trabalho na construção civil porque até se ganha bem, mas se eu passar a estar colectado já não recebo tanto... Por isso, prefiro arranjar emprego numa empresa, sei que nunca mais vai ser como a Ceres, devo começar com um contrato de um mês, renovável mês a mês e quando não servir mais à empresa mandam-me embora, deitam fora uns e arranjam outros... Mas pronto, pelo menos estou legal e não ando sempre a trabalhar com medo...

E – Sente que as formas de contratação actuais não favorecem o trabalhador...

E.M. – Não mesmo... Uma pessoa não está segura em lado nenhum, se tem o azar de pedir um empréstimo para casa está tramada, pois de uma hora para a outra pode perder tudo... Por isso é que digo que nada vai ser igual como na Ceres, eu lá podia não ganhar uma fortuna mas era sempre certo... Agora o futuro é incerto, não sei como será o dia de amanhã... Estamos no inverno não vou trabalhar sempre, porque está a chover e o dinheiro faz falta, este Natal vai ser mais pobrezinho... Mas vou continuar a batalhar...

E – Como é que vê o seu futuro... Certamente ambiciona arranjar um trabalhinho, de preferência mais regular...

E.M. – Vou amanhã ao centro de emprego e pode ser que me dêem boas notícias, até pode ser que tenha mais perspectivas de futuro... Neste momento dada a instabilidade profissional em que me encontro não posso fazer muitos planos para o futuro, mas garanto-lhe que vou lutar e se não arranjar nada vou aproveitar este trabalho mas legalizar a minha situação, para não viver com medo... Eu não tenho medo de trabalhar e não me importo de fazer qualquer coisa, só quero uma oportunidade e que me garantam os meus direitos enquanto trabalhador...

E – É tudo, muito obrigada... Se quiser acrescentar mais alguma coisa sinta-se à vontade.

E.M. – Acho que falámos de tudo um pouco... Oh menina, espero que não tenha problemas por lhe dizer que fiz uns biscates e que trabalho assim sem conhecimento da segurança social... Uma pessoa faz pela vida, pelo menos não sou dos malandros, gosto de trabalhar, mas se não me dão oportunidades e não me oferecem melhores condições não posso ficar em casa a espera que o dinheiro caia do céu, tenho que aproveitar o que tenho...

E – Não se preocupe, não será identificado nesta entrevista... Fico muito grata por ter confiado em mim... Obrigada.

Entrevista – Homem de 48 anos, divorciado e pai de uma filha - Escolhedor de loiça sanitária, 27 anos na Ceres.

E – Vamos começar por falar da sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram... Conte-me tudo...

E.N. – Os meus pais não tinham meios para me pagar os estudos, então tive que me fazer à vida. O meu pai trabalhava na Ceres, quando soube que precisavam reforçar o pessoal mandou-me lá e pronto lá fiquei... Infelizmente o meu pai faleceu anos mais tarde, eu lá fiquei para dar seguimento, gostavam muito dele... Ah, mas antes disso trabalhei nos pedreiros em Vilela, no ribeiro, este é que foi o meu primeiro emprego. E por causa dessa experiência é que comecei nos pedreiros na Ceres como ajudante, fiquei nestas funções ano e meio, depois passei para o armazém e passado algum tempo fui para escolhedor de loiça sanitária, nesta tarefa fiquei uns 25 anos e pico.

E – Naquele tempo tinha que se começar a trabalhar cedo...

E.N. – Pois, e como não nasci num berço de ouro tive que deixar a escola, só fiz a quarta classe e com muito custo para os meus pais... O meu irmão estudou até aos 13 anos e começou com essa idade a trabalhar em Coimbra. Eram tempos difíceis, não percebo como é que agora mesmo sem grandes empregos parece haver mais facilidade em arranjar dinheiro, quase toda a gente estuda (risos). Bem, são outros tempos... A minha família sempre foi pobre, o trabalho é que nos dava o que comer, por isso, trabalhava-se desde cedo.

E – Qual o significado do trabalho na sua vida?

E.N. – O trabalho sempre foi importante para mim, porque sempre fui habituado a trabalhar. E depois quem não nasce com a vida feita tem que a fazer não é?! Todos os dias há despesa, se não trabalharmos não há pão na mesa e pão é coisa que não pode faltar... Eu tenho uma filha de nove anos e quero que ela tenha tudo o que não tive, quero que estude que tire um curso e para isso tenho que trabalhar...

E – Então como é que descreve os anos de trabalho na Ceres?

E.N. – Foi uma vida com altos e baixos, nada é perfeito... Mas foi bom! Era um trabalho duro, muito cansativo, mas era o que tinha e eu dava-lhe muito valor, não me imaginava a fazer outra coisa... E o ambiente durante grande parte dos anos foi muito bom, o Sr. Paixão sempre manteve o respeito, o pessoal cumpria por respeito à figura do patrão e alguns até por gratidão... Ele entrava numa secção e ficava tudo em sentido... Quando o Sr. Paixão saiu acabou o respeito, cada um fazia o que queria... Eu sou daqueles que defende que a exigência é amiga do sucesso, pelo menos a mim motiva-me... Sem o Sr. Paixão a Ceres ficou um rebanho sem pastor...

E – E como é que era o trabalho que desempenhava? Quais as principais funções?

E.N. – Vou falar da última actividade, porque foi a que desempenhei mais anos. Ser escolhedor de loiça sanitária é separar o material da seguinte maneira: material de primeira, material de segunda e material de terceira, sendo o de primeira de melhor qualidade. No fundo é ver se os materiais têm ou não defeitos. É um trabalho que parece simples, mas que na verdade exige muita responsabilidade e um bom olho (risos). Mais tarde com as evoluções as etiquetas saíam do computador e vinha lá o nome do escolhedor, imagine que eu cometia um erro, recaía tudo sobre mim... Muitas vezes o material vinha com defeitos graves de fabrico e os chefes das secções iam para lá armar-se em escolhedores, eu avisava logo que não me responsabilizava e exigia que introduzissem o nome dos chefes... Estas coisas só se passaram com a nova gerência, com o Sr. Paixão era cada macaco no seu galho.

E – Já estava efectivo na Ceres?

E.N. – Sim, eu fui para lá com um contrato de seis meses, mas depois não assinei mais nada.

E – E regalias, o senhor tinha algumas?

E.N. – De escolher e carregar loiça tive um prémio de 1600 escudos na altura... Mas depois deixei de ter direito, porque fui reclamar ao ministério do trabalho e ao sindicato a minha categoria profissional, eu era escolhedor e na folha vinha auxiliar de serviços, depois de me passarem à categoria de escolhedor tiraram-me esse prémio, mas pronto como recebia mais qualquer coisa ficou ela por ela e eu não me quis chatear mais com isso. Coisas que acontecem sempre nestes sectores... Mas sei que muitos recebiam grandes prémios, às vezes 25 contos por fora, e os do escritório recebiam mais meio mês no subsídio de Natal... Ah mais coisa, ofereciam mais um mês de ordenado no fim do ano aos operários, ao longo do ano fazíamos x horas que ficavam em conta corrente, quando precisávamos faltar dávamos as horas, mas quem não falhasse, ou seja, quem não ficasse a dever horas ganhava mais um mês de ordenado no fim do ano, era bom, mas se precisássemos de faltar pronto não tínhamos direito... Mesmo que justificássemos. O meio mês para o pessoal do escritório foi autoria do Sr. Paixão, mas este prémio das horas foi da nova gerência... Não sei se são bem regalias, mas pronto era melhor que nada...

E - Sei que o fundador da Ceres criou um infantário para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Usufriui do espaço, a sua filha andou lá?

E.N. – É verdade, ele construiu um bom infantário, mas não cheguei a colocar lá a minha filha. A minha esposa trabalhava em Coimbra e arranjou lá uma ama, depois aos três anos meti-a aqui na pré-escola, não tive necessidade de levar para lá.

E – Mas acha que foi uma boa iniciativa?

E.N. – Sem dúvida, não havia custos e as crianças estavam ali perto, mas pronto a minha esposa queria a menina mais perto dela...

E – Qual era a sua opinião do Sr. Paixão?

E.N. – Era um bom homem e como patrão era um Sr. que estava lá para os empregados. Por exemplo, alguém precisava fazer uma casa e não tinha dinheiro, pois ele ajudava e metia a casa a jeito de irem para lá viver e ia descontando no ordenado... Era bem melhor que nos bancos, ali não se cobravam juros (risos). Era um homem muito recto bom, não tenho nada a dizer dele.

E – Diga-me o que é que mudou quando este Sr. deixou de fazer parte da gerência?

E.N. – O ambiente mudou logo, aquela gente não sabia orientar o pessoal e aquilo ficou meio confuso... Ninguém sabia a quem obedecer, foi nesta altura que entrou para a administração o fulano que correu com os herdeiros e ficou a mandar na Ceres até ao fim, mal entrou parecia mandar mais que os donos, há quem diga que ele só enchia o copo ao Eng^o (herdeiro) e o fazia assinar papéis que o comprometiam, mas pronto são coisas que nunca vi, mas lá que ele mandava mais era verdade (risos)... Eles fizeram muitas mudanças sem nexos, desde mudar pessoas de uma secção para outra completamente distinta a obrigar pessoas que não podiam a trabalhar por turnos, não sabiam comandar é isso. No tempo do Sr. Paixão havia um autocarro para ir buscar o pessoal de longe ou os fornecedores que faziam noite, com a nova gerência esse autocarro não durou muito, compraram um carro para a empresa e o chefe de turno é que ia buscar as pessoas, diziam que ficava mais barato, mas cá para mim já havia falta de dinheiro.

E – O que é que o motivava a continuar na Ceres?

E.N. – Eu pensava que apesar das mudanças com a nova gerência que o trabalho estava seguro, portanto, não fazia sentido pensar noutro. Trabalhei tanto ano na Ceres tinha tanta confiança no seu prestígio que nunca pensei que eles destruíssem tudo. O Sr. Paixão disse numa altura que assaltaram a Ceres e levaram os ordenados, naquela altura faziam-se os pagamentos em dinheiro, que a empresa tinha fundos para mesmo não produzindo pagar 1 a 2 anos de trabalho aos trabalhadores... Por isso, nunca pensei que eles deixassem aquilo falir, sabia que não seguiam os melhores caminhos, mas daí a falir... Eu fui fazendo o meu trabalho sempre com a mesma motivação.

E – E como é que era o relacionamento entre os colegas de trabalho? Encontravam-se para momentos de convívio? Por exemplo, no Natal...

E.N. – Sim, nós dávamo-nos bem, já nos conhecíamos há tantos anos, tinha ali grandes amigos, acho que ainda tenho mas é diferente (respira fundo). Quanto a festas de Natal tínhamos, mas eram organizadas por cada secção, era completamente exterior à empresa.

E – Ouvei dizer e muitos jornais referem-no, que a Ceres era das empresas mais importantes em Coimbra, sabe dizer-me porquê? O que tinha a Ceres de especial?

E.N. – Posso acrescentar que era uma empresa tão boa que não havia fornecedor que não quisesse vender à Ceres... Havia muita confiança, a Ceres passava muita segurança e não falhava um pagamento a ninguém. Podemos dizer que não eram os clientes que escolhiam a Ceres, mas a Ceres que escolhia os seus clientes. A Ceres empregava muita gente e dinamizava aquela zona de Torre-Vilela, agora passamos lá e aquilo parece deserto...

E – Quando é que se deu conta do enfraquecimento da Ceres? Que sinais lhe saltaram à vista?

E.N. – A partir de 2004 ou 2005 começaram a atrasar os pagamentos, aí senti que eles estavam a dar cabo do dinheirinho todo... Deixaram de pagar a dia 24/25 e passaram a pagar a dia 30/31 e às vezes 5/6. Outra coisa, as guias não estavam a ser facturadas em nome da Ceres, quando a nossa colega responsável pela facturação nos alertou para isso também ficámos preocupados, ela saiu logo e recebeu os direitos teve sorte... Ela fartava-se avisar o Eng.^o e depois viu que não dava efeito deu à sola. Mas pronto são coisas que não quero adiantar muito, porque nunca se provaram e eu não quero problemas, mas lá que estas pequenas asneiras nos assustavam, assustavam, mas mesmo assim nada fazia crer que a Ceres ia fechar...

E – Mas estes sinais já criavam alguma ansiedade?

E.N. – Claro que sim, a segurança já não era mesma, mas estávamos descansados por saber que a fábrica tinha bons fundos, sabíamos que estava a funcionar mal, mas acreditávamos que era só uma fase...

E – Tinha noção do volume de produção e vendas da fábrica?

E.N. – Sim, tinha alguma noção. O material saía, pelo menos nunca tive grande tempo parado, tinha sempre loiça para escolher... Já para o fim os colegas do fabrico queixavam-se que faltava matéria-prima, mas a Ceres nunca parou, como é óbvio o ritmo de produção diminuiu, mas nunca parou... O

que eu não sei é para onde ia o dinheiro, eles investiram o mínimo na empresa, só fizeram aquilo a que foram obrigados, mas depois falharam, por exemplo, na manutenção da maquinaria nova... Como eu lhe disse má gerência.

E – Claro, a má gerência...

E.N. – Sim, se eles tivessem mão para aquela empresa tinham investido mais, tinham modernizado e não tinham deitado abaixo o nome da empresa... Sabemos que o sector da cerâmica esteve e está em crise, mas a Ceres era das melhores empresas, se eles tivessem modernizado as coisas podiam ser diferentes... Não sei...

E – Nessa altura passava-lhe pela cabeça que a fábrica pudesse fechar?

E.N. – Fechar acho que ainda não... Mas sentia que as coisas estavam muito más, sobretudo, quando reparei que existiam grupinhos, ou seja, mais ajuda para uns e menos para outros, quando se queixavam da falta de matéria-prima... Algumas coisas faziam-me pensar e claro que uma ou outra pessoa dizia “isto vai fechar”, claro que eu sentia que podia acontecer, mas acreditei que fosse mesmo só uma fase e que a gerência caísse em si... Agora lá que tinha medo, isso tinha... Até me custava pensar que podia perder o emprego...

E - Em 2006, o que mais temia acontece, a Ceres fecha portas. O que sentiu nessa altura?

E.N. – Senti que se fechou não ia voltar abrir, pelo menos tão cedo. Para mim isso era certinho, não fizeram nada enquanto lá tivemos não iam fazer depois... Mas foi muito complicado, porque a amizade, o companheirismo de quase 30 anos acabou ali, eram pessoas que via todos os dias, que estavam mais próximas de mim que muitos elementos da minha família e ia deixar de vê-las não foi fácil. Os primeiros meses foram complicados, eu estava em casa e parecia tolinho, não estava bem de maneira nenhuma, tinha aquela rotina, tinha aquelas companhias e de um dia para o outro fico em casa sem fazer nada...

E – Sentiu-se isolado depois de abondar a Ceres...

E.N. Um pouco... Valiam-me as pessoas da terra e a minha mãe, os amigos esses vivem longe, quase foram com a Ceres (silêncio). Na altura em que devia estar a trabalhar estava em casa sem fazer nada... Eu tive um tempo de baixa antes de a Ceres fechar, mas sabia que ia voltar, saber que não ia mais pegar ao trabalho custou-me muito. De qualquer forma, no campo faz-se sempre qualquer coisa, mas nos primeiros tempos caí numa tristeza tão profunda que perdi o ânimo... Uma pessoa fica perdida depois de quase 28 anos com a mesma rotina... Custou muito... Nunca pensei sair assim da Ceres, nestas condições...

E – Via-se a sair reformado não é?

E.N. – Costuma dizer-se quem comeu a carne que coma os ossos (risos). Sempre pensei ficar ali até à reforma, nunca pensei sair assim... Sai velho, mas sem direito a reforma... Tive medo de não conseguir ter mais trabalho, com tanta empresa a fechar e as despesas a aumentar... Tive medo... Uma pessoa com esta idade já não se sente grande coisa...

E – A Ceres foi tentando recuperar. Como viu essas tentativas? Teve esperança de voltar?

E.N. – Não tive qualquer esperança. Como lhe disse no início quando a Ceres fechou não tive esperança de lá voltar. Tínhamos o contrato suspenso o que nos deixou agarrados à empresa, tínhamos medo de perder os nossos direitos com a rescisão e só por isso não o fiz antes de declarada a insolvência. O que ficou a mandar naquilo (novo administrador) nunca passou grande segurança, ele tentou recuperar, mas não conseguiu investimento, era óbvio que não ia resultar...

E – Tenho a informação de que ainda reingressaram 40 a 50 pessoas... Não teve vontade de ser chamado?

E.N. - Não. E ainda bem que não, porque os que foram ainda ficaram com mais salários em atraso, andaram lá que tempos sem receber e esses não tinham desemprego, não sei como fizeram esses meses. Eles começaram com uma linha de produção de azulejo, logo o pessoal do sanitário não era chamado. Mas como não tinha fé que aquilo fosse para frente, não me preocupei...

E – E sabe dizer-me se nesse período foi instituído algum regime transitório? Foi decretada alguma redução de horário?

E.N. – Pelo que sei não. Alguns colegas que lá estavam diziam que não tinham nada que fazer e andavam lá a passar tempo, mas o horário era o normal. Nunca houve nada disso na Ceres, mesmo nos últimos meses em 2006 nunca reduziram o horário e muita gente não tinha muito que fazer... Se o tivessem feito se calhar era melhor, não sei...

E- Em Março de 2010 foi declarada a insolvência. O que pensou neste momento?

E.N. – Achei que veio tarde, devia ter sido logo à primeira tentativa falhada. A insolvência veio tarde. Se tivesse sido logo em 2008 era melhor se calhar tínhamos arranjado colocação em algum lado e não estávamos assim agarrados à empresa com o contrato suspenso. Os que se apresentaram depois de acabar o subsídio de desemprego ainda conseguiram avançar no desemprego e tirar algum benefício com a recuperação, mas a maioria não.

E – Alguma vez em conjunto com outros colegas de trabalho pensaram em pedir a insolvência da

empresa, por se sentirem credores da mesma?

E.N. – Pensar, pensávamos, mas nem todos estavam de acordo. E a situação foi arrastando... Olhe, o melhor era terem vendido a Ceres ao grupo Aleluia, algum tempo antes de fechar houve essa proposta e a Ceres recusou, se calhar tinha sido melhor para nós, eles compravam o activo e o passivo e ficavam com os empregados... Não quiseram pronto... Acabou a Ceres pouco tempo depois...

E – Sabe qual é o papel do administrador judicial no processo de insolvência? Acha que ele ganha alguma coisa com isto?

E.N. – Sei lá... Vejo o processo tão parado, tenho ido aos plenários e o Sr. Jorge Vicente diz que é normal que é um processo que leva o seu tempo, mas não sei bem qual é o papel do administrador, sei que ajudou a vender o recheio e pouco mais... Se ganha alguma coisa com isto? Os trabalhadores é que não ganham nada, só perdem... Aquilo que vamos receber, se recebermos faz parte dos nossos direitos, este senhor não sei... Só quero que dê andamento ao processo (risos). Sinceramente acho que nem os nossos direitos vamos ver cumpridos, porque os tribunais levam muito dinheiro, não sei se irá sobrar muito para dividir pelos credores... Vamos ver. Para mim ninguém ganha grande coisa com isto, digolhe mais o próprio país até perde muito, é menos uma empresa a pagar impostos (risos).

E – O Senhor é sindicalizado?

E.N. – Sim.

E – Vai aos plenários organizados pelo sindicato? Que importância atribui ao sindicato?

E.N. – Ainda não falhei nenhum plenário, mas agora com o novo emprego vai ser mais difícil. O sindicato é importante, mas às vezes um gajo nem sabe se ajuda ou se não ajuda, como não percebemos nada... Eles têm o conhecimento e têm sido uma luz para nós. Eles tratam da papelada o que já é muito bom, sozinhos era difícil... O Sr. Jorge Vivente esforça-se por nós explicar as coisas, uma coisa é certa senão fosse o sindicato não sabíamos de nada... Até agora não tenho grande coisa a dizer do sindicato.

E – Acha que nestes processos tira mais vantagens por ser sindicalizado?

E.N. – Talvez. Eu sempre optei por ser sindicalizado e acho que têm ajudado. E este sindicato até tem defendido os que são e os que não são... Antes ser sindicalizado, porque mesmo durante os anos de trabalho uma pessoa ia sendo informada da lei e ia vendo cumpridos alguns direitos... No processo passa-se o mesmo, sem o sindicato não tínhamos grandes informações e muitos não tinham tratado dos papéis para o social ou para reformas...

E – Tem plena confiança no sindicato?

E.N. – Até que provem o contrário vou confiar.

E – Focando a sua situação depois da Ceres. Ficou desempregado em 2006?

E.N. – Sim fiquei.

E – Ainda está desempregado? Há quanto tempo dura essa situação?

E.N. – Passei o desemprego, passei o social e aquele de 180 dias de 200.41 euros mês que já não é do desemprego é de reinserção social. Agora já não recebo nada do Estado desde Agosto (2010). Desde que saí da Ceres podia ter arranjado trabalho, mas tinha o contrato suspenso e tinha medo de perder a indemnização, nos plenários iam dizendo que a fábrica estava a tentar recuperar e um gajo ia aguentando não é?! Até recusei uma proposta de um conhecido, ele arranjava-me trabalho para a zona industrial do Canedo para uma firma de loiças... Mas depois inscrevi-me na Somepal da Pampilhosa, é uma fundição de ferro. E comecei a trabalhar a 23 de Outubro (2010).

E – Já está a trabalhar?

E.N. – Graças a Deus. São 500 euros mensais das 8h00 às 17h00. É um contrato de trabalho temporário, mas dá para aguentar... Agora até nos deram uns dias de férias para o inventário do ferro, deram aquele pessoal que não é preciso.

E – É melhor do que não ter trabalho nenhum...

E.N. – Isso é verdade. Já não tenho idade para ser sustentado por ninguém (risos).

E – Diga-me uma coisa, quando ficou desempregado tinha mais alguma situação de desemprego na família?

E.N. – A minha mãe vive comigo e é reformada, já trabalhou toda a vida. A minha esposa deixou-me quando fiquei desempregado, acho que pensou que me ia sustentar e foi embora. Esse foi mais um desgosto depois da Ceres (respirar fundo). Ela deixou-me pouco tempo depois de a Ceres fechar, as coisas foram mais difíceis por causa desta situação... Não estava à espera de voltar a reviver estas coisas é difícil falar disto, peço desculpa... (silêncio longo aproximadamente 40 segundos).

E – Sentiu-se mais fragilizado?

E.N. – Muito, perdi a minha família... E até hoje não percebo porquê?! As coisas mudaram tão depressa, bastou perder o emprego... Isto são coisas complicadas... É melhor não falarmos mais nisso... (silêncio) ... Vamos continuar.

E – Compreendo. Então era só o senhor que estava desempregado?

E.N. – Sim era só eu. Enquanto cá estive a minha esposa ainda trabalhava.

E – Qual foi o impacto do seu desemprego no seio familiar?

E.N. – Como lhe disse, a minha esposa deixou-me e levou a menina, isso já foi num grande impacto... Acredite que foi o que mais me custou... Acho que o subsídio de desemprego dava para aguentar, já não gastava gasolina para a Ceres, dediquei-me mais ao campo e havia coisas que já não precisava comprar, a cidade compra-se tudo até a água, aqui não. As maiores consequências foram a nível psicológico... São situações muito complicadas.

E – São situações que ninguém deseja... Mas acha que colheu alguma experiência positiva desta situação?

E.N. – Não houve nada de especial. Cuidei mais do quintal e assim, as coisas andavam mais arranjadas por casa. E quando a minha filha vinha nas férias ou passar o fim-de-semana dedicava-lhe mais tempo, até tinha mais paciência para brincar com ela porque estava menos cansado... Agora comecei a trabalhar e voltou tudo ao normal... É assim... Confesso que gosto mais de estar a trabalhar, andamos mais cansados, mas sentimo-nos úteis e saímos de casa com um objectivo...

E – Quando estava desempregado não se sentia útil?

E.N. – Os primeiros tempos não, como lhe disse andava perdido, depois com aquela situação da minha esposa pior... Senti que não prestava para nada, mas aos poucos percebi que o problema não era eu... Fui trabalhando no campo e esta sensação ruim foi passando...

E – Sentir que existiam mais pessoas no desemprego confortou-o...

E.N. – Acho que sim... Saber que mais passavam pelo mesmo conformou-me e fez-me seguir em frente.

E – Durante o período de desemprego procurou trabalho?

E.N. – Não procurei porque tinha o contrato suspenso e apesar de não acreditar muito, podia ser chamado para a Ceres. Assim que resolvi a minha situação, a rescisão do contrato e cheguei ao último subsídio fiz-me à vida a procurar... Enquanto durou o último subsídio, fui aguentando, já procurava qualquer coisa... Depois fui à Somepal, inscrevi-me em Agosto (2010) e chamaram-me em Outubro (2010).

E – Com o subsídio de reinserção social também era mais difícil...

E.N. – Sim, e eu tenho alguns encargos, à minha filha tenho que dar a pensão de alimentação e depois tomo alguns medicamentos, porque sofro de epilepsia e tenho as contas de casa... A pensão é de acordo com o que se recebe, não ajudava com muito, mas o que dava era menos para o resto das despesas... Dava para aguentar com uns biscates, mas quando fiquei sem receber...

E – O Centro de Emprego propôs-lhe alguma coisa?

E.N. – Não, o centro de emprego nunca me propôs nada. Falaram-me em estudar porque muitas propostas pediam o 9º ano, mas não tinha grande cabeça para isso, queria um trabalho que ganhasse pelo menos 500 euros, isso não me conseguiram arranjar... Inscreveram-me num curso de carpinteiro, mas nunca me disseram nada sobre isso...

E – Nem a data de começo do curso?

E.N. – Nada mesmo.

E – Quais são as suas perspectivas neste novo emprego? O que é que faz?

E.N. – Tenho contrato de meio ano, sei que posso vir embora, mas tenho-me esforçado ao máximo. Eu ando a rebarbar as peças de ferro e até tenho gostado... Vou fazer tudo para continuar lá, não quero voltar a passar pelo menos, já lá conheço algumas pessoas, estou a tentar recomeçar...

E – E recomeçar nem sempre é fácil...

E.N. – Pode crer que não, felizmente tenho jeito para algumas coisas como carpintaria, soldadura e ainda faço de tudo um pouco no campo, não me importava de tentar a sorte noutra actividade qualquer, existem pessoas que não têm essa facilidade...

E – Enquanto esteve desempregado teve apoio de alguém? Amigos, família ou vizinhos...

E.N. – Tive apoio da minha mãe... Entretanto perdi a esposa e a minha mãe que vivia em frente veio viver para aqui, fazia-me o almoço e quando eu estava por casa fazia-me companhia. Já foi uma grande ajuda... Vizinhos aqui não há muitos, os que existem já são de idade... Mas uma pessoa sempre conversa...

E – Como era esse apoio?

E.N. – Sobretudo companhia...

E – Podemos dizer que do ponto de vista financeiro a sua vida foi afectada com o desemprego?

E.N. – Claro é sempre afectada. Nos últimos três meses da Ceres, antes da suspensão do contrato, não sei se lhe disse, mas estava de baixa por motivos de saúde e julgo que isso me reduziu o subsídio de desemprego, andei três anos a ganhar 390 euros e muitos ganhavam 400 e tal e outros 600... O social já era igual para todos, 419 euros, acho eu... Não foi fácil, ainda para mais com os gastos do divórcio e a pensão para a minha filha... Tentei gerir o dinheiro o melhor que sabia...

E – Mas teve que cortar em alguma coisa?

E.N. – Como já não gastava gasolina foi menos uma despesa e o resto tive que saber gerir...

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego é suficiente para proporcionar algum conforto?

E.N. – Para alguns pode ser, por exemplo, os que recebiam 600 euros, pouca diferença era do salário. Eu estava um pouco pior só com 390 euros, mas pronto uma pessoa tem gerir da melhor forma, antes receber aquele montante do que não receber nenhum...

E – E biscates? Nunca fez nada para engordar o valor do subsídio?

E.N. – Sim, eu fui trabalhando no campo, a podar, a roçar mato, a cortar madeira, fiz muita coisa, caso contrário não conseguia cumprir com a pensão para a minha filha... Eu sei que isto não é legal, mas só o subsídio não dava e depois ainda tínhamos o contrato suspenso tive medo de começar a trabalhar e perder os meus direitos na Ceres. Por isso, fui ganhando algum por fora, quando acabou o desemprego fui logo trabalhar, mas também tive sorte, pessoas conhecidas sabiam que eu não podia ficar sem ganhar e ajudaram-me... Porque se ficasse à espera do centro de emprego ainda estava sem trabalho como muita gente...

E – Essas actividades ajudavam a equilibrar as coisas...

E.N. – Sim, eu nem queria falar disto, não quero ter problemas... Mas tinha que me virar de alguma forma... Também não enriqueci à conta disso, só aliviei a minha situação financeira, os subsídios não eram suficientes para tudo, no social só recebi mais 30 euros...

E – Compreendo. Sem estes pequenos biscates era ainda mais difícil.

E.N. – Pois era... Às vezes um gajo tem que contornar o sistema, comer, luz, gás, água, pagar medicamentos e educar uma filha com 390 ou 419 euros não é fácil... Teve que ser...

E – Que mudança sofreu o seu dia-a-dia depois de sair da Ceres? E como é o seu dia-a-dia com este novo trabalho, agora volta a ter uma rotina...

E.N. – Levantei-me sempre cedo, às 7 horas já estava a pé... Os primeiros tempos foram difíceis porque não tinha como ocupar oito horas de trabalho... Mas pronto levantava-me dava ao gado, depois ia para o campo e mais tarde arranjei aqueles biscates, ou seja, ia um dia ou outro para fora, ajudava a trazer mais dinheiro para casa e a distrair e também me dediquei mais à minha filhota, sempre que ela vinha da mãe eu aproveitava ao máximo... E foi assim... Com este trabalho voltei ao ritmo da Ceres, até parece que durmo melhor. Quando estava desempregado dormia mal porque me faltava aquela disciplina, agora estou a dormir melhor... Sei que tenho um trabalho e tenho para onde ir todos os dias, não preciso estar em casa à espera que alguém me dê um dia fora... É mais cansativo, aliás, como era na Ceres, mas faz-me melhor à cabeça. Tenho aquele ordenado certo e tenho aquele horário para cumprir...

E – Para terminar, como é que vê o seu futuro?

E.N. – Espero continuar na Somopal a ganhar o meu... Só não quero voltar para casa e passar pelo mesmo... Cada vez fica mais difícil arranjar trabalho... E eu não vou para novo e também sei que não vou voltar a ter a mesma sorte... Agora vou fazer tudo por honrar o trabalho que tenho e espero que me renovem o contrato... O desemprego não é futuro para ninguém, não queria voltar a passar pelo mesmo. O desemprego até podia ser útil ao país, as pessoas que estão sem fazer nada, o que não foi o meu caso porque os 390 euros também não davam para nada, iam roçar mato por causa dos incêndios e limpar valetas davam-lhes mais x para alimentação e transporte e pronto... Ajudavam o país e distraíam a cabeça.

E – Se lhe tivessem feito essa proposta aceitava?

E.N. – Claro que sim, era desempregado na mesma logo não me afectava por causa do contrato suspenso e ainda tirava dinheiro para o comer e transporte... Não era nada mau e sempre sentia alguma utilidade... Não me importava nada, acredite que lhe digo isto com toda a sinceridade...

E – Acredito sim. É tudo, não sei se quer acrescentar alguma coisa...

E.N. – Acho que está tudo dito, se precisar de alguma coisa disponha.

E – Obrigada.

Entrevista - Homem de 60 anos, casado, pai de uma filha e um filho com deficiência mental – Forneiro, 11 anos na Ceres.

E – Gostava que começássemos por falar da sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram... Conte-me como foi?

J.C. – Eu nem a 4ª classe terminei... Isto aqui é uma zona rural e desde cedo que trabalhei na agricultura... Aos 25 anos fui para a Cimpor e trabalhei lá 18 anos, depois fui para o desemprego dois anos e meio... E depois com 45 anos fui para a Ceres... Na Ceres trabalhava em turnos e dava para fazer umas coisas nas terras... Entrei na Ceres em 1995 e saí em 2006, foram 11 anos... E ainda aguentava mais uns anos se a empresa não fechasse...

E – Como é que conseguiu empregar-se na Ceres, foi o centro de emprego?

J.C. – Não... Eu conhecia lá muita gente e indicaram o meu nome... Eu fui lá inscrever-me e passado uns dias estava a trabalhar... Na Ceres queriam pessoas de confiança de trabalho, gostavam de meter pessoas conhecidas de outros que lá estivessem... Quando entrei na Ceres ela estava de boa saúde, ainda metiam pessoal... Acho que em 1995 ainda se conseguiam uns trabalhitos pelas fábricas... Agora com tudo a fechar aqui por Coimbra é que é difícil...

E – Na altura esteve dois anos e meio desempregado e depois é que arranjou o trabalho na Ceres?

J.C. – Sim recebi esse tempo do desemprego e mais para o fim é que procurei qualquer coisa... No centro de emprego também nunca me disseram nada... Eu é que não podia ficar sem receber um ordenado... Porque ocupação sempre tive nas terras... Era mesmo pelo dinheiro... Nessa altura tinha um empréstimo e tinha que o pagar...

E – E que significado tem o trabalho na sua vida?

J.C. – Sempre fui pessoa de trabalho, o que tenho hoje é graças a isso... Mas posso dizer-lhe que mesmo desempregado nunca foi de ficar em casa a ver televisão... Nas terras temos sempre que fazer, mas não dá dinheiro... Mesmo que se venda alguma coisa não dá para viver porque os gastos na terra também são muitos... E foi por isso que sempre procurei outros trabalhos... Uma pessoa empregada e a descontar para além de ganhar dinheiro ainda junta para a reforma, quantos mais anos de descontar melhor...

E – Como é que descreve os anos de trabalho na Ceres?

J.C. – Eu gostava de estar na Ceres, mas tinha coisas boas e coisas más... Trabalhava em três turnos e era cansativo... E passamos lá das boas, os serviços de fornos era complicado, existiam dias em que nada corria bem, os fornos sempre a encravar e coisas assim... Trabalhava-se muito na Ceres e o meu serviço era de muita responsabilidade

E – Já percebi que trabalhava com os fornos, mas diga-me quais as suas principais funções... Conte-me como era o trabalho que desempenhava...

J.C. – Eu comecei na secção do enchimento, estive lá um ano e depois abriu vaga para forneiro e eu inscrevi-me e lá fiquei... Até ao fim fui auxiliar de forneiro... Eu tanto estava à saída do forno a aceitar o material e a desenravar se fosse preciso como estava à entrada do forno a empurrar vagonas... E para além das funções da nossa categoria profissional tínhamos que ter em atenção a limpeza ... Não varria em casa mas varria lá (risos). Mas era sobretudo um trabalho de força...

E – Já estava efectivo na Ceres?

J.C. – Andei pouco tempo sem estar efectivo lá... Um dia chamaram-me ao escritório e perguntaram-me se queria ficar efectivo e eu disse que sim...

E – Não é do tempo do fundador da empresa, o Sr. Paixão, mas ouviu falar dele? O que lhe diziam?

J.C. – Quando fui para lá o senhor já tinha morrido mas ouvi falar muito dele... O pessoal dizia sempre que se ele fosse vivo as coisas eram diferentes...

E – As coisas eram diferentes como?

J.C. – A malta dizia que se ele aqui viesse era tudo diferente... Segundo dizem ele era amigo do pessoal e todos trabalhavam por igual, não era uns a trabalhar pelos outros... Os forneiros nem tinham tempo para comer porque estava tudo mal organizado e dizem que no tempo do senhor Paixão não era nada disso...

E – Mas o que é que mudou com a nova gerência?

J.C. – A gerência não era grande coisa... Eles às vezes viam-nos atrapalhados com os fornos e era incapazes de ajudar ou de mandar outras pessoas ajudar, eram muito desligados e não sabiam orientar o trabalho e os trabalhadores... Pelo que dizem no tempo do Senhor Paixão não era assim... A Ceres acabou assim porque foi má gerida, não tenho dúvidas disso...

E – Como era o seu relacionamento com a administração?

J.C. – Ruim não era... Eles não nos falavam mal, mas também pouco se relacionavam connosco... Às vezes lá perguntavam como estavam as coisas, mas não falávamos muito...

E – E o ambiente entre os colegas de trabalho?

J.C. – Era muito bom... Nós dávamo-nos todos bem, melhor com uns do que com outros mas corria sempre tudo bem...

E – Tinham alguns momentos de lazer, por exemplo, festas de Natal?

J.C. – Sim, o pessoal organizava-se e fazíamos um jantar todos os anos, mas era por nossa conta, os patrões nem iam ao jantar...

E – O que é que motivou o seu trabalho na Ceres?

J.C. – O horário permitia-me continuar nas minhas terras e também gostava muito dos colegas de trabalho... Fui para lá com 45 anos e fui a pensar que era o meu último trabalho... Queria ficar lá até à reforma, por isso, numa pensei sair, mesmo quando as coisas ficaram mais apertadas em 2003/2004... Já não tinha idade para outras aventuras, tinha que me aguentar ali...

E – Quais foram os primeiros sinais de enfraquecimento da Ceres?

J.C. – A Ceres pouco ou nada se modernizou e isso também não ajudou, para o fim o material já não saía perfeito, queriam fazer produtos bons com máquinas e fornos velhos... E as coisas começaram a correr mal... A administração a partir de 2003/2004 começou a atrasar nos pagamentos e em 2005 já nos víamos à rasca para receber... Acho que esses foram os maiores sinais... Aí é que vimos que as coisas estavam mesmo más...

E – Mas tinha noção do volume de vendas e produção da Ceres?

J.C. – Sim, o material saía, agora o que faziam com o dinheiro não sei... A produção nunca parou até fechar em 2006, embora a matéria-prima já começasse a faltar... Se calhar deviam aos fornecedores ou os clientes não pagavam, não sei mesmo...

E – Alguma vez lhe passou pela cabeça que a fábrica pudesse fechar?

J.C. – Passava pois... Nós já falávamos nisso... No meu último mês na Ceres, a pedido do patrão fui uma semana para casa gozar umas horas que tinha feito a mais... Já se notava que aquilo estava a dar as últimas... Nós sabíamos que a Ceres podia fechar, mas custava pensar nisso...

E – Mas comentavam entre vocês ou a administração já tinha dado a entender que a Ceres podia fechar?

J.C. – Não, só falávamos entre nós... Então eles não pagavam e depois mandaram algum pessoal gozar férias ou horas a mais, sentíamos que não vinha coisa boa de certeza... Não foi uma surpresa, mas não deixou de ser um choque...

E – E a Ceres fecha portas em Julho de 2006... O que sentiu?

J.C. – Fechou, a maioria saiu em Julho de 2006 mas ainda lá ficaram alguns... Saímos para o desemprego mas com o contrato suspenso, ainda lá podíamos voltar... Não foi o meu caso... É sempre triste perder o emprego, sobretudo, um velho como eu que saindo dali só podia ir para a reforma... É chato porque são menos descontos a entrar e o valor da reforma sente-se, mas pronto... Não estava nas nossas mãos... Com as promessas que se faziam ainda pensei lá voltar, mas...

E – Pensou lá voltar quando falaram da possível recuperação?

J.C. – Sim, eu ir para outro emprego não ia, a única esperança que podia alimentar era a de voltar à Ceres... E durante uns tempos ainda acreditei na recuperação, porque depois aquilo passou para outra pessoa e podia ser que desse certo, mas não deu e eu nunca fui chamado... Os que foram chamados também não aguentaram muito tempo, a recuperação acabou por não dar resultado e o pessoal foi saindo com mais salários em atraso... Alguns avançaram qualquer coisa no desemprego, mas também passaram das boas... Ninguém gosta de trabalhar sem receber e alguns andaram lá três meses seguidos sem ver um cêntimo...

E – Sabe se a Ceres instituiu o lay-off, ou seja, houve alguma redução do período de trabalho?

J.C. – Não... Pelo que o pessoal dizia trabalhava-se na mesma 8 horas... Mas estiveram muitas vezes sem fazer nada por falta de matéria-prima... Muito tempo ao alto (risos) ...

E – Em Março de 2010 é declarada a insolvência. O que pensou disto?

J.C. – Eu acho que foi o melhor, eles (a administração) traziam ali a malta toda enganada, era a única solução... Foi uma boa decisão... Eu e outros colegas resolvemos o nosso problema com a reforma, mas algum pessoal andava ali à espera com a vida empatada... Pelo menos a insolvência acabou com isso e as pessoas ficaram livres para seguir as suas vidas...

E – Acha que a continuar como estava não iam a lado nenhum...

J.C. – Não iam não... Durante dois anos não conseguiram recuperar nada, não era em 2010 que conseguiam... Foi mesmo o melhor...

E – Os trabalhadores e trabalhadoras chegaram a pensar em pedir a insolvência por se sentirem credores da empresa?

J.C. – Às vezes nos plenários o pessoal pedia a insolvência, mas a Segurança Social foi mais rápida... E ainda bem, com a Segurança Social na frente do processo pode ser que seja tudo mais rápido...

E – Sabe qual é o papel do administrador judicial neste processo de insolvência?

J.C. – Não sei bem... Acho que está a vender o património da Ceres para depois dividir pelos

credores... O sindicato é que nos vai informando, nunca vi esse senhor... Mas até ver está a fazer o seu trabalho, o sindicato disse que o recheio já se vendeu... Vamos lá ver o resto...

E – Acha que alguém ganha com esta insolvência?

J.C. – Ninguém ganha com isto, mas os trabalhadores podem sair com alguma coisa de jeito se pagarem os nossos direitos como deve de ser... Nós só queremos o que é nosso por direito e isso não faz de nós vencedores...

E – Vocês só esperam conseguir as vossas indemnizações...

J.C. – Sim, e isso é um direito... O dinheiro das indemnizações ia ajudar muita gente, mas não acredito muito que venha... E se vier posso já não estar cá, tenho 61 e sei que esses processos demoram muito tempo...

E – O sindicato tem sido uma forte presença neste processo, o senhor é sindicalizado?

J.C. – Fui durante o tempo que tive na Cimpor mas eles não resolveram da melhor forma o meu problema e andei uns tempos zangado... Só me sindicalizei um ano antes de a Ceres fechar e ainda bem... Mesmo assim tive que pagar as quotas em atraso, mas foi justo...

E – Que importância atribui ao sindicato neste processo?

J.C. – Acho que o sindicato ajudou muito... Eles já estão habituados a lidar com isto e foram muito atenciosos na questão da nossa reforma, ajudaram-nos bastante com os papéis para a reforma... Se não fosse o sindicato muitos ainda andavam sem receber na Ceres... Eles agiram sempre no momento certo e foram muito importantes, ou melhor continuam a ser muitos importantes... É pelo sindicato que sabemos como é que as coisas vão, são eles que contactam connosco...

E – O sindicato está muito perto de todos e todas os/as trabalhadores/as?

J.C. – Está, nos plenários dão-nos todas as informações e ainda se preocupam com o pessoal...

E – Então têm plena confiança no sindicato?

J.C. – Confio muito no sindicato, na pessoa do Sr. Jorge Vicente... Desde que saí da Ceres só me ajudaram...

E – O senhor ficou desempregado em 2006...

J.C. – Eu saí em Julho de 2006 e nunca mais lá voltei... Recebi do desemprego 38 meses, mas depois meti a reforma antes de chegar ao social... Reformei-me em Setembro do ano passado (2010).

E – Na altura tinha outras situações de desemprego na família?

J.C. – Não... A minha esposa nunca trabalhou fora de casa e a filha está governada mas ainda tenho um filho deficiente aqui em casa...

E – Qual foi o impacto da sua situação de desemprego no seio da familiar?

J.C. – Não foi fácil, eu não ganhava muito mas sempre ganhava mais do que o valor do subsídio de desemprego... Ainda era uma diferença de 150 ou 200 euros, nem fiz bem as contas... Mas nós cá nos arranjámos, tiramos muita coisa de comer da terra e isso é uma ajuda, os da cidade nem têm essa opção... Mas esse dinheiro a menos faz falta, a minha mulher fica com os netos muitas vezes e é sempre preciso ter umas coisinhas que os miúdos gostam de comer e a entrar menos em casa não é fácil... O meu filho tem uma deficiência mental e também precisa de cuidados, o Estado dá-nos um subsídio para ele, mas...

E – Mas...

J.C. – Nem sempre dá para tudo... Uma pessoa tem que gerir muito bem o dinheiro...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja... Mas acha que se podem colher experiências positivas desta situação?

J.C. – Não sei, se calhar para alguns é bom... Para mim não foi... Eu queria que tivessem entrado mais uns descontos para a reforma e assim não deu... Fui passando o tempo nas terras, em vez de trabalhar só uma ou duas por dia passei a trabalhar o dia inteiro... E isso ajudava a passar o tempo e ocupar a cabeça... Mas preferia ter trabalhado mais uns 4 ou 5 anos...

E – Mas ainda tentou procurar algum trabalho ou teve alguma proposta do centro de emprego?

J.C. – Apresentava-me ao centro de emprego porque quem tinha mais de 55 anos não precisava de procurar bastava ir ao centro de emprego e mais tarde à junta de freguesia apresentar-me... Então pois se fosse procurar com a minha idade quem é que me chamava?! Nunca me chamaram para trabalho nenhum, no centro de emprego até diziam que com a minha idade era impossível...

E – Então já não contava voltar a ter outro emprego?

J.C. – Não... Se fosse para algum lado era para a Ceres, mas a recuperação não deu e a partir daí só vi como solução a reforma... Mas ainda aproveitei o subsídio de desemprego...

E – Durante o período de desemprego teve o apoio de alguém? Da família, de amigos ou vizinhos?

J.C. – Uma pessoa tem amigos e fala com os vizinhos, mas nunca pedi nada a ninguém... A minha mulher e eu desenrascamo-nos bem, cortávamos ali e acolá e dava para aguentar, sem luxos mas isso também nunca tivemos (risos).

E – Tentavam os dois controlar a situação e fazer face às dificuldades, não é?

J.C. – Sim, nós os dois passámos bem por isso... No desemprego foi mais difícil, agora como a reforma é mais qualquer coisa que o salário já nos aguentamos melhor... Cultiva-se mais qualquer coisa e têm-se mais uns animais para criação e comida não falta...

E – Mas diga-me uma coisa, na sua opinião o subsídio de desemprego é ou não é suficiente para proporcionar algum conforto à sua família?

J.C. – O meu tinha que dar, mas era tudo muito apertado... Às vezes vendia uns animais ou uns eucaliptos que tenho e lá me desenrascava... A reforma não é uma fortuna é mais qualquer coisa, e ainda se recebe o subsídio de férias e Natal... Se chegasse ao subsídio do social é que era difícil... Esse ainda era mais baixo... Mas uma pessoa tem que se desenrascar, é a única forma... Sempre é melhor receber esse pouco do desemprego do que não receber nenhum...

E – E nunca fez uns biscates durante o desemprego?

J.C. – Não, nem durante nem depois... Apenas vendia umas coisitas para ter mais algum dinheiro... E mais nada... Eu fui ajudar muita gente para fora, mas depois essas pessoas ajudavam-me a mim... Nunca recebi dinheiro por esses trabalhos... Sempre tive muito respeitinho pelo centro de emprego... Mesmo que quisesse, não tenho idade para biscates, isso é para os novos... Mas já se sabe que é um risco...

E – Pode perder-se o subsídio?

J.C. – Pois e se calhar ainda se tem que pagar o que se recebeu... Mais vale fazer uns sacrifícios...

E – Como ficou o seu dia-a-dia depois da Ceres?

J.C. – Uma pessoa quando tem um trabalho faz todos os dias a mesma coisa e tem que andar a correr... Agora dedico-me a 100% à agricultura e já não ando sempre de um lado para o outro... Eu sempre tive agricultura e animais, depois de vir da Ceres cuidava das minhas terras e dos meus animais... Confesso que quando andava a trabalhar na Ceres andava mais cansado, agora sempre descanso o corpo... Mas também se trabalha muito no campo se quisermos trabalhar temos sempre que fazer...

E – A agricultura e a criação de animais são agora as suas únicas actividades...

J.C. – E já me ocupam bastante... Agora até tenho um rebanho jeitoso, tenho sempre que fazer... O que é bom porque não se pensa tanto no que passou...

E – Para terminar como é que vê o seu futuro?

J.C. – Se continuar como estou já não é mau, é sinal que tenho saúde... Vou andando por aqui e o resto logo se vê... Na minha idade já não se tem grandes ambições... Mas se vier o dinheirinho da Ceres é bom que dá para poupar, quero meter esse dinheiro na conta do meu filho deficiente, quando eu e a minha mulher não estivermos cá ele já tem alguma coisa para dar a alguém que tome conta dele...

E – Se receber da Ceres já é uma ajuda...

J.C. – Sim, sempre é algum dinheiro que se arruma...

E – Terminámos. Se quiser acrescentar alguma coisa...

J.R. – Não, está tudo dito...

E – Muito obrigada!

Entrevista - Homem de 61 anos, casado e pai de duas filhas - Secção comercial/vendedor, 45 anos na Ceres.

E – Gostava que começássemos por falar da sua trajectória profissional. Com que idade começou a trabalhar, que empregos teve e como foram... Conte-me como foi?

J.R. – Só trabalhei na Ceres... Entrei para lá a 2 de Janeiro de 1963, nesta altura tinha 13 anos de idade e comecei logo a trabalhar no escritório da empresa, na secção de pessoal, nesta altura não havia computadores fazíamos tudo à mão. Depois tive uma segunda experiência na contabilidade e em 1970 fui para a tropa e fiz trabalho militar 39 meses, dos quais 28 meses foram em Moçambique. Em 1973 regresssei à Ceres e continuei nos escritórios ainda na parte da contabilidade, mais concretamente contabilidade de fornecedores. Algum tempo depois tive a proposta de chefiar a secção comercial, aceitei e foi onde fiquei até ao fim, no meu caso até Fevereiro de 2008. Como tinha 47 anos de descontos e já tenho alguma idade pedi a reforma antecipada e consegui reformar-me no dia 1 de Junho de 2010.

E – E que significado tem o trabalho na sua vida?

J.R. - Comecei a trabalhar muito cedo e foi a trabalhar que fiz a minha vida, sempre trabalhei, nunca tive facilidades... Na Ceres fui subindo aos poucos na carreira, ainda tentei estudar à noite, mas era difícil fazer tudo... Tudo o que tenho hoje se deve ao meu suor... As pessoas pensam que trabalhar num escritório é fácil, fisicamente não é muito pesado só que psicologicamente é muito complicado, estamos sempre sobre pressão quer do patrão quer de outros colegas... A verdade é que o trabalho é tudo na vida das pessoas, às vezes dá chatices mas sem trabalho não somos nada... Só aqueles que herdaram fortunas é que não valorizam o trabalho, porque há gente com muito dinheiro que lutou toda a vida, para deixarem essas fortunas alguém deve ter trabalhado (risos)... Acho que trabalhar é a forma mais comum de se vingar na vida e até de nos sentirmos úteis. Por mim, continuava a trabalhar... Ficava na Ceres mais uns anos de bom grado. Nos últimos anos estava na secção de que gostava, era o sítio ideal para mim, lidava com muita gente e tinha muitos contactos, a área comercial sempre me fascinou e para mim era o topo da carreira ali dentro... Nos últimos tempos até pensei ser vendedor exterior à fábrica tive essa proposta por parte de fornecedores, mas uma pessoa estava segura ali e gostava do trabalho, tinha muitas amizades e não quis arriscar...

E- E como é que descreve os anos de trabalho na Ceres?

J.R. – Para mim os anos de trabalho na Ceres foram fantásticos. Posso dizer que fui um dos filhos daquela empresa, foi lá que me tornei homem... Estive lá 47 anos, estavam lá todos os meus amigos... Acompanhei o desenvolvimento da empresa, cresci a vê-la crescer. Não lhe posso dizer que tive maus momentos lá dentro, tive momentos mais difíceis que outros, uns melhores e outros piores, mas maus não tive... Nos momentos menos bons tinha os meus amigos a dar-me força... E os momentos menos bons aconteceram já nos últimos anos de vida da Ceres.

E – Pode dizer-me quais as suas principais funções... Conte-me como era o trabalho que desempenhava...

J.R. – Inicialmente tomava conta do ponto do pessoal, começou por ser tudo manual era tudo apontado à mão, depois tivemos um relógio que simplificava mais o trabalho, pois registava o ponto, e também fazia o processamento de salários com outro colega, fazíamos tudo à mão, no tempo em que pagávamos em dinheiro tínhamos que pedir ajuda para pagar aos trabalhadores e fazer as contagens... Depois passei para a secção comercial e aí sentia-me como peixe na água, lidava com trabalhadores, clientes e fornecedores, sempre gostei do contacto com as pessoas e sabia que qualquer trabalho que englobasse o relacionamento com muita gente me corria bem... Não quero parecer convencido, mas é a realidade sempre tive jeito para negociar e sempre tive gosto que é o mais importante... Esta actividade na parte comercial era de muita responsabilidade e pressupunha um grande conhecimento dos produtos da fábrica, portanto, sempre tive a preocupação de perceber o processo de fabrico da Ceres, quer para vender quer comprar tem que se estar por dentro das coisas...

E – Ficou efectivo desde logo na Ceres?

J.R. – Antigamente não existiam contratos a prazo... Entrava-se num emprego e lá se ficava toda a vida... Só vinha embora quem ou não fosse bom trabalhador ou optasse por sair... Naquela altura fazia-se a admissão da pessoa que tivesse 14 anos, no meu caso entrei em 1963 com 13 anos e só me fizeram a admissão em 1964, mas estive lá um ano sem assinar qualquer contrato... Olhe, eu podia ter ido fazer a minha vida para fora, para os E.U. A, mas não quis porque tinha a minha vida na Ceres, tinha aquele trabalho seguro, tive medo de arriscar, talvez estivesse melhor... Apesar de tudo não me arrependo, porque tinha uma ligação muito especial com o Sr. Paixão, ele foi um segundo pai para mim e eu não quis trair-lo... Eu entrei para lá porque ele era amigo da minha família, não podia trair quem me deu trabalho desde cedo e sem formação...

E – Era muito grato a esse senhor...

J.R. – Sim, ele ensinou-me muita coisa e permitiu que mesmo sem estudos adquirisse conhecimentos que me permitiam ascender dentro da fábrica. Mas atenção, precisamente por ele ser amigo da família é que tive que dar mais provas de que merecia estar ali...

E – Compreendo. E regalias? Tinha algumas na empresa?

J.R. – As regalias que sempre tive foram por ser funcionário do escritório e posteriormente chefe da secção comercial, no fim do ano em vez de recebermos um mês do subsídio de Natal recebíamos um mês e meio. Quando entrou a lei do 13º mês já nós tínhamos esse meio mês, andávamos à frente da lei na Ceres (risos). Nós tínhamos estas regalias, mas também ao contrário do resto do pessoal perdíamos noite a trabalhar na Ceres e não éramos remunerados por isso... Daí eles darem-nos essa recompensa no fim do ano. Existiram dias que trabalhávamos 48 horas de seguida sem vir a casa, e a mulher também lá trabalhava, no escritório, o que não era fácil por causa das meninas... Outra coisa no tempo do Sr. Paixão chegou a existir um autocarro da firma de um tal Moisés que ia a casa buscar o pessoal que trabalhava por turnos... Depois com a nova administração passaram a existir mais turnos e a ideia manteve-se, mas pouco tempo depois passou a ser o chefe de turno a ir buscar e levar o pessoal num carro que a empresa comprou... Não sei se isto são bem regalias, mas era uma ótima ajuda aos trabalhadores.

E – E foi na Ceres que conheceu a sua esposa?

J.R. – Não... Antes ela trabalhava nos supermercados Colmeia em Coimbra, quando fui para o Ultramar é que ela foi para lá... Fui eu que lhe arranjei trabalho, falei com o Sr. Paixão e ela foi lá para a facturação... Mas casamos só em 1974... Depois do Sr. Paixão morrer a fábrica abandalhou um bocado e a minha esposa saiu, aliás saíram mais pessoas, umas para a reforma, outras porque se deixaram desmotivar... A minha esposa saiu porque teve que vir tomar conta de pessoas idosas da família e porque também já se sentia cansada, estava numa secção agitada. A verdade é que os herdeiros, a filha e o genro do Sr. Paixão não souberam gerir a empresa e o Eng.º bebia, pronto, os mais espertos aproveitavam-se e os mais receosos preferiram sair. A minha mulher já não acompanhou os últimos anos...

E – O Sr. Paixão chegou a criar um infantário para os/as filhos/as dos/as trabalhadores/as. Usufruiu do espaço? O que pensa desta criação?

J.R. – É verdade, foi uma bela criação e uma grande ajuda, para além de ser gratuito os pais podiam ter os filhos por perto. Eu tenho duas filhas, a mais velha ainda esteve lá uns dias, nunca esteve inscrita oficialmente, mas às vezes ia para lá...

E – Qual a sua opinião acerca deste senhor?

J.R. – Era uma pessoa muito boa com todos. Ele ajudava os empregados em tudo, na educação dos filhos, na construção de habitação e até despesas com médicos para as crianças... Por exemplo, íamos ao médico e no dia seguinte entregávamos o recibo e ele cobria as despesas. Era um homem muito bondoso! Uma vez a minha filha mais velha magoou-se num braço e nós queríamos ir com ela ao endireita, aqueles senhores que tratavam em casa e acabamos por fazê-lo, o Sr. Paixão soube e mandou-nos ir logo a um médico ortopedista no dia seguinte... Ele era muito preocupado com todos... Ele respeitava toda a gente e nós trabalhávamos com gosto e obedecíamos com vontade... Ele sabia conquistar os trabalhadores, tanto que estavam sempre todos do lado dele e ninguém lhe conseguia negar um favor... Ele exigia o normal e nós não nos importávamos de ir mais além, sabíamos dar valor ao que ele fazia por nós e quando ele precisava ajudávamos com vontade.

E – Como é que era o ambiente entre os colegas de trabalho e a entidade patronal?

J.R. – Entre os colegas sempre foi bom, mais para o fim pela situação da empresa os ânimos exaltaram-se, mas entre os colegas ficava tudo bem. No tempo do Sr. Paixão o ambiente era ótimo e o pessoal mais unido. Depois as coisas mudaram um pouco, mas nunca ninguém se deu mal em nenhum momento, simplesmente no fim deixou de existir a mesma confiança na administração.

E – Tinha festa de Natal na Ceres?

J.R. – No princípio tínhamos, fazia-se um jantar de Natal no refeitório da Ceres, depois deixaram de fazer, não sei por que razão... E o pessoal começou a organizar-se fora da empresa, mas cada secção organizava separadamente o seu... Eram momentos de lazer engraçados...

E – O que é que mudou quando o Sr. Paixão deixou de fazer parte da administração?

J.R. – Foi o descalabro total... Ainda houve um período após a morte do Sr. Paixão que a empresa manteve o nível, porque estava lá um sobrinho que aprendeu com ele e que era igualmente boa pessoa... Não chega só ter conhecimentos, é preciso saber conquistar os trabalhadores e lidar com eles e isso este sobrinho, o Dr. Victor, também sabia fazer. Mas os herdeiros legítimos mandaram embora o Sr. Victor e até o chefe de armazém que também era família... Na minha opinião foi aí que começou a queda da empresa, eles arrumaram as pessoas todas para mandarem a vontade, o pior é que não mostraram grande habilidade... Até por cima de mim tentaram passar, colocando um novo comercial na minha secção, um tal de Daniel que veio da POCERAM, mas eu sabia mais que eles e aguentei até ao

fim, não imagina o que vi, foram muitas manobras comerciais absurdas, mas tive que engolir sapos. Olhe uma das manobras eram carregarem camiões com a mesma guia 3 ou 4 vezes... O director financeiro também sabia de tudo e nunca disse nada... Não ia ser eu... Muitas vezes pensava para comigo que a empresa não ia durar muito e não durou... A ruína da empresa teve origem nestas coisas... Era sair material atrás de material, dinheiro sem entrar na empresa, uma trapalhada... Eles lá sabiam onde entrava o dinheiro...

E – O que é que sempre motivou o seu trabalho na Ceres?

J.R. – Os colegas de trabalho, o facto de fazer o que gostava e a vasta confiança que já tinha com a clientela... Mas para o fim já só aguentei para não perder os meus direitos... Nos últimos anos aquilo estava a funcionar muito mal, alguns clientes da Ceres até me chamavam à atenção para isso. Eles andaram com aquelas manobras das guias (passar uma única guia para várias carradas de material) e ninguém sabia, só depois de uma zanga entre algum pessoal da secção comercial e o pessoal da expedição é que nos apercebemos de muita coisa... Eu já desconfiava, mas tinham dito que isso das guias era para a Ceres cobrir umas despesas, eu sabia que era ilegal... Mas os patrões é que mandavam... O que é certo é que andaram assim meses, se o material chegasse bem ao destino estava o caso encerrado se as coisas corressem mal transformavam a guia devidamente... Foi assim que as coisas começaram...

E – Apesar destas situações o senhor tentou aguentar... Mas não se sentia responsável? Bem sei que não estava envolvido...

J.R. – Não me sentia responsável, porque avisei que estavam errados... Mais não podia fazer... Se me revoltasse e viesse embora seria pior para mim, ficava sem trabalho e podia perder todos os meus direitos... Mas é claro que alguns colegas me acusaram e ficaram revoltados contra mim, com o tempo lá perceberam que eu não estava metido com eles e que achava aquilo tão errado quanto eles... Situações complicadas, porque colocam uns contra outros...

E – Mas existiam responsáveis?

J.R. – Claro... Aquele que ficou com a Ceres para o fim é um deles... Esse senhor desde que foi para a administração tentou afastar as boas gentes percebe?! E tanto andou que conseguiu afastar os verdadeiros donos, houve ali muita esperteza, o casal vende a empresa a outra empresa que estava em conluio com esse senhor e mais tarde ele aparece como dono da Ceres e tenta recuperá-la... Mas não existem uns mais culpados que outros, os antigos patrões sabiam bem o que se passava e ao venderem-lhe a firma fugiram à responsabilidade... Enfim, não tiveram mão para o negócio e deixaram-se levar por quem queria a exclusividade da empresa...

E – Na sua perspectiva foi tudo uma estratégia desse senhor...

J.R. – Eu acredito que sim... Mas as coisas acabaram por lhe correr mal... Não conseguiu cumprir o plano de recuperação e ainda destruiu algum do património da Ceres... A Ceres era uma empresa tão boa...

E – Pois era uma grande empresa no distrito de Coimbra...

J.R. – Muito mesmo, a Ceres empregava muita gente do concelho e dinamizava muito a sua envolvente. A Ceres era uma empresa exportadora, 25% da produção ia para fora, por exemplo, para África do Sul, Itália... O Dr. Victor é que explorou muito esse sector da exportação e fez um bom trabalho... A Ceres sempre foi uma empresa saudável, sólida, pelo menos antes de chegar a mãos erradas, era uma empresa tão reconhecida que chegou inclusive a ganhar prémios da Câmara Municipal de Coimbra, o último prémio foi em 2003 ou 2004 e passado pouco tempo aconteceu esta desgraça...

E – Na sua perspectiva quais foram os primeiros sinais de enfraquecimento da Ceres? Já me falou nas guias indevidas...

J.R. – A situação das guias para cobrir despesas já mostrava que as coisas não estavam a funcionar bem, depois veio o incumprimento com os trabalhadores e fornecedores. Começaram a atrasar o pagamento dos salários em 2003/2004, pagavam a 24/25 passaram a pagar a dia 6/7, a Ceres sempre pagou aos fornecedores a pronto e depois começou a não cumprir, mesmo no fim começaram a vender ao desbarato argumentavam que não queriam ficar com o material em armazém, mas a vender assim também não tinham lucro, eles começaram a subordinar-se aos clientes, faziam tudo como os clientes queriam e isso também destruiu a Ceres, os clientes passaram a dominar na Ceres e só pagavam quando queriam... Estes foram os sinais que nos indicaram que não estavam a levar a fábrica pelo bom caminho.

E – Alguma vez lhe passou pela cabeça que a fábrica pudesse fechar?

J.R. – Pensava nisso, mas acreditava nos bons fundos da Ceres, até ver sair os meus colegas em 2006 acreditei que eles caíssem em si e dessem volta por cima... É sempre difícil pensar que uma casa que nos acolheu 47 anos vai fechar, temos sempre esperança.

E – Mas a Ceres fechou portas em 2006... Sei que ficou até 2008 por causa da recuperação, mas o que sentiu quando viu a maioria dos trabalhadores abandonarem a fábrica?

J.R. – Senti uma grande dor, porque percebi que as coisas dificilmente se iam endireitar... Eu ia ficar até a fábrica não poder mais, mas custou ver aquela gente sair... Tanta gente chorou nesse dia... Eu tive pena, muita pena... Depois de 2006 ainda lá fiquei até Fevereiro de 2008 e só saí porque não aguentei mais, estava mais que comprovado que não iam conseguir erguer a fábrica e eu já estava com salários em atraso... Ainda lá ficaram com quatro meses de salário e metade do subsídio de férias... Por mim nunca tinha saído, ainda lá estava, mas naquelas condições não era possível... Pelo menos no desemprego ainda recebia qualquer coisa e sabia que mais tarde ia ter direito à reforma...

E – Mas existiram tentativas de recuperação... Como as viu?

J.R. – Uma pessoa no fundo tem aquela esperança, é óbvio que pensei que as coisas se encaminhassem... Mas fiquei lá até 2008 e não vi quaisquer melhorias, tinha dúvidas que o conseguissem fazer depois, acho que o administrador não tinha mão para isso. Ele nem conseguiu financiamento, não tinha grande credibilidade. Eles tentaram recomeçar só com azulejo e para isso ingressaram alguns trabalhadores, mas coitados começaram a ver os salários a atrasar, a única coisa boa foi que alguns apresentaram-se depois do desemprego e conseguiram avançar mais qualquer coisa, ou seja, ter direito a mais desemprego, mas também passaram das boas com os salários em atraso... Para quem tem família, despesas não é fácil estar ali a trabalhar de graça não é nada motivar, mas pronto admirei a força de vontade de alguns, só acho que se insistiu muito tempo... Oiça, eu vivia para a Ceres só eu sei o que me custou sair de lá, mas também não sou masoquista... Não dava, não dava... É triste, mas é assim... Eles não foram capazes de recuperar quando foi mais fácil, quando chamámos à atenção, iam recuperar depois sem financiamento?! Nós é que nos iludimos e tivemos uma réstia de esperança, lutámos até não poder mais... Eu deixei de lutar em 2008, agora luto em conjunto com os meus colegas, mas é pelos nossos direitos...

E – Compreendo, mas em algum momento acreditou na recuperação da Ceres, afinal ficou lá até 2008?

J.R. – O pessoal do escritório, da administração, alguns chefes, pessoal da manutenção e seguranças ficaram porque era esse o objectivo, e é lógico que a nossa vontade era que a Ceres ficasse de boa saúde, mas com o passar do tempo não vimos qualquer melhoria... A Ceres reabriu uma vez e fechou logo a seguir, depois voltou a reabrir e voltou a falhar porque não houve cumprimento do plano de recuperação... Tive esperança, mas com este vai e vem depressa a perdi.

E – Quando se deu o reingresso do pessoal sabe se foi instituído algum regime transitório? O lay-off chegou a ser decretado?

J.R. – Não... Acredito que essa ideia de reduzir o período de trabalho estivesse no plano de recuperação, mas nunca chegou a ser decretada. O pessoal fazia o seu horário, mesmo que isso implicasse estar ao alto sem fazer nada... E quando têm lá pessoas nestas condições como é que podem recuperar uma empresa... Por isso é que também sai em 2008, a Ceres não tinha clientes, senti que não estava lá a fazer grande coisa... As coisas não andavam.

E – Em Março de 2010 é declarada a insolvência. O que pensou disto?

J.R. – No meio de tudo isto foi o melhor. Estávamos todos a arrastar uma situação que não ia a lado nenhum e depois os mais novos tinham aquele vínculo com a empresa por causa do contrato suspenso e tinham receio de arriscar e perder a indemnização, mas alguns tiveram que arriscar depois do desemprego... Não iam ficar à espera... Acho que não havia outra opção, a insolvência foi o melhor... O patrão ainda contestou e andou a pedir aos trabalhadores para ficarem do lado dele, felizmente não lhe deram ouvidos...

E – Em conjunto com os seus colegas de trabalho pensaram em pedir a insolvência por se sentirem credores da empresa?

J.R. – Sim, era algo que já conversávamos entre nós, mas pelo pouco conhecimento que tenho destes processos é mais usual ser um fornecedor a pedir ou a Segurança Social. Mas nós pensávamos nisso, falávamos entre nós que poderia ser a melhor solução... Pelo menos teríamos a hipótese de reaver alguma coisa.

E – Era para muitos de vós a última hipótese de virar a página...

J.R. – Não tenha dúvidas que era... Caso isto não fosse para frente muitos iam continuar com as suas vidas empatadas... Pelo menos houve a rescisão do contrato e agora há possibilidade de reaver alguma coisa com a liquidação do património.

E – Sabe qual é o papel do administrador judicial neste processo? Acha que ganha alguma coisa com isto?

J.R. – Eu desconheço a acção desse individuo... Sei que é uma espécie de mediador neste processo e que tenta liquidar o património, mas não sei muito mais... Pode ganhar alguma coisa com isto, não sei... Perder, não perde... Perder, perdemos nós...

E – Os trabalhadores são os mais lesados...

J.R. – Somos sim. Perdemos o trabalho, a nossa segunda casa e ainda vamos levar anos a ver qualquer coisinha... E mesmo assim será impossível recompensar-nos desta situação...

E – Mas acha que existem ganhadores?

J.R. – Os que destruíram a empresa não digo que ganhem com isto, mas lá que encheram o bolso, não tenho dúvidas... Depois quem compra o património pode ganhar alguma coisa porque muitas vezes não se vende pelo real valor, alguns fornecedores já levaram a sua parte, enfim... Os trabalhadores são quem não levou nada... E às vezes tenho dúvidas que o dinheiro chegue para nos pagar aquilo que temos direito, mas... Antes vir algum dinheiro para orientar a vida do que não vir nenhum...

E – O sindicato tem estado do lado dos trabalhadores. É sindicalizado?

J.R. – Já fui, pela UGT, sindicato dos empregados de escritório, mas há muitos anos não concordei com uma manifestação que apoiaram contra o governo e retirei-me... Saí logo em 1980... Eles não nos consultaram e usaram o nosso nome, não se faz... Na altura senti-me indignado.

E – Mesmo não sendo sindicalizado, como é que vê o apoio do sindicato neste processo? Que importância lhe atribui?

J.R. – Acho que o sindicato do sector tem ajudado imenso todos os trabalhadores sem distinção... Eles fizeram o que podiam para recuperar os postos de trabalho, mas souberam desistir e lutar pela insolvência quando não viram outra saída... Eu vou aos plenários todos e tenho muito respeito por este sindicato... Aliás como viu estive no último plenário e estou a aguardar que marquem o próximo...

E – Encontra algum conforto nos plenários?

J.R. – Os plenários são bons para nos mantermos informados, mas também ajudam a manter viva a esperança de reavermos algum dinheirinho, agora é só por isso que lutamos porque a Ceres já não volta... E sempre falamos com este e com aquele e matamos saudades dos colegas... Uma pessoa preferia que a empresa não chegasse a isto...

E – Compreendo. Mas vê mais vantagens em ser sindicalizado neste processo?

J.R. – Não, porque o dinheiro é para dividir por todos, eu é que faço muito gosto de estar no lado deste sindicato e da maioria dos meus colegas... O sindicato tratou-me sempre muito bem, pensei que até me colocassem de parte por não ser sindicalizado, mas muito pelo contrário, até me ajudaram a tratar de alguns papéis para este processo e até para a minha reforma. Sei que alguns indivíduos amigos do patrão optaram por ter um advogado particular, não sei se o pagam ou é a empresa, mas creio que são eles, por isso, têm mais essa despesa e os que apoiam o serviço do sindicato não... Mas no fundo não há grande diferença, o dinheiro da massa insolvente é dividido por igual por todos os trabalhadores... Claro tendo em conta a antiguidade de uns e de outros...

E – Posso dizer que tem plena confiança neste sindicato?

J.R. – Sim... Eles têm sido merecedores da minha confiança. E depois têm imensos conhecimentos jurídicos podem ajudar-nos, e infelizmente para o nosso país já não é a primeira vez que estas entidades lidam com insolvências. Eles tentaram lutar pelos postos de trabalho, infelizmente não conseguiram, então, ajudam-nos a lidar com esta situação e a tratar de papéis para o desemprego, para o social e para as reformas... Se não fossem eles muitas pessoas nem sabiam que podiam pedir reforma antecipada...

E – Voltando agora à sua situação de desemprego, ficou desempregado em 2008?

J.R. – Sim, e tinha direito ao desemprego máximo, mas em relação à reforma o desemprego dava-me prejuízo, então decidi anular o subsídio ainda faltava um ano para acabar e tratei da reforma, com a reforma recebo o 13º mês e tudo... E sempre estou mais descansado...

E – Na altura tinha outras situações de desemprego na família?

J.R. – A minha mulher estava em casa, a única fonte de rendimento era eu, ainda sou eu (risos)...

E – Actualmente só tem a sua reforma?

J.R. – E a da minha mulher, mas é tão pequenina que dá para pouco...

E – Qual foi o impacto da sua situação de desemprego no seio da família?

J.R. – Nunca é fácil ficar desempregado, com a minha idade ainda é mais difícil, mas tive a sorte de conseguir a reforma. E o facto de ter as minhas filhas criadas também foi um alívio, mas uma pessoa gosta sempre de ajudá-las e numa situação de desemprego fica mais complicado... Dar uma prenda aos netinhos, ajudar a comprar-lhes os livros para a escola que são caríssimos, coisas assim... Por isso, contar com a ajuda das filhas também é difícil, nós é que as devíamos ajudar mais...

E – Uma pessoa gosta de ajudar os seus...

J.R. – Na altura do desemprego foi apertado, se elas pudessem tinham ajudado, mas perceberem que não tínhamos para dar já foi bom... Podemos não as ter ajudado com dinheiro, mas até hoje tomamos conta dos netos, o que já é bom, assim não têm gastos com infantário. Eu e a minha mulher estamos em casa, não nos custa nada... Uma das minhas actividades é ser avô... (risos).

E – Como é ser avô a tempo inteiro?

J.R. – É muito bom, nós ensinamos e aprendemos muito... Antes não tinha tempo para brincar com eles (os netos), agora fazemos tudo o que não fazíamos, brincamos, passeamos, levo-os para o campo quando vou trabalhar e eles brincam na terra que também é preciso... Não se pode habituar os miúdos

a estar fechados em casa... Eu e a minha mulher gostamos muito de nos ocupar dos netos...

E – Estar desempregado é algo que ninguém deseja... Mas acha que se podem colher experiências positivas desta situação?

J.R. – O mais positivo foi ter tempo para desfrutar de ser avô, essa foi a melhor coisa. Quando estava na Ceres passavam dias que não via os meus netos, agora tenho tempo para estar com eles e ir levá-los e buscá-los à escola. Depois aproveitei para me dedicar ao campo, herdei uns pedaços de terra e passei a cuidar mais deles, também comecei a criar um gado... Gosto muito dessas coisas, porque vivo num ambiente muito rural e cresci com o bichinho da terra... No tempo da Ceres fazia umas coisinhas ao fim-de-semana, mas pouco porque estava sempre cansado...

E – O que tira da terra e da criação de gado é para consumo próprio?

J.R. – Basicamente sim. Mas também vendo umas coisinhas, por exemplo, se produzir um pouco mais de vinho vendo... O dinheiro que faço é para voltar a investir na terra, ou seja, pouco ou nada tiro para mim, percebe?! Dá para comer e pouco mais... No fundo estas coisas são para me ocupar e não pensar na Ceres...

E – Ainda pensa muito na Ceres não é?

J.R. – Muito... Eu passo lá de carro às vezes e fico emocionado de ver aquilo ali ao abandono... Ainda custa passar lá... No dia-a-dia vou fazendo estas coisas e lá me vou distraíndo, se estivesse em casa sem fazer nada variava da minha cabeça...

E – Diga-me uma coisa, depois de sair da Ceres pensou em arranjar outro emprego? Ou o centro de emprego propôs-lhe alguma coisa?

J.R. – Não, porque sabia que não tinha grandes hipóteses no mercado de trabalho e tinha aquela ideia de me reformar... Mesmo que arranjasse um emprego na altura do desemprego, o que seria difícil, nunca seria a mesma coisa, não iria ter o mesmo entusiasmo e seria difícil adaptar-me... Tinha que recomeçar de novo e na minha idade isso já é complicado... O centro de emprego nunca me propôs nada, já estava eu reformado quando mandaram uma carta a dizer que até ao momento não tinham encontrado nada...

E – Quando veio para casa teve apoio de alguém? Amigos, família, vizinhos...

J.R. – Os dois primeiros meses foram muito complicados... A minha mulher foi uma grande companheira... Tive muito apoio emocional, de resto cá nos arranjamos em casa, não pedi nada a ninguém... Os amigos também foram bons para mim, telefonavam-me para ir aqui e ali, os vizinhos vinham cá a casa perguntar por mim... Nem os fornecedores e clientes da Ceres me esqueceram, às vezes ainda ligam a perguntar se estou bem...

E – Mas a sua esposa foi o seu pilar...

J.R. – Sem dúvida. Sair da Ceres foi uma mudança muito brusca... Saí porque não podia continuar a trabalhar de graça e sinceramente não via a empresa a recuperar, por muito boa vontade que tivesse que ela se erguesse não podia continuar a fingir que as coisas estavam bem, já nem me pagavam... Mas vir para casa foi muito complicado, nos primeiros tempos nem saí de casa, mas a minha esposa ajudou-me bastante... Animava-me sempre e dizia que agora tinha tempo para ajudar nas lides domésticas (risos). E eu ajudo!

E – Do ponto de vista financeiro deixar de trabalhar implicou alguma mudança ou restrição na sua vida?

J.R. – Claro que existem sempre mudanças, o subsídio de desemprego é sempre uma quebra no orçamento... Eu já estava empenhado com algumas coisas que fui adquirindo, não tive ajudas de ninguém, só o crédito do meu banco, sou cliente há muitos anos e tive facilidade em pedir novos créditos... O subsídio de desemprego não dava grande margem de manobra face às despesas que tinha, já ganhava aquele dinheiro certo para pagara as minhas coisas... Com o meu salário que era bom tínhamos mais abertura para isto e para aquilo com o subsídio tínhamos que pensar duas vezes, passámos a contar mais o dinheiro...

E – Na sua opinião o subsídio de desemprego é ou não suficiente para proporcionar algum conforto?

J.R. – Nós tínhamos algumas despesas, empréstimos e não foi fácil, o banco deu-me mais um crédito e paguei dívidas, ficando só com uma, aí já era uma questão de saber gerir o dinheiro, mas é preciso uma pessoa mexer-se... Agora numa família numerosa, com filhos a cargo e com empréstimos ao banco, é quase impossível sobreviver... No meu caso deu para aguentar, cortámos em pequenas coisas, deixámos de almoçar fora ao domingo, essas coisas... Mas há coisas de que nunca estamos livres, por exemplo, apanhei uma multa quando estava no desemprego por excesso de velocidade perto de 300 euros, já fiquei à rasca...

E – Claro teve que abdicar de algumas coisas...

J.R. – Se não o fizesse era impossível cumprir as minhas obrigações ao banco. Foi pelo facto de me sentir à rasca com o subsídio que o mandei anular e pedi a reforma, sabia que não iria ter penalizações na reforma e aproveitei. Como lhe disse há pouco a reforma sempre é mais qualquer coisa e tenho direito ao 13º mês e subsídio de férias, coisa que não tinha com o desemprego.

E- Enquanto esteve desempregado e mesmo agora que está reformado fez ou faz uns biscates por fora para equilibrar o orçamento familiar?

J.R. – Não, nunca andei a trabalhar para ninguém. O que faço é trabalhar nas minhas terras e criar um gado, às vezes vendo umas coisinhas aos vizinhos e pessoas amigas e lá entra um dinheirinho, mas é mais para consumo próprio... E já é uma grande ajuda, tenho os meus legumes, as minhas frutas e o meu gado...

E – Gostaria que me dissesse como é o seu dia-a-dia desde que saiu da Ceres... Preenche o seu dia só com as lides agrícolas?

J.R. – Nos primeiros tempos derivado à tristeza estive mais por casa, agora praticamente nunca estou em casa... Tenho sempre muita coisa que fazer no campo, levanto-me cedo, ainda mais cedo do que quando estava na Ceres, calço os botas de borracha e lá vou eu... Começo por tratar do gado e depois vou para o campo, há sempre que fazer. Tenho umas ovelhas e costumo entreter-me a cortar-lhes a lã... Como vê consigo preencher o meu dia... Depois ao fim da tarde estou com os netos, que ficam cá até os pais virem do trabalho, a mais pequenina às vezes vai comigo para o campo e é assim... O que me ocupa agora é o trabalho agrícola e os meus animais.

E – Para terminar como é que vê o seu futuro?

J.R. – Vejo-me continuar com estas lides do campo por muitos mais anos e quem sabe voltar a ser Presidente da Junta, já fui um mandato e agora faço parte da Assembleia de freguesia, talvez volte à política local... Como vê, mesmo sendo um velhote ainda tenho um objectivo (risos)... A política das juntas é muito engraçada, é mais convívio percebe?! O que queremos é dinamizar a nossa terra e chamar os jovens... E é isto... Pensava que ia sair da Ceres mais tarde, mas pronto agora faço estas actividades que me ajudam passar o tempo... Já virei a página da Ceres, agora só estou à espera de receber os meus direitos... E que não demore muito, porque esse dinheiro faz falta a muita gente... Eu incluído...

E – Terminámos. Se quiser acrescentar alguma coisa...

J.R. – Não menina, falámos de tudo... Se calhar até falei demais (risos)...

E – Muito obrigada!